

OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 1807-0191

R
E
V
I
S
T
A

D
O

C
E
S
O
P

Vol. 22, nº 3, 2016

REVISTA OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 1807-0191 (online)

Revista publicada pelo Centro de Estudos de Opinião Pública
Coordenadoria dos Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
Universidade Estadual de Campinas



Editora: Rachel Meneguello
Departamento de Ciência Política
Universidade Estadual de Campinas

Editora Assistente: Fabíola Brigante Del Porto
Revisora: Juliana Bôa

CONSELHO EDITORIAL

André Blais
Département de Science Politique
Université de Montréal

Aníbal Pérez-Liñán
Department of Political Science
University of Pittsburgh

Catalina Romero
Departamento de Ciencias Sociales
Pontificia Universidad Católica del Perú

Charles Pessanha
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fábio Wanderley Reis
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais

Ingrid van Biezen
Department of Political Science
Leiden University

Leôncio Martins Rodrigues Netto
Departamento de Ciência Política
Universidade Estadual de Campinas
e Universidade de São Paulo

Lúcia Mercês de Avelar
Instituto de Ciência Política
Universidade de Brasília
e Universidade Estadual de Campinas

Marcello Baquero
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Maria Laura Tagina
Escuela de Política y Gobierno
Universidad Nacional de San Martín

Marina Costa Lobo
Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa

Marcus Faria Figueiredo
Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
(in memoriam)

Mitchell Seligson
Department of Political Science
Vanderbilt University

Mônica Mata Machado de Castro
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais

Peter Birle
Ibero-Amerikanisches Institut

Ulises Beltrán
Centro de Investigación y Docencia
Económicas

Víctor Manuel Durand Ponte
Instituto de Investigaciones Sociales
Universidad Nacional Autónoma de México

Publicação indexada no *Sociological Abstracts*; *HAPI (Hispanic American Periodicals Index)*; *IBSS (International Bibliography of the Social Sciences)*; *HLAS (Handbook of Latin American Studies)*; *SciELO*; *RedALyC*; *EBSCO*; *CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades*; *DOAJ – Directory of Open Access*; *LATINDEX*, *Pro Quest*.

ROP é publicada pelo CESOP desde 1993 e está aberta à submissão de artigos científicos. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP. A submissão de artigos pode ser feita pelo sistema ScholarOne: <https://mco4.manuscriptcentral.com/op-scielo>

Contato para submissão de artigos:
opcesop@unicamp.br

Contato com a secretaria da revista:
rop@unicamp.br

REVISTA OPINIÃO PÚBLICA

Universidade Estadual de Campinas, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CESOP, Rua Cora Coralina s/n
Campinas - São Paulo - CEP: 13083-896 - Brasil
tel.: (+55) 19-3521-1712; fax: (+55) 19-3289-4309

Visite a ROP em: <http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/revistas>
www.scielo.br/op



Esta edição de Opinião Pública é dedicada a Plínio Dentzien. Professor de sociologia da Unicamp, foi um dos idealizadores do Cesop e desta Revista.

† 10 de outubro de 2016

OPINIÃO PÚBLICA

Dezembro 2016

Vol. 22, nº 3

ISSN 1807-0191

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014 <i>Marcello Baquero</i> <i>Rodrigo Stumpf González</i>	492
Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014 <i>Luciana Fernandes Veiga</i> <i>Steven Dutt Ross</i>	524
Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil <i>Maria do Socorro Sousa Braga</i> <i>Gabriel Avila Casalecchi</i>	550
Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas <i>Bruno Wilhelm Speck</i> <i>Elizabeth Balbachevsky</i>	569
Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes <i>Ednaldo Ribeiro</i> <i>Yan Carreirão</i> <i>Julian Borba</i>	603
O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva <i>Denise Paiva</i> <i>Silvana Krause</i> <i>Adriana Paz Lameirão</i>	638
<i>Como os brasileiros escolhem os governadores? Desvendando as razões do voto para os executivos estaduais no Brasil em 2014</i> <i>Oswaldo E. do Amaral</i> <i>Marcela Tanaka</i>	675
Lutas simbólicas na arena midiática: o poder de agência do Ministério Público e as controvérsias sobre a PEC 37 <i>Cláudia Regina Fonseca Lemos</i> <i>Antonio Teixeira de Barros</i>	702



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. 22, nº 3, p. 492-738
Dezembro 2016
ISSN 1807-0191



OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas –
vol. 22, nº 3, dezembro de 2016 – Campinas: CESOP, 2016.
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade
Estadual de Campinas.

Quadrimestral

ISSN 1807-0191 (versão online)

1. Ciências Sociais; 2. Ciência Política; 3. Sociologia 4;. Opinião Pública;
I. Universidade de Campinas; II. CESOP

Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014

Marcello Baquero
Rodrigo Stumpf González

Introdução

Os recentes debates sobre a qualidade da democracia no Brasil têm sido centrados em aspectos institucionais, particularmente processos eleitorais e necessidade de reformas no financiamento de campanhas. Alguma atenção foi dada para a existência de uma cultura política ambivalente em relação à democracia e à falta de confiança nas instituições representativas. Porém, a relação entre esses dois fatores e a economia tem sido pouco aprofundada. O objetivo deste artigo é o de propor outra perspectiva de análise da influência de fatores econômicos no desenvolvimento democrático.

Argumentamos que a bibliografia a respeito da relação entre economia e política apresenta perspectivas radicalmente diferentes, dando ênfase ora à economia, ora à política como variável independente. O que tentamos demonstrar, nesse caso, é que essas duas dimensões, em países como o Brasil, não podem ser vistas como mutuamente excludentes e precisam ser avaliadas compreensivamente para explicar a evolução do regime político.

Por exemplo, considerando os fatores econômicos das últimas duas décadas, que promoveram avanços sociais importantes no Brasil, esperar-se-ia que o fomento do crescimento econômico e a melhoria da renda de sua população se traduzissem em uma democracia estável que contasse com amplo apoio dos cidadãos e com graus altos de satisfação com o funcionamento das instituições. Igualmente, na eventualidade de o governo precisar tomar medidas consideradas impopulares, os cidadãos mostrariam paciência e dariam um voto de confiança ao governo incumbente. No entanto, esse não parece ser o caso do Brasil.

Tendo o Brasil institucionalizado uma democracia procedimental há mais de 25 anos, não é tão simples explicar os baixos níveis de apoio às instituições exemplificados pelo fato de que, em menos de um ano após a eleição de uma presidente que conquistou a maioria absoluta dos votos, tenham se iniciado movimentos pelo seu afastamento. Com base nessas observações, questionamos sobre o grau de influência da economia na deterioração das bases normativas e do apoio à democracia, levando ao que denominamos de democracia inercial.

O objetivo central é o de introduzir, no debate sobre desenvolvimento democrático no Brasil, uma moldura conceitual que relaciona assimetrias entre economia e política, as quais desembocam em paralisia decisória e deslegitimação das instituições políticas e dos gestores públicos. Para alcançar esse objetivo, inicialmente, identificamos a necessidade de ir além de distinções simplistas entre economia e política, a fim de compreender com mais precisão as características da democracia brasileira contemporânea. Num segundo momento, identificamos e avaliamos os fatores que contribuem para plasmar uma democracia inercial. Utilizando os dados do Eseb¹ numa perspectiva longitudinal, argumentamos que é possível detectar o momento em que se inicia uma caminhada em reverso democrático por parte dos cidadãos. Conclui-se que as assimetrias entre avanços democráticos meramente formais e investimentos sociais insuficientes produzem crises econômicas gerando uma cultura política cética e desconfiada, que compromete a consolidação da democracia num sentido maximalista.

O artigo está estruturado em cinco seções. Na primeira, "Democracia inercial", conceituamos esse tipo de democracia. Na segunda, "Assimetrias entre economia e política", examinamos as diferentes perspectivas teóricas a respeito da relação entre economia e política. Na terceira seção, "Cultura política no Brasil", examinamos o tipo de cultura no Brasil. A quarta seção, "Economia e cultura política no Brasil no século XXI", analisa os dados do Eseb empiricamente. A última seção, "Conclusões", por sua vez, consiste em uma discussão geral das implicações para o país e as pesquisas futuras, com base nos resultados aqui obtidos.

Democracia inercial

A institucionalização da inércia democrática se manifesta no desenvolvimento assimétrico de fatores que teorias, tanto no campo da ciência política como no da economia, argumentam que deveriam evoluir paralelamente. Para ilustrar como a inércia se materializa, recorre-se a um exemplo da física, que identifica a inércia como uma tendência do corpo em manter sua velocidade vetorial. Por exemplo, quando se está em um ônibus, o corpo de uma pessoa se desloca com a mesma velocidade do veículo. Cada vez que o ônibus faz um novo movimento, sua velocidade sofre uma alteração. Quando isso ocorre, é necessário se segurar para evitar uma queda, pois a tendência do corpo é manter a velocidade. A sensação é de que o corpo está se opondo à mudança de velocidade. Entretanto, quando o ônibus viaja em linha reta a uma velocidade constante, não é preciso fazer esforço para ficar parado dentro dele (ambos evoluem paralelamente).

¹ O Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro) é uma pesquisa pós-eleitoral de natureza acadêmica, associada ao Projeto *Comparative Study of Electoral Systems*, da University of Michigan, coordenado por Rachel Meneguello (Cesop/Unicamp).

O princípio subjacente da inércia ocorre, portanto, quando um elemento se move em uma direção e outro elemento, que deveria também se movimentar na mesma direção, resiste, com a força do movimento na direção oposta.

O conceito de inércia foi incorporado, no âmbito da economia, por Mario Henrique Simonsen, ex-ministro da Economia, para caracterizar a inflação brasileira, que denominou de "inflação inercial". Tal adjetivo foi utilizado para se referir à ideia de memória inflacionária que se instala no imaginário coletivo, em que o índice atual de inflação envolve a inflação presente mais a expectativa futura. Para Simonsen, a inflação se mantém no mesmo patamar sem aceleração inflacionária e é decorrente de mecanismos de indexação que podem ser formais e informais. Formais, com regras específicas e legais de aumento, a exemplo de aluguéis e mensalidades escolares. Informais, quando os agentes são seguidores de preço, ou seja, aumentam o preço porque os outros também o fizeram.

Em épocas de inflação elevada (nos anos de 1970 e 1980), contratos de diversos tipos tinham cláusulas de correção que eram autoaplicáveis. Isso gerou, na população, um comportamento inflacionário: transferia-se para o mês seguinte a taxa de inflação do mês passado mesmo que não houvesse pressões de demanda ou de custo. No caso brasileiro, por exemplo, por ter sido real a correção da inflação no período 1964-1984, ou seja, sem inércia, ocorreu o que foi denominado pelos acadêmicos de economia na época de "milagre econômico", com crescimentos reais significantes e positivos.

Desse modo, a materialização de comportamentos inconsistentes entre o estado da economia e o comportamento das pessoas ocorre quando estes caminham em direções opostas, possibilitando o surgimento da inflação inercial, uma vez que os preços praticados oferecem resistência às políticas de estabilização para atacar as causas primárias da inflação. É a chamada memória inflacionária. Essa inflação inercial é decorrente de mecanismos de indexação, que reajustam o valor das parcelas de contratos pela inflação do período passado, ou seja, mesmo que não haja uma razão para o preço aumentar, ele aumenta baseado nessa memória inflacionária. Para Bresser-Pereira:

A inércia inflacionária se caracterizava por um permanente conflito distributivo em função das defasagens nos ajustes de preços realizados pelos agentes que, dessa forma, estavam permanentemente equilibrando e desequilibrando os preços relativos (Bresser-Pereira, 2007, p. 24).

Para o autor, a ideia de que expectativas e credibilidade são tomadas como dados tem gerado grandes equívocos em termos de política macroeconômica, pois as expectativas dos agentes econômicos não são tão racionais a ponto de corresponderem ao modelo ideal. Há, segundo o autor, um componente faltante nessa equação e que se refere à confiança recíproca entre os atores sociais. A ausência dessa confiança produz assimetrias entre o que é desejado e o que acontece na realidade.

Aplicando esse conceito para o processo de construção da democracia, que envolve várias dimensões (econômica, política, social e cultural), e tomando como base os pressupostos da teoria da escolha racional e institucional, passou-se a aceitar, sem maiores questionamentos, a ideia de que, em virtude da racionalidade subjacente dos atores sociais num sistema político, os avanços formais e institucionais acarretariam automaticamente a solução de problemas socioeconômicos e políticos. Não haveria, assim, grandes preocupações com o processo de politização ou estruturação de uma cultura política, na medida em que os procedimentos institucionais seriam suficientes para catalisar uma cultura política democrática.

Entretanto, essa perspectiva não tem se comprovado, pois, quando crises econômicas se instauram, elas produzem crises de credibilidade e legitimidade do governo incumbente, levando os cidadãos a se posicionar contra as medidas ou reajustes econômicos recomendados para solucionar problemas imediatos de caráter material, colocando em xeque a credibilidade e, em última análise, a própria legitimidade de um governo democraticamente eleito.

Tal situação, para Rosanvallon (2008), não coloca a democracia em perigo de desaparecer, pois esse sistema tem capacidade de mudar e se adaptar, evitando seu declínio. Essas mudanças vão além da dimensão eleitoral, a qual é considerada uma forma tradicional de representação, que tem declinado em termos de importância. Desse modo, a hipótese de Rosanvallon é de que a "inabilidade da política eleitoral/representativa em manter as suas promessas tem levado ao desenvolvimento de formas indiretas de democracia" (p. 274). Em princípio, concordamos parcialmente com essa afirmação; entretanto, o que está evidenciado é a manutenção de uma democracia frágil a despeito de formas alternativas de engajamento político que têm aparecido na última década.

No caso brasileiro, no contexto atual, pode não redundar numa regressão autoritária ou colapso institucional (ainda que o processo de afastamento da presidente Dilma possa ser interpretado por alguns dessa forma), pois existem mecanismos institucionais que potencialmente impediriam tais ocorrências, mas o dano maior se dá na instabilidade política permanente, fruto da assimetria entre o que o governo propõe, o que a sociedade acredita ser necessário e o que ela está disposta a aceitar em termos de sacrifício.

Nessas circunstâncias, produz-se uma assimetria que gera inércia entre o desenvolvimento de procedimentos democráticos formais, concomitante com uma memória, catalisada pelos próprios gestores públicos e assimilada pela população, de manter uma ação política com base em práticas tradicionais e ultrapassadas. Tal assimetria prejudica o desenvolvimento de uma sociedade em virtude de produzir efeitos contraditórios aos esperados pela democracia representativa, ou seja, materializa efeitos de imobilidade ou resistência às mudanças propostas pelos órgãos públicos, uma vez que não há reação

quando estão em contato um com o outro – procedimentos formais e cultura política. A democracia inercial, em oposição a outros tipos de democracia (deliberativa ou representativa, por exemplo), gera, assim, um movimento de reprodução de práticas políticas de tal forma que padrões de comportamento negativo do passado se (re)atualizam no presente. Ou seja, a memória do passado age como fator estruturante na constituição de um tipo de cultura política que apresenta uma crescente incongruência entre valores normativos da democracia e avaliação das instituições políticas (Baquero e Morais, 2015).

Nessa perspectiva, uma democracia inercial apresenta as seguintes características:

1. Em virtude de condições externas favoráveis, em determinados períodos, aumenta o grau de competitividade de um país no mercado internacional em face do crescimento econômico moderado e aumento da capacidade de arrecadação de impostos.
2. Uma vez estabelecidos padrões de desigualdade e despolitização dos cidadãos, materializam-se atitudes e comportamentos que resistem a mudanças impostas pelo contexto hegemônico da política.
3. Produz uma perda progressiva de valores democráticos.
4. Ativa uma “memória simbólica” de um passado melhor.
5. Propicia o reaparecimento de práticas políticas que erodem princípios democráticos.
6. Gera o surgimento de uma cultura política híbrida.
7. Institucionaliza relações terciárias (Estado-cidadão) em vez de relações secundárias (partidos políticos).
8. Produz instituições deficientes e descontextualizadas que privilegiam a desigualdade econômica e política, desembocando numa inércia democrática.

A democracia inercial, portanto, se refere a uma situação na qual os vícios de um passado autoritário, que afetavam negativamente os princípios democráticos, não são eliminados no novo contexto de democratização, com consequências deletérias para o desenvolvimento econômico e político e para a construção de uma cultura política participativa. Exemplos desses vícios são: clientelismo, paternalismo, privatismo, corrupção e patrimonialismo. Tais elementos produzem um efeito contaminado na democracia contemporânea. Assim, é possível ter estabilidade governamental com a ausência de estabilidade democrática. As conquistas formais da democracia, nesse contexto, não eliminam práticas políticas negativas corrosivas, e a desigualdade social e econômica é reproduzida em novos cenários tecnológicos (por exemplo, o analfabetismo tradicional é substituído por analfabetismo digital).

Desse modo, a relação entre democracia e qualidade de vida é bidirecional, isto é, a democracia precisa responder às demandas dos cidadãos, porque, dependendo do grau de respostas sociais, o apoio à democracia e suas instituições pode aumentar ou diminuir. Quando um padrão de demandas não atendido se materializa, também se constitui uma cultura política de desconfiança. Por esse motivo, a menos que medidas sejam projetadas para corrigir essa situação, as irregularidades vão continuar a manifestar aquilo ao que O'Campo e Malagõn (2009) se referiram como a "tragédia liberal", que é a contradição histórica entre liberalismo econômico e liberalismo político. Vamos mais longe e argumentamos que o que se institucionaliza é uma "democracia inercial". Nesse tipo de democracia, as demandas da sociedade ganham força, enquanto o modelo de desenvolvimento econômico reduz a capacidade estatal de responder a essas reivindicações.

Pensamos que a prevalência histórica de assimetrias entre economia e política no Brasil contribui para o atraso democrático numa dimensão social e emancipatória. Para respaldar essa afirmação, buscamos evidências na bibliografia histórica.

Assimetrias entre economia e política

Estudos sobre a relação entre economia e política é um tema tão antigo quanto a *Política*, de Aristóteles, e *A democracia na América*, de Tocqueville. Em um contexto contemporâneo, Lipset (1959) defendeu como fundamental uma base de desenvolvimento econômico para a existência de uma democracia. Moore (1967), em seu estudo do surgimento das democracias modernas, aponta fatores econômicos como intervenientes no seu sucesso.

Na esteira do trabalho de Lipset, travou-se um debate sobre a influência ou não de fatores econômicos como pressuposto da democracia, com a contribuição de diversos autores como Helliwell (1994), Barro (1999), Przeworski et al. (2000) e Przeworski, Cheibub e Limongi (2003).

A perspectiva de uma terceira onda da democracia (Huntington, 1994) se baseia na expansão do número de países enquadrados como democráticos, em geral a partir de uma concepção institucional e minimalista de democracia. Alguns trabalhos mais recentes passaram a considerar as condições não para o surgimento da democracia, mas para sua estabilidade e qualidade.

Porém, quando um país se encontra no umbral de uma crise econômica, independentemente do tipo de regime que possua, produz-se uma "destruição criativa" (González, 2012). Esse tipo de destruição, principalmente em países que ainda não consolidaram a dimensão material da democracia, afeta as camadas médias e pobres da população, pois são elas que são chamadas a pagar os custos de governos incapazes de

desenhar e implementar modelos econômicos com sólidos fundamentos, via corte de recursos em áreas sociais estratégicas e aumento de impostos. Tal situação, em nossa opinião, mostra contundentemente a existência de uma relação entre a ocorrência de crises econômicas e a deterioração da democracia, o que tem ocorrido frequentemente durante o século XX e início do XXI, em economias emergentes como o Brasil.

A esse respeito, Fuchs e Klingemann (1995) sugerem que as democracias da terceira onda enfrentam obstáculos políticos e econômicos que podem afetar negativamente o apoio ao regime e enfatizam que a legitimidade das democracias depende, cada vez mais, do desempenho econômico.

Numa outra direção, argumenta-se que a legitimidade da democracia depende de fatores políticos culturais. Além dos fatores econômicos, a corrente teórica da cultura política, seguindo a tradição do trabalho de Almond e Verba (1989), propõe que se considerem os fatores culturais na avaliação da estabilidade dos regimes políticos. Inglehart e Welzel (2009) propõem que as transformações da cultura política são impactadas pelas mudanças econômicas, com a segurança material servindo de base para o desenvolvimento da autonomia individual e um melhor funcionamento da democracia, uma vez que produziria uma cidadania assertiva.

Por sua vez, estudos de natureza sociológica argumentam que a desigualdade econômica vem acompanhada de uma escassa mobilidade social, reduzindo a institucionalização de comportamentos éticos e morais. A instabilidade social e política, que resulta da relação assimétrica entre economia e política, afeta o desenvolvimento de uma cultura política participativa e democrática.

Quando a ética e a moral são jogadas para uma dimensão secundária, os responsáveis pela condução da política atribuem à sociedade civil papel insignificante. Desse modo, o papel dos atores políticos no processo de construção democrática também é essencial. A esse respeito, Perez-Liñán e Mainwaring (2014) argumentam que a probabilidade de sobrevivência das democracias é maior quando os atores políticos demonstram uma forte preferência normativa pela democracia e adotam uma postura de moderação política. Tais preferências, segundo os autores, não são determinadas historicamente; porém, geralmente tendem a se mostrar estáveis. Isso implica que, para a sobrevivência de um regime democrático, é fundamental que os cidadãos o percebam como sendo legítimo. Para alcançar esse objetivo, é imperativo que exista um desenvolvimento econômico contínuo e uma classe média predominante.

Nesse sentido, a estabilidade macroeconômica e a promoção do bem-estar da população não se definem unicamente por preços relativamente estáveis e um ajuste fiscal definido por superávits primários, mas por pleno emprego, inflação sob controle, taxa média de juros moderada, taxa de câmbio competitiva e pelo caráter sólido das contas do Estado e do Estado-nação. Igualmente importante é a base normativa de apoio às políticas

econômicas e sociais, mesmo que, em alguns casos, sejam impopulares, manifestada pela confiança dos cidadãos no governo, pois acreditam nos esforços deste e na eficiência das instituições responsáveis pelos ajustes econômicos. Não tem sido esse o caso do Brasil nos últimos anos.

Os déficits fiscais e a fragilidade das instituições fiscais têm se constituído, portanto, em uma das principais causas da volatilidade macroeconômica e do baixo crescimento relativo do país. Essa volatilidade explica também a manutenção de índices significativos de desigualdade social e de oportunidades iniciais e a concentração de renda.

Ao analisar a evolução da democracia no Brasil, constata-se que, a despeito dos avanços sociais promovidos nos últimos anos, a desigualdade continua a predominar, combinada com um modelo econômico que privilegia o mercado na regulação das relações sociais, criando bases para o fortalecimento da polarização social. Isso ocorre porque, apesar de o desenho das políticas públicas se orientar para as classes populares, quando uma crise econômica emerge, são essas classes as primeiras a pagar o custo e a percepção é de que houve abandono delas pelo Estado, diminuindo, conseqüente e deliberadamente, sua capacidade organizativa.

O conjunto de conceitos que buscam explicar como a economia afeta ou não o fortalecimento democrático é vasto, porém insuficiente. Dependendo de como se estrutura o argumento, em alguns casos, a economia influencia a democracia e, em outros, a relação é inversa. O que fica evidente, entretanto, é o reconhecimento da existência dessa associação. Assim, a questão de fundo é encontrar explicações plausíveis para o fato de países em desenvolvimento, que detêm procedimentos democráticos formais, não conseguirem institucionalizar valores republicanos e uma cultura política sólida.

Uma das principais explicações para esse paradoxo provém de Lipset no seu já clássico estudo *Some social requisites of democracy: economic development and political development*, publicado em 1959. Lipset mostrou a consistência do vínculo teórico entre nível de desenvolvimento de um país e probabilidade de ser democrático. A premissa de sua teorização era de que, "quanto melhor a condição econômica de um país, maiores as probabilidades de que sustente uma democracia" (Lipset, 1959, p. 75). Tal formulação se transformou num teorema quase universal, pois, para Lipset, a relação entre desenvolvimento econômico e democracia é empiricamente verificável.

No âmago dessa discussão, assume centralidade o conceito de igualdade, no sentido tanto político quanto econômico. Mudanças de natureza democrática se materializariam em função das condições econômicas, as quais promoveriam uma cultura democrática, com base na tolerância e na rejeição a formas autoritárias de governo. Perez-Liñán e Mainwaring (2014), no início do século XXI, dão respaldo às conclusões de Lipset, na década de 1960, que apontavam para o efeito positivo da modernização na receptividade de normas e valores que amenizam o conflito, penalizam posições políticas

extremas e recompensam instituições políticas com orientação democrática. Contrariamente, uma sociedade dividida entre uma massa empobrecida e uma pequena elite resultaria ou numa oligarquia ou numa tirania.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento econômico (urbanização, riqueza, saúde e educação) se constituiria numa dimensão fundamental para o fortalecimento democrático na dimensão substantiva. É por isso que Lipset, ao considerar o processo de democratização não unidirecional, optou por denominá-lo como requisito e não pré-requisito da democracia. Essa diferença é central, em nossa opinião, para entender o processo de construção democrática como uma caminhada compreensiva e não resultado de uma única variável; ou seja, em países como o Brasil, o desenvolvimento socioeconômico não é condição suficiente para o enraizamento de um sistema democrático. É necessário levar em conta, simultaneamente, outros fatores. Assim, os atributos de uma democracia efetiva se entrelaçam num sentido holístico e não necessariamente causal, pois, dependendo da conjuntura de cada país, ora as instituições são essenciais, ora aspectos relacionados com a cultura política o são, e, frequentemente, as duas dimensões são centrais.

Ao negligenciar a simultaneidade dessas dimensões conceituais, engessou-se dicotomicamente a classificação de sistemas políticos tanto no sentido econômico (desenvolvido e não desenvolvido) quanto na dimensão democrática (democrático e autoritário), limitando a compreensão do vínculo entre desenvolvimento econômico e democracia. Alguns exemplos desse engessamento estão materializados nos estudos de Rostow (1960), que argumenta existir uma relação unilinear entre desenvolvimento econômico e democracia.

Da mesma forma, no final da década de 1960, Samuel Huntington (1968) dicotomizou desenvolvimento econômico e desenvolvimento político na sua análise dos fatores que promovem a ordem política. O argumento central do autor, que influenciou o pensamento político-econômico dos países em desenvolvimento, era de que, quando o nível de mobilização dos cidadãos excede a capacidade do Estado em responder às demandas, se não houver uma institucionalização das instituições de mediação política, a democracia poderá estar ameaçada. A relação estabelecida era que, quando o desenvolvimento econômico aumenta, a mobilização política cresce numa proporção mais rápida do que o desenvolvimento das instituições, abrindo o caminho para a instabilidade política. Tal posicionamento foi modificado em estudo posterior, *A terceira onda*, no qual Huntington (1994) reconheceu que a modernização se constitui em fator essencial do processo de democratização.

Nos anos de 1990, Rueschemeyer, Stephens e Stephens (1992), numa perspectiva histórica, identificaram a classe proprietária como o principal obstáculo para a democratização, comparado com os efeitos benéficos de uma classe trabalhadora

organizada. Nesse sentido, destacam a importância da urbanização como fator desencadeador de fortalecimento da classe trabalhadora e do enfraquecimento da elite na construção de uma sociedade democrática. Embora a relação teórica seja consistente, do ponto de vista metodológico, há dificuldades na conceituação de desenvolvimento e democracia.

Para tentar sanar problemas de natureza sociométrica, vários estudos de natureza empírica foram realizados para testar a relação entre desenvolvimento econômico e democracia. Quiçá o principal estudo seja o de Przeworski et al. (2000), cujo objetivo era determinar se o desenvolvimento produz democracia ou se se resume a sua sustentação, uma vez estabelecida. A pesquisa por eles conduzida, de natureza longitudinal comparativa, de 1950 a 1990, em 135 países, foi desenvolvida com base na postulação de dois modelos – exógeno e endógeno. O modelo exógeno propõe que países com elevados índices de Produto Interno Bruto (PIB) são menos propensos a ter regressões autoritárias, pois, quando um país alcança um nível elevado de riqueza, medido em termos do PIB *per capita*, a probabilidade de retornar a um regime autoritário é quase zero; já o modelo endógeno considera que, quando um país atravessa um determinado umbral de desenvolvimento, a transição para a democracia se torna inevitável. Para Przeworski e seus colaboradores, o modelo exógeno é empiricamente verificável, enquanto o modelo endógeno não se confirma.

Pesquisas posteriores para avaliar a associação entre desenvolvimento e democracia foram desenvolvidas por Boix e Stokes (2003), que ampliaram o período examinado por Przeworski e associados, de 1850 a 1950. Nesse estudo, questionam os resultados da equipe de Przeworski, sem, no entanto, demonstrar a validade dos seus próprios indicadores. Apesar disso, chegam à conclusão de que, uma vez alcançado um determinado nível de desigualdade, as massas automaticamente passam a demandar mudanças, via políticas distributivas, por uma melhor democracia. Essa formulação, entretanto, quando aplicada ao contexto brasileiro, carece de evidência.

Houle (2009), por sua vez, demonstrou que, enquanto a desigualdade não tem impacto na democratização, níveis elevados de desigualdade reduzem a probabilidade de a democracia se consolidar. Altimir (1994) corrobora essa observação ao constatar que o impacto da desigualdade econômica no processo de construção democrática deriva de modelos de desenvolvimento econômico que produziram exclusão social sem conseguir reduzi-la a patamares eticamente aceitáveis, conspirando, dessa forma, contra o princípio de inclusão social. Uma vez que esses modelos eram de origem exógena, não conseguiam explicar por que, a despeito da consolidação formal da democracia, as condições de vida da população se mantinham precárias. Assim, o fenômeno perverso da construção democrática criou uma situação em que a desigualdade aumenta a pobreza que, por sua

vez, expande as desigualdades e na qual o crescimento econômico e o crescimento da pobreza se tornam compatíveis.

Como pode ser visto, apesar das variadas formas de examinar a relação entre economia e democracia, há uma convergência com o argumento original de Lipset a respeito do papel do crescimento econômico considerado quase determinante para a sobrevivência das democracias. Não há, entretanto, uma explicação teórica sólida sobre por que é assim. Neste artigo, propomos que a assimetria entre o nível crescimento econômico e o dos investimentos sociais coloca em risco a estabilidade econômica e política, uma vez que não gera uma cultura política empoderada mas sim híbrida e, num ponto extremo, inercial.

Nessa fase da história, pensamos que não se pode ignorar ou subestimar a influência que a desigualdade social tem na construção de uma cultura política ativa e participante no presente. Ao mesmo tempo, parece-nos irrefutável a constatação de que os diferentes modelos de políticas de desenvolvimento, ao longo da história do Brasil, tiveram uma influência limitada na resolução de desigualdade social, indicando que os fatores de sua reprodução estão concentrados no poder político. Tal situação fica clara no estudo de Burchardt que citamos a seguir:

A perpetuação da desigualdade social, a despeito de governos democráticos consolidados, continua a ter implicações importantes para a teoria democrática, porque mostra a necessidade de ligar novamente a questão da participação política com desigualdade social (Burchardt, 2012, p. 26).

Não nos surpreende, portanto, constatar que, quando crises econômicas se instalam num país onde existe uma precariedade econômica *estrutural*, afetando as camadas mais vulneráveis, esses grupos manifestam seu descontentamento com o sentimento de que foram abandonados pelo Estado, apoiando líderes (neo)populistas, institucionalizando um tipo peculiar de democracia – uma democracia incompleta. Nesse cenário, alguns autores (Vilas, 1997, p. 24) caracterizam as democracias emergentes como um conjunto de Estados próximo da dimensão hobbesiana, em virtude da precariedade social da maioria da população e da ausência de uma sociedade organizada. Nessa perspectiva, o Estado é absoluto em relação à sociedade, uma vez que detém todo o poder de impor a ordem e a organização da sociedade, pois as relações entre o Estado e as classes populares se processam principalmente via aparato coercitivo do Estado.

A monopolização do poder do Estado por gestores sem criatividade, que emulam modelos econômicos externos e os aplicam descontextualizadamente no nosso país, contribuiu para que a manutenção da desigualdade afete a legitimidade dos governos, especialmente quando analisada em termos de salários e acesso aos bens públicos, tais como saúde e educação. A presença desses fatores sinaliza para a existência de uma

correlação entre crescimento econômico e desigualdade social, nem sempre evidente em análises probabilísticas.

Do ponto de vista de causalidade, tal correlação é complexa, pois depende do tempo, do espaço, da conjuntura e do contexto dos países analisados. O que é verdade em um período pode não se aplicar a outro. Porém, quando o padrão de democratização ao longo do tempo não consegue estabelecer bases equitativas de atendimento social em virtude de deficiências estruturais de caráter econômico e político, torna-se imperativo (re)avaliar as diferentes teorias, com base nas características do país sob análise.

Por exemplo, a constatação de que o aumento dos níveis de renda atenua os efeitos da pobreza e que o crescimento econômico pode ser mais ou menos efetivo em alcançar esse objetivo é bem conhecida e tem recebido atenção significativa na busca de um crescimento que favoreça os pobres. O que não tem recebido uma atenção mais adequada é a direção inversa, ou seja, que a pobreza pode, de fato, ser parte da razão para explicar o desempenho deficiente em termos de crescimento, criando um círculo vicioso, em que resultados baixos do crescimento resultam em elevados índices de pobreza, os quais, por sua vez, resultam em baixo crescimento.

Essa percepção sinaliza que a naturalização de práticas políticas e econômicas deletérias se pereniza porque o Estado é “capturado” por elites predatórias, pelas imperfeições do mercado de capitais, pela desigualdade de oportunidades (principalmente em termos de acesso à educação de qualidade), pela segmentação do mercado de trabalho e pela discriminação de gênero e de etnia (Lustig, Lopez-Calva e Juarez-Ortiz, 2013, p. 129). Quando grupos poderosos que concentram a riqueza monopolizam a formulação de políticas governamentais, as regras curvam-se em favor deles, em detrimento da maioria da população. As consequências não poderiam ser outras senão a erosão da governança democrática, a redução da coesão social e o desaparecimento de oportunidades para todos.

O papel da elite predatória se manifesta quando confrontada com crises econômicas e políticas. O temor com as potenciais consequências dessas crises a obriga a redirecionar sua atenção de atividades produtivas para uma *economia de saque* (economia da pilhagem). Nesse tipo de economia, a concentração de renda é exacerbada, há um aumento da pobreza e um redesenho das instituições para favorecer os mais influentes. Esses fatores produzem volatilidade e instabilidade política. Tal situação vai ao encontro da avaliação de Nel (2008) sobre os países em desenvolvimento, ao afirmar que a desigualdade econômica influencia negativamente o desenvolvimento econômico, político e humano. Elevados índices de desigualdade, segundo o autor, minam o potencial de crescimento de um país, retardam o desenvolvimento de capital social e da confiança, fomentam a corrupção e o conflito e limitam as oportunidades para o desenvolvimento consistente do regime político.

Tal situação possibilita que as políticas sociais e econômicas sigam um padrão que pouco se modifica. Se num contexto de mudanças as coisas precisam mudar para que fiquem como estão, conforme a proposição de Lampedusa, então se pode esperar que, num contexto de (re)democratização com inércia, as instituições mudem, sem, no entanto, alterar, numa direção positiva, as normas, os valores e as crenças normativas da população em relação à democracia. Esse ponto de vista vai de encontro a um consenso emergente de que a principal explicação para o desempenho do desenvolvimento entre países ao longo do tempo é a variação entre instituições (Acemoglu e Robinson, 2012; Fukuyama, 2013). Segundo esses autores, países economicamente prósperos se caracterizam por terem instituições políticas inclusivas no sentido de que são centralizadas (instituições detêm um controle suficiente sobre determinadas áreas geográficas) e pluralizadas (existe um acordo sobre a divisão de poder). Em contrapartida, quando as instituições colocam poucos constrangimentos no exercício do poder pela elite, os recursos são extraídos da sociedade em vez de serem utilizados produtivamente (Acemoglu e Robinson, 2012).

Do ponto de vista de uma democracia inercial, pode-se compreender por que, em alguns casos, países emergentes, com crescimento econômico positivo, não conseguem transformar esses recursos em investimentos sociais sólidos, produzindo frustração nos cidadãos, a qual se materializa em desconfiança nas instituições políticas e na política em geral. É fundamental, portanto, problematizar como o crescimento econômico com estagnação (ou aumentos nominais) em investimentos sociais, associado a percepções negativas, hostis e de desconfiança nas instituições políticas por parte dos cidadãos, produz desconfiança institucional, contribuindo para criar uma "inércia democrática".

Argumentamos que essa situação foi gerada pela lógica de natureza convencional (institucional), subjacente ao pensamento político hegemônico, o qual não se direciona para a promoção da estabilidade política dos países em desenvolvimento, pois negligencia os interesses majoritários, favorecendo o atendimento dos interesses das elites e dos grupos poderosos. Contribui, nesse sentido, para manter a maioria dos cidadãos numa situação de desempoderamento político. O resultado é a vulnerabilidade política dos cidadãos diante da soberania doméstica do Estado, de suas instituições e de seus representantes, uma vez que os governos não adotam os mecanismos necessários para fomentar a constituição de uma cultura política participativa e assertiva.

O quadro discutido acima se aplica também ao caso do Brasil, onde uma cultura política pouco participativa e a prevalência da desigualdade são características históricas de sua sociedade, conforme se discute a seguir.

Cultura política no Brasil

Há um consenso atualmente a respeito de que a construção do imaginário coletivo dos cidadãos sobre a democracia no Brasil é afetada pelo desempenho econômico. O caso de uma economia estagnada ou que fracassa em resolver a dívida social gera descrença nas pessoas a respeito das bases da democracia representativa, que se manifesta em protestos e abominação pela política e suas instituições. Os cidadãos passam a exigir um sistema político não só mais eficiente, mas, sobretudo, que ofereça uma distribuição mais equitativa da riqueza que modelos tradicionais populistas e tecnocráticos não têm conseguido. Esse tem sido um padrão histórico da evolução político-econômica do Brasil.

A influência de determinados padrões culturais, usos e costumes no funcionamento das instituições políticas brasileiras foi destacada por diferentes autores, como Holanda (1966), Leal (2012), Faoro (1973) e Da Matta (1979). Elementos como a predominância de padrões que valorizam o contato pessoal, o patrimonialismo e o clientelismo são apontados como heranças do passado colonial português que permanecem presentes na sociedade brasileira, apesar dos processos de modernização ocorridos ao longo do século XX.

Os estudos de cultura política no país desenvolveram-se entre a década de 1980 e a de 1990 com o processo de democratização e a possibilidade da realização de *surveys* regionais e nacionais que fundamentaram os trabalhos pioneiros de Moisés (1995), Baquero (1989, 1994) e Lamounier e Souza (1991). Passou-se da percepção subjetiva, baseada em observação pessoal e descrição da trajetória histórica, para estudos de natureza empírica, baseados na análise de valores e atitudes da população.

Passados 30 anos do retorno à democracia e à administração civil, a proliferação de pesquisas periódicas sobre comportamento político disponibiliza, hoje, para o pesquisador, diferentes bases de dados que permitem estudos de natureza diacrônica. Com diferentes fontes de informação, os autores que analisam a cultura política nessas últimas décadas têm chegado a conclusões semelhantes. Ribeiro (2007), utilizando dados do World Values Survey – WVS (Pesquisa Mundial De Valores), Baquero e González (2011), com base em dados do Eseb, e González (2014), com dados do Latinobarômetro, convergem à análise de que o período democrático não teve um efeito de socialização nas novas gerações para o desenvolvimento de valores e atitudes mais favoráveis à democracia.

Por outro lado, Moisés e Meneguello (2013) e Baquero (2012) observam a manutenção de baixos níveis de confiança nas instituições representativas. A cultura política brasileira é caracterizada como híbrida, com valores democráticos e aceitação de práticas autoritárias. Análises centradas em uma perspectiva institucional discrepam ao considerar que o modelo brasileiro seria funcional e estável (o presidencialismo de coalizão).

Fato preocupante revelado por essas pesquisas diz respeito à existência de parcela importante da população que considera aceitável a intervenção dos militares na política. O Brasil é o país no continente com o maior percentual de cidadãos que consideram outras possibilidades de regime além da democracia (González, 2014).

Baixos níveis de apoio abstrato à democracia não são um fenômeno exclusivo do Brasil, como constatado por Dalton (1999) e Norris (1999). No entanto, os autores discordam que esse fenômeno represente um perigo para a democracia.

Norris (1999) defende o caráter multidimensional do apoio às instituições, separando diferentes objetos. O declínio do apoio a determinadas instituições poderia representar o surgimento de cidadãos críticos. Montero, Gunther e Torcal (1999) identificam o fenômeno da desafeição, convivendo com altos níveis de apoio abstrato à democracia, com baixa confiança em instituições representativas. Dalton (2008) considera que não existe um perigo para a democracia nos EUA, mas a emergência de uma nova concepção de cidadania, não baseada apenas no seguimento das regras. Esses autores centram sua análise em países com economias desenvolvidas e alto nível de consenso social sobre a manutenção das instituições. Esse não parece ser o caso brasileiro.

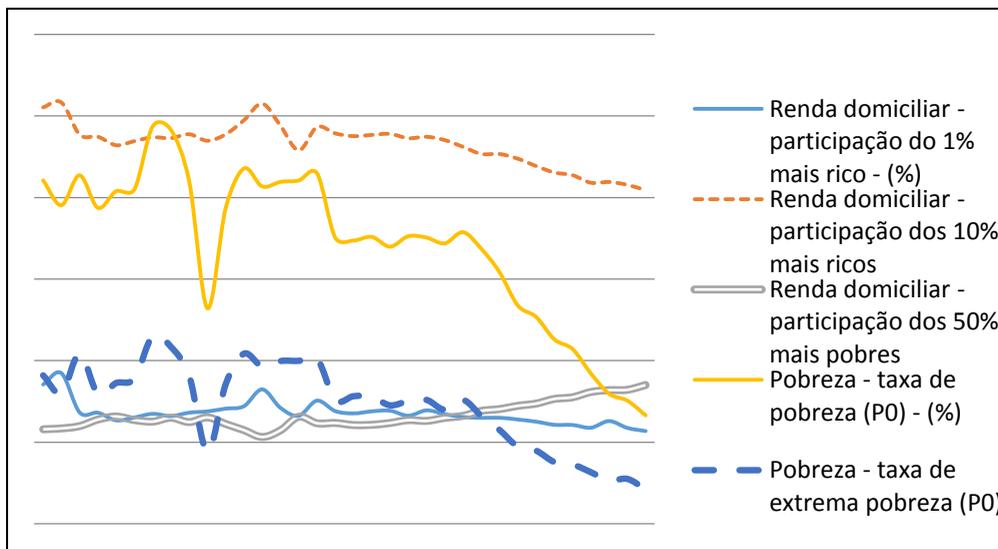
A seguir, são analisados os dados das pesquisas do Eseb referentes ao período 2002-2014, verificando-se como evoluiu a avaliação dos brasileiros em relação à democracia e seus instrumentos, paralelamente à análise das mudanças econômicas nesse período.

Economia e cultura política no Brasil no século XXI

Nos últimos 40 anos, o Brasil sofreu profundas transformações políticas, passando por uma transição iniciada nos anos 1970 para um governo civil em 1985, consolidando-se a democracia com uma nova Constituição em 1988 e eleições diretas para presidente em 1989.

Nesse período, no entanto, as mudanças no campo econômico foram muito mais lentas. Como se pode verificar no Gráfico 1, a grande concentração de renda entre os mais ricos permaneceu praticamente inalterada nas primeiras três décadas, passando a ter uma redução moderada, mas constante, na última década.

Gráfico 1²
Renda e pobreza no Brasil (1976-2014)



Fonte: Ipeadata, 2016.

Com relação às taxas de pobreza, percebe-se um efeito das políticas econômicas ao longo do período – uma redução acentuada dessas taxas com o Plano Cruzado, com retorno aos patamares anteriores quando a inflação volta a subir e uma redução estabilizada após o Plano Real, demonstrando os efeitos da inflação sobre a pobreza. Porém, após a estabilização da moeda, os percentuais de pobreza permanecem estáveis, somente voltando a cair de forma continuada a partir do início do governo Lula, sendo um indicativo de sucesso dos programas de transferência de renda.

A partir do Plano Real, o percentual de participação dos 50% mais pobres na renda total do país tem crescido continuamente, superando o percentual do 1% mais rico em 2003. No entanto, permanece pequena a diferença da renda entre os dois grupos. Se fossem mantidas as tendências desse período, o que pode estar em perigo com a atual crise política e econômica, ainda seria necessário mais de duas décadas para os 50% mais pobres alcançarem o mesmo percentual da renda dos 10% mais ricos.

Porém, se levarmos em conta que a pobreza aqui é medida pela metodologia da FAO, pelo acesso ao número de calorias mínimo, ao lado dos dados sobre distribuição de

² Os dados completos utilizados neste gráfico estão disponíveis no Anexo (cinco primeiras colunas da tabela).

renda, verifica-se que a melhoria das condições de consumo da população mais pobre não foi feita à custa da renda dos mais ricos, que, embora tenha decaído em sua participação percentual na renda nacional, cresceu do ponto de vista absoluto.

Como se pode verificar na Tabela 1, na primeira década e meia do século XXI, embora a renda média da população tenha crescido mais do que a do 1% mais rico, a renda da população total não chegou a 9% da renda média dos mais ricos.

Tabela 1
Renda média da população

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1% mais rico	9.641,97	8.848,62	8.973,22	9.522,75	10.231,84	10.284,77
Toda a população	718,34	676,51	691,55	733,08	801,27	822,47
%	7,4	7,6	7,7	7,7	7,8	8,0
	2008	2009	2011	2012	2013	2014
1% mais rico	10.457,57	10.718,27	11.073,70	12.781,87	12.298,69	13.075,90
Toda a população	862,63	885,83	941,60	1.016,32	1.047,95	1.152,24
%	8,2	8,3	8,5	8,0	8,5	8,8

Fonte: Ipea, Ipeadata, 2016. Reais (R\$) de outubro 2013.

Por outro lado, em termos absolutos, a pobreza também chama a atenção. Ainda que com os percentuais de redução constantes, restavam, em 2014, cerca de 8 milhões de pessoas em extrema pobreza e 25 milhões de pobres.

A taxa de desemprego, que teve uma queda importante a partir de 2009, voltou a crescer em 2013 (IBGE, 2016), ainda que se mantenha em patamares inferiores aos do início da década anterior. A inflação voltou a subir em 2015, passando de 10%, o que não ocorria desde 2003 (ver Anexo, ao final).

O cenário aponta dificuldades econômicas nos próximos tempos, com possibilidade de redução de gastos públicos. O aumento da inflação, associado ao desemprego, pode provocar uma mudança da tendência de redução da pobreza, tendo em vista que o aumento do custo de vida tende a atingir desproporcionalmente os mais pobres.

A população brasileira, no período de prosperidade, teria construído um maior grau de confiança nas instituições e nos governantes, que permitisse um crédito de confiança para passar pelo período de turbulência? Nossa hipótese é que isso não ocorreu.

Diversos autores identificam a manutenção de baixos níveis de confiança em instituições representativas, tais como partidos e Congresso, no caso brasileiro. Ao mesmo tempo, os níveis de satisfação com o regime também permanecem baixos.

O distanciamento da população em relação ao sistema político tende a ser explicado pela incapacidade do Estado de resolver problemas históricos como a manutenção de altos níveis de desigualdade. No entanto, nas últimas duas décadas, tem havido uma melhora constante de diversos indicadores sociais. Essa mudança não tem impactado na mesma medida a percepção das instituições.

Alguns dados econômicos selecionados de um período entre o final do governo Fernando Henrique Cardoso e o final do primeiro mandato de Dilma Rousseff indicam, em geral, resultados positivos em aspectos como diminuição de níveis de pobreza e desigualdade, aumento da expectativa de vida e aumento da renda *per capita*, em um período que ainda não se sentia a deterioração de fatores econômicos hoje existentes.

Em alguns casos, a evolução é lenta, como a queda do percentual de renda do 1% e dos 10% mais ricos, que ainda mostra uma extrema desigualdade de renda no país. Em outros casos, como a inflação, já se percebia, no ano passado, uma retomada do crescimento dos preços, ainda que em percentuais que hoje são menores do que no último ano do governo FHC. A taxa de desemprego, embora tenha aumentado, ainda está em patamar menor do que no início da década anterior.

Porém, como fica a percepção da população em relação às instituições políticas nesse período? São analisadas, a seguir, as diferentes dimensões, desde o apoio abstrato ao regime, passando pela avaliação das instituições e dos governantes.

Quanto ao apoio difuso à democracia, avaliamos o comportamento de duas variáveis. Na questão formulada, *se em algumas situações a ditadura é melhor*, houve certa queda do percentual que apoia a ditadura. No entanto, se considerarmos os que dizem que *tanto faz*, como os que se posicionam como *não sabendo*, o percentual não baixou de 25% no período e, em 2014, era ligeiramente maior do que em 2002, acima de 30% (Tabela 2).

Embora o percentual dos que consideram a democracia como a melhor forma de governo tenha sido sempre predominante, um percentual de cerca de um terço da população que aceita o autoritarismo ou é indiferente não pode ser considerado um mero traço minoritário da cultura política, mas um elemento relevante de fragilidade do apoio ao regime.

Tabela 2
Opinião sobre a democracia (%)

Ano	2002	2006	2010	2014
Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia	18,7	14,2	8,2	10,3
Tanto faz / Nenhuma das duas é melhor	2,4	6,9	5,3	7,9
Não sabe	9,3	7,1	8,0	16,0
Subtotal	30,4	28,2	21,5	34,1
A democracia é sempre melhor que outra forma de governo	68,8	71,4	78,4	64,0
Não respondeu	0,9	0,5	0,2	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Eseb, 2002-2014³.

Quando a questão formulada parte da afirmação de que *a democracia tem alguns problemas, mas é a melhor forma de governo*, o percentual dos que não manifestam concordância com a afirmação ficou próximo dos 20% durante a década, passando de 30% em 2014, com um crescimento efetivo dos que afirmam não ter posição, não concordando nem discordando (Tabela 3).

Tabela 3
Opinião sobre: a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo (%)

Ano	2002	2006	2010	2014
Nem concorda nem discorda	1,8	14,8	7,4	17,5
Discorda um pouco	7,1	4,3	2,6	4,7
Discorda muito	5,0	0,9	2,0	3,7
Não sabe	8,3	4,2	5,1	5,9
Subtotal	22,1	24,2	17,0	31,7
Concorda um pouco	26,0	33,8	24,4	34,5
Concorda muito	51,2	41,5	58,5	37,8
Não respondeu	0,6	0,5	0,2	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Eseb, 2002-2014.

³ Nota para todas as tabelas com referência aos dados do Eseb: 2002 n = 2513; 2006 n = 1000; 2010 n = 2000; 2014 n = 2506.

Também para essa variável a posição dominante é a pró-democrática. No entanto, esse percentual oscilou no período, caindo de 82,9% para 72,3% entre 2010 e 2014, com o aumento dos que ficam indiferentes. Há uma consistência na medida das duas variáveis com a existência de um percentual relevante de respondentes com uma posição potencialmente autoritária ou apática.

Passando para uma avaliação mais concreta do regime, os níveis de satisfação com a democracia são bastante menores que o apoio abstrato ao regime (Tabela 4).

Tabela 4
Nível de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil

Ano	2002	2006	2010	2014
Muito satisfeito(a)	5,0	4,1	7,7	4,2
Satisfeito(a)	25,3	38,6	40,3	34,7
Nem satisfeito(a) nem insatisfeito(a)	1,8	11,6	17,5	20,6
Pouco satisfeito(a)	35,1	26,7	21,2	21,8
Nada satisfeito(a)	25,8	14,3	8,9	14,3
Não sabe	4,8	4,3	4,4	4,2
Não respondeu	1,7	0,4	0,2	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Eseb, 2002-2014.

Enquanto, em 2002, o nível de insatisfação passou de 60%, caindo nos anos posteriores, o percentual dos satisfeitos, embora tenha aumentado ao longo do período, nunca alcançou 50%, sendo que os muito satisfeitos não chegam, em nenhum dos anos, a 10%, com um crescimento expressivo dos que não se consideravam nem satisfeitos nem insatisfeitos.

Isso significa que, mesmo em 2010, com um alto grau de aprovação do governo do presidente Lula, com 93,2% dos entrevistados considerando a atuação do presidente, nos últimos quatro anos, muito boa ou boa, menos da metade da população se manifestava satisfeita com a democracia.

No período compreendido entre as quatro eleições, há a manutenção de uma avaliação de importância do processo político. O percentual de pessoas que consideram que não faz diferença quem governa o país se reduziu para menos de 10%, ficando em 7,5% em 2014, ao mesmo tempo em que o percentual dos que dizem que faz grande diferença caiu de 67,6% para 58,7%, mas permanece próximo aos patamares do início da década anterior (Tabela 5).

Tabela 5
Influência de quem governa o Brasil (%)

Ano	2002	2006	2010	2014
Faz uma grande diferença quem governa o país	56,2	62,3	67,6	58,7
Faz diferença quem governa o Brasil	14,7	15,5	13,4	19,7
É indiferente quem governa o Brasil	12,8	10,4	8,1	13,6
Não faz diferença quem governa o Brasil	3,7	2,4	3,6	2,9
Não faz nenhuma diferença quem governa o Brasil	9,4	7,9	6,0	4,6
Não sabe	2,7	1,4	1,2	1,3
Não respondeu	0,5	0	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Eseb, 2002-2014.

A avaliação de importância do voto permaneceu relativamente estável, com a soma dos que consideram que o voto influencia muito ou um pouco próxima de 80%. Ao mesmo tempo, o percentual dos que dizem que o voto não influencia o que acontece no país baixou alguns pontos, ficando em 8,1% em 2014 (Tabela 6).

Tabela 6
Influência do voto no que acontece no Brasil (%)

Ano	2002	2006	2010	2014
Nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil	63,8	64,7	71,3	61,2
Nosso voto influencia pouco no que acontece no Brasil	13,3	11,5	11,7	17,5
É indiferente	8,5	11,7	7,2	11,7
Nosso voto não influencia muito no que acontece no Brasil	3,0	2,6	2,8	3,4
Nosso voto não influencia nada no que acontece no Brasil	9,1	7,7	6,3	4,7
Não sabe	1,9	1,7	0,7	1,1
Não respondeu	0,3	0,1	0,1	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Eseb, 2002-2014.

A avaliação da importância do voto, apresentada na Tabela 6, levaria a supor que as pessoas estivessem dispostas a votar. Porém, voltou a crescer o número de pessoas que afirmam que não votariam se o voto não fosse obrigatório, ultrapassando o percentual dos que votariam. É contraditório que as pessoas considerem que faz diferença quem

governa o país e que o voto influencia o que acontece no país, mas não estejam necessariamente dispostas a participar (Tabela 7).

Tabela 7
Votaria caso o voto não fosse obrigatório

Ano	2002	2006	2010	2014
Não	45,5	54,6	44,6	47,3
Sim	52,4	39,5	50,1	45,3
Talvez/Depende	2,1	5,9	5,3	7,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Eseb, 2002-2014.

Apesar de a situação econômica, em diversos aspectos, ser melhor em 2014 do que no início dos anos 2000, a percepção da população retoma um viés de desconfiança que aproxima 2014 de 2002. A avaliação da atuação do governo federal caiu em 2014 em relação aos anos anteriores, ainda que a soma das percepções negativas seja menor que os valores de 2002. A percepção negativa do governo Dilma é menor que a presente no final dos governos FHC e no primeiro governo de Lula, distante da popularidade de Lula em 2010, conforme pode ser visto na Tabela 8.

Tabela 8
Avaliação do governo do presidente nos últimos quatro anos

Ano	2002	2006	2010	2014
	FHC	Lula	Lula	Dilma
Ruim	27,1	17,3	4,8	13,4
Péssimo	17,2	17,3	1,3	8,7
Subtotal	44,2	34,7	6,1	22,1
Regular	14,0	-	-	31,4
Bom	36,2	64,6	61,7	38,1
Muito bom ou Ótimo	3,8	10,8	31,9	7,2
Não sabe	1,2	0,7	0,7	0,8
Não respondeu	0,6	0,3	0,2	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Eseb, 2002-2014.

A escala utilizada pelo Eseb no período variou, tornando difícil a comparação das posições intermediárias. Porém, é possível perceber as mudanças dos extremos. As avaliações *ruim* e *péssimo* do presidente FHC, em 2002, somavam 44,2%, e *ótimo* era

apenas de 3,8%. Essa posição se inverte no segundo mandato de Lula, que tem 31,9% de avaliação *muito bom* e 6,1% de *ruim e péssimo* , e volta a se inverter na avaliação de Dilma, com 7,2% de *muito bom* e 22,1% de *ruim e péssimo* , mas, ainda assim, com uma avaliação melhor que a de Fernando Henrique. Essa mudança de posição da população é corroborada pelo Gráfico 2.

Em geral, os dados indicam que as percepções da política tiveram uma transformação positiva até 2010 e voltaram a patamares semelhantes a 2002 na última eleição. Embora os indicadores econômicos tenham demorado um pouco a mudar, aparentemente a crise econômica que se avizinhava já se fazia sentir no aumento do pessimismo sobre as variáveis de confiança nas instituições políticas. Ou seja, mesmo que alguns indicadores tenham mudado para melhor, a visão de curto prazo da economia afeta a visão de curto prazo da política.

Essa avaliação não tem relação direta com a avaliação dos governantes. Nesse período, houve uma queda dos que consideravam a avaliação do governo anterior *ruim* ou *péssimo* , com um aumento no governo Dilma das avaliações *ruim* ou *péssimo* . O nível de satisfação com a democracia, embora tenha melhorado ao longo dos governos de Lula, manteve ao menos 30% de *pouco ou nada satisfeitos* .

Quando cruzados os dados pelas opções de voto no segundo turno de 2010 e 2014, as variáveis que parecem diretamente afetadas são a satisfação com a democracia e a avaliação do governo Dilma.

O que se percebe no comportamento das diversas variáveis de avaliação institucional não é necessariamente uma posição de defesa direta do autoritarismo, mas uma apatia e um distanciamento, como o descrito no caso espanhol por Montero, Gunther e Torcal (1999).

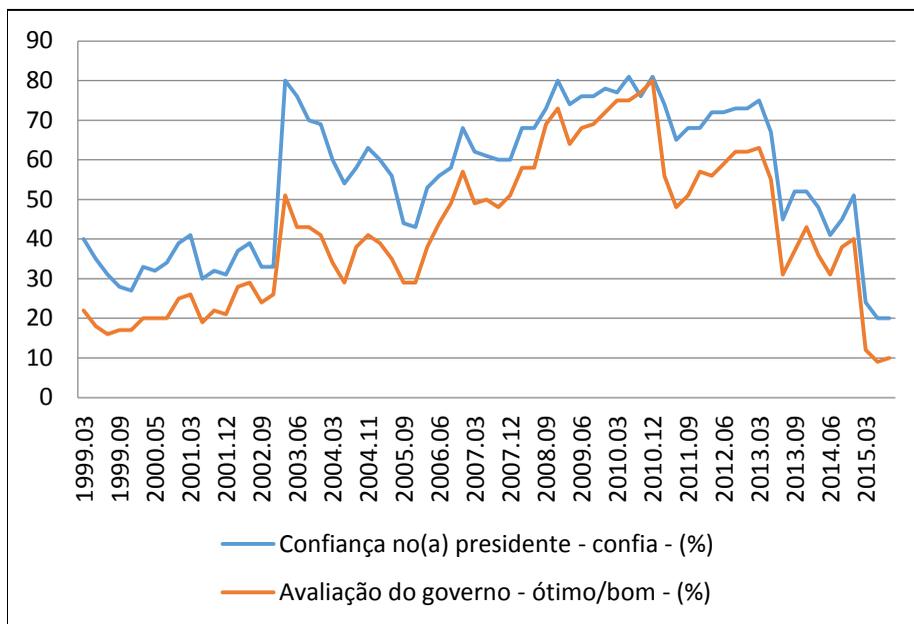
Se analisarmos o comportamento dessas variáveis ante os indicadores sociais e econômicos no período, verifica-se que há uma ligeira melhora dos indicadores de apoio e satisfação com a democracia no período de melhores resultados econômicos. Porém, tal resultado não é estável, modificando-se junto com a deterioração da situação econômica.

Como pode se verificar pelos dados da pesquisa trimestral da CNI (Confederação Nacional da Indústria) sobre avaliação do presidente e do governo (Gráfico 2), a popularidade do incumbente varia juntamente com a avaliação do governo, ainda que, em geral, exista uma visão mais positiva do governante do que do governo, o que particularmente ocorre durante o primeiro governo de Lula e no início do primeiro governo de Dilma. O único momento em que a avaliação de governo e a do presidente se equivalem, estando nos patamares mais altos, foi no final do segundo mandato de Lula.

Porém, também se verifica, no período recente, que a queda na avaliação positiva pode modificar-se rapidamente, sendo perceptível que a avaliação negativa da presidente Dilma avança em ritmo maior do que a efetiva modificação das condições econômicas,

chegando, no final de 2015, primeiro ano do segundo mandato, a níveis de confiança inferiores aos de Fernando Henrique Cardoso no final do seu mandato.

Gráfico 2
Avaliação do governo e Confiança no(a) presidente - 1999-2015 (%)



Fonte: Ipea, Ipeadata, 2016 (Confederação Nacional das Indústrias).

Ainda que seja uma impressão apenas parcial do período, o crescimento de uma visão pessimista pode ser verificado na comparação entre 2010 e 2014. Quando questionados sobre a situação do país no último ano, mais de metade dos entrevistados em 2010 considerava que estava melhor. Em 2014, apenas 24,1% consideravam que estava melhor, com um percentual maior, de 27,7%, avaliando que estava pior. Ou seja, nem ao menos todos os eleitores de Dilma consideravam que o país estava melhorando (Tabela 9).

Tabela 9
Situação econômica atual do país está melhor, igual ou pior que há 12 meses? (%)

Ano	2010	2014
Melhor	53,1	24,1
Igual	38,1	45,9
Pior	5,3	27,7
Não sabe/Não respondeu	3,6	2,3
Total	100,0	100,0

Fonte: Eseb, 2002-2014.

De forma geral os dados de percepção sobre o sistema político tiveram alterações, sob a forma de oscilações entre momentos de maior otimismo, como em 2002 e 2010, e de maior pessimismo, em 2006 e 2014. O padrão de crescimento econômico e de melhoria de indicadores sociais parece ter impactado mais a popularidade dos governantes do que a confiança ou a satisfação com as instituições.

Conclusões

Na última década, sucederam-se quatro governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, dois em que foi eleito Luiz Inácio Lula da Silva e dois liderados por Dilma Rousseff, com o segundo mandato interrompido.

Na primeira década do século, as condições econômicas favoráveis permitiram ao país níveis razoáveis de crescimento, que lhe valeram a inclusão dentro do bloco das economias emergentes (Brics). A adoção de programas governamentais contribuiu para a redução dos níveis absolutos de pobreza.

O Brasil, nesse período, não conseguiu consolidar uma cultura política predominantemente democrática, sendo presente um percentual grande de cidadãos que se mostram ambivalentes em relação à democracia (Moisés, 2008). A realização de eleições não parece ter tido um efeito de socialização no sentido de fortalecer o apoio com a democracia (Baquero e González, 2011).

Se, conforme algumas perspectivas teóricas, o temporário êxito econômico e a estabilidade institucional vivida na última década e meia deveriam ter permitido o desenvolvimento e a consolidação de valores democráticos, com um apoio robusto ao regime e às instituições e níveis razoáveis de satisfação, os dados apresentados parecem indicar o contrário.

Esse cenário positivo faz parte do passado, com o país vivendo, hoje, uma recessão, com cortes em gastos sociais e baixa da popularidade tanto da presidente afastada como

do atual ocupante do cargo. O personalismo da política brasileira faz com que a identificação com os incumbentes seja um fator primordial. A estabilidade do regime está ancorada na popularidade dos dirigentes políticos e esta, por sua vez, estreitamente ligada à capacidade de garantir a execução de políticas que tragam benefícios individualizados aos diferentes setores da população.

Poderíamos argumentar que tal deterioração é resultado da percepção dos escândalos de corrupção. Porém, a divulgação de fatos dessa natureza não é um elemento novo na política brasileira. Cabe lembrar que a exposição do mecanismo de compra de apoios no Congresso Nacional, intitulado pela mídia de "Mensalão", não impediu que houvesse a reeleição do presidente Lula e que este viesse a alcançar os mais altos níveis de popularidade no segundo mandato.

Da mesma forma, o julgamento dos acusados naquele caso, com a intensa exploração pública da condenação do ex-ministro da casa civil José Dirceu, também não foi suficiente para impedir a reeleição de Dilma, indicando uma separação entre a avaliação dos governantes e as acusações contra o partido. Os escândalos que são rapidamente esquecidos em tempos de bonança não são tolerados nos momentos de crise, tanto que os principais argumentos utilizados pela oposição na defesa ao público do processo de afastamento de Dilma estavam mais centrados na incapacidade do governo de fazer o enfrentamento dos problemas econômicos do que nas ilegalidades cometidas, que foram mero pretexto formal para abrir o procedimento.

A exposição pela mídia de uma situação econômica adversa parece ter desencadeado rapidamente uma percepção de pessimismo que afeta a avaliação das instituições. O período de bonança não parece ter criado atitudes favoráveis e arraigadas para com a democracia e suas instituições.

A rápida deterioração da avaliação tanto do governo como da presidente indica que a avaliação negativa de pouco mais de 20% dos entrevistados em relação ao mandato do governo passado, mesmo com o efetivo resultado de redução da pobreza e do desemprego no período, não gerou uma tolerância a ser explorada no novo mandato. Em poucos meses, o possível crédito de confiança desapareceu.

A posição da população ante as instituições democráticas e os governantes tende a variar em função de sua satisfação material. Crise econômica e crise de popularidade dos líderes políticos são fatores de desestabilização do regime. Assim, consideramos que há indicativos da presença de um componente inercial na percepção negativa de partes da população com relação às instituições e à democracia, que não tem se alterado nem com resultados econômicos nem com as sucessivas eleições. A menos que esse componente possa ser modificado, seja com o desenvolvimento de políticas econômicas que garantam crescimento e redução da pobreza de forma sustentada, seja com o empoderamento da população e o desenvolvimento de valores participativos, a perspectiva é de que a

democracia brasileira continue anêmica e sofrendo periódicos eventos de intranquilidade, em outras palavras, uma democracia inercial.

Marcello Baquero - Doutor em ciência política pela Florida State University. Com pós-doutorado pelo Instituto Gino Germani da Universidade de Buenos Aires, Argentina, e pela Universidade de Sussex, Inglaterra. Professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <marcelo.baquero@ufrgs.br>.

Rodrigo Stumpf González - Doutor em ciência política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <rodrigo.stumpf@ufrgs.br>.

Referências bibliográficas

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty*. New York: Crown Business, 2012.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park: Sage, 1989.

ALTIMIR, O. "Cambios de la desigualdad y la pobreza en la América Latina". *El Trimestre Económico*, nº 241, p. 85-113, 1994.

BAQUERO, M. *Democracia, partidos e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: Nupesal/Kuarup, 1989.

_____. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: Estado e partidos políticos. In: BAQUERO, M. (org.). *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre, UFRGS, p. 26-41, 1994.

_____. "Memória política e constituição da cultura política brasileira". *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 48, p. 84-92, 2012.

BAQUERO, M.; GONZÁLEZ, R. "Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 2, p. 369-399, 2011.

BAQUERO, M.; MORAIS, J. A. "Desigualdade e democracia na América Latina: o papel da inércia na construção de uma cultura política democrática". In: I Seminário Internacional de Ciência Política, Porto Alegre. *Anais I SICP*, p. 1-25, 2015.

BARRO, R. J. "Determinants of democracy". *Journal of Political Economy*, vol. 107, nº 6, p. 158-183, 1999.

BOIX, C.; STOKES, S. "Endogenous democratization". *World Politics*, vol. 55, p. 517-549, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Editora 34, 2007.

BURCHARDT, H. J. ¿Democracia desigual o desigualdad democrática? Un acercamiento teórico a la realidad socio-política de América Latina. In: KRON, S.; COSTA, S.; BRAIG, M. (eds.). *Democracia y reconfigures contemporizas del derecho en América Latina*. Madrid/Frankfurt: Vervuert, p. 73-90, 2012.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal de Emprego. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_his t.shtml>. Acesso em 2 mar. 2016.

BRASIL. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Banco de dados econômicos e sociais. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

DALTON, R. J. *Political support in advanced industrial*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. "Citizenship norms and the expansion of political participation". *Political Studies*, vol. 56, nº 1, p. 76-98, 2008.

FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1973.

FUCHS, D.; KLINGEMANN, H.-D. (orgs.). *Citizens and the State*. Oxford: OUP Oxford, 1995.

FUKUYAMA, Francis. "Democracy and the quality of the State". *Journal of Democracy*. Washington, vol. 24, nº 4, p. 5-16, out. 2013.

GONZÁLEZ, F. E. *Creative destruction?* Economic crisis and democracy in Latin America. Baltimore. John Hopkins University Press, 2012.

GONZÁLEZ, R. "Qualidade da democracia, eleições presidenciais e apoio à democracia na América Latina". *Temas y Debates*, vol. 28, p. 13-28, 2014.

HELLIWELL, J. F. "Empirical linkages between democracy and economic growth". *British Journal of Political Science*, vol. 24, nº 2, p. 225-248, 1994.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

HOULE, C. "Inequality and democracy: why inequality harms consolidation but does not affect democratization". *World Politics*, Princeton, vol. 61, nº 4, p. 589-622, out. 2009.

HUNTINGTON, S. P. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

_____. *A terceira onda*: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Verbena, 2009.

LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. "Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança". *Dados*, vol. 34, nº 3, p. 311-348, 1991.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- LIPSET, S. M. "Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy". *Denton*, vol. 53, nº 1, p. 69-105, mar. 1959.
- LUSTIG, N.; LOPEZ-CALVA, L.; JUAREZ-ORTIZ, E. "Inequality in Latin America in the 2000s: the cases of Argentina, Brazil, and Mexico". *World Development*, vol. 44, p. 129-141, 2013.
- MOISÉS, J. Á. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. "Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 66, p. 11-43, 2008.
- MOISÉS, J. Á.; MENEGUELLO, R. (org.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: Edusp, 2013.
- MONTERO, J.; GUNTHER, R.; TORCAL, M. "Legitimidad, descontento y desafección". *Estudios Públicos*, Santiago, vol. 74, 1999.
- MOORE, B. *As origens sociais da democracia e da ditadura*. Lisboa/Santos: Edições Cosmos/Livraria Martins Fontes, 1967.
- NEL, P. *The politics of economic inequality in developing countries*. New York: Palgrave MacMillan, 2008.
- NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- O'CAMPO, J. A.; MALAGÓN, J. "Los efectos distributivos de la política fiscal en América Latina". *Pensamiento Iberoamericano*, nº 10, 2009.
- PEREZ-LIÑÁN, A.; MAINWARING, S. Democratic breakdown and survival in Latin America, 1945-2005. In: BRINKS, D.; LEIRAS, M.; MAINWARING, S. (eds.). *Reflections on uneven democracies: the legacy of Guillermo O'Donnell*. Baltimore: John Hopkins University Press, p. 21-43, 2014.
- PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. "Democracia e cultura: uma visão não culturalista". *Lua Nova*, vol. 58, p. 9-36, 2003.
- PRZEWORSKI, A., et al. *Democracy and development: political institutions and material well-being in the world, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Disponível em: <<http://books.google.co.uk/books?id=8uocGV0ftMC>>. Acesso em: 2 mar. 2016.
- RIBEIRO, E. A. "Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 28, p. 205-219, 2007.
- ROSANVALLON, P. *Counter-democracy. Politics in an age of distrust*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- ROSTOW, W. W. *The stages of economic growth: a Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- RUESCHEMEYER, D.; STEPHENS, E. H.; STEPHENS, J. D. *Capitalist development and democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- VILAS, C. M. Participation, inequality, and the whereabouts of democracy. In: CHALMERS, D., et al. *The new politics of inequality in Latin America*. Rethinking participation and representation. Oxford: Oxford University Press, p. 3-43, 1997.

ANEXO

Dados econômicos do Brasil (%)

Ano	Renda domiciliar: participação do 1% mais rico	Renda domiciliar: participação dos 10% mais ricos	Renda domiciliar: participação dos 50% mais pobres	Pobreza: taxa de pobreza (P0)	Pobreza: taxa de extrema pobreza (P0)	Taxa de Desemprego	Inflação INPC
1976	17,08	51,04	11,58	42,12	18,20	-	-
1977	18,47	51,64	11,68	39,06	15,99	-	-
1978	13,64	47,71	11,96	42,74	20,86	-	-
1979	13,61	47,45	12,77	38,74	15,92	-	-
1981	12,67	46,40	13,14	40,79	17,25	-	93,51
1982	13,02	46,91	12,70	41,00	17,80	-	100,31
1983	13,47	47,38	12,51	48,73	23,02	-	177,97
1984	13,19	47,27	12,99	48,30	21,70	-	209,12
1985	13,61	47,75	12,46	42,01	18,15	-	239,05
1986	13,77	46,95	13,02	26,41	8,80	-	59,20
1987	14,11	47,75	12,22	38,71	17,11	-	394,60
1988	14,41	49,47	11,46	43,57	20,85	-	993,28
1989	16,48	51,50	10,62	41,36	19,29	-	1.863,56
1990	14,20	48,78	11,45	41,92	19,95	-	1.585,18
1991	-	-	-	-	-	-	475,10
1992	13,23	45,78	13,11	42,09	19,97	7,2	1.149,06
1993	15,09	48,64	12,31	42,98	20,27	6,8	2.489,11
1994	-	-	-	-	-	-	929,32
1995	13,81	47,85	12,35	35,08	15,19	-	21,98
1996	13,53	47,52	12,09	34,73	15,63	6,7	9,12
1997	13,78	47,67	12,12	35,18	15,58	7,6	4,34
1998	13,86	47,79	12,34	33,97	14,52	8,5	2,49
1999	13,24	47,27	12,69	35,26	15,03	9,7	8,43
2000	-	-	-	-	-	-	5,27
2001	13,90	47,44	12,60	35,09	15,19	10,4	9,44



Ano	Renda domiciliar: participação do 1% mais rico	Renda domiciliar: participação dos 10% mais ricos	Renda domiciliar: participação dos 50% mais pobres	Pobreza: taxa de pobreza (P0)	Pobreza: taxa de extrema pobreza (P0)	Taxa de Desemprego	Inflação INPC
2002	13,42	47,03	12,97	34,38	13,98	-	14,74
2003	13,08	46,20	13,22	35,75	15,18	10,1	10,38
2004	12,98	45,33	13,83	33,71	13,22	9,7	6,13
2005	12,99	45,33	14,05	30,83	11,50	10,2	5,05
2006	12,77	44,75	14,45	26,75	9,45	9,2	2,81
2007	12,51	43,85	14,72	25,36	8,96	8,9	5,16
2008	12,12	43,06	15,30	22,60	7,56	7,8	6,48
2009	12,10	42,74	15,50	21,41	7,27	9,1	4,11
2010	-	-	-	-	-	-	6,47
2011	11,76	41,81	16,15	18,42	6,31	7,3	6,08
2012	12,58	41,90	16,38	15,93	5,29	6,7	6,20
2013	11,74	41,55	16,42	15,09	5,50	7,1	5,56
2014	11,35	40,89	17,00	13,29	4,20	7,5	6,23

Fonte: Ipea, Ipeadata, 2016.

Resumo

Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014

Este artigo busca avaliar a presença de uma democracia inercial no Brasil, em que as assimetrias entre economia e política produzem uma cultura política passiva e anômica. Tal situação possibilita que as políticas sociais e econômicas sigam um padrão que pouco se modifica. Se, num contexto de mudanças, as coisas precisam mudar para que fiquem iguais, então se pode esperar que, num contexto de (re)democratização com inércia, as instituições mudem, sem, no entanto, alterar, numa direção positiva, as normas, os valores e as crenças normativas da população em relação à democracia. Para analisar essa proposição serão utilizados dados demográficos e socioeconômicos, avaliados ante a evolução da confiança nas instituições, governantes e na democracia no período 2002-2014, a partir de dados do Eseb. A conclusão é de que o período de desempenho econômico favorável não permitiu a consolidação de uma cultura política democrática, com rápida deterioração do apoio às instituições e aos governantes a partir da crise econômica.

Palavras-chave: cultura política; democracia inercial; economia

Abstract

Political culture, economic changes, and inertial democracy: a post-2014 elections analysis

This work seeks to evaluate the presence of an inertial democracy in Brazil, where asymmetries between economics and politics create a passive and anomic political culture. Such a situation allows for social and economic policies to follow a pattern that faces limited change. If, in a context of

changes, things need to change in order to remain the same, then in a scenario of inertial (re-) democratization, institutions can be expected to change without, however, altering, in a positive direction, the population's norms, values, and normative beliefs about democracy. In order to assess this proposition, demographic and socio-economic data will be analyzed along with the evolution of trust in institutions, politicians, and democracy for the period of 2002–2014 using data from the Brazilian Electoral Survey (Eseb). The conclusion is that the period of favorable economic performance did not allow for the consolidation of a democratic political culture, with a rapid deterioration of support for institutions and leaders following the economic crisis.

Keywords: political culture; inertial democracy; economy

Resumen

Cultura política, cambios económicos y democracia inercial. Un análisis post-elecciones del 2014

Este trabajo tiene por objetivo evaluar la presencia de una democracia inercial en Brasil, donde las asimetrías entre economía y política crean una cultura política pasiva y anómica. Tal situación hace posible que las políticas sociales y económicas mantengan un patrón que poco cambia. En un contexto de cambios, son necesarios para que las cosas queden como están, se puede esperar que, en un contexto de (re)democratización con inercia, las instituciones cambien, sin, entretanto, alterar positivamente las normas, valores y creencias normativas del pueblo en relación con la democracia. Para analizar esta proposición, son utilizados datos demográficos y socioeconómicos, evaluados en su relación con la evolución de la confianza en las instituciones, gobernantes y en la democracia en el periodo 2002-2014, basado en datos del ESEB. La conclusión es que el periodo de desarrollo económico favorable no ha permitido la consolidación de una cultura política democrática, con el rápido deterioro del apoyo a las instituciones y gobernantes cuando llegó la crisis económica.

Palabras clave: cultura política; democracia inercial; economía

Résumé

Culture politique, transformations économiques et démocratie inertielle. Une analyse après les élections de 2014

Cet article cherche à évaluer la présence d'une démocratie inertielle au Brésil, où les asymétries entre l'économie et la politique développent une culture politique anémique et passive. Cet état des choses permet que les politiques sociales et économiques ne changent pas. Si, dans un contexte de changements, il faut que les choses changent pour que rien ne change, alors on peut s'attendre à ce que, dans un contexte de (re)démocratisation avec inertie, les institutions changent, mais sans modifier positivement les normes, les valeurs et les croyances du peuple vers la démocratie. Pour analyser cette proposition on utilisera des données démographiques et socio-économiques, évaluées dans le contexte de l'évolution de la confiance envers les institutions, les dirigeants et la démocratie pendant la période 2002-2014, à partir de données de l'Eseb. En conclusion, les résultats économiques favorables n'ont pas suffi pour développer une culture politique démocratique. Avec la crise économique, on a assisté à une rapide détérioration du soutien aux institutions et aux dirigeants.

Mots-clés: culture politique; démocratie inertielle; économie

Artigo submetido à publicação em março de 2016.

Versão final aprovada em outubro de 2016.

Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014

Luciana Fernandes Veiga

Steven Dutt Ross

Introdução

A avaliação da economia vem sendo tomada como elemento essencial para a escolha do eleitor em pleitos presidenciais brasileiros desde a redemocratização (Mendes e Venturi, 1994; Meneguello, 1994; Carreirão, 2002, 2007; Peixoto e Rennó, 2011). Contudo, Amaral e Ribeiro (2015) encontraram que o julgamento do desempenho do governo esteve dissociado da avaliação da situação econômica do país na última disputa presidencial. Os eleitores que tinham o governo como ótimo/bom representavam 46%, mas apenas um quarto considerava que a economia havia melhorado no último ano. Também concluíram que a avaliação retrospectiva da economia não teve impacto no voto pela reeleição de Dilma Rousseff. Os autores sugerem então que apenas análises mais refinadas possam fornecer respostas mais precisas a esse aparente descompasso, mas arriscam algumas possíveis explicações e, entre elas, está o fato de a deterioração econômica não ter afetado até então o indicador mais sensível para o eleitorado: as taxas de desemprego.

Os achados de Amaral e Ribeiro (2015) colocam em evidência dois pontos da teoria do voto econômico. O primeiro refere-se ao seu preceito básico de acordo com o qual a avaliação da economia influencia a adesão ao partido do mandatário – sendo tal adesão expressa por avaliação do governo ou por postura de voto. O segundo refere-se a quanto tal julgamento da economia se baseia em informação/conhecimento concreto ou em preferências políticas do eleitor. Iyengar (1987) sugere que o baixo nível de conhecimento político pode levar a decisões pouco embasadas – sem conexão entre causa e consequência – e colocar em risco o princípio do governo do povo via voto.

A teoria do voto econômico – em sua versão retrospectiva sociotrópica – parte do princípio de que eleitores fazem um julgamento da situação econômica do país e a partir daí tendem a votar pela reeleição do mandatário e/ou de seu partido em situação de satisfação com o desempenho do governo e em votar na oposição em situação de insatisfação. Assim, haveria um vínculo entre avaliação positiva da economia e adesão ao partido do governo, precisamente nesse sentido de causalidade. Alguns estudos – que tendem a ter a importância de seus achados reduzidos nessa literatura – apontam para o sentido contrário da causalidade. A avaliação da economia que seria, outrossim, uma

consequência da predisposição política dos eleitores (Erikson, 2004; Wlezien, Franklin e Twiggs, 1997).

Nesse sentido, tem-se o segundo ponto. Até que medida tal avaliação da economia é bem informada, está baseada em conhecimento da realidade objetiva da economia? Ou ela é reflexo de juízos políticos dissociados do mundo real da economia? Cumpre ressaltar que entre os pioneiros da abordagem do voto econômico já se verifica a preocupação com o caráter subjetivo da avaliação econômica no nível individual. Kramer (1983), por exemplo, alerta que os indivíduos tendem a tratar as mudanças na economia de forma exagerada em decorrência de aspectos políticos, o que termina por – de acordo com ele – comprometer a análise no nível individual do voto econômico.

Como pano de fundo, a discussão apresentada por Lupia e McCubbins (1998) a respeito dos riscos da tomada de decisão a partir de informação incompleta e fragmentada para as bases democráticas ganha evidência. Para Popkin (1991), mediante a informação incompleta, fragmentada, eleitores acessam o conhecimento de sua experiência de vida e o resultado são decisões racionais. Nessa mesma linha de conexão de informações fragmentadas, Peixoto e Rennó (2011) apontam que o eleitor sente a melhora econômica do país em sua vida e traduz isso como uma sensação de que sua vida e sua situação econômica melhoraram. E que a sensação de mobilidade social vivida é fator-chave para entendermos os mecanismos através dos quais o estado da economia no país se manifesta nas percepções individuais dos eleitores.

Apesar de a discussão sobre o voto econômico se encontrar avançada e já haver mesmo alguns estudos sobre os determinantes da avaliação retrospectiva da economia na literatura internacional, o fundamento de tal avaliação permanece pouco explorado no Brasil. Em perspectiva comparada, Veiga (2013) encontrou que os aspectos do crescimento econômico e do investimento social haviam impactado na avaliação retrospectiva positiva da economia na América Latina. Assim, tem-se como objetivo neste artigo analisar o fundamento da avaliação retrospectiva da economia, tendo em vista as eleições presidenciais de 2014 no Brasil.

Para o artigo foi utilizado o *survey* relativo ao Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) 2014, realizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com amostra nacional de 2.506 entrevistas e com trabalho de campo entre os dias 1 e 19 de novembro de 2014. Para a análise da avaliação retrospectiva da economia, lançamos mão de um modelo estatístico com técnica de modelagem linear generalizada logit ordenado.

O artigo está organizado nas seguintes partes além desta Introdução: “Revisão teórica”, “Contexto político e econômico”, “Hipóteses”, “Desenho da pesquisa” (Metodologia), “Resultados”, “Discussão” e “Conclusões”.

Revisão teórica

Avaliação da economia retrospectiva sociotrópica – A variável dependente

A noção de voto econômico está estruturada a partir das hipóteses de recompensa e punição. Quando a economia está bem, os eleitores tendem a recompensar o partido mandatário com o voto na situação. Inversamente, quando a economia está ruim, eleitores tendem a punir o partido situacionista com o voto na oposição.

Para testar tais hipóteses, a primeira onda de estudos sobre o voto econômico utilizou-se de dados no nível macro, tendo como variável dependente o resultado eleitoral obtido pelos partidos do mandatário e como variáveis independentes informações da macroeconomia como crescimento, inflação e desemprego (Frey e Hermann, 1971; Kramer, 1971; Strom e Lipset, 1984; Powell e Whitten, 1993)

A premissa de que mais importante do que o efeito dos fatores macroeconômicos objetivos é o efeito da percepção da economia na hora do julgamento do mandatário é introduzida na discussão sobre o voto econômico. A percepção da economia se subdivide então em quatro categorias de acordo com a dimensão temporal e com a abrangência utilizadas. No que tange à dimensão temporal, Key (1966), Fiorina (1981), Kiewiet (1983), entre outros, propuseram que o eleitor considera o desempenho passado do partido governante ao tomar sua decisão, adotando o voto econômico retrospectivo. Para Downs (1957), o eleitor compara a expectativa que possui dos desempenhos futuros dos partidos em disputa para decidir o seu voto, assumindo o voto econômico prospectivo. Já sobre que condição econômica o eleitor considera ao se decidir, o voto econômico pessoal refere-se à avaliação de sua situação econômica própria, pessoal, e a de sua casa, enquanto o voto econômico sociotrópico baseia-se na avaliação econômica nacional.

A esmagadora maioria dos estudos aponta que os eleitores não enfatizam as finanças pessoais ao decidirem o seu voto, sendo eles muito mais propensos a considerar a análise da economia nacional ao fazê-lo (Lewis-Beck e Stegmaier, 2008, p. 519). Essa tendência é verificada desde que Kiewiet apresentou sua análise sobre voto econômico retrospectivo nos EUA de 1960 a 1980, tido como um marco para a área. Kiewiet encontrou que o voto individual tende a ser fraco em eleições presidenciais, quando o voto sociotrópico tende a ser forte, convergência que se verificou em estudos subsequentes (Alvarez e Nagler, 1995, 1998).

Autores sugerem que avaliações subjetivas são elaboradas também por pessoas muito pouco informadas sobre a economia real e o seu ajuizamento da economia pode refletir outros fatores não relacionados precisamente com a economia como exposição à mídia, valores políticos e variáveis sociodemográficas (Duch, Palmer e Anderson, 2000). A identidade partidária é um importante fator que impacta na avaliação subjetiva (Kramer, 1983).

Conhecimento/informação sobre a situação econômica objetiva – A variável independente

O impacto do conhecimento nas decisões em um sistema democrático sempre foi um tema caro para a ciência política e desperta o que se costuma chamar de o dilema da democracia. A princípio, uma democracia requer que os cidadãos tomem decisões racionais, informadas sobre as consequências de suas ações. Todavia, sabe-se que eleitores tomam decisões a partir de pouca informação. O dilema está precisamente no questionamento sobre se as pessoas estão preparadas para fazer suas escolhas em processos democráticos (Lupia e McCubbins, 1998).

Sabe-se que a informação política não é restrita, ela perpassa todos os veículos de comunicação assim como todas as redes sociais virtuais e reais. A questão é que as pessoas se atêm à informação até o ponto em que a consideram útil para o seu cotidiano, a partir daí, param de identificar qualquer benefício instrumental em nova aquisição.

Posto isso, tem-se o embate entre – por um lado – os elaboradores da democracia, como Os Federalistas, que defendem a necessidade da informação completa para a adequada tomada de decisão, e – por outro lado – os autores dos anos 1980 e 1990 que contra-argumentam que eleitores podem se utilizar apenas de fragmentos de informação e ainda assim tomarem decisões racionais.

Dahl (1967) aponta que o principal perigo da escolha do voto a partir da decisão desinformada ou mal-informada é o erro na hora da delegação de autoridade, que poderia conduzir ao que chama de *tyranny of experts*. Iyengar (1987) alerta que o baixo nível de conhecimento político e a ausência de ideologia podem levar a uma situação em que o controle popular do governo via voto seja uma ilusão.

Conhecimento advindo da experiência pessoal, mobilidade social – Variável independente

De acordo com Lupia e McCubbins (1998), há duas maneiras de obter conhecimento. A primeira é por experiência pessoal, a partir de sua própria observação. A segunda opção é aprender com os outros. Nesse caso, utiliza-se das experiências passadas de outrem. Há uma série de informações que são adquiridas por experiências alheias.

No que tange especificamente ao conhecimento da economia para a decisão do voto, Duch e Stevenson (2008) assumem que os eleitores usam informações advindas, sobretudo, de sua experiência pessoal com a economia para julgar a competência dos governos. Quais informações de experiência pessoal seriam essas? O preço da comida no supermercado, do combustível no posto de gasolina, da energia elétrica. Há ainda evidências que boa parte do conhecimento da economia advém do aprendizado com o outro, com destaque para o papel da mídia que termina por informar os cidadãos comuns

sobre as variações da macroeconomia, afetando a avaliação retrospectiva da economia (De Boef e Kellstedt, 2004; Duch e Stevenson, 2008).

Sobre o conhecimento que vem da experiência pessoal, vale mencionar o trabalho de Peixoto e Rennó (2011), que aborda como a economia e o desempenho do governo se refletem na vida pessoal do eleitorado. Para os autores, o eleitor sente a melhora econômica do país em sua vida e traduz isso como uma sensação de que sua vida e sua situação econômica melhoraram. E propõem e comprovam que a sensação de mobilidade social vivida é fator-chave para entender os mecanismos através dos quais o estado da economia no país se manifesta nas percepções individuais dos eleitores.

Congruência ideológica e afetividade partidária – Variáveis independentes

Ainda nos anos 1950, Berelson, Lazarsfeld e McPhee (1954) e Downs (1957) já argumentavam que os eleitores dependiam de opinião dos líderes e dos partidos políticos para superar o déficit de informação. Mais recentemente, Fiorina (1981) e Popkin (1991), entre outros, têm mostrado que os eleitores se utilizam de uma série de atalhos para substituir a informação mais complexa.

Embora os modelos de voto econômico tendam a tratar a avaliação da economia como um reflexo do desempenho objetivo da economia, como um processo puramente exógeno, a literatura sobre formação de opinião vem sugerindo que as características do eleitor afetam a avaliação que ele faz da informação objetiva (Palmer e Duch, 2001). Kramer (1983), desde cedo, chamou a atenção para o impacto da preferência partidária na avaliação da economia pelo eleitor. Mais recentemente, Erikson (2004), ao analisar eleições americanas, chegou a propor que qualquer relação entre avaliação da economia e decisão do voto seria a preferência eleitoral moldando as percepções econômicas. Wlezien, Franklin e Twiggs (1997), ao estudarem quatro nações, concluíram que a avaliação econômica é fortemente influenciadas pela intenção de voto.

Contexto político e econômico

Eleita em 2010, a presidente Dilma Rousseff experimentou uma onda crescente de popularidade, atingindo o patamar de 78% de aprovação pessoal em dezembro de 2012, de acordo com pesquisa Ibope realizada naquele mês. De acordo com a mesma pesquisa, puxavam a aprovação da presidente para cima ainda: a) o combate à fome e à miséria (com 62% de aprovação); e b) a economia, com destaque para o combate ao desemprego (com 56% de aprovação) e uma satisfação moderada com o controle da inflação (oscilando em torno de 50%).

Em junho de 2013, com as passeatas e a mobilização de rua que se iniciam, o número de pessoas que desaprovam o desempenho pessoal de Dilma (49%) passou a superar o número de aprovação (45%). Constata-se queda na avaliação em todas as áreas de atuação do governo federal, com destaques para as áreas econômicas, como

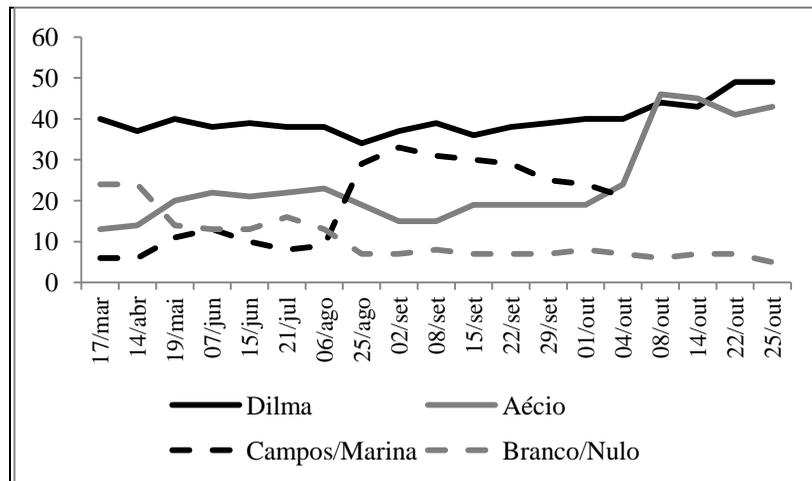
combate ao desemprego, taxa de juros e controle da inflação, e exceção para o combate à pobreza.

O que se vê é que a queda na aprovação na economia (desemprego, controle dos juros e inflação) afetou o principal sustentáculo do prestígio presidencial. Paralelamente, as divulgações do uso do dinheiro público em obras da Copa do Mundo, das penalidades destinadas aos “mensaleiros” e as recentes denúncias da Operação Lava Jato reforçaram a ideia de corrupção e impunidade no país. Assim, podemos sistematizar como os motivos para a insatisfação do governo Dilma a partir de pesquisas qualitativas e quantitativas: estagnação do crescimento, insatisfação com a qualidade dos serviços públicos da saúde, educação e segurança, corrupção e impunidade, utilização de recursos para obra da Copa do Mundo, processo do “mensalão” e denúncias da Petrobrás (Borba, Veiga e Martins, 2015, p. 187).

A disputa presidencial de 2014 aconteceu entre a então presidente Dilma Rousseff (PT), o seu principal adversário Aécio Neves (PSDB), Marina Silva – que assumiu a liderança da chapa após a morte de Eduardo Campos em 13 de agosto, Pastor Everaldo, Eduardo Jorge, Levy Fidelix, Luciana Genro, Eymael, Zé Maria, Mauro Iasi e Rui Costa Pimenta. Na pesquisa Ibope de 21 de julho, Dilma somava 38% das intenções de voto, contra 22% de Aécio e apenas 8% de Eduardo Campos, cenário que se manteve estável até a morte do candidato do PSB.

Na primeira sondagem feita pelo Ibope após o começo do horário eleitoral, no dia 25 de agosto, Marina ultrapassou Aécio, indo dos 9% das intenções de Campos para 22%. Aécio, por sua vez, regrediu de 23% para 15% em agosto. Após uma série de ataques sofridos por Marina, volta a tendência inicial da campanha, Dilma e Aécio seguem para o segundo turno, com 41,6% e 33,5% dos votos válidos, respectivamente. Dilma vence a disputa com 51,7% dos votos válidos, na eleição presidencial mais apertada do país.

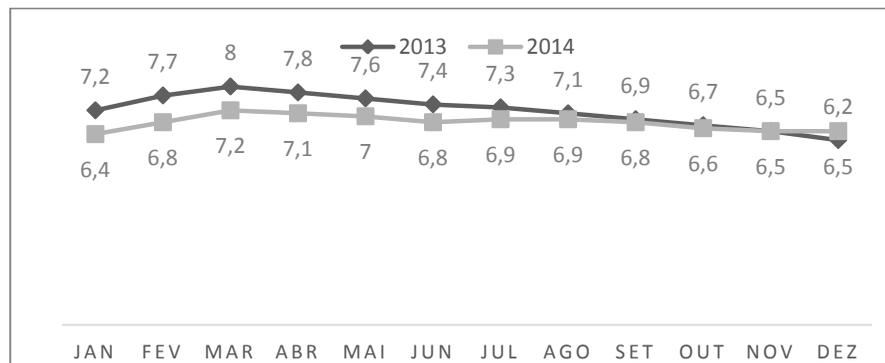
Gráfico 1
Intenção de voto estimulada



Fonte: Ibope.

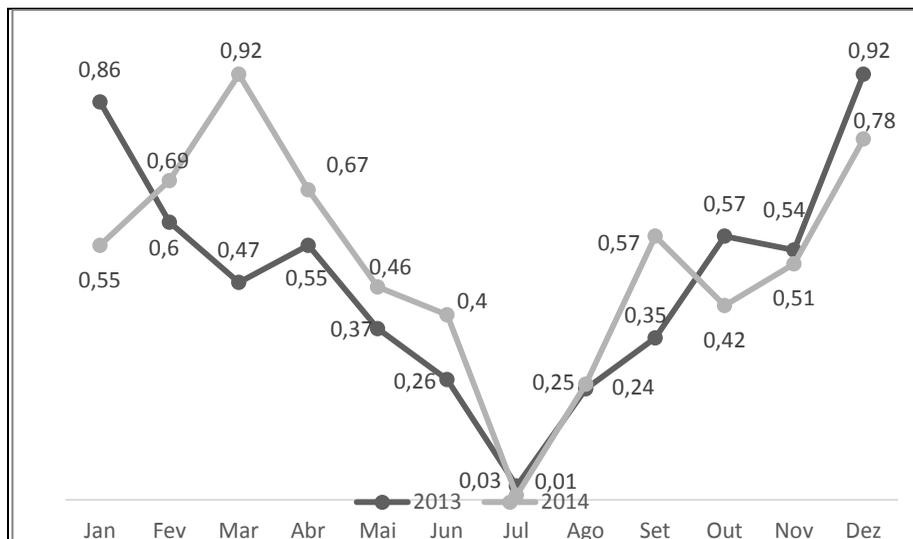
A realidade da economia que antecede à disputa presidencial de 2014, tomando as taxas de desemprego e de inflação (IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) oficiais do governo federal levantadas pelos IBGE, aparece relativamente estável, com variações mensais muito semelhantes entre 2013 e 2014 (ver Gráficos 2 e 3). A taxa de desemprego variou de 6,20 a 7,20 nos 12 meses que antecederam a disputa. A taxa de inflação teve uma variação acentuada se pegarmos o mês de julho de 2014 – com taxa de 0,01 – e o mês de dezembro de 2013 – com taxa de 0,95, contudo predominou o índice próximo de 0,50.

Gráfico 2
Varição mensal da taxa de desemprego



Fonte: IBGE/PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

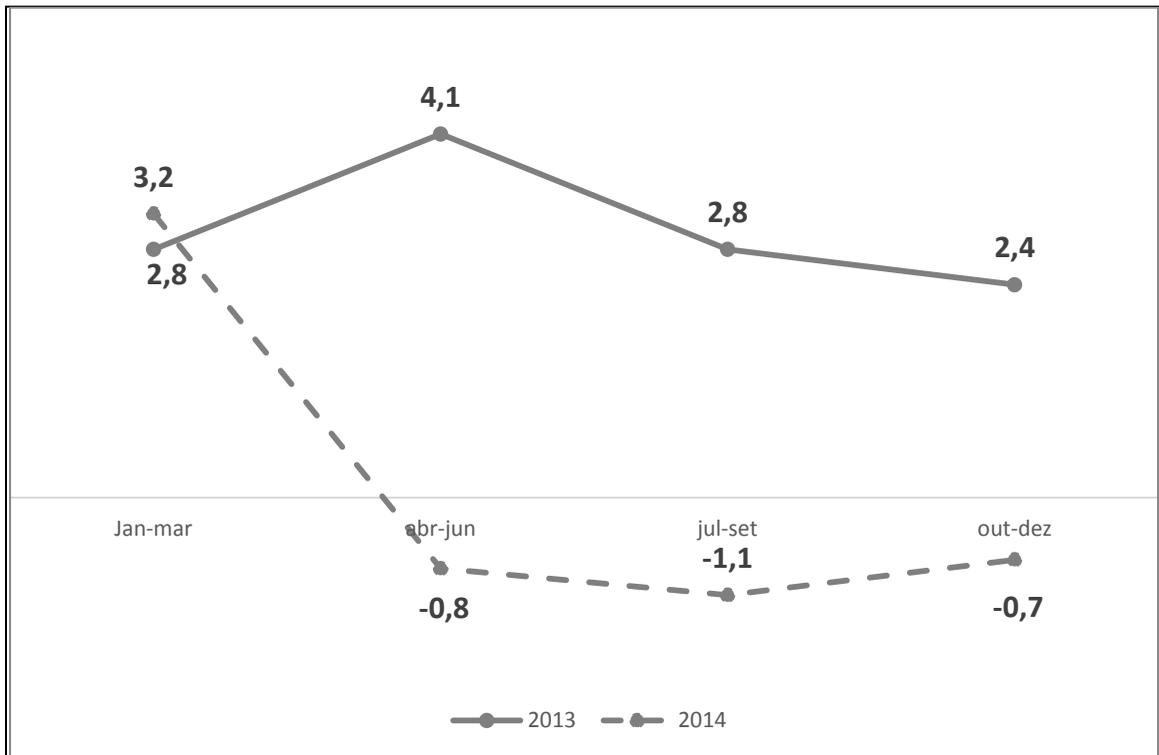
Gráfico 3
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo



Fonte: IBGE/IPC.

A mesma estabilidade não foi sentida na taxa de crescimento do PIB que caiu de 3,2 em janeiro de 2014 para patamar próximo de -1 no decorrer da maior parte do ano eleitoral (ver Gráfico 4). Ou seja, de acordo com dados oficiais do governo federal brasileiro, o cenário objetivo que se apresentava para formação da percepção retrospectiva da economia estava de estável para negativo.

Gráfico 4
Crescimento do PIB por trimestre – 2013/2014



Fonte: IBGE/Contas Nacionais.

Hipóteses

Considerando os preceitos teóricos e a conjuntura econômica expostos até aqui, as hipóteses deste artigo relacionadas à avaliação que o eleitor faz da economia são:

- Hipótese 1: Avaliação positiva que o eleitor faz da economia está relacionada de forma negativa com o conhecimento/informação objetiva da economia (aqui expresso pelo conhecimento da taxa de desemprego e do nome do ministro da Fazenda);
- Hipótese 2: A avaliação positiva que o eleitor faz da economia está relacionada de forma positiva com a sensação de mobilidade social;
- Hipótese 3: A avaliação positiva que o eleitor faz da economia está relacionada de forma positiva à afetividade partidária com o PT e de forma negativa à afetividade partidária com o PSDB;
- Hipótese 4: Quanto maior a identificação ideológica com a esquerda maior a chance de ter uma avaliação positiva da economia.

As hipóteses podem ser sistematizadas de acordo com a Figura 1:

Figura 1
Modelo explicativo



Fonte: Elaboração dos autores.

Esperamos que o entrevistado que tenha mais conhecimento/informação da economia – tenha respondido de maneira correta sobre o nome do ministro da Fazenda e sobre a taxa de desemprego em agosto – apresente maior probabilidade de avaliar que a economia tenha piorado nos últimos 12 meses que antecederam à pesquisa, a partir do contexto econômico apresentado sobre 2013 e 2014.

Já quanto à sensação de mobilidade social, que denota a experiência vivida, a expectativa é de que quanto maior a percepção do eleitor de que houve melhoras em sua condição de vida com ascensão de classe social, maior a probabilidade de que ele faça uma avaliação retrospectiva positiva da economia.

Esperamos que a afetividade partidária se faça refletir na avaliação retrospectiva do eleitor sobre a economia. Nesse caso, acreditamos que o aumento da nota (de 0 a 10) para quanto gosta do PT – legenda governista – vá incorrer em aumento da probabilidade de avaliação mais positiva da economia. Já o aumento da nota (de 0 a 10) para quanto gosta do PSDB – principal partido oposicionista – irá levar à redução da probabilidade de avaliação mais positiva da economia.

Esperamos que a ideologia influencie a avaliação retrospectiva que o eleitor faz da economia no seguinte sentido: uma postura mais à esquerda tenderá a aumentar a probabilidade de avaliação mais positiva e uma postura mais à direita tenderá a reduzir essa probabilidade. Tais expectativas estão relacionadas com a proximidade do governo de Dilma Rousseff mais à esquerda.

Os sinais esperados dos coeficientes são apresentados na Tabela 1:

Tabela 1
Sinais esperados dos coeficientes de cada
variável independente

Variável		Sinal esperado
Afetividade pelo PT		+
Afetividade pelo PSDB		-
Ideologia		-
Conhecimento da taxa de desemprego		-
Conhecimento do ministro da Fazenda		-
Mudança de classe social	Piorou de classe social	-
	Permaneceu igual	-

Fonte: Elaboração dos autores.

Desenho da pesquisa

Para este artigo foi utilizado o *survey* relativo ao Estudo Eleitoral Brasileiro, 2014, realizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com amostra nacional de 2.506 entrevistas e com trabalho de campo entre os dias 1 e 19 de novembro de 2014.

Para análise da avaliação retrospectiva da economia, lançamos mão de um modelo estatístico com técnica de modelagem linear generalizada *logit* ordenado. As categorias utilizadas foram avaliações de acordo com as quais “a economia está pior”, “a economia está a mesma coisa”, “a economia está melhor”.

A variável dependente – avaliação retrospectiva da economia – foi mensurada a partir da pergunta “na sua opinião, a atual situação econômica do Brasil está melhor, igual ou pior do que há 12 meses?”. As respostas foram agrupadas em três categorias (“pior”, “igual” e “melhor”) e a categoria de referência adotada foi a alternativa “pior”.

As variáveis explicativas foram extraídas da discussão teórica já exposta. Elas podem ser organizadas em grupos: (1) conhecimento/informação objetiva da economia; (2) conhecimento subjetivo/sensação de mobilidade social; (3) ideologia e afetividade partidária; e (4) sociodemográficas, de controle.

Para a análise do bloco “conhecimento/informação objetiva sobre a economia”, foram utilizadas duas questões do questionário Eseb – Q20a: Pelo que o(a) sr(a). sabe ou ouviu falar, qual dessas pessoas foi o ministro da Fazenda durante o governo Dilma? (LEIA ALTERNATIVAS 1 a 4 – RU) 1. () Gilberto Carvalho; 2. () Aloisio Mercadante; 3. () Guido Mantega; 4. () José Eduardo Cardozo; 8. () Não sabe (espontânea); 9. () Não respondeu (espontânea); Q20b: E pelo que o(a) sr(a). sabe ou ouviu falar, qual dessas

foi a taxa de desemprego do Brasil em AGOSTO de 2014? (LEIA ALTERNATIVAS 1 a 4 – RU) 1. () 7,0%; 2. () 11,0%; 3. () 5,0%; 4. () 9,0%; 8. () Não sabe (espontânea); 9. () Não respondeu (espontânea). Assim o entrevistado que optou pela resposta correta na primeira questão acima foi classificado como “tem conhecimento sobre quem é o ministro da Fazenda” e que respondeu corretamente a segunda questão acima foi avaliado como “tem conhecimento sobre a taxa de desemprego”.

Para mensuração da variável “conhecimento subjetivo/sensação de mobilidade social”, foram utilizadas as questões relativas à mudança (descendente, ascendente e sem alteração) de classe social do entrevistado nos últimos oito anos. Separamos os respondentes em três grupos: aqueles que afirmaram ter descido de classe, os que declararam ter permanecido na mesma classe e os que pontuaram ter ascendido de classe social.

Para a aferição da afetividade partidária pelo PT e da afetividade partidária pelo PSDB, foram utilizadas as seguintes perguntas: “Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o (a) sr(a). pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, para cada partido que eu citar (no item A foi citado o PT e no item E foi citado o PSDB), gostaria que atribísse uma nota de 0 a 10, sendo que 0 significa que o (a) sr(a). não gosta de jeito nenhum do partido e 10 que o (a) sr(a). gosta muito. Se eu falar o nome de um partido que o (a) sr(a). não conhece, apenas diga que não o conhece”.

A localização ideológica foi mensurada a partir da autolocalização do entrevistado em uma escala de 11 pontos (0 a 10), em que 0 significa esquerda e 10, direita. Os entrevistados foram separados em três grupos distintos. Na categoria “esquerda” estão aqueles que se localizaram entre 0 e 4. No “centro”, os que se posicionaram em 5. Na “direita”, aqueles que se colocavam entre 6 e 10.

Quanto às variáveis de controle, tem-se: Região: separamos os respondentes de acordo com a região do país em que residiam (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Sexo. Escolaridade: A partir da indicação dos entrevistados, criamos quatro grupos (Fundamental Incompleto, Fundamental Completo/Médio Incompleto, Médio Completo/Superior Incompleto e Superior Completo). Idade: variável contínua com a idade do entrevistado.

Resultados

As variáveis “conhecimento da taxa de desemprego”, “sensação de mobilidade social”, “região geográfica” e “afetividade partidária” foram significativas, isto é, estão relacionadas com a percepção da situação econômica. Desse modo, podemos considerar que, individualmente, elas podem ser utilizadas para discriminar a percepção da situação econômica em pior, igual ou melhor. Na sequência, avaliaremos simultaneamente todas as variáveis independentes em uma perspectiva de modelagem.

Tabela 2
Análise bivariada das variáveis socioeconômicas
das características eleitorais (%)

	Situação economia		
	Pior	Igual	Melhor
Conhecimento da taxa de desemprego***			
Não conhece	32,82	40,83	26,35
Conhece	24,97	50,86	24,17
Conhecimento do ministro da Fazenda			
Não conhece	26,85	45,02	28,13
Conhece	30,29	46,20	23,51
Escolaridade			
Analfabeto/ Nunca frequentou escola	23,57	42,64	33,79
Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental)	27,66	45,70	26,64
Primário completo (4ª.série do ensino fundamental)	26,22	50,36	23,43
Ginásio incompleto (até 7ª série do ensino fundamental)	28,60	44,75	26,65
Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental)	28,34	49,85	21,80
Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)	24,90	48,45	26,65
Colegial completo (3ª série do ensino médio)	29,16	46,40	24,44
Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio)	29,94	45,54	24,51
Ensino universitário completo ou Pós-graduação	32,57	45,57	21,86
Sensação de mobilidade social***			
Piorou de Classe Social	34,46	39,22	26,32
Permaneceu igual	29,29	51,87	18,85
Melhorou de Classe Social	25,95	36,63	37,41
Ideologia			
Esquerda	33,02	39,85	27,14
Centro	30,94	46,19	22,88
Direita	29,20	45,59	25,21
Região***			
Norte	26,32	37,89	35,79
Nordeste	23,36	41,12	35,52
Sudeste	26,77	52,49	20,74
Sul	38,94	42,86	18,21
Centro - Oeste	35,42	51,56	13,02
Sexo			
Masculino	28,61	46,90	24,48
Feminino	28,04	47,05	24,91
Variáveis quantitativas		Média	
Afetividade com PSDB***	4,74	4,26	3,85
Afetividade com PT***	3,71	5,13	6,06
Idade	42	41	41

Fonte: Eseb 2014. Processamento dos autores.

Nota: Nível de significância baseado no teste qui-quadrado ou na comparação de médias: *** p < 0,01.

Em uma primeira análise, foi desenvolvido o modelo com todas as variáveis explicativas (ver Anexo 2). Todavia, tendemos a retirar as variáveis explicativas que não foram significativas no nível de 0,05. Exceção para as variáveis “conhece o ministro da Fazenda” e “conhece a taxa de desemprego”, que foram mantidas no modelo final, apesar de não terem sido significativas desde logo, por sua importância neste artigo. O modelo linear generalizado *logit* ordenado foi testado e os resultados das variáveis independentes em relação à avaliação da economia são apresentados na Tabela 3. Nessa tabela, podemos ver o impacto de cada variável explicativa na variável dependente. Conforme é verificado nessa tabela, o modelo final foi significativo (p-value = 0,000).

Em relação às categorias da variável dependente (*ancillary parameters*), considerando como base a categoria PIOR a atual situação econômica do Brasil, podemos observar o efeito das outras categorias sobre a base e testar a significância. Nesse sentido, podemos dizer que existe diferença entre a situação PIOR para e a base (p-value = 0,000) e a categoria IGUAL e a base (p-value = 0,000).

Em relação às variáveis explicativas, considerando um nível de significância de 5%, podemos dizer que as variáveis “afetividade partidária com PT e PSDB” e “a sensação de mobilidade social” são as que exercem os maiores impactos na variável dependente (avaliação da economia). O modelo final é apresentado na Tabela 3:

Tabela 3
Coefficientes estimados do modelo logit ordinal

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Situação econômica - Igual	-0,715 1,332**	-0,717* 1,294***	-0,917*** 1,09***
Afinidade com PSDB	-0,07**	-0,054**	-0,053**
Afinidade com PT	0,163***	0,163***	0,162***
Idade	0,004		
Conhecimento da taxa de desemprego			
Não conhece a taxa de desemprego	-0,146	-0,26	-0,28*
Conhecimento do ministro da Fazenda			
Não conhece o ministro da Fazenda	-0,081	0,044	0,034
Mudança de classe social			
Piorou de classe social	-0,46	-0,347	-0,318
Permaneceu igual	-0,644***	-0,509***	-0,506***
Região geográfica			
Norte	0,524	0,258	
Nordeste	0,279	0,123	
Sudeste	0,413	0,271	
Sul	0,31	0,061	
Centro-Oeste	0	0	
Ideologia	-0,025		

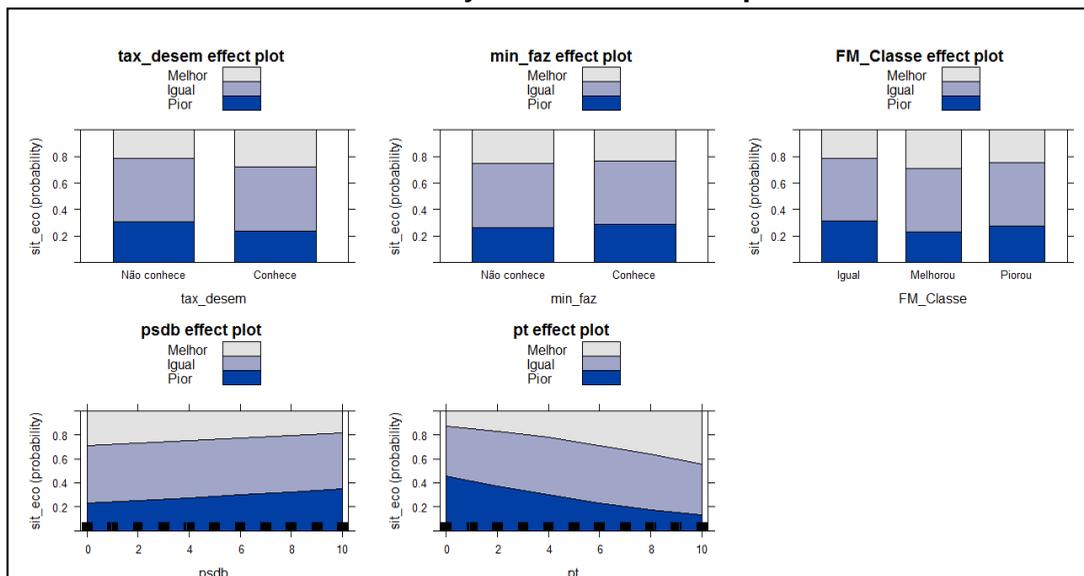
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Escolaridade			
Analfabeto/Nunca frequentou escola	-0,915		
Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental)	0,331		
Primário completo (4ª.série do ensino fundamental)	0,627		
Ginásio incompleto (até 7ª série do ensino fundamental)	-0,236		
Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental)	0,183		
Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)	0,169		
Colegial completo (3ª série do ensino médio)	0,035		
Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio)	-0,235		
Sexo			
Masculino	-0,117		
Feminino	0		

Fonte: Eseb 2014. Processamento dos autores.

Função de ligação logit. Nível de significância: * $p < 0.1$. ** $p < 0.05$.*** $p < 0.01$.

Em um modelo de regressão logístico ordinal é possível construir um gráfico de efeitos conforme sugerido por Fox (1987, 2003). Esse tipo de gráfico permite a interpretação dos resultados dos modelos estatísticos por meio da visualização da contribuição marginal da variável na probabilidade. Nesse gráfico, podemos ver o impacto das variáveis afetividade partidária com PT e PSDB e da variável sensação de mobilidade social na percepção da avaliação econômica. Os gráficos de efeitos do modelo logit ordinal são mostrados abaixo.

Gráficos de 5 a 9 Efeitos da contribuição das variáveis na probabilidade



Fonte: Eseb 2014. Processamento dos autores.

As principais variáveis dessa investigação, aquelas referentes ao conhecimento/informação objetivo da economia, *Conhecer o ministro da Fazenda* ($p\text{-value} = 0,875$) e *Conhecer a taxa de desemprego* ($p\text{-value} = 0,102$), se mostraram pouco significativas na avaliação da situação da economia. Em outras palavras, as pessoas que conhecem o ministro da Fazenda e/ou a taxa de desemprego avaliam da mesma forma que quem não conhece, contrariando a expectativa inicial

Já em relação à sensação de mobilidade social, apenas as pessoas que continuaram na mesma classe social ($p\text{-value} = 0,004$) têm impacto significativo e negativo. Em outras palavras, permanecer na mesma classe social diminui a chance de avaliar melhor a economia. Tais achados também não contemplam precisamente as expectativas iniciais de que a percepção de subida de classe social levaria a maior probabilidade de avaliação positiva da economia.

Em relação à afetividade partidária, enquanto o coeficiente da variável de identificação partidária com o PSDB tem sinal negativo ($- 0,053$), a identificação partidária com o PT tem sinal positivo ($0,162$). As razões de chance foram de $RC_{\text{PSDB}} = 0,948$ para o PSDB e $RC_{\text{PT}} = 1,176$ para o PT. Isso sugere que aumentando em uma unidade a nota (de 0 a 10) para a afinidade com o PT, a chance de avaliar melhor a economia aumenta em 17,6%, mantendo-se as demais covariáveis constantes.

Discussão

Os resultados apresentados neste artigo contrariam o princípio dominante assumido pelos modelos de voto econômico, segundo os quais a avaliação da economia é um reflexo dos índices objetivos alcançados pelos mandatários. O que encontramos é que ter conhecimento formal sobre os aspectos da economia pode não importar na hora de avaliar a situação econômica para melhor ou para pior. Ao menos ter conhecimento da taxa de desemprego e saber o nome do ministro do Fazenda não demonstraram efeito na avaliação retrospectiva da economia neste artigo. Nesse sentido, os nossos achados se aproximam da literatura sobre a formação da opinião pública, que sugere que o perfil do eleitor pode afetar a leitura que ele faz da situação econômica objetiva (Palmer e Duch, 2001; Duch, Palmer e Anderson, 2000; Kramer, 1983). Cumpre ressaltar, todavia, que na análise bivariada – exposta na Tabela 2, a variável conhecimento da taxa de desemprego mostrou-se significativa, estando relacionada com a percepção da situação econômica.

Ao testarmos no modelo a afetividade partidária, foi possível verificar como as condições afetivas se sobrepõem às condições cognitivas na avaliação da econômica, confirmando o alerta elaborado por Kramer (1983), que os indivíduos tendem a tratar as mudanças na economia de forma exagerada em decorrência de suas predisposições políticas. O que se verificou foi que, em um primeiro momento, os eleitores se dispõem a favor ou contra o partido do governo e seu principal opositor e, na sequência, tais atitudes partidárias impactam na avaliação que fazem da economia,

comprometendo o argumento inicial do voto econômico, de acordo com o qual o eleitor age como um juiz, que observa imparcialmente o contexto para se decidir. É dado que associações entre identidade/preferência partidária pelo PT e pelo PSDB e avaliação da economia são fortes no Brasil desde 1994, na avaliação do Plano Real (Singer, 2000). Cumpre fazer uma ressalva nessa análise: não descartamos a ideia de que tal afetividade partidária seja fruto de satisfação com governos e políticas de tais legendas, baseada em critérios absolutamente pragmáticos e racionais, tendo em mente toda a literatura sobre identidade partidária.

O argumento de que a sensação de mobilidade social é fator-chave para entendermos os mecanismos através dos quais o estado da economia no país se manifesta nas percepções individuais dos eleitores (Peixoto e Rennó, 2011, e Amaral e Ribeiro, 2015), no que tange à avaliação retrospectiva da economia, se mostrou apenas parcialmente verdadeiro no caso em foco. A sensação de ascensão social não se reproduziu em avaliação positiva da economia. Contudo, ter a sensação de permanecer na mesma classe social apresentou impacto negativo na avaliação da economia. Em 2010, a sensação de ascensão social teve um impacto muito positivo no voto em Dilma Rousseff. A mobilidade social ascendente foi muito significativa no decorrer dos governos Lula e tal ritmo não se manteve no governo Dilma.

Conclusões

Este artigo traz uma análise da formação da avaliação econômica retrospectiva sociotrópica por ocasião da eleição presidencial do Brasil em 2014. Verificou-se que o conhecimento de informações objetivas da economia não afeta a avaliação elaborada pelo eleitor. Logo, tal avaliação não está baseada em fatos. Ainda se constatou que a afinidade com o partido do mandatário, PT, e o distanciamento do principal partido de oposição, o PSDB, tem efeito positivo em tal avaliação, sendo o inverso também verdadeiro. Ou seja, as preferências políticas impactam na percepção da economia. Tais achados enfraquecem a teoria do "voto econômico", que assume a direção oposta de causalidade, ou seja, que as avaliações econômicas (e os interesses econômicos correspondentes) conduzem a escolhas políticas e eleitorais. Por fim, ficou demonstrado que a percepção dos eleitores sobre a sua recente mobilidade social tem impacto, mas em um caminho inesperado: enquanto a percepção de subida ou descida de classe social não tem qualquer efeito significativo, a sensação de estagnação/não mobilidade se traduz em tendência de queda para a avaliação da economia.

Luciana Fernandes Veiga - Professora associada da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). E-mail: <luveiga@terra.com.br>.

Steven Dutt Ross - Professor do Departamento de Métodos Quantitativos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: <steven.ross@uniriotec.br>.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, R. M.; NAGLER, J. "When politics and models collide: estimating models of multiparty elections". *American Journal of Political Science*, p. 55-96, 1995.
- _____. "Economics, issues and the Perot candidacy: voter choice in the 1992 presidential election". *American Journal of Political Science*, p. 714-744, 1998.
- AMARAL, O. E.; RIBEIRO, P. F. "Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 56, p. 107-123, 2015. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235605>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- BERELSON, B. R.; LAZARSFELD, P. F.; MCPHEE, W. F. *Voting*. Chicago: University of Chicago Press, 1954.
- BORBA, F. M.; VEIGA, L. F.; MARTINS, F. B. "Propaganda negativa na campanha presidencial em 2014. Ou como tudo que é frágil se desmancha no ar". *Revista Estudos Políticos*, vol. 6, p. 182-200, 2015.
- CARREIRÃO, Y. S. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis/Rio de Janeiro: EdUFSC/FGV, 2002.
- _____. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 307-339, 2007.
- DAHL, R. *Pluralist democracy in the United States: conflict and consent*. Chicago: Rand McNally, 1967.
- DE BOEF, S.; KELLSTEDT, P. M. "The political (and economic) origins of consumer confidence". *American Journal of Political Science*, vol. 48, nº 4, p. 633-649, 2004.
- DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row, 1957.
- DUCH, R. M.; STEVENSON, R. T. *The economic vote: how political and economic institutions condition election results*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- _____. "Context and economic expectations: when do voters get it right?". *British Journal of Political Science*, vol. 41, nº 1, p. 1-31, 2011. doi: 10.1017/S0007123410000323. Acesso em: 28 nov. 2016.
- DUCH, R. M.; PALMER, H. D.; ANDERSON, C. J. "Heterogeneity in perceptions of national economic conditions". *American Journal of Political Science*, vol. 44, nº 4, pp. 635-652, October, 2000.
- ERIKSON, R. S. "Macro vs. micro-level perspectives on economic voting: is the micro-level evidence endogenously induced?". Paper prepared for the *2004 Political Methodology Meetings*, July, p. 29-31, Stanford University, 2004.
- FIORINA, M. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale Press University, 1981.
- FOX, J. "Effect displays for generalized linear models". *Sociological Methodology*, vol. 17, p. 347-361, 1987.
- _____. "Effect displays in R for generalised linear models". *Journal of Statistical Software*, vol. 8, nº 15, p. 1-27, 2003. Disponível em: <<http://www.jstatsoft.org/v08/i15/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- FREY, B. S.; HERMANN, G. "Political-economics: on estimation in political economy". *Political Studies*, vol. 19, p. 316-320, 1971.

IYENGAR, S. "Television news and citizens explanations of national affairs". *American Political Science Review*, vol. 81, p. 815-832, 1987.

KEY, V. O. *The responsible electorate: rationality in presidential voting, 1936-1960*. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 1966.

KIEWIET, D. R. *Macroeconomics and micropolitics: the electoral effects of economic issues*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

KRAMER, G. "Short-term fluctuations in U.S. voting behavior, 1986-1964". *American Political Science Review*, vol. 65, p. 131-143, 1971.

_____. "The ecological fallacy revisited: aggregate vs. individual-level findings on economics and elections, and sociotropic voting". *American Political Science Review*, nº 65, p. 131-143, 1983.

LAU, R. R.; REDLAWSK, D. P. "Voting correctly". *American Political Science Review*, vol. 91, nº 3, p. 585-598, 1997. Disponível em: <<http://www.uvm.edu/~dguber/POLS234/articles/lau.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

LEWIS-BECK, M.; STEGMAIER, M. *Economic models of voting*. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H. (eds.). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, p. 518-538, 2008.

LUPIA, A.; MCCUBBINS, M. *The democratic dilemma: can citizens learn what they need to know?* Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MENDES, M. T.; VENTURI, G. "Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 2, nº 2, p. 39-48, 1994.

MENEGUELLO, R. "Electoral behavior in Brazil: the 1994 presidential elections". *Social Science Journal*, vol. 146, Unesco, 1994.

PALMER, H.; DUCH, R. "Do surveys provide representative or whimsical assessments of the economy?". *Political Analysis*, vol. 9, p. 58-77, 2001.

PASCOM, A. R. P. "Mudança no comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras: um estudo comparativo entre 1986 e 1996". Dissertação de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Ence, IBGE, jul. 2002.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. "Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 304-332, 2011.

POPKIN, S. *The reasoning voter: communication and persuasion in presidential campaigns*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

POWELL, G. B.; WHITTEN, G. D. "A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context". *American Journal of Political Science*, vol. 37, p. 391-414, 1993.

SINGER, A. V. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 2000.

STROM, K.; LIPSET, S. "Macroeconomics and macropolitics: The electoral performance of democratic governments". *Anais American Political Science Association*, Washington, DC, 1984.

VEIGA, L. F. "Economic voting in an age of growth and poverty reduction: electoral response in Latin America (1995-2010)". *Working Paper*, Center for the Study of Democracy, University of California, Irvine, 2013.

WLEZIEN, C.; FRANKLIN, M., TWIGGS, D. "Economic perceptions and vote choice: disentangling the endogeneity". *Political Behavior*, vol. 19, p. 7-17, 1997.

ZALLER, J. "Floating voters in US presidential elections, 1948–2000". In: SNIDERMAN, P.; SARIS, W. (eds.). *The issue of belief: essays in the intersection of non attitudes and attitude change*. Amsterdam: University of Amsterdam Press, 2004.

ANEXO 1

Notas metodológicas

Modelos lineares generalizados

Os modelos lineares generalizados são caracterizados por três componentes: a distribuição do vetor de observações, um conjunto de variáveis explicativas e uma função de ligação. De acordo com Pascom (2002), as variáveis explicativas formam a estrutura linear do modelo, em que as p covariáveis (x_1, x_2, \dots, x_n) formam um preditor linear η tal que $\eta = \sum_{j=1}^n \beta_{ij} x_{ij}$ e β_i são os parâmetros a serem estimados. A função de ligação conecta a componente sistemática e a componente aleatória, que estabelece uma relação entre a esperança de cada observação e o preditor linear η . Essa função será alguma função $g(x)$ tal que $g(x): S \rightarrow R$, onde S é o espaço amostral possível para a esperança de Y . A função de ligação desse modelo utilizada neste artigo foi a logit e será apresentada a seguir:

$$\text{Logit: } g(\mu_i) = \ln\left(\frac{p}{1-p}\right), \text{ ou seja } \eta = \ln\left(\frac{p}{1-p}\right)$$

Desse modo, foi estimado um modelo linear generalizado com função de ligação Logit Ordenado dada a natureza da variável dependente. Como dito anteriormente, a variável resposta utilizada foi *avaliação retrospectiva da economia*. Essa variável assume três valores ordenados: 1 – Pior, 2 – Igual, 3 – Melhor. Desse modo, o modelo linear generalizado logit ordenado utilizado foi:

$$\eta = \beta_0 + \beta_1 \text{IPPT} + \beta_2 \text{IPPSDB} + \beta_3 \text{IDADE} + \beta_4 \text{CM} + \beta_5 \text{CD} + \beta_6 \text{RG} + \beta_7 \text{SEXO} + \beta_8 \text{EDUCA} + \beta_9 \text{IDEO} + \beta_{10} \text{MCS}$$

Onde:

η = Função de ligação

β_j = Coeficientes a serem estimados

IPPT, IPPSDB, IDADE, CM, CD, RG, SEXO, EDUCA, IDEO e MCS são as variáveis explicativas.

Nessa análise, procurou-se medir a relação das variáveis explicativas com a avaliação retrospectiva da economia, mantendo todas as outras variáveis constantes nos mesmos níveis. Neste artigo, o interesse é o de medir a relação entre a avaliação retrospectiva da economia, a variável dependente ou resposta (Y) e as seguintes variáveis independentes (x_p , $p = 1, \dots, 10$), como pode ser verificado a seguir.

Variáveis explicativas chave

- CM - variável *dummy*, vale 1 se conhece o ministro da Fazenda e 0 se não conhece;
- CD - variável *dummy*, vale 1 se conhece a taxa de desemprego e 0 se não conhece.

Outras variáveis explicativas

- IPPT - Identidade partidária com o PT - varia de 0 a 10;
- IPPSDB - Identidade partidária com o PSDB - varia de 0 a 10;
- IDADE - variável quantitativa;
- RG - variável categórica, classifica em uma das cinco regiões geográficas;
- SEXO - variável *dummy*;
- Educa - variável ordinal para medir a escolaridade;
- IDEO - classifica os entrevistados em esquerda, centro ou direita - varia de 0 a 10;
- MCS - variável categórica, classifica os entrevistados em relação à mudança de classe social (1 - Piorou, 2 - Permaneceu igual, 3 - Melhorou).

ANEXO 2

Outros modelos testados

Estimativas do parâmetro

		Estimativas	Modelo-padrão	Wald	Df	Sig.	Intervalo de confiança 95%	
							Limite inferior	Limite superior
Limite	[Q3 = 1]	-1,597	,284	31,698	1	,000	-2,153	-1,041
	[Q3 = 2]	,480	,280	2,948	1	,086	-,068	1,028
Localização	Q9A	-,132	,016	67,001	1	,000	-,163	-,100
	Q9E	,073	,018	17,034	1	,000	,039	,108
	[ministro_conhec=,00]	,060	,113	,280	1	,597	-,162	,282
	[ministro_conhec=1,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[desempre_conhec=,00]	,121	,145	,694	1	,405	-,163	,404
	[desempre_conhec=1,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[REGIÃO=1]	-,764	,286	7,149	1	,007	-1,324	-,204
	[REGIÃO=2]	-,653	,235	7,716	1	,005	-1,114	-,192
	[REGIÃO=3]	-,402	,214	3,519	1	,061	-,821	,018
	[REGIÃO=4]	-,090	,248	,133	1	,715	-,576	,395
	[REGIÃO=5]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[D2_SEXO=1]	,143	,111	1,664	1	,197	-,074	,361
	[D2_SEXO=2]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[ideolog_categori=1,00]	,151	,150	1,023	1	,312	-,142	,445
	[ideolog_categori=2,00]	,078	,141	,306	1	,580	-,199	,355
[ideolog_categori=3,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.	

Fonte: Cesop/Unicamp. Processamento dos autores.

Função de ligação: logit.

a. Este parâmetro é definido para zero porque é redundante.

Estimativas do parâmetro

		Estimativas	Modelo-padrão	Wald	Df	Sig.	Intervalo de confiança 95%	
							Limite inferior	Limite superior
Limite	[Q3 = 1]	-,983	,268	13,476	1	,000	-1,507	-,458
	[Q3 = 2]	1,015	,268	14,374	1	,000	,490	1,540
Localização	[ministro_conhec=,00]	-,008	,112	,006	1	,940	-,228	,211
	[ministro_conhec=1,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[desempre_conhec=,00]	,144	,143	1,010	1	,315	-,136	,424
	[desempre_conhec=1,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[D2_SEXO=1]	,108	,109	,978	1	,323	-,106	,323
	[D2_SEXO=2]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[ideolog_categori=1,00]	,128	,148	,744	1	,388	-,162	,418
	[ideolog_categori=2,00]	,140	,139	1,017	1	,313	-,132	,413
	[ideolog_categori=3,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	Q9E	,072	,018	16,850	1	,000	,038	,106
	[REGIÃO=1]	-,946	,282	11,255	1	,001	-1,498	-,393
	[REGIÃO=2]	-,776	,233	11,066	1	,001	-1,233	-,319
	[REGIÃO=3]	-,409	,212	3,712	1	,054	-,825	,007
	[REGIÃO=4]	-,082	,245	,113	1	,737	-,563	,398
[REGIÃO=5]	0 ^a	.	.	0	.	.	.	

Fonte: Cesop/Unicamp. Processamento dos autores.

Função de ligação: logit.

a. Este parâmetro é definido para zero porque é redundante.

Estimativas do parâmetro

		Estimativas	Modelo-padrão	Wald	Df	Sig.	Intervalo de confiança 95%	
							Limite inferior	Limite superior
Limite	[Q3 = 1]	-1,214	,202	36,046	1	,000	-1,611	-,818
	[Q3 = 2]	,843	,200	17,730	1	,000	,450	1,235
Localização	[ministro_conhec=,00]	,043	,113	,148	1	,700	-,178	,265
	[ministro_conhec=1,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[desempre_conhec=,00]	,114	,144	,633	1	,426	-,167	,396
	[desempre_conhec=1,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[D2_SEXO=1]	,133	,111	1,452	1	,228	-,084	,350
	[D2_SEXO=2]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[ideolog_categori=1,00]	,206	,147	1,943	1	,163	-,083	,495
	[ideolog_categori=2,00]	,106	,140	,574	1	,449	-,168	,381
	[ideolog_categori=3,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	Q9A	-,138	,016	75,339	1	,000	-,169	-,107
Q9E	,075	,018	17,807	1	,000	,040	,109	

Fonte: Cesop/Unicamp. Processamento dos autores.

Função de ligação: logit.

a. Este parâmetro é definido para zero porque é redundante.

Estimativas do parâmetro

		Estimativas	Modelo padrão	Wald	Df	Sig.	Intervalo de confiança 95%	
							Limite inferior	Limite superior
Limite	[Q3 = 1]	-1,343	,357	14,120	1	,000	-2,043	-,642
	[Q3 = 2]	,742	,355	4,354	1	,037	,045	1,438
Localização	[REGIÃO=1] * Q9A	-,090	,060	2,245	1	,134	-,208	,028
	[REGIÃO=2] * Q9A	-,152	,034	19,355	1	,000	-,219	-,084
	[REGIÃO=3] * Q9A	-,122	,023	28,833	1	,000	-,167	-,078
	[REGIÃO=4] * Q9A	-,217	,046	22,563	1	,000	-,307	-,128
	[REGIÃO=5] * Q9A	-,072	,049	2,193	1	,139	-,168	,023
	[ministro_conhec=,00]	,073	,114	,406	1	,524	-,150	,295
	[ministro_conhec=1,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[desemprego_conhecido=,00]	,115	,145	,631	1	,427	-,169	,400
	[desemprego_conhecido=1,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[REGIÃO=1]	-,734	,523	1,970	1	,160	-1,759	,291
	[REGIÃO=2]	-,266	,388	,472	1	,492	-1,027	,494
	[REGIÃO=3]	-,168	,340	,246	1	,620	-,834	,497
	[REGIÃO=4]	,573	,403	2,024	1	,155	-,216	1,362
	[REGIÃO=5]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[D2_SEXO=1]	,134	,111	1,455	1	,228	-,084	,353
	[D2_SEXO=2]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	[ideolog_categoria=1,00]	,158	,150	1,110	1	,292	-,136	,452
	[ideolog_categoria=2,00]	,080	,142	,317	1	,573	-,198	,357
	[ideolog_categoria=3,00]	0 ^a	.	.	0	.	.	.
	Q9A	0 ^a	.	.	0	.	.	.
Q9E	,070	,018	14,783	1	,000	,034	,105	

Fonte: Cesop/Unicamp. Processamento dos autores.

Função de ligação: logit.

a. Este parâmetro é definido para zero porque é redundante.

Resumo

Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial do Brasil em 2014

Este artigo analisa os determinantes da avaliação econômica retrospectiva sociotrópica na eleição presidencial no Brasil em 2014, com base: a) no conhecimento que o eleitor possui a partir de informação objetiva da economia; b) no conhecimento que o eleitor possui a partir de sua experiência vivida/sensação de mobilidade social; c) a sua afetividade partidária; d) a sua identidade ideológica. Nossa contribuição foi mostrar que: a) ter conhecimento/informação objetiva da economia não tem impacto na avaliação da economia; b) o conhecimento advindo da experiência vivida, identificado aqui como sensação de mobilidade social, não impacta na avaliação da economia no sentido esperado – mais ascensão, mais tendência de avaliação positiva; c) a afetividade partidária, por sua vez, demonstrou forte impacto na avaliação da economia. O artigo usa dados do CSES/Eseb – Estudo Eleitoral Brasileiro.

Palavras-chave: Determinantes da avaliação econômica; eleição presidencial do Brasil em 2014; voto econômico no Brasil; CSES-Eseb-2014

Abstract

The determinants of evaluation of the economy in the 2014 presidential election in Brazil

This paper analyzes the determinants of retrospective sociotropic economic evaluation in the 2014 presidential race in Brazil, based on: a) the knowledge that the voter has from objective information of the economy; b) the knowledge that the voter has from their lived experience/feeling of social mobility; c) their party affectivity; d) their ideological identity. Our contribution consists of showing that: a) having knowledge of/objective information about the economy has no impact on one's assessment of the economy; b) knowledge through lived experience, identified here as a sense of social mobility, has no impact on one's assessment of the economy in the expected direction—the greater the rise, the more positive the evaluation of the economy; c) party affectivity, in turn, has a strong impact on evaluations of the economy. The article uses data from CSES/Eseb – Brazilian Electoral Study.

Keywords: determinants of economic evaluation; Brazil's presidential election in 2014; economic voting in Brazil; CSES- Eseb-2014

Resumen

Los determinantes de la evaluación de la economía en la elección presidencial de Brasil en 2014

Este artículo analiza los determinantes de la evaluación económica retrospectiva sociotrópica en la elección presidencial de Brasil en 2014, basado en: a) el conocimiento que el votante tiene de la información objetiva de la economía; b) el conocimiento que el votante tiene de su experiencia vivida/sensación de la movilidad social; c) la afectividad partidaria del votante y d) su identidad ideológica. Nuestra contribución fue mostrar que: a) tener conocimiento/información objetiva de la economía no tiene impacto en la evaluación de la economía; b) el conocimiento proveniente de la experiencia vivida, identificado aquí como sensación de movilidad social, no tiene un impacto en la evaluación de la economía ni en la dirección esperada – más aumento, mas tendencia de evaluación positiva; c) la afectividad partidaria, a su vez, mostró un fuerte impacto en la evaluación de la economía. El artículo utiliza datos de CSES/Eseb – Estudio Electoral Brasileño.

Palabras clave: determinantes de la evaluación económica; elección presidencial de Brasil en 2014; el voto económico en Brasil; CSES-Eseb-2014

Résumé

Les déterminants de l'évaluation de l'économie à l'élection présidentielle du Brésil en 2014

Cet article analyse les déterminants de l'évaluation économique rétrospective "sociotropique" à l'élection présidentielle du Brésil en 2014, centré sur: a) les informations objectives que l'électeur

possède sur l'économie; b) son vécu économique et sa perception de mobilité sociale; c) son attachement au parti; d) son identité idéologique. Le but de cet article est de montrer que: a) avoir une connaissance objective de l'économie n'a pas d'impact sur l'évaluation de l'économie; b) la connaissance par l'expérience vécue, que l'on identifie ici comme une sensation de mobilité sociale, n'a pas d'impact sur l'évaluation de l'économie dans le sens objectif du terme – plus l'ascension sociale est forte, plus la tendance de l'évaluation est positive ; c) l'attachement au parti, à son tour, a montré une forte incidence sur l'évaluation de l'économie. L'article utilise les données de CSES/Eseb – Étude Electorale Brésilienne.

Mots-clés: déterminants de l'évaluation économique; élection présidentielle du Brésil en 2014; vote économique au Brésil; CSES-Eseb-2014

Artigo submetido à publicação em março de 2016.

Versão final aprovada em outubro de 2016.

Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil¹

Maria do Socorro Sousa Braga

Gabriel Avila Casalecchi

Introdução²

A competição eleitoral está no âmago da democracia moderna. Em um Estado democrático os cidadãos vão às urnas de tempos em tempos para escolher seus representantes. O resultado é que, como em qualquer jogo, existem vencedores e perdedores. O que diferencia a democracia dos demais regimes é justamente a expectativa em torno desses grupos, especialmente o último. Espera-se que os perdedores aceitem a sua derrota e as regras do jogo na esperança de que possam vencê-lo em outra oportunidade.

A teoria da legitimidade democrática está ancorada nesse princípio. Em uma democracia os cidadãos não são obrigados a concordar sobre *quem* deve governar ou sobre *como* se deve governar. No entanto, deve haver consenso mínimo sobre as regras subjacentes à escolha dos governantes e, posteriormente, adesão aos resultados.

Nesse sentido, um importante sinal do quão legítima é a democracia de um país está no comportamento dos seus *perdedores*. Conforme defende Norris (1999), a avaliação crítica das instituições políticas e dos governantes pode perfeitamente conviver com a democracia, desde que o apoio a suas normas, regras e princípios seja conservado.

Talvez em nenhum outro momento da democracia brasileira a discussão sobre o papel dos perdedores seja tão relevante quanto após as últimas eleições presidenciais. No dia 26 de outubro de 2014, mais de 112 milhões de eleitores foram às urnas no segundo turno das eleições. A então presidenta Dilma Rousseff saiu vitoriosa na disputa do pleito contra Aécio Neves. Entretanto, mais que qualquer outra eleição pós-1988, a diferença foi extremamente pequena: Dilma teve 51,64% dos votos válidos enquanto Aécio obteve 48,36%. Em números absolutos isso corresponde a cerca de 51 milhões de “perdedores”³.

¹ Este artigo insere-se no âmbito de projeto de pesquisa apoiado com bolsa de produtividade pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Agradecemos aos pareceristas da revista *Opinião Pública* pelos ricos comentários e sugestões que muito ajudaram na discussão deste artigo. As limitações que ainda permanecerem são de nossa inteira responsabilidade.

³ Quanto às questões motivadoras deste artigo, cabe lembrar que esse resultado se refere à segunda reeleição do grupo político encabeçado pelo PT e que está no poder há 12 anos.

Diante disso, o presente artigo tem duas indagações. Em primeiro lugar, ele investiga se a derrota nas urnas em 2014 afetou o apoio dos perdedores à democracia. Ou seja, perder as eleições fez com que os derrotados extrapolassem a crítica ao governo eleito, alcançando o próprio regime democrático e, portanto, as “regras do jogo”?

Além disso, também queremos compreender que condições são capazes de intensificar esse efeito. Ou seja, entendemos ser importante aprofundar as características que podem aumentar ou diminuir o *gap* entre vencedores e perdedores. No bojo das recentes manifestações e na emergência de um discurso autoritário por parcelas da população⁴, iremos, especificamente, observar os efeitos interativos provocados pela rejeição ao PT, pela percepção do desempenho econômico do país e, por fim, dos efeitos de quem vive em São Paulo, estado que tem sido palco de diversas manifestações e de uma pluralidade de discursos envolvendo não só o governo de Dilma, como também o próprio regime democrático.

Para encaminhar essa análise, estruturamos este artigo da seguinte maneira. Na próxima seção, “Enquadramento teórico”, discutimos as principais teorias e estudos empíricos que contribuíram para a área do comportamento político alcançar os avanços obtidos no que diz respeito às atitudes políticas de *perdedores* e *vencedores* em relação à satisfação com o regime democrático e à adesão a este. Na terceira seção, “Variáveis, hipóteses e metodologia”, descrevemos as variáveis, as hipóteses a serem checadas e a metodologia usada para modelagem estatística. Na quarta seção, “Resultados e discussão”, desenvolvemos a análise dos resultados auferidos. E, na última seção, temos as “Considerações finais”.

Enquadramento teórico

Do ponto de vista das instituições, as eleições estão no cerne da democracia. Apesar das várias definições (Collier e Levitsky, 1997), os estudiosos concordam que a escolha livre, periódica e competitiva dos líderes políticos é requisito necessário do regime democrático (Sartori, 1987; Dahl, 1997; Bobbio, 1990), ainda que não suficiente (Diamond, 1999; Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán, 2001). São as eleições que dão singularidade às democracias (Alvarez et al., 1996) ao mesmo tempo que proporcionam incentivos às elites em aceitar as regras do jogo, mesmo que nem sempre saiam vitoriosas (O'Donnell e Schmitter, 1988).

Ocorre que, para além do desenho institucional, o processo eleitoral traz uma outra consequência fundamental – porém ainda pouco investigada no Brasil – para o sistema político: a partição do eleitorado entre os “vencedores” e os “perdedores”. Segundo

⁴ Em sua pesquisa com participantes das manifestações do dia 15 de março e 12 de abril de 2015, Telles (2015) demonstra que, aliado à forte rejeição ao governo e à desconfiança dos partidos políticos, 50% dos manifestantes estariam dispostos a apoiar uma intervenção militar em caso de muita desordem política. Os que afirmaram de forma espontânea que a solução para os problemas do país seria uma intervenção militar chegaram a 15%.

Anderson e Guillory (1997, p. 68), se as eleições proporcionam às massas oportunidades iguais de participação, elas também produzem resultados inevitavelmente desiguais, na medida em que sempre haverá uma maioria vitoriosa e, inversamente, uma minoria perdedora.

Tanto quanto outras clivagens que dividem as sociedades, a distinção entre “vencedores” e “perdedores” afeta profundamente a forma como os cidadãos enxergam as instituições políticas. Do ponto de vista do jogo eleitoral, os vencedores seriam mais satisfeitos uma vez que o presidente, e/ou o partido, que representa os seus interesses seja eleito e suas preferências políticas sejam mais suscetíveis de ser promulgadas. Inversamente, os perdedores tendem a desconfiar de um governo para o qual não votaram. Nesse cenário, Anderson e Mendes (2005, p. 3) argumentam que são os derrotados que recebem os maiores incentivos para desejar uma mudança em relação ao *status quo*.

As pesquisas empíricas na área têm dado amplo suporte a essa tese sob diferentes perspectivas. Em uma pesquisa pioneira, Anderson e Guillory (1997) comparam os efeitos da derrota eleitoral sobre a satisfação com a democracia em sistemas majoritários e consensuais europeus (seguindo a definição de Lijphart, 1999). No nível individual, eles encontraram que os “perdedores” das eleições são menos satisfeitos com a democracia. No nível sistêmico esse processo seria mediado pelo “tipo” de democracia: nas majoritárias esse *gap* seria maior, uma vez que há menor inclusão de minorias no processo decisório.

Com base em 25 países do World Values Survey (WVS), de 1990 a 1993, Norris (1999) faz análise semelhante, dessa vez estudando o impacto dos perdedores sobre a *confiança nas instituições políticas*. O resultado, mais uma vez, dá suporte à tese de que a derrota nas eleições molda as atitudes dos cidadãos em relação às instituições democráticas: fazer parte dos “perdedores” aumenta, significativamente, as chances de desconfiar das instituições políticas.

Esses resultados são reforçados pela pesquisa longitudinal de Anderson e LoTempio (2002). Em um período que vai de 1972 a 1996, eles mostram, através do American National Electoral Studies, que os eleitores do presidente derrotado são, sistematicamente, mais desconfiados do governo. O estudo mostra ainda um ponto importante: votar no congressista vitorioso não atenua o efeito da desconfiança. Ou seja, em última instância, ao menos nos Estados Unidos, é a derrota presidencial que afeta a confiança.

Por fim, em uma nova e importante contribuição metodológica, a pesquisa de painel realizada por Singh, Karakoç e Blais (2012) demonstra um aumento na *satisfação* com a democracia entre aqueles que tiveram o seu partido selecionado para compor o governo: “nós mostramos que a inclusão de um dos partidos no governo é o fator mais importante para a satisfação com a democracia”⁵ (Singh, Karakoç e Blais, 2012, p. 202).

⁵ Tradução livre de: “we show that the inclusion of one’s selected party in government is the most important factor for satisfaction with democracy”.

A abundância de achados empíricos internacionais não é reproduzida no Brasil ou mesmo na América Latina, onde existem poucos estudos específicos a respeito do efeito do resultado eleitoral sobre as atitudes dos vencedores e perdedores. Há, no entanto, duas importantes exceções. Trabalhando com dados do Barômetro das Américas de 2008, Vairo (2012) demonstra que os eleitores que votaram em presidentes perdedores nas eleições mais recentes do país são mais insatisfeitos e apoiam menos a democracia do que os que votaram nos presidentes vitoriosos. Esse efeito é robusto mesmo quando controlado por variáveis sociodemográficas, econômicas, por outras atitudes políticas e até mesmo por variáveis políticas contextuais, como o nível de democracia do país. Outra exceção é o estudo de Rennó et al. (2011), que também utiliza os dados do Barômetro das Américas, porém para o ano de 2010. De acordo com os autores, os perdedores das eleições nacionais no Brasil, na Venezuela, no Equador e na Bolívia têm mais chances de estar insatisfeitos com a democracia, bem como de desconfiar das autoridades políticas. Entretanto, diferente de Vairo (2012), não encontraram um efeito significativo da derrota nas urnas sobre o apoio ao regime democrático.

Para além do efeito direto da derrota sobre as atitudes políticas, novos estudos têm discutido as condições que intensificam esse *gap* entre perdedores e vencedores. Isto é, eles têm argumentado que determinadas circunstâncias podem tanto minimizar os efeitos provocados pelo resultado das eleições, como também podem maximizá-los.

Seguimos aqui o argumento de Anderson et al.:

No nível mais básico, esperamos que as predisposições políticas dos indivíduos afetem a maneira como a experiência de ganhar e perder se traduz em diferentes graus de apoio ao sistema político. Em particular, argumentamos que os indivíduos podem manter predisposições que servem tanto para amplificar ou silenciar os efeitos positivos de ganhar e os efeitos negativos de perder⁶ (Anderson et al., 2005, p. 74).

Mas quais seriam essas predisposições? Como existem poucos estudos a respeito, nosso artigo irá investigar essa questão ainda em caráter exploratório, identificando possíveis condições que, de maior ou menor maneira, possam ampliar ou restringir o impacto exercido pela derrota e pela vitória nas urnas sobre as atitudes democráticas.

Em uma das raras exceções quanto a esse tipo de estudo, Anderson et al. (2005) demonstram que *posições ideológicas e partidárias extremas* reforçam o efeito negativo da derrota em atitudes de apoio e de satisfação com a democracia. Essa seria, portanto, uma primeira hipótese a ser testada: de que o extremismo partidário reforça o efeito negativo exercido pela derrota sobre o apoio e a satisfação quanto à democracia.

⁶ Tradução livre de: "At the most basic level, we expect that individuals' political predispositions affect how the experience of winning and losing translates into varying degrees of support for the political system. In particular, we argue that individuals may carry predispositions that can serve to amplify or mute the positive effects of winning and the negative effects of losing".

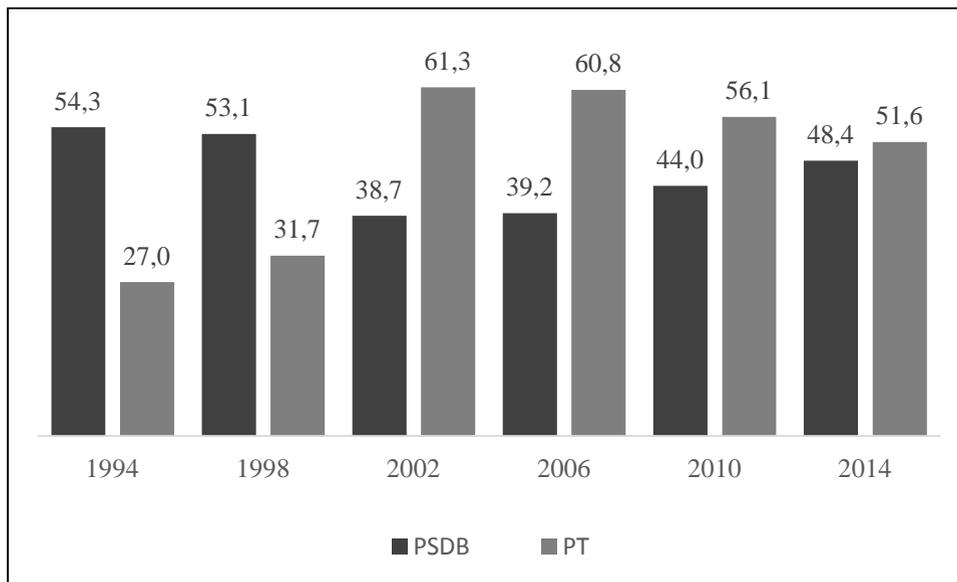
Um segundo fator relevante está na percepção dos eleitores sobre o *desempenho econômico* do país. Inúmeros estudos têm mostrado o papel-chave dessa avaliação não só no voto como nas próprias atitudes que dizem respeito ao regime democrático e às suas instituições (McAllister, 1999; Mishler e Rose, 1999, 2001).

Acreditamos que esse conjunto de teorias é particularmente relevante para pensar o caso brasileiro, especialmente na atual conjuntura política, marcada pelo acirramento da polarização política de dois grandes partidos políticos – PT e PSDB – ao longo das sete últimas eleições desde o processo de redemocratização (Braga, 2006, 2010).

O Gráfico 1 mostra o acirramento da competição entre PT e PSDB nessas eleições. Nas duas primeiras, em 1994 e 1998, Fernando Henrique sagrou-se vitorioso ainda nos primeiros turnos das eleições, ficando logo à frente de Lula (que ficou na segunda posição), por 27,3% e 21,4% dos votos, respectivamente.

Em 2002, Lula chega a sua primeira vitória e, em 2006, conquista sua reeleição. Entretanto, ao contrário de FHC, o candidato petista precisa do segundo turno nas duas eleições para vencer, respectivamente, José Serra e Geraldo Alckmin, do PSDB. Em seguida Dilma é eleita em disputa no segundo turno com José Serra. A diferença do PT sobre os candidatos peessedebistas, que tinha sido de 22,6% e 21,6% nas eleições de 2002 e 2006 com Lula, caiu para 12,0%, em 2010 com Dilma. Por fim, em 2014 temos a eleição mais acirrada da história, com a vitória de Dilma sobre Aécio Neves do PSDB, por apenas 3,2% dos votos.

Gráfico 1
Proporção de votos nas eleições de 1994 e 1998
(1º turno) e 2002, 2006, 2010 e 2014 (2º turno) (%)



Fonte: TSE.

Portanto, para além da importância teórica da discussão, acreditamos que, tendo em vista a atual conjuntura política brasileira marcada pelo acirramento entre os eleitores de ambos os partidos, é, mais do que nunca, pertinente uma análise mais profunda a respeito das atitudes dos perdedores e vencedores nas eleições de 2014.

Variáveis, hipóteses e metodologia

De forma geral, o presente artigo pretende testar o efeito de ter o candidato a presidente derrotado sobre as atitudes em relação à democracia. Mas que atitudes são essas? As pesquisas mais recentes têm utilizado diferentes variáveis ligadas a uma ideia multidimensional da legitimidade política: o apoio à comunidade e à democracia; a satisfação com o funcionamento da democracia; a confiança nas instituições, nos atores políticos e no governo local (Norris, 1999; Dalton, 2004; Booth e Seligson, 2009; Rennó et al., 2011).

Não utilizaremos aqui todas essas dimensões. Entretanto, seguimos essa linha de pesquisas – cuja tradição retoma os trabalhos de Easton (1965) – que separa o apoio político em duas dimensões: a difusa – referente aos princípios mais abstratos do sistema político – e a específica – que diz respeito ao seu funcionamento efetivo. Nesse sentido, optamos por duas variáveis tradicionais dos estudos de legitimidade: a adesão à democracia (dimensão difusa) e a satisfação com o seu desempenho (específica).

Levando-se em consideração o Eseb 2014, o percentual de satisfeitos com a democracia é de apenas 40%, ou seja, mais da metade dos eleitores manifestam sua insatisfação com o funcionamento do regime. Já o percentual de apoio à democracia é maior, chegando aos 64%. Esses percentuais confirmam uma tendência amparada por pesquisas anteriores, de que os brasileiros são, em sua maioria, adeptos do regime democrático, mas, ao mesmo tempo, são majoritariamente insatisfeitos com o seu desempenho prático.

Em segundo lugar, é preciso esclarecer a condição que separa os “vencedores” dos “perdedores”. Estudos anteriores divergem quanto ao critério definidor da “derrota” ou da “vitória”. Isso acontece porque existem eleições para diversos cargos, assim como competição no nível partidário. Ou seja, um eleitor pode ter seu candidato derrotado nas eleições para presidente, mas, ao mesmo tempo, eleger um governador, um deputado ou um senador. De forma ainda mais complexa, esse eleitor pode perder no que se refere a um cargo majoritário, entretanto o seu partido ou coligação pode compor maioria no legislativo.

Para o presente artigo, optou-se pelo critério do voto presidencial no segundo turno. Ou seja, quem votou, no segundo turno, no candidato que perdeu as eleições é considerado “perdedor”, enquanto o que votou no vitorioso é o “vencedor”. A escolha por

esse critério se deve, basicamente, ao fato de que no Brasil são as eleições majoritárias nacionais que concentram visibilidade e polarização política.

Para garantir um modelo mais robusto, é importante controlar os (possíveis) efeitos do resultado das urnas por outras condições, igualmente relevantes para explicar a satisfação e a adesão em relação à democracia. Pode-se argumentar, por exemplo, que o que realmente importa não é a condição de perdedor, mas sim a avaliação negativa do governo, da economia ou a própria imagem do partido do eleitor. Uma segunda crítica é de que determinadas condições demográficas, sociais e individuais estejam ligadas ao perfil dos perdedores e que são essas condições, e não exatamente o fato de ser perdedor, o que importa.

Para contornar – tanto quanto possível – esse tipo de problema, realizamos uma análise multivariada de dados, com um modelo de regressão logística. Dessa forma, será possível dizer se existe uma relação entre os perdedores e as atitudes de apoio e satisfação quanto à democracia, mesmo quando controlada por uma série de condições. Essas variáveis de controle são: sexo, idade, estado em que vive, escolaridade, grau de religiosidade, exposição às informações políticas, interesse por política, avaliação do governo Dilma, avaliação da economia e, por fim, forte rejeição ao Partido dos Trabalhadores⁷.

A construção das variáveis que irão compor nosso modelo multivariado foi realizada conforme a descrição que segue:

Adesão à democracia. A variável foi construída a partir da seguinte pergunta: “algumas pessoas dizem que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo. Para outros, em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia. Qual destas afirmações é mais parecida com sua forma de pensar? 1) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo; 2) Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia; 3) Tanto faz/Nenhuma das duas é melhor. As respostas foram recodificadas em uma variável binária em que os democratas são os que responderam a primeira opção e os não democratas os que responderam as alternativas restantes ou os que não responderam.

Satisfação com a democracia. A variável foi construída a partir da seguinte pergunta: “De uma maneira geral, o(a) sr(a). está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil? 1) Muito satisfeito(a); 2) Satisfeito(a); 3) Nem satisfeito(a), nem insatisfeito(a) (espontânea); 4) Pouco satisfeito(a); 5) Nada satisfeito. As respostas foram recodificadas em uma variável

⁷ Um teste de qui-quadrado demonstrou que algumas dessas variáveis independentes estão associadas, especialmente a insatisfação com a economia e a insatisfação com o governo. Entretanto, o teste de VIF (*Variance Inflation Factor*) demonstrou que nenhuma variável apresentou fator superior a 10, o que significa que não existe um problema significativo de multicolinearidade (Hair Jr. et al., 2009).

binária em que os satisfeitos são os que responderam a primeira ou a segunda opções e os não satisfeitos, as alternativas restantes ou os que não responderam.

Muito religioso. A variável foi construída a partir da seguinte pergunta: "O(A) sr(a). se considera uma pessoa: 1) muito religiosa, 2) religiosa, 3) um pouco religiosa, 4) nada religiosa/". As respostas foram recodificadas em uma variável binária em que os muito religiosos são os que responderam a primeira alternativa e os pouco ou nada religiosos, os que responderam as demais alternativas ou que não responderam.

Exposto à informação. A variável foi construída a partir das seguintes perguntas, cujas respostas eram todas sim (1) e não (0): Essa semana o(a) sr(a). assistiu a algum telejornal de transmissão nacional, ou seja, que passa em todo o Brasil? E essa semana o(a) sr(a). assistiu a algum telejornal regional, ou seja, que passa notícias de sua cidade ou região? O(A) sr(a). ouviu notícias no rádio esta semana? As respostas foram, então, somadas e, posteriormente, recodificadas em uma variável binária em que o muito exposto à informação foi quem atingiu a pontuação máxima, ou seja, esteve exposto a todas as formas de informação, e o pouco ou nada informado foram todos os demais.

Interessado por política. A variável foi construída a partir da seguinte pergunta: "Quanto o(a) sr(a). se interessa por política? O(A) sr(a). diria que é: 1) muito interessado; 2) interessado; 3) pouco interessado; ou 4) nada interessado?". As respostas foram recodificadas em uma variável binária em que os interessados são os que responderam a primeira ou a segunda alternativa e os pouco ou nada interessados os que responderam as demais alternativas ou não responderam.

Avaliação negativa da economia. A variável foi construída a partir da seguinte pergunta: "Na sua opinião, a atual situação econômica do Brasil está melhor, igual ou pior, que 12 meses atrás? 1) Melhor; 2) Igual; 3) Pior". As respostas foram recodificadas em uma variável binária em que os que avaliam mal a economia são os que responderam a segunda e terceira alternativas e os que avaliam bem os que responderam a primeira alternativa.

Avaliação negativa do governo Dilma. A variável foi construída a partir da seguinte pergunta: "Na sua opinião, de uma maneira geral, o governo da presidente Dilma Rousseff nos últimos quatro anos foi: 1) Ótimo; 2) Bom; 3) Regular; 4) Ruim; ou 5) Péssimo". As respostas foram recodificadas em uma variável binária em que os que avaliam mal o governo são os que responderam a terceira, a quarta ou a quinta alternativas e os que avaliam bem o governo, os que responderam a primeira ou a segunda alternativa.

Forte rejeição ao PT. A variável foi construída a partir da seguinte pergunta: "Por favor, para cada partido que eu citar, gostaria que atribuísse uma nota de 0 a 10, sendo que zero significa que o(a) sr(a). não gosta de jeito nenhum do partido e 10 que o(a) sr(a). gosta muito. Que nota você daria ao PT?". As respostas foram recodificadas em uma variável binária em que os que rejeitam fortemente o PT são os que deram a nota 0, enquanto os que rejeitam pouco ou não rejeitam escolheram as demais notas.

Para testar essas hipóteses utilizamos aqui os dados provenientes do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) de 2014⁸. O Eseb 2014 foi aplicado duas semanas após a realização do segundo turno desse pleito a uma amostra de 3.136 eleitores, sendo 2.506 entrevistas proporcionais em todo o território nacional e complemento de 630 entrevistas no estado de São Paulo. Dessa forma, esse estado tem uma amostra de 1.204 casos, que permite a leitura pelas variáveis “capital”, “periferia” e “interior”. A amostra nacional tem um nível de confiança estimado em 95% e margem de erro máxima estimada em 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

Resultados e discussão

A Tabela 1 apresenta os resultados do modelo discutido na seção anterior, “Variáveis, hipóteses e metodologia”. Quanto às variáveis sociodemográficas, confirma-se algo já encontrado em outros estudos: os homens são mais insatisfeitos, porém mais democráticos do que as mulheres (Rennó et al., 2011). Por outro lado, diferente de pesquisas prévias (Moisés e Carneiro, 2008), não encontramos qualquer relação entre a idade e a satisfação com a democracia e adesão a ela.

Outro resultado recorrente da literatura que também encontramos em nossa pesquisa é o efeito da escolaridade. Como esperado, os mais escolarizados são os que mais apoiam a democracia. Por outro lado, não encontramos nenhuma relação no que tange à satisfação com a democracia, o que contradiz pesquisas realizadas no Brasil (Moisés e Carneiro, 2008).

O efeito do interesse político não apresenta surpresas: quanto maior o interesse, maiores também as chances de satisfação com a democracia e adesão a ela. A exposição à informação política, por sua vez, apresenta um resultado peculiar: quanto maior a exposição mais chances de satisfação com o regime democrático, porém menos chances de adesão a ele.

Mas, de todas as variáveis sociodemográficas, a que mais chama a atenção por seu efeito é a de quem vive em São Paulo. Apesar de não exercer nenhum efeito sobre a

⁸ Observamos nas últimas décadas grande avanço no campo das pesquisas sobre comportamento político com a aplicação sistemática de *surveys* internacionais e nacionais. Vale aqui destacar entre os internacionais: Eurobarometer, New Europe Barometer, Latinobarometer, Afrobarometer, East Asian Barometer, Asianbarometer, European Values Studies (EVS), International Social Survey Program (ISSP), European Social Survey (ESS), Comparative Study of Electoral Systems (CSES) e World Values Survey (WVS). No caso brasileiro, destacamos o Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), que, vinculado ao internacional CSES, tem sido aplicado periodicamente logo após o término de cada eleição presidencial desde 2002. Esse *survey* tem por pressuposto a defesa de que os contextos sociopolíticos e os arranjos institucionais influenciam a natureza e a qualidade da democracia. Nesse sentido, tem por objetivos primordiais “identificar como variáveis contextuais, especialmente as instituições eleitorais, moldam crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definem a capacidade ou a qualidade do regime democrático; compreender a natureza dos alinhamentos e clivagens sociais e políticos; compreender como cidadãos, vivendo sob distintos arranjos políticos, avaliam os processos políticos e as instituições democráticas” (Cesop, 2011).

satisfação com a democracia, quem vive no estado tem menos chances de aderir à democracia do que quem vive em outro estado, isto é: os paulistas são mais autoritários⁹.

Esse resultado representa um desafio a ser explicado: por que justamente no estado mais rico e moderno do Brasil encontramos os cidadãos mais dispostos a acreditar que, em algumas circunstâncias, um regime autoritário é melhor que a democracia? Uma das explicações possíveis para esse comportamento do eleitor paulista está relacionada com a crescente rejeição ao Partido dos Trabalhadores em seu berço de origem, em particular, e ao aumento da desconfiança nas instituições democráticas, em geral. À medida que novos escândalos de corrupção foram envolvendo partidos da situação e da oposição, e em particular do PT, ampliou-se esse sentimento de rejeição aos partidos políticos.

Um resultado que merece ser aprofundado diz respeito às avaliações da economia e do governo Dilma Rousseff. Como esperado, quem acha que a economia não vai bem, e também avalia assim o atual governo, está mais insatisfeito com a democracia. A princípio, essa insatisfação não chega a ser nenhum problema e, como apontam alguns estudos, trata-se de uma situação típica e até mesmo "saudável" das democracias já estabelecidas.

O ponto que gostaríamos de enfatizar, no entanto, é que, além de provocar insatisfação, as avaliações negativas da economia e do governo afetam, também, a adesão à democracia. Ou seja, aqueles que avaliam negativamente essas áreas têm mais chances de rejeitar o regime democrático ou mesmo de ser indiferente em relação a ele.

Com todo o cuidado que a limitação de uma pesquisa com corte transversal impõe, esse resultado não deixa de servir de alerta para a democracia no Brasil. Não se trata, em absoluto, de um alarde sobre qualquer tipo de "crise da democracia", para usar uma expressão cunhada por Crozier, Huntington e Watanuki (1975). Como defendeu Easton (1965), as democracias têm uma "reserva de legitimidade" capaz de suportar certa corrosão resultante dos períodos mais prolongados de insatisfação política e econômica. Entretanto, na medida em que os insatisfeitos são, também, mais autoritários, cria-se um ambiente favorável à proliferação de discursos antidemocráticos (ainda que nem sempre sejam explícitos).

Por fim, o resultado da nossa pergunta de pesquisa: os perdedores das eleições são mais insatisfeitos com a democracia do que os vitoriosos, porém não existem diferenças no que tange à adesão à democracia. Deve-se sublinhar que esse resultado é válido mesmo quando controlado por diferentes características demográficas, sociais e individuais, entre elas a avaliação do governo Dilma Rousseff e a rejeição ao PT. Ou seja, não eleger um

⁹ Apesar dos resultados substantivos encontrados, é preciso deixar claro que a interpretação do resultado refere-se à comparação de São Paulo com os demais estados do país, limitando, dessa forma, a capacidade de interpretar com maior rigor quais características estão influenciando essa diferença. Acreditamos que essa questão mereça um maior esforço de análise, que não cabe no espaço deste artigo.

candidato vitorioso aumenta as chances de insatisfação com a democracia, mas não interfere no apoio ao regime.

Tabela 1
Determinantes da satisfação e da adesão à democracia no Brasil – 2014
Modelo de regressão logística

	Satisfação com a democracia		Adesão à democracia	
	<i>Razão de chance</i>	<i>Erro-padrão robusto</i>	<i>Razão de chance</i>	<i>Erro-padrão robusto</i>
Perdedores	0.83*	0.090	0.99	0.107
Homem	1.26**	0.114	1.29***	0.116
Idade em anos	1.00	0.003	1.00	0.003
Mora em SP	0.93	0.087	0.64***	0.058
Até o primário	Referência	Referência	Referência	Referência
Até o ginásio	0.79*	0.110	1.27*	0.168
Até o colegial	0.85	0.115	1.67***	0.218
Ensino superior	0.96	0.148	2.28***	0.367
Muito religioso	0.79	0.117	0.79*	0.109
Exposto à informação	1.43***	0.133	0.85*	0.079
Interessado por política	1.94***	0.190	1.63***	0.166
Avaliação negativa da economia	0.59***	0.039	0.88**	0.055
Avaliação negativa do governo Dilma	0.57***	0.059	0.81**	0.087
Forte rejeição ao PT	0.75**	0.096	0.94	0.110
Constante	1.21	0.262	1.82***	0.391
Observações	2617		2617	
Pseudo <i>Likelihood</i>	0.0903		0.0418	
Wald Qui-quadrado	238.14		120.61	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eseb 2014.

* Significativo a 0,10; ** Significativo a 0,05; *** Significativo a 0,01.

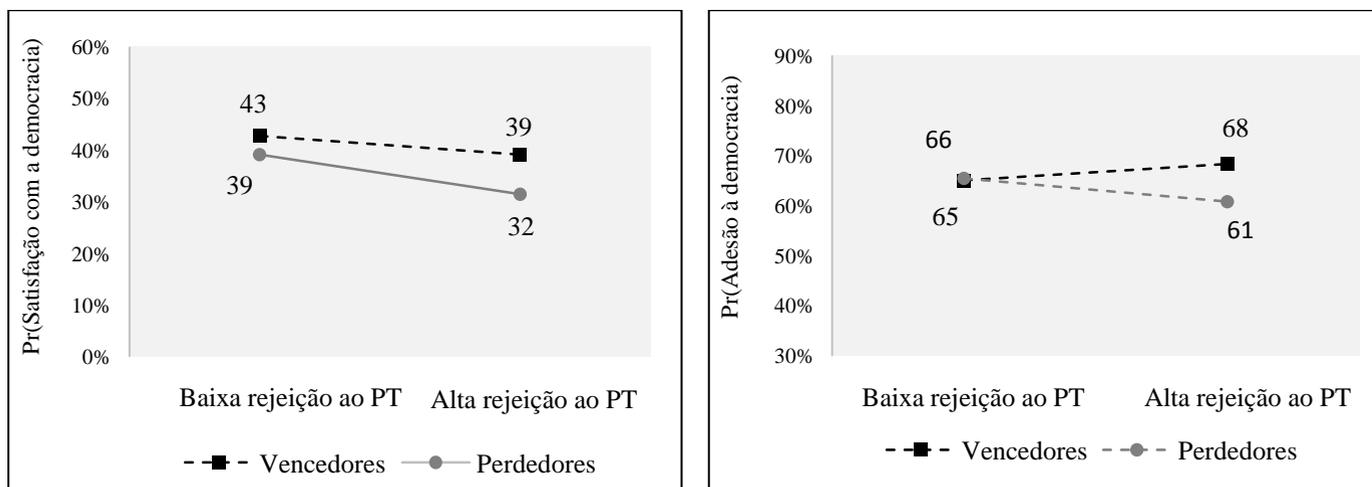
Nossa intenção, no entanto, é dar um passo à frente e investigar que fatores são capazes de impulsionar ou frear o efeito dos perdedores sobre as atitudes democráticas. Nas análises seguintes, construímos mais três modelos multivariados idênticos aos acima, mas acrescentando, para cada um deles, um termo interativo. Para facilitar a interpretação do termo, são apresentados em gráfico seus efeitos marginais. É preciso deixar claro que

os resultados encontrados são controlados pelas mesmas variáveis sociodemográficas e individuais que estão no modelo anterior.

No Gráfico 2, podemos ver a interação entre rejeitar o PT e o efeito dos perdedores sobre a satisfação com a democracia e a adesão a ela. Apesar da significância estatística não atingir um patamar mínimo de 0,10, a direção dos dados é sintomática e, por isso, apresentada neste artigo. Pode-se ver que os perdedores que rejeitam o PT têm uma queda maior na satisfação com a democracia. Ou seja, quem rejeita o PT tem uma probabilidade maior de estar insatisfeito com a democracia do que os perdedores que não rejeitam.

Mais importante, no entanto, é o efeito sobre a adesão à democracia. Enquanto os vencedores que rejeitam o PT tendem a reforçar seus laços com a democracia, os perdedores que rejeitam o PT tendem a abandoná-la. Ou seja, a forte rejeição ao partido potencializa os efeitos de ser um perdedor no que tange ao apoio à democracia.

Gráfico 2
Efeitos marginais dos perdedores e vencedores sobre a satisfação com a democracia e a adesão a ela por rejeição ao PT



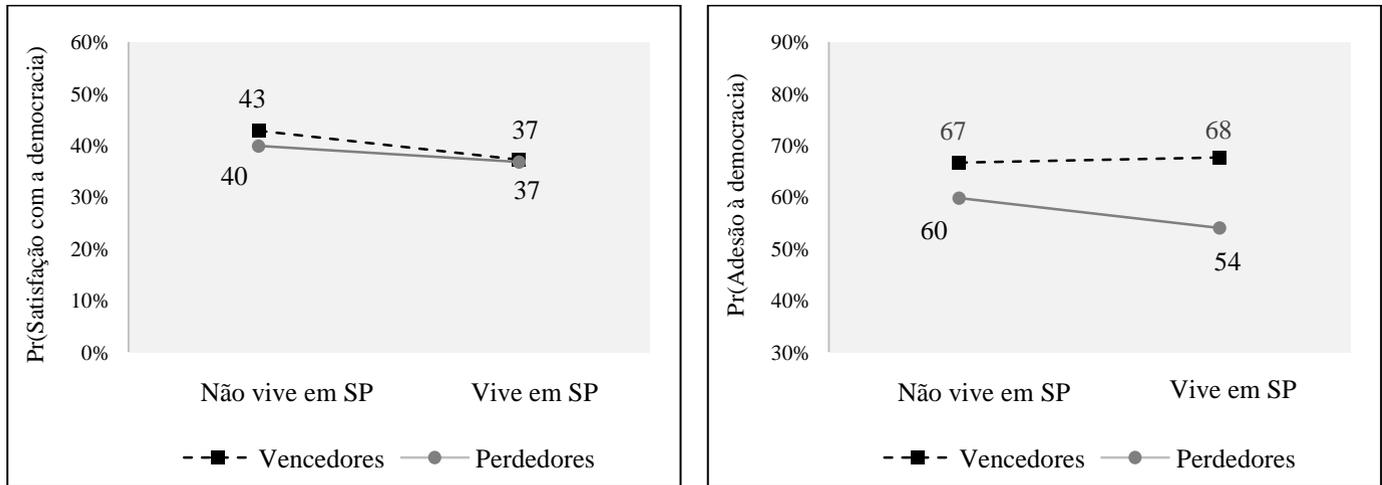
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eseb 2014.

Um segundo efeito testado foi o dos eleitores que vivem no estado de São Paulo. No modelo anterior, chamou a atenção o fato de que os eleitores paulistas são mais autoritários do que a média no restante dos demais estados do país. A contradição estaria no fato de que justamente no estado mais moderno e desenvolvido do país é onde encontramos o maior número de pessoas dispostas a abrir mão do regime democrático.

Mas os efeitos de viver em São Paulo estariam só nessa relação direta? O Gráfico 3 mostra que não. Apesar de não haver diferenças no efeito dos perdedores sobre a satisfação com a democracia, existe um efeito sobre a adesão ao regime: os perdedores que vivem em São Paulo têm uma probabilidade menor de aderir à democracia. Isso

significa que, além do efeito direto, *viver em São Paulo* tem também um efeito indireto sobre a não adesão à democracia, uma vez que o *gap* entre perdedores e vencedores fica maior.

Gráfico 3
Efeitos marginais dos perdedores e vencedores sobre a satisfação com a democracia e a adesão a ela por viver em São Paulo



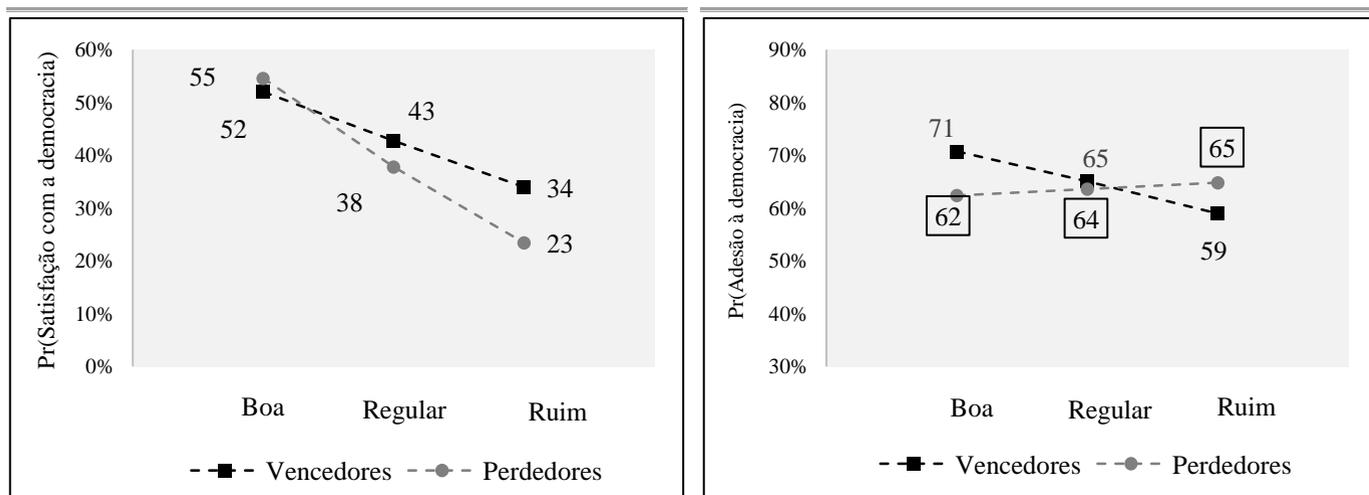
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eseb 2014.

Por fim, uma terceira variável testada foi o efeito da avaliação da economia. Conforme informações do Gráfico 4, não restam dúvidas de que a má avaliação da economia interage com a derrota dos eleitores. Em primeiro lugar, podemos notar que a má avaliação econômica diminui a satisfação com o regime democrático, seja para vencedores, seja para perdedores. Ocorre que esse efeito é ainda maior entre estes últimos. Ou seja, para quem perdeu as eleições, a avaliação de que a economia não vai bem aumenta ainda mais a probabilidade de insatisfação.

O resultado mais surpreendente, no entanto, é que os vencedores que avaliam mal a economia têm forte queda em termos de adesão à democracia. Enquanto os perdedores têm uma variação marginal e até mesmo positiva, quem venceu as eleições passa, de 0,71 de adesão entre os que a avaliam como boa, para 0,59 entre os que a avaliam como ruim. Uma queda significativa de 0,12 para a adesão ao regime democrático.

Embora isso exija mais estudos, especialmente em painel, pode-se sugerir aqui um efeito de frustração. Na medida em que o vencedor espera que as coisas melhorem, uma avaliação negativa pode frustrá-lo, atingindo suas atitudes em relação à democracia, não só em termos do seu bom desempenho, como também em relação ao seu apoio.

Gráfico 4
Efeitos marginais dos perdedores e vencedores sobre a satisfação e a adesão em relação à democracia por avaliação da economia (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eseb 2014.

Sintetizando os resultados encontrados, podemos sugerir algumas implicações para a teoria de comportamento político, tendo em vista o caso brasileiro. Uma primeira consideração importante é que os perdedores não aderem menos à democracia do que os vitoriosos. Esse é um dado animador, tendo em vista a preocupação de que são justamente eles, os perdedores, os mais motivados (em tese) a romper o “pacto democrático”.

Por outro lado, observamos que a derrota tem efeitos negativos sobre a satisfação com a democracia. Ou seja, os perdedores são mais insatisfeitos que os vencedores. Para interpretar esse resultado, é importante considerar a distinção conceitual entre apoio difuso e específico, elaborada por Easton (1965) e retomada por outros autores (Norris, 1999; Dalton, 2004; Booth e Seligson, 2009). O fato de não estar satisfeito com a democracia não implica, necessariamente, rejeição ao sistema enquanto conjunto de princípios. Por isso, é perfeitamente possível que as pessoas façam uma avaliação negativa de como a democracia funciona, sem deixarem de ser, por isso, democratas.

Tendo em vista essa distinção, não consideramos que o efeito negativo dos perdedores sobre a satisfação com a democracia seja um dado alarmante. De fato, é perfeitamente possível, e até mesmo esperado, que aqueles que não têm o representante de sua preferência eleito tenham uma postura mais crítica com o funcionamento do regime.

Outra descoberta importante é que algumas variáveis interagem com as condições assumidas por perdedores e vencedores, ampliando seus efeitos. Nesse sentido, encontramos que a forte rejeição ao PT e o fato de viver em São Paulo aumenta o *gap*

entre vencedores e perdedores. Ou seja, na presença dessas condições, as probabilidades de adesão à democracia são mais baixas entre os perdedores e mais altas entre os vencedores.

Vimos ainda que a avaliação da economia cumpre um papel fundamental nessa dinâmica. De forma geral, a avaliação negativa afeta ambos os eleitores, entretanto, seu efeito é mais forte entre os perdedores. Por outro lado, os vencedores que enxergam que a economia vai mal passam a aderir menos à democracia do que os próprios perdedores. Ou seja, parece haver um efeito de frustração que atinge o próprio regime.

Considerações finais

Em 2015, a democracia brasileira completou 30 anos desde sua reorganização em meados dos 1980. Desde então acalorado debate vem sendo desenvolvido sobre a capacidade de esse regime prosperar de forma cada vez mais efetiva em países da chamada terceira onda democrática, resultando em ampla literatura (Braga e Acuña Chaverri, 2015). Contudo, os dados encontrados neste artigo lançam uma importante contribuição para uma literatura ainda pouco explorada no Brasil. De forma geral, os achados da literatura internacional foram aqui confirmados, revelando, em certo sentido, o quanto nossa democracia caminhou. De fato, existe um efeito importante provocado pela condição de perdedor ou vencedor das eleições presidenciais, mesmo quando essa condição é controlada por fatores demográficos e sociais, e avaliação econômica, de governo e partidária.

Procuramos também dar um passo a mais, desvendando algumas das dinâmicas por trás desse efeito, mostrando como a rejeição ao PT, o fato de viver em São Paulo e a avaliação da economia acabam potencializando esses efeitos.

Entretanto, à guisa de conclusão, não podemos perder de vista algumas importantes limitações do artigo e, conseqüentemente, uma agenda futura a ser trilhada. Em primeiro lugar, é preciso se ater as limitações metodológicas da pesquisa. Uma vez que os dados são de natureza transversal, ou seja, com apenas um ponto no tempo, não é possível tirar conclusões mais robustas sobre as mudanças de atitude ao longo do tempo.

Seria importante que, em pesquisas futuras, essa limitação fosse superada a partir de uma análise temporal dos dados. Nesse caso, seria possível captar em que medida as relações aqui observadas são pertinentes em outros momentos e conjunturas eleitorais. Igualmente relevantes são as pesquisas com dados em painel. Nesse caso seria possível observar, para um mesmo indivíduo, se houve ou não mudança a partir da vitória ou derrota nas eleições. Em suma, esses diferentes desenhos – série histórica e painel – de pesquisa seriam um importante avanço no sentido de reforçar (ou refutar) os dados aqui encontrados.

Maria do Socorro Sousa Braga - Professora e pesquisadora no Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos. E-mail: <msbraga@ufscar.br>.

Gabriel Avila Casalecchi – Pesquisador do Centro de Estudos de Comportamento Político (Cecomp). Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: <gacasalecchi@gmail.com>.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, M., et al. "Classifying political regimes". *Journal of International Comparative Development*, nº 31, pp. 3-36, 1996.

ANDERSON, C. J.; GUILLORY, C. A. "Political institutions and satisfaction with democracy: a cross-national analysis of consensus and majoritarian systems". *The American Political Science Review*, vol. 91, nº 1, pp. 66-81, 1997.

ANDERSON, C. J.; LOTEMPIO, A. J. "Winning, losing and political trust in America". *British Journal of Political Science*, vol. 32, nº 2, p. 335-351, 2002.

ANDERSON, C. J.; MENDES, S. M. "Learning to lose: election outcomes, democratic experience and political protest potential". *British Journal of Political Science*, vol. 36, p. 91-111, 2005.

ANDERSON, C. J., et al. *Losers' consent: elections and democratic legitimacy*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOOTH, J.; SELIGSON, M. A. *The legitimacy puzzle: democracy and political support in eight Latin American nations*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

BRAGA, M. S. S. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006.

_____. "Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 4, pp. 43-73, 2010.

BRAGA, M. S. S.; ACUÑA CHAVERRI, I. A. "El fortalecimiento de la democracia en Brasil y los retos de la observación electoral". *América Latina Hoy*, Salamanca, nº 70, ago. 2015.

CESOP. "Tendências: Eseb-CSES 2010. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 2, p. 516-540, nov. 2011.

COLLIER, D.; LEVITSKY, S. "Democracy with adjectives: conceptual innovation in comparative research". *World Politics*, vol. 49, nº 3, p. 430-451, 1997.

CROZIER, M.; HUNTINGTON, S.; WATANUKI, J. *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the trilateral commission*. New York: New York University Press, 1975.

DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

DALTON, R. J. *Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DIAMOND, L. *Developing democracy: towards consolidation*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1999.

- EASTON, D. *A system analysis of political life*. New York: Wiley, 1965.
- HAIR JR., J., et al. *Multivariate data analysis*. New Jersey: Prentice Hall, 2009.
- LIJPHART, A. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PÉREZ-LIÑÁN, A. "Classifying political regimes in Latin America, 1945-1999". *Studies in Comparative International Development*, vol. 36, nº 1, p. 37-65, 2001.
- MCALLISTER, I. The economic performance of governments. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens*. Global support for democratic governance. Oxford, UK: Oxford University Press, pp. 204-216, 1999.
- MISHLER, W.; ROSE, R. Five years after the fall: Trajectories of support for democracy in post-communist Europe. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens*. Global support for democratic governance. Oxford, UK: Oxford University Press, pp. 78-103, 1999.
- _____. "Political support for incomplete democracies: realist vs. idealist theories and measures". *International Political Science Review*, vol. 22, p. 303-320, 2001.
- MOISÉS, A. J.; CARNEIRO, G. P. "Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, pp. 1-42, jun. 2008.
- NORRIS, P. *Critical citizens*. Global support for democratic government. Oxford, UK: Oxford University Press, 1999.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.
- RENNÓ, L. R., et al. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil*. Uma visão da cidadania. São Paulo/Nashville; Intermeios/Lapop, 2011.
- SARTORI, G. *Theory of democracy revisited*. Chatham: Chatham House, 1987.
- SINGH, S. P.; KARAKOÇ, E.; BLAIS, A. "Differentiating winners: how elections affect satisfaction with democracy". *Electoral Studies*, vol. 31, nº 1, p. 201-211, 2012.
- TELLES, M. "O que os protestos trazem de novo para a política brasileira?". *Em Debate*, Belo Horizonte, vol. 7, nº 2, p. 7-14, abr. 2015.
- VAIRO, D. "El 'consenso de los perdedores' y la legitimidad de la democracia en América del Sur". *Política y Gobierno*, vol. XIX, nº 1, pp. 19-30, 2012.

Resumo

Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil

Nas últimas duas décadas do século passado a democracia estabeleceu-se como regime hegemônico em várias partes do mundo. Teoricamente, essas democracias funcionam segundo preceitos constitucionais originados de consenso normativo resultante de negociação entre forças políticas que legitimam, assim, o processo de escolha de governantes. Ou seja, deve haver consenso mínimo sobre as regras subjacentes à escolha dos governantes e, posteriormente, adesão aos resultados de todos os atores envolvidos. Consequentemente, um importante sinal do quão legítima é a democracia de um

país é o comportamento dos seus *perdedores*. Diante desse princípio democrático, este artigo parte de duas questões, tendo a democracia brasileira como estudo de caso. A primeira busca responder se a derrota nas urnas em 2014 afetou os graus de satisfação e de apoio dos perdedores em relação à democracia brasileira. Ou seja, perder as eleições fez com que os eleitores derrotados extrapolassem a crítica ao governo eleito, alcançando o próprio regime democrático e, portanto, as "regras do jogo"? Já a segunda indagação, de cunho mais explicativo, procura identificar quais condições são capazes de intensificar as características que podem aumentar ou diminuir o *gap* entre vencedores e perdedores no que se refere ao apoio ao regime democrático. A principal conclusão é a de que os perdedores das eleições são mais insatisfeitos com o desempenho da democracia do que os vitoriosos, porém não existem diferenças no que tange à adesão à democracia. Esse resultado ocorre mesmo quando controlado por diferentes características demográficas, sociais e individuais, entre elas a avaliação do governo Dilma Rousseff e a rejeição ao PT.

Palavras-chave: legitimidade democrática; apoio à democracia; eleições brasileiras de 2014

Abstract

Winners and losers in the presidential elections of 2014: the impact of defeat at the ballot box on satisfaction with and support for democracy in Brazil

In the last two decades of the 20th century, democracy has established itself as a hegemonic regime in many parts of the world. Theoretically, these democracies function according to constitutional precepts originating in normative consensus resulting from negotiations between political forces that legitimate the choice of representatives. In other words, a minimal consensus on the rules of the game must exist and, subsequently, adherence to the outcomes by all the players involved. Consequently, one of the signals of how legitimate a democracy is lies in the behavior of its losers. Given this democratic principle, this article seeks to answer two questions, with Brazilian democracy as a case study. The first asks if the defeat at the ballot box in 2014 affected the degree of satisfaction with and support for democracy among the losers in Brazilian democracy. In other words, did losing the election induce the losers to go beyond criticisms of the elected government to attack the democratic regime itself and, therefore, the "rules of the game"? The second question, which is more explanatory, seeks to identify the conditions under which the gap between winners and losers, in terms of support for the democratic regime, widens or narrows. The main conclusion is that the losers in elections are more unsatisfied with the functioning of democracy than the winners, although there are no differences with regard to commitment to democracy. This result occurs even when controlling for different demographic, social, and individual characteristics, including the evaluation of Dilma Rousseff's government and the rejection of the Workers' Party (PT).

Keywords: democratic legitimacy; support for democracy; 2014 Brazilian elections

Resumen

Los ganadores y perdedores en las elecciones presidenciales de 2014: el efecto de la derrota en las urnas en la satisfacción y el apoyo a la democracia en Brasil

En las dos últimas décadas del siglo pasado, la democracia se ha consolidado como el régimen hegemónico en diversas partes del mundo. En teoría, estas democracias funcionan de acuerdo a preceptos constitucionales originados del consenso normativo resultante de la negociación entre las fuerzas políticas que legítima, así, el proceso de elección de los gobernantes. Es decir, tiene que haber un consenso mínimo sobre las reglas que subyacen a la elección de los gobernantes y el posterior acceso a los resultados de todas las partes interesadas. En consecuencia, una señal importante de cuán legítima es la democracia de un país, es el comportamiento de los perdedores. Teniendo en cuenta este principio democrático, este artículo se basa en dos cuestiones retomando la democracia brasileña como un estudio de caso. La primera trata de responder si la derrota en las urnas en 2014 afectó el grado de satisfacción y de apoyo de los perdedores en relación a la democracia brasileña. En otras palabras, ¿perder las elecciones hizo que los votantes derrotados extrapolaran la crítica al gobierno electo, alcanzando el régimen democrático en sí y, por lo tanto, las "reglas del juego"? La

segunda pergunta, de natureza más explicativa, busca identificar qué condiciones son capaces de mejorar las características que pueden aumentar o disminuir la brecha entre ganadores y perdedores cuando se trata de apoyar al régimen democrático. La principal conclusión es que los perdedores de las elecciones no están satisfechos con el desempeño de la democracia de los vencedores, pero no hay diferencias con respecto a la adhesión a la democracia. Este resultado se produce incluso cuando se controla por diferentes características demográficas, sociales e individuales, incluyendo la evaluación del gobierno de Dilma Rousseff y el rechazo del PT.

Palabras clave: la legitimidad democrática, apoyo a la democracia, las elecciones brasileñas de 2014, Brasil

Résumé

Les gagnants et les perdants des élections présidentielles de 2014: l'effet de la défaite dans les urnes sur la satisfaction et le soutien à la démocratie au Brésil

Au cours des deux dernières décennies du siècle dernier, la démocratie s'est établie comme le régime hégémonique dans diverses parties du monde. Théoriquement, ces démocraties fonctionnent selon des dispositions constitutionnelles résultant de la négociation de consensus normatif entre les forces politiques qui légitiment, de la sorte, le processus du choix des dirigeants. Autrement dit, il doit y avoir un consensus minimal sur les règles qui sous-tendent le choix des dirigeants et l'adhésion, par la suite, aux résultats de toutes les parties prenantes. Par conséquent, un signe révélateur du degré de légitimité de la démocratie d'un pays est le comportement de ses perdants. Compte tenu de ce principe démocratique, cet article est basé sur deux questions, la démocratie brésilienne constituant une étude de cas. La première cherche à savoir si la défaite électorale en 2014 a affecté le degré de satisfaction et de soutien des perdants envers la démocratie brésilienne. En d'autres termes, le fait d'avoir perdu les élections n'a-t-il pas poussé les électeurs vaincus à généraliser la critique envers le gouvernement élu, atteignant le régime démocratique lui-même et, par conséquent, les "règles du jeu"? La deuxième question, de nature plus explicative, cherche à identifier quelles sont les conditions en mesure d'améliorer les caractéristiques qui peuvent augmenter ou diminuer l'écart entre les gagnants et les perdants quand il s'agit de soutenir le régime démocratique. La principale conclusion est que les perdants des élections sont moins satisfaits de la performance de la démocratie que les vainqueurs, mais il n'y a aucune différence en ce qui concerne le respect de la démocratie. Ce résultat se confirme même lorsqu'il est contrôlé par différentes caractéristiques démographiques, sociales et individuelles, y compris l'évaluation du gouvernement Dilma Rousseff et le rejet du PT.

Mots clés: la légitimité démocratique, le soutien à la démocratie, les élections brésiliennes de 2014

Artigo submetido à publicação em março de 2016.

Versão final aprovada em novembro de 2016.

Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas

Bruno Wilhelm Speck
Elizabeth Balbachevsky

Introdução¹

A identificação partidária é uma construção abstrata que capta um sentimento de proximidade dos cidadãos para com um partido político. O conceito surge no contexto da tentativa de explicar o comportamento eleitoral dos cidadãos. O argumento principal da literatura internacional e nacional supõe que a identificação com um partido político afeta a escolha eleitoral porque limita as opções “aceitáveis” na perspectiva do eleitor. Na literatura clássica, a identificação partidária apresenta quatro características importantes: ela é adquirida no processo da socialização política, é afetiva e rotinizada, mais do que racional, e apresenta estabilidade no tempo. Por isso, ela serve de bússola para diferentes aspectos do comportamento e das avaliações feitas pelos cidadãos com relação ao processo político. Por esse motivo, a literatura internacional usa o mapeamento da identificação partidária como uma das grandes chaves para entender as relações entre eleitores e partidos políticos.

A proposta de explicar o comportamento eleitoral por meio da identificação partidária disputa e compartilha espaço com outras escolas sobre o comportamento eleitoral. O conceito da identidade partidária está em consonância com a escola da cultura política, que também diferencia as dimensões psicológica e subjetiva para entender o complexo sistema de valores que organiza o relacionamento do cidadão com o mundo político. Nessa abordagem, a socialização política e a regularidade de expressão dos padrões interiorizados, através da reiterada participação eleitoral, têm um papel importante para explicar a estabilidade dos padrões agregados de votação num país. Para essa literatura, ao votar, o eleitor expressa uma identidade com o mundo da política. Essa identidade é estável e orienta as escolhas do eleitor a cada votação. Realinhamentos eleitorais importantes são antes explicados pela mobilização de novos contingentes da população para a arena eleitoral e menos pelo resultado da conversão de antigos eleitores (Almond e Verba, 1965; Andersen, 1979).

¹ Este artigo é resultado do projeto temático “Organização e funcionamento da política representativa do estado de São Paulo (1994 e 2014)”, desenvolvido por professores da UFSCar, Unicamp e USP, com financiamento da Fapesp (projeto n.2012/19330-8).

Outra escola de explicação do voto é a sociologia política, que, na clássica versão de Lipset e Rokkan (1967), entende os padrões de comportamento eleitoral a partir da cristalização das clivagens sociais que marcaram as sociedades no momento decisivo da formação nacional e da fundação dos partidos políticos. Num certo sentido, para essa escola, essas clivagens foram congeladas em relações de representação e clientelismo entre partidos e grupos sociais. Assim, somente o advento da mobilidade social acelerada pode dissolver esses *milieus*. Nesse sentido, os modelos produzidos pelas abordagens da cultura política e da sociologia política são mais complementos do que concorrentes do conceito da identidade partidária. Ambas exploram aspectos mais perenes dessa relação entre partidos e eleitorado, complementando a abordagem psicossocial com fatores estruturais e trajetória histórica.

A escola da escolha racional tem uma relação mais conflituosa com o conceito da identidade partidária (Downs, 1957). Na sua vertente sobre o voto econômico, essa escola argumenta que a escolha do eleitor expressa uma avaliação racional das propostas futuras, e, principalmente, do desempenho passado dos governos. Para essa abordagem, a relação entre eleitor e os partidos tem origem em uma avaliação racional da relação entre os seus interesses e os resultados alcançados pelo partido quando no governo, bem como com as suas propostas futuras. Assim, essa relação não é fruto de uma identidade irrefletida. Para essa escola, a avaliação que o eleitor faz do desempenho do governo seria o fator decisivo a orientar o seu voto. A satisfação se expressaria no apoio ao partido do governo, e a insatisfação, no voto de oposição, alimentando realinhamentos partidários importantes. Reis (1988) explorou a tensão entre as duas abordagens em um artigo importante para a literatura brasileira. Por outro lado, a literatura internacional também registra movimentos relevantes no sentido de fechar a distância entre essas duas visões. Fiorina (1977) tentou reconciliar as duas óticas em sua teoria sobre o comportamento eleitoral. Para esse autor, a escolha racional praticada durante várias eleições pode levar à rotinização e à fidelização. A análise do histórico do voto econômico pode criar padrões de fidelidade com um partido muito similares à concepção expressa pelo conceito de identidade partidária. No entanto, nesse modelo, os processos de rotinização e interiorização não têm a estabilidade suposta no modelo psicossocial. Eles não resistiriam a mudanças mais profundas na avaliação do desempenho de governos e, portanto, essas revisões, quando generalizadas na população, estariam na raiz de importantes realinhamentos eleitorais.

Mesmo que o lugar da identificação partidária nas escolas sobre o comportamento eleitoral tenha passado por transformações, o conceito permanece como uma referência importante na ciência política (Dalton, McAllister e Wattenberg, 2003). Um dos motivos práticos é que perguntas sobre a identificação partidária são incluídas nas pesquisas de opinião política desde as primeiras sondagens conduzidas pela Escola de Michigan nos anos 1960 (Campbell et al., 1960). Desde então, legiões de cientistas políticos se dedicaram a analisar o partidarismo a partir desses dados. Nesse artigo

faremos uma breve retrospectiva de trabalhos sobre a identificação partidária no Brasil, para em seguida analisar o significado da identificação partidária nas eleições de 2014, a partir dos dados coletados na pesquisa Eseb 2014. A revisão da literatura cobre quatro grupos temáticos: análises descritivas que exploram o perfil social, regional ou demográfico dos eleitores que expressam identidade partidária no Brasil; os trabalhos sobre o impacto do partidarismo sobre o comportamento político dos cidadãos; investigações sobre a origem e as causas da identificação partidária; e trabalhos que questionam a validade do conceito e de sua operacionalização nas pesquisas.

Na literatura internacional, a identidade partidária foi também usada para entender as dinâmicas de competição eleitoral nas novas democracias que se formaram e consolidaram desde os anos 1980 (Barnes, McDonough e Pina, 1985). No caso do Brasil, as pesquisas eleitorais nos anos 1970 encontraram altas taxas de identificação dos eleitores com as duas opções partidárias permitidas pela ditadura militar. A identificação com a Arena ou o MDB permitiu avaliar o perfil regional e social dos eleitores inclinados a apoiar o regime ou o partido de oposição (Lamounier, 1980). Assim, a literatura da época concluiu que a experiência bipartidária forçada imposta pelo regime militar ajudou a consolidar junto ao eleitorado a imagem do MDB como o partido do povo, que defendia o homem comum contra os poderosos, e que lutava pelas liberdades políticas e a volta das eleições diretas. Entre as análises produzidas na época, Reis (1988) assinala que esse partidarismo estava, em larga medida, desprovido de um ideário político coeso. Na sua expressão, “votar na oposição é, para o eleitor em questão, um pouco como ‘torcer’ por um clube popular de futebol”. Essa “síndrome do Flamengo”, de um lado, emprestava estabilidade e coesão ao quadro partidário de então; mas, de outro lado, mantinha as tradições simplistas da política populista, cujo discurso se constrói com a contraposição dos construtos amorfos de ricos contra os pobres.

Após a volta ao multipartidarismo, a análise do fenômeno da identificação partidária no Brasil teve continuidade. Se no período militar o desafio principal era entender a dinâmica do governismo e do oposicionismo no eleitorado, agora, a identificação partidária é usada como um *termômetro da consolidação* do novo sistema partidário. A questão central que essa literatura busca responder é: até que ponto os novos partidos seriam capazes de forjar laços de identidade e lealdade com os eleitores? As taxas globais de identidade partidária se tornam um indicador do enraizamento social dos partidos. Kinzo (2004) dá uma resposta pessimista a essa questão: “Em suma, a intensa fragmentação e a falta de nitidez do sistema partidário fazem com que os eleitores tenham dificuldade em fixar os partidos, distingui-los e, assim, conseguir criar identidades partidárias”. No balanço comparativo das taxas de identificação partidária no eleitorado, o Brasil é um dos últimos colocados, tanto na América Latina (Pereira, 2012; Rennó et al., 2011, p. 141-148) como numa comparação global (Braga e Pimentel Jr., 2011; Plasser e Plasser, 2002, p. 304).

Em relação às *tendências temporais* da evolução interna do partidarismo no Brasil, vários autores apontaram para o declínio do PMDB e a ascensão do PT nas últimas três décadas de pesquisas sobre identificação partidária (Carreirão e Kinzo, 2004; Venturi, 2010). Uma característica apontada por essas pesquisas é a assimetria no perfil dos simpatizantes de diferentes partidos. Tomando como referência a força eleitoral, os petistas são claramente sobrerrepresentados entre os eleitores que expressam identidade com algum partido, enquanto outros partidos praticamente não contam com uma base de eleitores identificados (Samuels, 2004). Mais recentemente Veiga analisou o perfil social dos simpatizantes *comparando* os maiores partidos (Veiga, 2007, 2011). Essa análise aponta variações importantes no perfil de simpatizantes de diferentes partidos, quando se consideram diferentes regiões, graus de escolaridade e diversos perfis ideológicos. Essa questão é especialmente debatida quando o tema é o perfil dos partidários do Partido dos Trabalhadores (PT). As contribuições de Singer (2010), Venturi (2010) e Samuels e Zucco (2014a) divergem sobre o momento e a direção da mudança do perfil dos simpatizantes desse partido após a vitória nas eleições presidenciais de 2002.

Há poucas respostas na literatura acadêmica nacional sobre as *origens do partidarismo*. O que é surpreendente, dadas as condições peculiares da origem do sistema partidário atual. Com poucas exceções, o sistema partidário pós-ditadura é composto por legendas recém-criadas. Somente quatro partidos poderiam reivindicar uma tradição de continuidade com o sistema partidário anterior. O PMDB se posicionou claramente como herdeiro do MDB, partido opositor do regime militar, inclusive mantendo o nome da nova sigla próxima à anterior. Os eleitores socializados durante os anos 1970 não teriam dificuldade em associar a nova sigla à herança do partido que se tornou símbolo da oposição ao regime e das conquistas democráticas. Mas o caso do PMDB é a exceção. O PSDB, cisão do PMDB ocorrida no final dos anos 1980, pouco explorou os seus vínculos com a corrente dos "autênticos" do antigo MDB. Os partidos herdeiros da Arena fizeram de tudo para justamente apagar os traços de continuidade. O atual PP, anterior PPR, previamente PDS, herdeiro da Arena, o fez por meio da estratégia de mudar repetidamente o nome da sigla. O atual DEM, anterior PFL, cisão da antiga Arena, igualmente negou a sua tradição histórica. Em ambos os casos a continuidade da sigla, elemento essencial para a construção da identificação partidária no modelo psicossocial, foi intencionalmente apagada pelas lideranças políticas. Dois partidos, PTB e PDT, tentaram revitalizar raízes mais longínquas, com o antigo partido populista associado à herança varguista de antes do golpe. Aqui o conflito e a cisão dificultaram a continuidade, mas, sob a liderança política de Leonel Brizola, o PDT investiu no reestabelecimento do vínculo com a tradição trabalhista e com a figura de Getúlio Vargas. Finalmente a legalização do PCB, que teoricamente poderia reatar os vínculos com a traição comunista que data dos anos 1930, reavivada com o sucesso do partido nos anos 1950, primeiro na legalidade e depois na ilegalidade, teve a sua coesão abalada

pelas cisões na esquerda durante o governo militar e os efeitos do colapso da União Soviética. Esse partido alterou sua sigla para PPS, rompendo com o passado. Vale lembrar ainda o caso do PT, partido que explicitamente enfatizava o rompimento com as tradições do trabalhismo do passado e apostava na novidade do novo modelo partidário proposto.

Portanto, no balanço, somente o PMDB e o PDT vincularam a sua imagem a tradições políticas herdadas do passado, explorando a possibilidade de que cidadãos socializados antes ou durante a ditadura transferissem a sua identificação política às novas siglas. Todos os outros partidos criados ou recriados desde a volta ao multipartidarismo, seja porque negaram a própria tradição, seja porque não tiveram antecedentes históricos, não poderiam contar com eleitores fidelizados pelo processo de socialização descrito pela literatura internacional, que toma como referência a experiência de países que possuem uma longa tradição partidária ininterrupta. Nessa circunstância histórica, a reduzida taxa de identidade partidária após a redemocratização pode ser consequência das peculiaridades do processo de emergência do novo sistema partidário descritas acima. Adicionalmente, o intenso e contínuo processo de fragmentação do sistema partidário brasileiro torna a fidelização do eleitor com um partido específico ainda mais difícil. Assim, as análises do processo de aquisição da identificação partidária no Brasil deveriam levar em conta essas peculiaridades do sistema partidário brasileiro que se formou após a democratização. Entretanto, a literatura brasileira registra pouca discussão sobre a aplicabilidade ou não do modelo que associa a formação da identidade partidária ao processo inicial de socialização política dos indivíduos ao caso brasileiro, ou eventuais modelos alternativos, que eventualmente descreveriam melhor o caso nacional.

Por outro lado, o *questionamento* da utilidade do conceito da identificação partidária para a pesquisa das relações entre eleitores e organizações partidárias tem longa tradição no Brasil. Na literatura, as pesquisas sobre a identidade partidária no Brasil são permeadas por uma dúvida mais fundamental sobre a aplicabilidade do conceito da identificação partidária no contexto do Brasil. Essa literatura discute a possibilidade de formação de identidades partidárias em um sistema partidário com um grande número de partidos, muitos deles de vida muito curta e com um eleitorado, em geral, com baixo nível de escolaridade e fraca capacidade de compreensão do processo político.

Por um lado Reis (1988) já havia lançado dúvida sobre a perenidade da identificação de parte do eleitorado com um ou outro partido político, dada a baixa sofisticação política que caracteriza o imaginário político expresso por uma grande parcela do eleitorado. Kinzo (2005) também faz um balanço negativo, quando avalia o impacto da identificação com diferentes partidos na estruturação do imaginário político dos eleitores. Vários outros trabalhos também testam, e questionam, a coerência das várias facetas da identificação partidária no eleitorado brasileiro, ora comparando várias

medições da identificação (Paiva, Braga e Pimentel Jr., 2007; Pimentel Jr., 2007), ora comparando a identificação partidária com outros indicadores, tais como a filiação partidária (Speck, Braga e Costa, 2015). Um estudo de painel com três ondas de entrevistas concluiu pelo baixo impacto da identidade partidária sobre o comportamento eleitoral (Baker, Ames e Rennó, 2006). A análise dos mesmos dados, especificamente considerando perenidade da identificação partidária, revelou que uma parte considerável dos entrevistados mudou sua identificação partidária num período de poucos meses (Baker et al., 2015; Pereira, 2014). Em última instância, portanto, esses estudos questionam o alcance, a coerência e o impacto da identificação partidária no comportamento do eleitorado brasileiro. Poucos eleitores simpatizariam com partidos, a simpatia com um partido não implicaria necessariamente a rejeição de outro e, principalmente, a identidade partidária parece ter pouco poder preditivo sobre escolha eleitoral. Entretanto, contra essa interpretação dominante, o trabalho recente de Samuels e Zucco (2014b) encontrou resultados relevantes ao tentar dirimir as dúvidas sobre o significado da identificação partidária no Brasil por meio de um experimento. Esse estudo confirmou a importância da identificação partidária para a formação das opiniões políticas dos simpatizantes do PT e do PSDB, os dois partidos que funcionaram como âncoras da clivagem eleitoral brasileira desde, pelo menos, a eleição de 1994.

Diante de tantos questionamentos a respeito da utilidade da identificação partidária como instrumento heurístico relevante para as ciências sociais no Brasil, não surpreende que o número de trabalhos dedicados a analisar o *impacto* do partidarismo sobre o voto dos eleitores brasileiros seja reduzido. Entre estes estão Carreirão e Kinzo (2004) que analisam o impacto do partidarismo sobre o voto presidencial. Os autores concluem que, nas cinco eleições presidenciais entre 1989 e 2002, entre, aproximadamente, quatro eleitores que se identificaram com um partido, somente a metade votou no candidato de seu partido. Nicolau (2007) também analisou o impacto da identidade partidária sobre as eleições presidenciais usando regressão logística. Para as eleições de 2002 ele identifica um impacto significativo do partidarismo tanto entre eleitores que se identificavam com o PT como entre aqueles que expressavam preferência pelo PSDB. Em um estudo abrangendo as três eleições presidenciais de 2002 a 2010, Braga e Pimentel Jr. (2011) analisam o impacto do partidarismo, porém limitando a análise logística ao segundo turno, em que os candidatos do PT e do PSDB se enfrentaram isoladamente. Novamente a identificação partidária se revelou um forte fator de previsão. Mais do que isso, os dados desse estudo mostram que a IP teve um peso crescente na previsão do voto ao longo desse período. As análises do impacto da identificação partidária sobre o voto para outros cargos são menos frequentes. Pimentel Jr. (2007) analisou o impacto da identificação partidária sobre as eleições para governador em São Paulo, em 2002, e para presidente, no mesmo ano, recorrendo a simples correlações. O autor identifica coeficientes positivos significativos para todos os partidos que lançaram candidatos para os respectivos cargos, com os valores mais

expressivos para o PT. Paiva e Tarouco (2011) se propõem a medir o impacto do partidarismo sobre a eleição para deputado federal em 2010². Speck, Braga e Costa (2015) avaliaram o impacto da identificação partidária sobre o voto em 2014 usando regressão logística. Os autores avaliaram a votação para todos os cargos disputados na eleição, concluindo que os eleitores que expressam identificação partidária têm maior chance de votar no mesmo partido para os vários cargos disputados na eleição³.

Os resultados apresentados nessa revisão apontam para um paradoxo: de um lado, boa parte da literatura que analisa a identificação partidária no Brasil converge para o diagnóstico que aponta a sua baixa relevância para compreender a decisão de voto dos eleitores. Não apenas poucos eleitores expressam simpatia por algum partido específico, como, mesmo entre os que o fazem, a identidade partidária parece ter pouca relevância para a definição do voto. Entretanto, a literatura mais recente encontrou resultados interessantes, quando se toma isoladamente os eleitores que se identificam com o PT e o PSDB, os dois partidos que, como dissemos anteriormente, organizaram a competição eleitoral no Brasil desde, pelo menos, 1994. Essa literatura reúne indícios de que, pelo menos para esses eleitores, a identificação partidária não apenas tem consequências para a decisão do voto, mas também parece ser um elemento relevante para a compreensão que esses eleitores têm sobre temas e questões da política brasileira. O presente artigo tem por objetivo contribuir para esse debate.

Dados usados e operacionalização das variáveis

A partir dos dados coletados pela pesquisa do Eseb para as eleições de 2014, este artigo busca avaliar o impacto da identificação partidária no comportamento e nas atitudes políticas dos eleitores a partir de duas perspectivas: em primeiro lugar, em que medida conhecer a identificação partidária do eleitor aumenta a previsibilidade do voto e, em segundo lugar, qual a relação entre a identidade partidária e atitudes e opiniões expressas pelos eleitores. Os dois temas serão analisados nessa sequência. É importante ressaltar, porém, que a hipótese que organiza essa análise não supõe que a identificação partidária impacta uniformemente o voto e as opiniões dos eleitores. Ao contrário, esse estudo busca demonstrar que a forma como a identidade partidária influencia o voto difere tanto em relação ao campo político em que o eleitor se situa, como também em

² Apesar do teste de associação (qui-quadrado) entre identificação partidária e voto para deputado federal indicar um resultado positivo, as autoras concluem que, "Mesmo para aqueles que declaram 'gostar' de algum partido, a escolha do candidato a deputado federal não acompanha a declaração de preferência partidária. Os partidos brasileiros não estruturam o voto".

³ Os cargos analisados são presidente (1º turno), governador (1º turno), senador, deputado federal e deputado estadual. O critério para a avaliação é o cidadão ter votado para 3 ou mais desses cargos do mesmo partido. A probabilidade de o voto coerente nesses termos ocorrer entre os cidadãos que gostam de um partido é o dobro em comparação com os outros cidadãos. A análise não avalia se o partido votado é o mesmo daquele com o qual o eleitor se identificou, nem leva em conta a estrutura de oportunidade da eleição (se havia candidato no estado). O presente artigo avança nos dois sentidos.

relação ao seu *status* social. Compreender os efeitos moderadores complexos desses dois fatores é uma contribuição importante para fazer avançar o debate sobre o papel da identificação partidária no jogo eleitoral brasileiro.

No Eseb 2014, um em cada três entrevistados manifestou-se positivamente quando indagado se gostava de algum partido político. Qual é o significado e quais as consequências da identificação partidária no Brasil em relação à escolha do voto nessas eleições? Para responder a essa questão analisamos a extensão do partidarismo no Brasil e as consequências para a escolha eleitoral no pleito de 2014. Diferentemente de outros estudos anteriores, analisaremos o impacto do partidarismo sobre todas as eleições para os cinco cargos diferentes.

Há duas perguntas no Eseb 2014 que são candidatas para operacionalizar o conceito da identificação partidária. Pergunta 1: "Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) sr(a). pensa?". Pergunta 2: "Existe algum partido político que o(a) sr(a). goste mais que os outros?". Ambas têm as opções sim e não como alternativas, além da opção de não responder⁴. A nossa variável independente da identificação partidária é construída como variável binária a partir da resposta "não" (0) e "sim" (1) à segunda pergunta. Os que não responderam são classificados como sem resposta e não foram considerados em nossa análise. O principal motivo para essa opção decorre do entendimento restrito da primeira questão, que pressupõe que a identidade partidária está baseada sempre numa relação de representação clara, o que, como vimos na revisão, é um pressuposto por demais exigente até mesmo em países onde a história partidária é mais longa.

Entretanto, para além da identificação partidária, outros fatores possivelmente influenciam a decisão de voto. Esses outros fatores compreendem as características demográficas herdadas (idade, sexo, cor) ou adquiridas (escolaridade, religião, estado civil), o contexto local (região, capital), o *status* socioeconômico (renda, ascensão, Bolsa Família), as disposições cognitivas individuais (informação sobre política, confiança na democracia) ou o contato com a política durante a campanha (contatado por políticos, amigos).

Todas essas variáveis foram codificadas como binárias. Quando possível, as categorias foram criadas dividindo a amostra em dois grupos aproximadamente iguais. As regiões do Brasil são operacionalizadas como variáveis *dummies*, tendo a região

⁴ Deve-se notar que nenhuma das perguntas traduz exatamente o sentido da pergunta correspondente do Anes (American National Election Survey) aplicada nos *surveys* nos Estados Unidos desde 1952 a cada dois anos. "Generally speaking, do you usually think of yourself as a Republican, a Democrat, an Independent, or what?" (<http://www.electionstudies.org/nesguide/toptable/tab2a_1.htm>).

As diferenças na formulação da pergunta tornam a comparação dos resultados entre países questionável. A diferença de conteúdo entre as perguntas no Brasil e nos Estados Unidos é significativa e vai desde a noção mais forte de identidade e perenidade até a enumeração das alternativas. A pergunta no Brasil diz respeito à posição do partido, não à da identidade do entrevistado. Também não há um elemento na frase separando o sentimento temporário de um compromisso mais duradouro. As influências dessas formulações nas questões que operacionalizam o conceito da identificação partidária sobre os resultados das pesquisas são exemplificadas em Rennó (2011) para o assunto da confiança interpessoal.

Sudeste como categoria de referência. As capitais são também identificadas com outra variável binária, tendo os entrevistados que residem em outras regiões como categoria de referência. Da mesma forma, a variável 'Mulheres' (1) tem como referência Homens (0); os 'Branços' (1) se referem aos Não Brancos (0) e 'Idade' (1) identifica os entrevistados acima de 40 anos, com o grupo abaixo dessa idade como referência. A variável 'Escolaridade' (1) inclui os cidadãos com segundo grau completo ou mais em comparação com os demais; 'Estado Civil' (1) compara os casados com os demais; e 'Religião' (1) inclui os evangélicos em comparação com todos os outros.

As variáveis socioeconômicas incluem 'Renda', que compara os grupos que ganham mais de dois salários mínimos (1) com os demais (0); os que subjetivamente ascenderam (1) com os demais (0)⁵ e os que recebem 'Bolsa Família' (0) com os demais (1). Invertemos a classificação desta última categoria para facilitar a leitura dessas diferentes classificações sociais em que (0) corresponde ao grupo em condições menos favoráveis e (1) aos mais privilegiados.

Finalmente as variáveis sobre as atividades políticas incluem 'Informação Política', uma variável construída a partir das respostas a quatro perguntas: "Pelo que o(a) sr(a). sabe ou ouviu falar, qual dessas pessoas foi o ministro da Fazenda durante o governo Dilma?"; "Pelo que o(a) sr(a). sabe ou ouviu falar, qual dessas foi a taxa de desemprego do Brasil em agosto de 2014?", "E pensando no que o(a) sr(a). sabe ou ouviu falar, qual é hoje o segundo maior partido na Câmara dos Deputados?", e, finalmente, "Qual dessas pessoas é o atual secretário-geral da ONU – Organização das Nações Unidas?". Para cada uma das quatro perguntas o entrevistado era apresentado a 4 respostas, sendo uma correta. Em nossa análise, os entrevistados que identificaram pelo menos uma das perguntas corretamente foram codificados como (1), em comparação com os demais (0).

A variável 'Contato Político' se baseia na seguinte questão: "Durante a campanha eleitoral deste ano, o(a) sr(a). foi contatado(a) por algum partido político ou candidato pessoalmente ou de alguma outra forma?". Ela assume valor (1) para as respostas afirmativas e (0) para as negativas.

'Engajamento Político' é uma variável binária criada a partir das respostas às seguintes sete questões: "Agora vou citar algumas atividades e gostaria de saber se o(a) sr(a). já fez essa atividade em algum momento da sua vida: assinar um abaixo-assinado (inclusive na internet); participar de manifestações ou protestos de rua; participar de greve; participar de bloqueio de estradas; participar de ocupação de prédios públicos; participar de ocupação de terras; utilizar a internet ou redes sociais para manifestações e

⁵ Essa variável resulta de várias questões nas quais o entrevistado avalia a sua situação social hoje (2014) com o momento de oito anos atrás. A comparação resulta em três possíveis situações nas quais o entrevistado se encontra: estagnação (avalia que está na mesma classe), ascensão (subiu) ou declínio (caiu). Como categoria de referência usamos a fusão entre as categorias 'declínio' e 'estagnação'.

debates políticos". A variável assume valor (1) quando pelo menos uma das questões foi respondida afirmativamente e valor (0) para os demais.

É importante ressaltar que o nosso principal interesse está focado no efeito direto do partidarismo sobre a decisão do voto. O interesse nas variáveis que captam o perfil demográfico, social e econômico dos entrevistados é meramente instrumental. Queremos evitar a atribuição errônea de um efeito sobre a decisão do voto pela influência não controlada de uma das variáveis que captam a posição social do entrevistado.

Identificação partidária e o voto consistente em diferentes eleições

Agora avançamos para responder à questão a respeito do impacto da identificação partidária sobre o voto. Como mostramos na resenha da literatura, na maior parte dos estudos a resposta a essa questão toma por base a decisão do voto para a eleição presidencial. A inclusão de outras eleições demanda uma série de ajustes no desenho da análise. Isso porque em outros níveis não apenas o leque de opções é diferente, como o padrão das alianças pode variar.

Assim, a questão que colocamos precisa ser reformulada: até que ponto a identificação partidária ajuda a explicar o voto dos cidadãos em eleições para diferentes cargos? Nossa expectativa é de que os cidadãos que se identificam com determinado partido também tenham votado nos candidatos desse partido, ou na sua sigla, nos diferentes níveis de eleição em 2014. Até que ponto isso ocorreu? Para responder à questão precisamos filtrar os casos relevantes. Primeiro, a questão da congruência entre identificação e voto só faz sentido para o grupo que se identifica com algum partido (aproximadamente um terço dos entrevistados). Cidadãos sem preferência partidária não podem trair o seu partido na hora de votar.

Segundo, somente uma parte dos entrevistados se lembra da sua escolha eleitoral para os diferentes cargos. Sem poder confrontar a identificação partidária com a escolha do voto também não é possível avaliar a congruência do voto. A Tabela 1 mostra que a memória do voto é alta para os cargos de maior visibilidade (presidente, governador e senador), mas bastante baixa para os cargos de deputado federal e estadual. No caso das eleições para estes últimos, somente um quarto dos entrevistados identifica o partido em que votou. Assim, para esse nível de eleição a comparação entre identificação e escolha eleitoral automaticamente se reduz ao grupo que recorda o voto.

Tabela 1
Memória do voto para os diferentes cargos
nas eleições 2014 (%)

	Presidente (1 turno)	Governador (1 turno)	Senador	Deputado federal	Deputado estadual
Não compareceu	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1
Informa voto válido	84,4	76,8	66,3	29,2	25,4
Não informa voto válido	6,5	14,1	24,6	61,7	65,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Eseb 2014, tabulação própria.

A terceira limitação diz respeito à estrutura de oportunidades da escolha eleitoral. Nem todos os partidos apresentaram candidatos a todos os cargos nos diferentes estados e, conseqüentemente, muitos dos eleitores não puderam votar em candidatos dos partidos de sua preferência nessas eleições. Identificar o eleitor que se identifica com um partido e com uma situação de escolha efetiva demanda filtrar todos os casos nos quais o partido não apresentou um candidato para determinado cargo. Na eleição para presidente somente 11 partidos apresentaram candidatos. Nas eleições para os outros cargos, a estrutura de oportunidade para a escolha do partido preferido é mais complexa. Na Tabela 2 reproduzimos de forma reduzida quais partidos apresentaram candidatos para governador, senador, deputado federal e estadual nos respectivos estados. Destacamos somente as candidaturas dos partidos PT, PMDB e PSDB para os quatro cargos. Essa tabela mostra que, principalmente para os cargos majoritários de governador e senador, é frequente a situação na qual os partidos não têm candidato disputando (candidatos a vice ou suplentes não foram considerados). Incluir os eleitores desses estados com identidade partidária na análise produziria um viés negativo na avaliação da fidelidade desses eleitores.

Tabela 2
Apresentação de candidaturas para os diferentes
cargos nas eleições de 2014

UF	Governador			Senador			Deputado federal			Deputado estadual						
	PT	PMDB	PSDB	OUTR	PT	PMDB	PSDB	OUTR	PT	PMDB	PSDB	OUTR	PT	PMDB	PSDB	OUTR
AC		1		3		1		3		1	1	25		1	1	25
AL			1	8			1	8	1	1	1	24	1	1	1	27
AM		1		6		1		5	1	1	1	27	1	1	1	27
AP				7				10	1	1	1	25	1	1	1	24
BA	1			5	1			4	1	1	1	26	1	1	1	26
CE		1		3		1		3	1	1	1	27	1	1	1	27
DF	1		1	4	1		1	6	1	1	1	28	1	1	1	28
ES		1		5		1		5	1	1	1	28	1	1	1	28
GO	1	1	1	6	1	1	1	6	1	1	1	27	1		1	21
MA		1		5		1		5	1	1	1	27	1	1	1	27
MG	1		1	6	1		1	6	1	1	1	28	1	1	1	28
MS		1	1	4		1	1	5	1	1	1	26	1	1	1	26
MT	1			4	1			4			1	24		1	1	25
PA		1	1	4		1	1	9	1	1	1	27	1	1	1	26
PB		1	1	4		1	1	6	1	1	1	27		1	1	27
PE		1		5		1		4	1	1	1	27	1	1	1	27
PI	1	1		5	1	1		4	1	1	1	27	1	1	1	27
PR	1	1	1	5	1	1	1	5	1	1	1	27	1	1	1	27
RJ	1	1		5	1	1		6	1	1	1	27	1	1	1	28
RN		1		4		1		4	1	1	1	25	1	1	1	25
RO	1	1	1	3		1	1	4	1	1	1	25	1	1	1	25
RR	1			3	1		1	4	1	1	1	26	1	1	1	26
RS	1	1		6	1	1		5	1	1	1	26	1	1	1	26
SC	1			7	1			6	1	1	1	26	1	1	1	27
SE	1			4	1			4	1	1	1	25	1	1	1	27
SP	1	1	1	6	1	1	1	7	1	1	1	27	1	1	1	28
TO		1		5		1		5		1	1	27		1	1	27

Fonte: TSE, tabulação própria.

Assim, as análises nesta seção levam em conta essas três limitações. A base de dados é reduzida aos entrevistados que têm preferência partidária, que recordam da sua escolha eleitoral e cujos partidos apresentaram candidatos.

Podemos agora voltar à questão do impacto da identificação partidária sobre a escolha eleitoral. Para os simpatizantes que se identificam com determinado partido, e que tiveram a chance de votar nos candidatos do seu partido, há duas possibilidades: ou

votaram nesse candidato ou o preteriram, dando seu voto para um candidato de outro partido. Classificamos o primeiro caso como voto congruente. A Tabela 3 identifica quantos dos simpatizantes votam no partido de sua preferência para os cinco cargos disputados. A taxa de adesão é grande para as eleições presidenciais (83%), mas apresenta um índice bem menor para as eleições dos outros cargos. Somente metade dos simpatizantes orienta seu voto a governador em função da preferência partidária. Nas eleições para o Senado essa taxa cai para um terço e para deputado federal e estadual, para um quarto. Isso já mostra que a identificação partidária tem significado parcial sobre as escolhas eleitorais no Brasil. Enquanto ela influencia fortemente as eleições presidenciais, o seu impacto sobre a escolha eleitoral para outros cargos é reduzido.

Tabela 3
Taxa de congruência entre identificação partidária e voto nas eleições 2014 (%)

Simpatizantes votam no candidato do partido a presidente, quando este apresenta candidato?	... governador, quando este apresenta candidato?	... senador, quando este apresenta candidato?	... deputado federal, quando este apresenta candidato?	... deputado estadual, quando este apresenta candidato?
não	17	43	66	75	76
sim	83	57	34	25	24

Fonte: Eseb 2014, tabulação própria.

No próximo passo aprofundamos as análises sobre a congruência entre identificação partidária e escolha eleitoral em duas dimensões. Primeiro queremos saber se a congruência entre identidade partidária e voto é influenciada por outros fatores. Ou seja, em que medida diferenças entre as regiões, entre capital e interior, a situação socioeconômica dos entrevistados ou as suas características demográficas importam? Para responder a essa questão, usamos as variáveis de controle definidas acima para nosso exercício de regressão logística.

A segunda questão diz respeito a diferenças de comportamento entre os simpatizantes de diferentes partidos políticos. Como vimos acima, parte da literatura indica que a identidade partidária tem significados distintos para eleitores simpatizantes de diferentes partidos. Assim, nossa análise foca os eleitores que manifestaram identidade com os três maiores partidos na eleição de 2014, PT, PSDB e PMDB. Nossa análise indica que esses eleitores apresentam taxas de congruência diferentes em relação aos simpatizantes de todos os outros partidos. Para obter esse resultado criamos variáveis binárias que tomam como base a identidade com cada um desses três partidos, mantendo os partidos restantes como categoria de referência.

A Tabela 4 compila os resultados das cinco regressões logísticas separadas para explicar a congruência do voto para cada um dos votos para presidente (1º turno), governador (1º turno), senador, deputado federal e deputado estadual. As primeiras três variáveis explicativas dizem respeito aos simpatizantes do PT, do PMDB e do PSDB. As variáveis restantes testam o impacto de fatores como região, *status* socioeconômico e perfil demográfico dos entrevistados.

Os resultados dessas regressões mostram que, para as eleições presidenciais, os simpatizantes do PT tiveram 38,3 vezes mais chances de votar na candidata do seu partido em comparação com os simpatizantes dos outros partidos confrontados com a mesma escolha. Os simpatizantes do PSDB tiveram apenas 10,7 vezes mais chances de votar no seu candidato, quando comparados com as chances de eleitores de outros partidos de votar em seus candidatos. Como os simpatizantes do PMDB não puderam votar no seu candidato, não foram incluídos na avaliação⁶.

No caso do PSDB, a influência do partidarismo sobre a decisão de voto aumenta para os outros níveis de eleição. Para esses eleitores a sequência vai das eleições a presidente (10,7 vezes), a governador (19,4 vezes) e a senador (31,1 vezes). Já o comportamento dos partidários do PT é diametralmente oposto. Enquanto a probabilidade de votar no próprio candidato a presidente era 38 vezes maior entre os petistas, para governador, essa taxa é de apenas 2,9 vezes maior e é estatisticamente não significativa para a escolha do candidato ao Senado. Para a decisão do voto ao Senado, não há diferenças estatisticamente significativas entre petistas e partidários de outros partidos no que tange à sua decisão ser definida a partir da sua identidade partidária.

Para as eleições para deputado federal o impacto positivo do partidarismo sobre candidatos do PT volta a ser significativo. Entretanto, um dado que requer investigação adicional é o impacto negativo do petismo sobre a eleição dos deputados estaduais. Para os simpatizantes do PSDB a força do partidarismo nas eleições legislativas não é diferente da observada para o restante das bases dos outros partidos. No caso dos simpatizantes do PMDB não houve nenhuma diferença significativa em relação à eleição de políticos do mesmo partido para nenhum dos cargos.

O resultado dessas análises mostra que a identidade com diferentes partidos tem impacto variado na escolha eleitoral. Para os petistas, o cargo central, que demanda mobilização e lealdade, é a presidência. Para os peessedebistas, as eleições subnacionais para governador e senador são mais importantes, mas a eleição para a presidência também mobiliza. Finalmente, a capacidade do PMDB de traduzir a empatia dos seus partidários em votos é bastante reduzida.

⁶ Uma possibilidade seria incluir os candidatos a vice (na eleição para presidente e governador) e os suplentes (na eleição para senador) nas opções válidas para os simpatizantes dos partidos. Mas nem sempre os vice têm visibilidade na eleição e os suplentes para o Senado são desconhecidos para o eleitor comum. Optamos por incluir somente os candidatos principais.

Como podemos entender esses resultados? Sugerimos que a análise de Melo e Câmara (2012) sobre as estratégias diferentes dos partidos brasileiros para disputar eleições no âmbito nacional e estadual oferece uma pista. Para o caso do PT e do PSDB, os autores identificam uma estratégia histórica de priorização das eleições presidenciais na mobilização política do eleitorado. Especialmente para o PT, a candidatura de seu líder mais importante, Luiz Inácio Lula da Silva, ao cargo de presidente da República em todas as eleições anteriores a 2010 e a vitória nas eleições de 2002 e 2006 tiveram um valor simbólico importante, que mobilizou seu eleitorado para esse cargo. Por outro lado, as disputas subnacionais são mais importantes para outros partidos, que não têm capacidade para lançar candidatos competitivos no âmbito nacional. Os resultados de nossa análise são congruentes com a hipótese de Melo e Câmara. Assim, podemos concluir que as estratégias de mobilização eleitoral adotadas pelas lideranças de diferentes partidos são responsáveis pela variedade de padrões de decisão eleitoral dos eleitores filiados a esses partidos. Essa hipótese preliminar a respeito do mecanismo causal por trás dos resultados discrepantes que encontramos para os eleitores dos três maiores partidos brasileiros (PT, PSDB e PMDB) requer pesquisas adicionais. No presente artigo nos limitamos a apontar esses padrões de comportamento, que até agora não haviam sido identificados na literatura sobre o caso brasileiro.

Quando consideramos o impacto das variáveis demográficas, regionais e de *status* social, vemos que, em relação à escolha do candidato à presidência, o impacto do partidarismo sobre o comportamento eleitoral independe da região. Entretanto, nas eleições subnacionais para governador o partidarismo é mais fraco no Sul e mais forte no Nordeste, quando comparado com a categoria de referência, Sudeste. Nas eleições para senador é na região Sudeste onde a identidade partidária tem maior impacto para a definição do voto para esse cargo. É provável que esses resultados sejam influenciados pela dominância do PSDB no estado de São Paulo. Finalmente cabe ressaltar o fator religião, que tem influência negativa sobre o partidarismo nas eleições para presidente, mas perde importância nas eleições para os outros cargos. Isso pode, em parte, ser explicado pela presença de duas candidaturas ligadas às igrejas evangélicas (Marina da Silva e Pastor Everaldo) para esse nível de eleição.

Tabela 4
Regressão logística para explicar o voto congruente dos
simpatizantes para vários cargos

	voto pres 1t	voto gove 1t	voto sena 1t	voto depfed 1t	voto depest 1t
	razão de chances	razão de chances	razão de chances	razão de chances	razão de chances
	<i>erro-padrão</i>	<i>erro-padrão</i>	<i>erro-padrão</i>	<i>erro-padrão</i>	<i>erro-padrão</i>
partidário PT	38,26 *** 18,81	2,92 * 1,42	2,41 1,70	2,33 1,14	0,34 * 0,16
partidário PMDB	1,00 (.)	1,86 1,15	4,77 4,13	3,04 1,78	0,91 0,51
partidário PSDB	10,72 *** 4,87	19,44 *** 11,12	31,13 *** 23,65	1,27 0,64	0,45 0,23
morador Norte	0,51 0,28	0,55 0,46	0,06 * 0,08	0,51 0,28	1,39 0,75
morador Nordeste	0,52 0,18	5,53 *** 1,95	0,24 ** 0,11	0,45 * 0,15	0,69 0,25
morador Sul	0,91 0,45	0,27 *** 0,10	0,32 ** 0,13	0,52 0,23	0,43 0,23
morador Centro-Oeste	2,38 2,74	0,21 * 0,13	0,09 0,11	0,46 0,41	2,46 2,21
vive na capital	1,11 0,35	0,97 0,29	1,52 0,50	1,21 0,39	2,56 ** 0,90
é mulher	0,57 * 0,15	1,01 0,25	1,07 0,30	1,00 0,28	0,58 0,19
é branco	1,33 0,43	1,22 0,31	1,34 0,38	1,17 0,35	0,69 0,25
tem 40 anos ou mais	1,17 0,33	1,15 0,31	1,19 0,37	0,95 0,29	1,75 0,59
tem 2º grau ou mais	1,35 0,46	0,75 0,20	1,28 0,40	0,82 0,30	0,68 0,25
é casado	0,82 0,24	0,62 0,18	0,85 0,28	0,84 0,24	0,77 0,26
é evangélico	0,46 * 0,14	0,82 0,25	0,76 0,28	1,06 0,36	1,52 0,56
ganha acima de 2 SM	0,91 0,28	1,42 0,41	1,48 0,45	0,82 0,26	2,13 * 0,74

	voto pres 1t	voto gove 1t	voto sena 1t	voto depfed 1t	voto depest 1t
	razão de chances	razão de chances	razão de chances	razão de chances	razão de chances
	<i>erro-padrão</i>	<i>erro-padrão</i>	<i>erro-padrão</i>	<i>erro-padrão</i>	<i>erro-padrão</i>
subiu de classe	0,77 <i>0,22</i>	0,73 <i>0,18</i>	0,71 <i>0,21</i>	1,01 <i>0,28</i>	1,68 <i>0,54</i>
Bolsa Família	1,41 <i>0,44</i>	0,76 <i>0,24</i>	0,65 <i>0,22</i>	0,85 <i>0,30</i>	0,69 <i>0,27</i>
mais informado	1,17 <i>0,31</i>	1,28 <i>0,34</i>	1,42 <i>0,43</i>	2,21 * <i>0,77</i>	1,28 <i>0,45</i>
contatado na campanha	0,62 <i>0,16</i>	0,77 <i>0,20</i>	0,56 * <i>0,16</i>	1,38 <i>0,38</i>	1,10 <i>0,32</i>
mais ativista	1,01 <i>0,28</i>	1,50 <i>0,40</i>	1,39 <i>0,44</i>	0,88 <i>0,27</i>	0,62 <i>0,20</i>
constante	0,57 <i>0,40</i>	0,41 <i>0,30</i>	0,13 * <i>0,12</i>	0,20 * <i>0,15</i>	0,47 <i>0,36</i>
pseudo R-sqr	0,22	0,197	0,309	0,061	0,122

Fonte: Eseb 2014, tabulação própria.

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$.

A mediação do impacto da identidade partidária sobre o voto

Após estabelecer que o partidarismo tem pesos diferentes para a decisão eleitoral de petistas e peessedebistas, vamos agora examinar se o significado do partidarismo é o mesmo para os cidadãos pertencentes a diferentes grupos na sociedade. Nossa hipótese é de que a identificação partidária tem consequências diferentes para distintos setores. Enquanto para alguns a identificação partidária expressa uma afiliação pouco problematizada do ponto de vista político (algo que poderia se assemelhar a pertencer a uma torcida de futebol, no sentido sugerido por Reis), para outros a dinâmica do debate eleitoral tem um papel importante e outros fatores influenciam na tradução da identidade partidária em voto.

Essa ideia já estava presente na concepção de Lazarsfeld, um dos pais do conceito da identificação partidária. Segundo ele a identificação poderia ter origem tanto em um conjunto de convicções políticas, expressas também no partido, como também na rotinização pouco refletida de padrões de votação que depois ganha a etiqueta de afinidade partidária. A hipótese do impacto mediado da identificação também já tinha sido proposta por Balbachevsky (1992) que argumentou que eleitores pobres e menos instruídos provavelmente levariam mais em conta as orientações políticas dos seus

partidos. Os eleitores mais instruídos e pertencentes a estratos sociais mais altos ponderam entre fidelidade e as informações colhidas durante a campanha. Para estes o efeito do partidarismo sobre o voto é moderado (ou pode ser reforçado) pelas informações trazidas pelos embates políticos na campanha eleitoral. É importante ressaltar a diferença entre esse efeito moderador do pertencimento a diferentes estratos sociais e a caracterização do perfil social ou geográfico dos setores identificados com diferentes partidos políticos, tal como apresentada por Samuels, Venturi ou Veiga, citados acima.

Com o intuito de testar essa hipótese incluímos na nossa análise variáveis que podem servir como *proxies* no sentido de identificar grupos para os quais o partidarismo teria efeito diferente sobre o comportamento eleitoral. Renda, instrução e Bolsa Família são variáveis que captam, de forma diferente, se o entrevistado está incluído entre os setores mais desfavorecidos da sociedade ou não. A operacionalização das três variáveis permite identificar os 29,7% dos cidadãos mais necessitados que recebem Bolsa Família, os 40,6% que têm escolaridade até o segundo grau incompleto ou os 35,6% da população que ganha até dois salários mínimos. São três formas diferentes de captar o grupo mais desfavorecido. O grupo oposto tem características mais heterogêneas, abrangendo todos os cidadãos que não recebem Bolsa Família, ganhando acima de dois salários mínimos até o topo da pirâmide salarial, e tendo instrução que vai do ensino médio completo até o pequeno grupo de cidadãos com formação universitária completa. Em termos de acesso aos bens materiais e simbólicos da sociedade, o primeiro grupo dos desfavorecidos é mais homogêneo do que o segundo grupo.

Essas três variáveis já estavam incluídas na regressão como variáveis aditivas de controle. Para avaliar se a condição de beneficiário do programa Bolsa Família tem efeito moderador sobre a relação entre partidarismo e voto, incluímos a variável Bolsa Família com um termo de interação com o partidarismo na regressão. Da mesma forma, partindo do pressuposto que escolaridade e renda são duas aproximações para captar a divisão social da sociedade brasileira, incluímos as duas variáveis, que também constam como variáveis aditivas no modelo anterior, agora como termos de interação com o partidarismo na regressão.

A análise a seguir se limita à eleição presidencial, em que, como vimos, o impacto da identificação partidária é mais forte. Ademais, o estudo contrasta os eleitores que manifestaram identidade com o PT ou o PSDB e os eleitores dos demais partidos, já que a análise anterior mostrou que esses dois partidos foram bem-sucedidos em traduzir o apoio na sociedade em votos. A regressão multivariada com o voto congruente (definida como a situação na qual o partidário vota no candidato do seu partido) para presidente como variável dependente inclui como variáveis de interesse o partidarismo (pró-PT e pró-PSDB) e as diferentes classificações binárias da sociedade (pelo acesso ao Bolsa Família, pela renda ou pela educação). Os modelos de regressão combinam separadamente as duas modalidades do partidarismo com as três variações de

classificação da sociedade, resultando em seis regressões logísticas multivariadas. Em cada um desses modelos as duas variáveis de interesse entraram como termos constitutivos, mas também na forma de interação. Adicionalmente, as outras variáveis de controle foram mantidas.

Os resultados da Tabela 5 mostram que tanto o partidário pró-PT como o pró-PSDB influenciou significativamente a decisão de voto para presidente, tal como já tínhamos identificado anteriormente. No entanto, os termos de interação são significativos em cinco dos seis modelos, indicando que essa relação entre identificação partidária e voto se dá de forma diferente entre a parcela mais afluenta da população e os mais pobres, entre os beneficiários do programa Bolsa Família e o resto da população, e entre os menos instruídos e os mais instruídos. Somente em relação à combinação entre petismo e educação o coeficiente do componente de interação não foi significativo. Esses resultados constituem fortes indícios de que a identidade partidária tem consequências diferentes não somente entre eleitores de diferentes partidos, mas também entre diferentes segmentos da sociedade.

Avaliamos as interações em duas etapas: primeiro, interpretando os coeficientes dos componentes principais e das interações, depois analisando os gráficos sobre os efeitos marginais dos dois fatores de interesse.

Os resultados apontam interações negativas entre o partidário e os indicadores que identificam o pertencimento aos segmentos mais privilegiados da sociedade. Para os petistas mais afluentes, mais instruídos e não beneficiários do programa Bolsa Família, a identificação com o PT não leva necessariamente ao voto no candidato do PT a presidente. Entre os eleitores petistas pertencentes aos setores menos privilegiados, a identificação partidária reforça a escolha congruente. Os dados mostram que ser petista e não necessitar do Bolsa Família reduz a chance de votar no candidato do partido pela metade. O impacto de ter alcançado escolaridade média ou superior ou renda superior a dois salários mínimos (SM) sobre o petismo é igualmente negativo. No caso da renda é ainda mais grave, reduzindo a probabilidade de votar no candidato do partido para um quinto. O efeito da interação no caso dos partidários do PSDB vai na direção oposta, mas ele é menos acentuado. Os peessedebistas de escolaridade média ou superior e de renda superior a dois SM têm mais chances de votar de forma coerente com a sua identificação partidária do que os partidários dos demais partidos.

Tabela 5
Regressão logística com interação para explicar o voto
congruente dos simpatizantes para presidente

	PT x s/Bolsa		PT x escol.		PT x renda		PSDB x s/Bolsa		PSDB x escol.		PSDB x renda
	razão de chances		razão de chances		razão de chances		razão de chances		razão de chances		razão de chances
	<i>erro- padrão</i>		<i>erro- padrão</i>		<i>erro- padrão</i>		<i>erro- padrão</i>		<i>erro- padrão</i>		<i>erro- padrão</i>
partidário PT	123,05 *** <i>91,99</i>		72,52 *** <i>53,90</i>		129,99 *** <i>91,46</i>		34,70 *** <i>16,97</i>		32,45 *** <i>15,66</i>		30,90 *** <i>14,82</i>
partidário PSDB	11,77 *** <i>5,79</i>		12,11 *** <i>5,99</i>		13,81 *** <i>6,93</i>		2,93 <i>1,85</i>		4,26 * <i>2,85</i>		3,10 <i>1,93</i>
vive na capital	1,12 <i>0,35</i>		1,04 <i>0,31</i>		1,10 <i>0,33</i>		1,08 <i>0,33</i>		1,03 <i>0,30</i>		1,05 <i>0,32</i>
é mulher	0,62 <i>0,16</i>		0,61 <i>0,16</i>		0,64 <i>0,17</i>		0,65 <i>0,17</i>		0,61 <i>0,16</i>		0,63 <i>0,17</i>
é branco	1,50 <i>0,45</i>		1,51 <i>0,47</i>		1,44 <i>0,44</i>		1,45 <i>0,44</i>		1,53 <i>0,47</i>		1,38 <i>0,42</i>
tem 2º grau ou mais	1,30 <i>0,45</i>		2,44 <i>1,31</i>		1,29 <i>0,43</i>		1,35 <i>0,45</i>		0,96 <i>0,38</i>		1,32 <i>0,43</i>
é casado	0,77 <i>0,23</i>		0,81 <i>0,23</i>		0,80 <i>0,24</i>		0,77 <i>0,23</i>		0,79 <i>0,23</i>		0,79 <i>0,23</i>
é evangélico	0,47 * <i>0,14</i>		0,47 * <i>0,14</i>		0,44 ** <i>0,14</i>		0,45 ** <i>0,14</i>		0,46 * <i>0,14</i>		0,44 ** <i>0,13</i>
ganha acima de 2 SM	1,02 <i>0,29</i>		1,03 <i>0,30</i>		2,89 * <i>1,35</i>		1,03 <i>0,30</i>		1,02 <i>0,29</i>		0,56 <i>0,20</i>
subiu de classe	0,69 <i>0,19</i>		0,74 <i>0,20</i>		0,70 <i>0,19</i>		0,73 <i>0,20</i>		0,75 <i>0,20</i>		0,73 <i>0,20</i>
não ganha Bolsa Família	2,14 <i>1,04</i>		0,80 <i>0,23</i>		0,82 <i>0,24</i>		0,470* <i>0,16</i>		0,80 <i>0,24</i>		0,82 <i>0,24</i>
mais informado	1,13 <i>0,30</i>		1,15 <i>0,31</i>		1,20 <i>0,33</i>		1,11 <i>0,30</i>		1,15 <i>0,31</i>		1,22 <i>0,33</i>
contatado na campanha	0,64 <i>0,16</i>		0,59 * <i>0,15</i>		0,62 <i>0,16</i>		0,63 <i>0,16</i>		0,59 * <i>0,15</i>		0,62 <i>0,16</i>
mais ativista	1,09 <i>0,30</i>		1,05 <i>0,29</i>		0,96 <i>0,26</i>		1,10 <i>0,30</i>		1,08 <i>0,30</i>		0,96 <i>0,27</i>
int. PT x s/Bolsa	0,20 * <i>0,13</i>										
int. PT x escol.			0,42 <i>0,27</i>								

	PT x s/bolsa	PT x escol.	PT x renda	PSDB x s/bolsa	PSDB x escol.	PSDB x renda
	razão de chances	razão de chances	razão de chances	razão de chances	razão de chances	razão de chances
	<i>erro- padrão</i>	<i>erro- padrão</i>	<i>erro- padrão</i>	<i>erro- padrão</i>	<i>erro- padrão</i>	<i>erro- padrão</i>
int. PT x renda			0,18 ** <i>0,11</i>			
int. PSDB x s/Bolsa				5,98 ** <i>3,61</i>		
int. PSDB x escol.					3,33 * <i>2,03</i>	
int. PSDB x renda						6,27 * <i>3,67</i>
constante	0,23 <i>0,18</i>	0,28 <i>0,24</i>	0,22 <i>0,17</i>	0,71 <i>0,50</i>	0,66 <i>0,47</i>	0,85 <i>0,59</i>
pseudo R- sqr	0,22	0,21	0,23	0,22	0,21	0,23

Fonte: Eseb 2014, tabulação própria.

* p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001.

Para completar essa análise nos debruçamos sobre o efeito da interação entre partidário e posição do cidadão na sociedade sobre a probabilidade de votar de forma coerente nos quatro cenários. Usamos para isso os gráficos sobre o efeito marginal dos dois principais fatores que incidem sobre a probabilidade de o cidadão votar de forma coerente. Diferentemente da Tabela 5, que inclui os partidários de todos os partidos, a análise nos gráficos do Quadro 1 compara somente partidários do PT e do PSDB, tomando como referência a sua coerência na votação presidencial. As variáveis de controle continuam as mesmas da Tabela 5. Os gráficos indicam, na dimensão vertical, a probabilidade de o cidadão votar de forma coerente, separadamente para petistas e peessedebistas. A probabilidade varia teoricamente de 0 a 1, no eixo y. Partidários com alta probabilidade de votar no candidato do seu partido estão na parte superior do gráfico enquanto os partidários que podem votar em candidatos de outro partido estão na parte inferior.

Nos três gráficos podemos verificar que os partidários do PT têm uma probabilidade maior de votar de forma coerente, em comparação com os partidários do PSDB. Esses mesmos gráficos identificam também o intervalo de confiança dessas probabilidades. Constatamos que a diferença entre petistas e peessedebistas é significativa nos grupos mais desfavorecidos (localizados à esquerda nos gráficos): os partidários do PT que recebem Bolsa Família, os que têm instrução inferior ao ensino médio completo e que ganham até dois SM são mais fiéis ao seu partido na hora de votar

para presidente do que os partidários do PSDB. Entre os cidadãos que se encontram na situação oposta (localizados à direita nos gráficos), a diferença entre o grau de coerência de partidários dos dois partidos desaparece, ou melhor, ela deixa de ser estatisticamente significativa (os intervalos de confiança de 95% se sobrepõem).

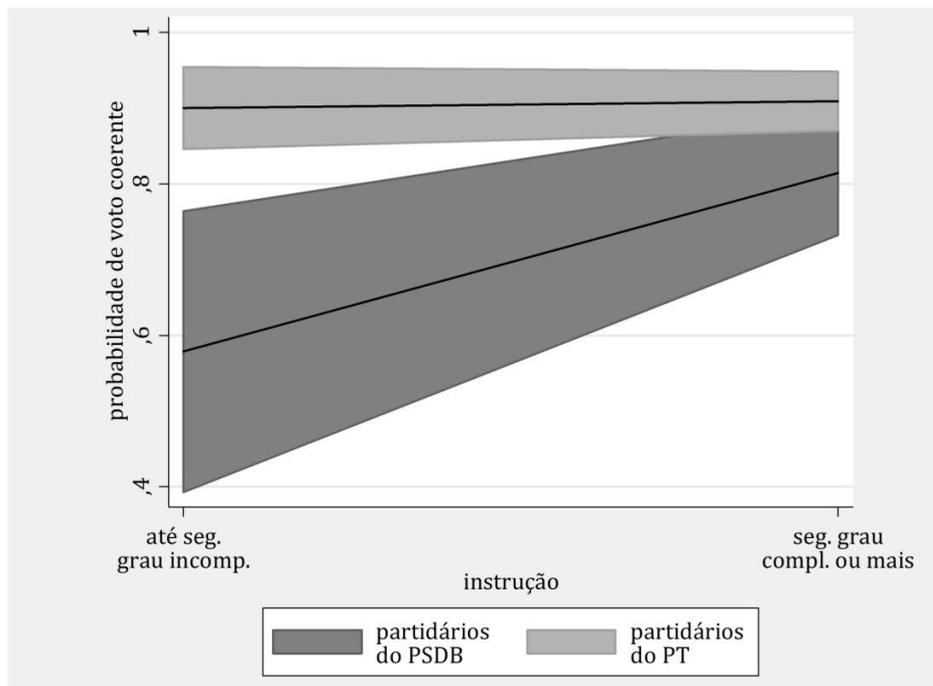
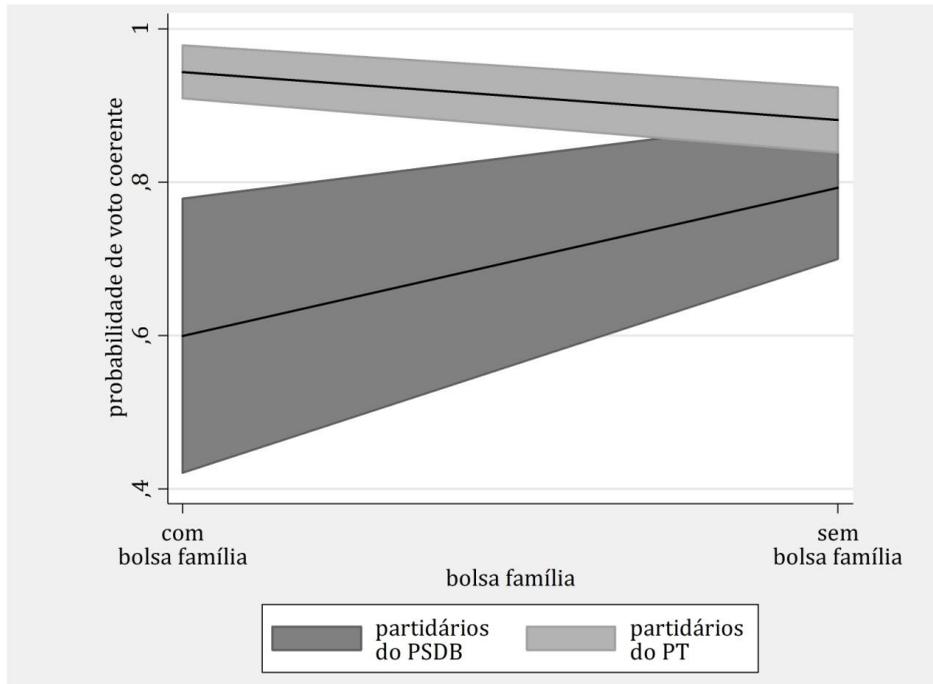
Os gráficos também permitem interpretar de forma clara o efeito da interação do partidarismo com as variáveis referentes à Bolsa Família, instrução e renda, separadamente para cada partido. Fica evidente que o impacto da situação socioeconômica sobre a coerência dos petistas é inverso ao impacto sobre os partidários do PSDB. Os petistas que se encontram em situação socioeconômica mais precária são mais fiéis ao partido na hora de votar em presidente do que os petistas do outro grupo, aqueles que se encontram em situação menos desfavorável. A “banda” da probabilidade de voto coerente do PT cai levemente da esquerda para a direita. O intervalo de confiança indica que a diferença entre os dois grupos dentro do PT não é estatisticamente significativa (levando em conta 5% de chance de erro)⁷.

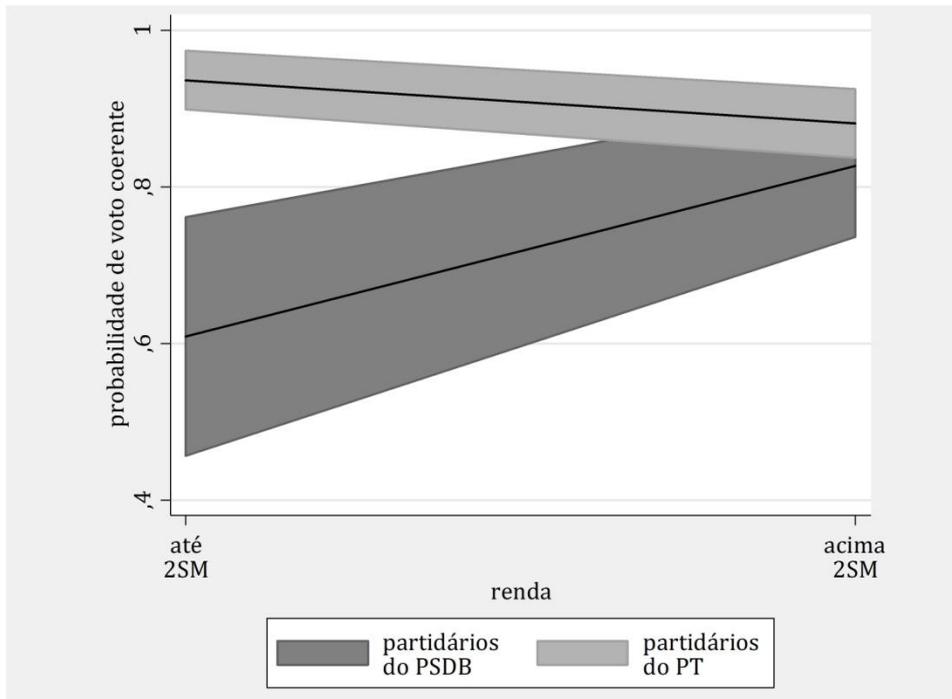
Entre os partidários do PSDB, os padrões de associação vão na direção oposta. Os partidários mais pobres são menos fiéis ao partido ao escolher seu candidato a presidente, comparados com os partidários em situação menos precária. A probabilidade de votação coerente dos peessedebistas aumenta de 60% para 80%, aproximadamente, da esquerda para a direita nos três gráficos do mesmo quadro. Isso indica que a condição socioeconômica tem um impacto mais significativo sobre o partidarismo dos peessedebistas do que sobre os petistas. Por outro lado, levando em consideração o intervalo de confiança, verificamos que a diferença entre os dois grupos de peessedebistas não é estatisticamente significativa (levando em conta 5% de chance de erro)⁸.

⁷ Isto pode ser relacionado ao baixo número de casos incluídos na análise (n=567) que inclui somente partidários do PT e do PSDB.

⁸ Vide nota anterior.

Quadro 1
Probabilidades de voto coerente dos partidários do PT e do PSDB,
por situação socioeconômica





Fonte: Eseb 2014, elaboração própria.

Como assinalamos anteriormente, as três variáveis escolhidas representam três formas diferentes de captar a divisão básica da sociedade brasileira entre os estratos mais desfavorecidos e os menos desfavorecidos. A nossa hipótese é de que a tradução do sentimento partidarista em voto funciona de forma diferente para o primeiro e o segundo grupos. No caso dos petistas, a pertinência ao grupo mais desfavorecido tende a reforçar o efeito da identidade partidária. Entre os eleitores petistas de maior escolaridade, a lealdade é mais baixa e se traduz numa proporção menor de voto congruente, talvez porque esses eleitores sejam mais sensíveis à dissonância entre as propostas do partido e os interesses de seu grupo social. No primeiro grupo, podemos supor que a síndrome do torcedor de futebol entre em ação, produzindo altas taxas de lealdade e coerência. Mas, entre os petistas do segundo grupo, esse impacto é menos forte. As variáveis exploradas aqui dão apenas pistas para os mecanismos que estão por trás desses resultados. A variável da Bolsa Família fortalece o voto congruente, sugerindo que os eleitores podem se sentir na dependência do partido político que protege esse programa. O impacto moderador da variável escolaridade sugere que o efeito do torcedor incondicional seja enfraquecido na medida em que os cidadãos alcançam autonomia intelectual para absorver novas informações e participar do debate político. Mas as três variáveis captam clivagens muito próximas. Futuras pesquisas terão que avaliar em mais

detalhe os mecanismos causais por trás desse efeito moderador da posição social sobre o partidarismo.

Já no caso dos eleitores identificados com o PSDB, a dissonância está entre aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Esses eleitores são menos atraídos para a candidatura de seu partido, em que pese sua identidade partidária. Por outro lado, pertencer aos grupos menos desfavorecidos parece reforçar a identidade desses eleitores e aumentar a probabilidade de um voto coerente.

Dinâmicas cognitivas: identidade partidária e o entendimento das clivagens políticas

Finalmente, a última dimensão em que a identificação partidária se mostrou significativa diz respeito à compreensão que os eleitores têm da clivagem central que organiza a competição eleitoral no Brasil. Ao longo da primeira década da Nova República a competição eleitoral no Brasil avançou de uma dinâmica policêntrica – que caracterizou as primeiras eleições presidenciais, quando os grandes partidos se enfrentavam com candidaturas próprias relativamente competitivas – para uma dinâmica bipolar (Lamounier e Meneguello, 1986; Carreirão e Kinzo, 2004; Melo, 2010). Desde pelo menos as eleições presidenciais de 1994, a competição eleitoral para a presidência da República convergiu para opor duas alianças partidárias relativamente estáveis: aquela organizada em torno das candidaturas apresentadas pelo PSDB e outra organizada em torno das candidaturas apresentadas pelo PT⁹.

O questionário utilizado pelo Eseb para as eleições de 2014 incorpora uma questão que, indiretamente, permite mensurar em que medida essa polarização também organiza a percepção que o eleitor tem sobre a competição eleitoral. Nessa questão solicitou-se ao eleitor que avaliasse, atribuindo uma nota de 0 a 10, o quanto ele gostava ou não de algumas lideranças expressivas da política nacional. Na lista apresentada aos eleitores estavam os nomes dos principais candidatos presentes na disputa para o cargo de presidente em 2014. Como se pode observar na Tabela 6, essa questão capta a visibilidade da disputa eleitoral. Não apenas as três candidaturas mais relevantes no primeiro turno – Marina, Dilma e Aécio – tiveram uma proporção muito maior de eleitores que souberam reconhecer e se dispuseram a avaliar essas personalidades, como também a dispersão dessas avaliações, medida pelo desvio-padrão ajustado pela média, é significativamente menor para essas três candidaturas, quando comparada com os resultados para os outros nomes.

⁹ Ainda que, como bem alerta Carreirão (2014), essa estabilidade não se reproduz nas disputas eleitorais para outros níveis, notadamente para outros cargos majoritários, isto é, para os governos de estados e para as prefeituras.

Tabela 6
Distribuição da avaliação dos candidatos à
presidência da República

		Gosta/ Não gosta Aécio Neves	Gosta/ Não gosta Marina Silva	Gosta/ Não gosta Dilma Rousseff	Gosta/Não gosta Eduardo Jorge	Gosta/ Não gosta Luciana Genro
Casos	Válidos	2.304	2.258	2.378	1.343	1.519
	Perdas	202	248	128	1163	987
Média		5,08	4,77	5,80	2,96	3,25
Desvio-padrão		3,321	2,908	3,487	2,607	2,717
Desvio- Padrão/Média		0,64	0,60	0,60	0,90	0,84

Fonte: Eseb 2014, tabulação própria.

Dessa forma, é possível tomar como referência as respostas dadas pelos entrevistados a essa questão para mensurar indiretamente em que medida a polarização PSDB-PT é reconhecida pelo eleitor. Fizemos isso considerando simultaneamente a avaliação que ele dá para os candidatos desses dois partidos. A nova variável criada, que mensura a distância percebida pelo eleitor entre as duas candidaturas, é resultado da subtração do valor que o eleitor atribuiu a Dilma Rousseff (candidata do PT) do valor que o mesmo eleitor atribuiu a Aécio Neves (candidato do PSDB). Na Tabela 7 comparamos a distância que o eleitor percebe entre essas duas candidaturas, quando se controla a identidade partidária do eleitor.

Tabela 7
Distância percebida entre as candidaturas de Aécio Neves (PSDB) e
Dilma Rousseff (PT), controlada pela identidade partidária

Identidade partidária	Mean	N	Std. Deviation
PMDB	1,8343	77	5,62109
PSDB	5,6731	163	3,84561
PT	-5,3638	421	3,64749
Outros partidos	-,0718	167	5,72592
Sem preferência	-,1751	1455	4,87320
Total	-,6394	2283	5,42213

Fonte: Eseb 2014, tabulação própria.

Intervalo da distância: + 10 a - 10, em que valores próximos a zero indicam que o eleitor atribuiu notas semelhantes às duas candidaturas. Valores positivos indicam que a avaliação dada à candidatura de Aécio Neves é maior do que a dada a Dilma e vice-versa, valores negativos indicam que a avaliação de Dilma foi maior do que a dada para Aécio Neves. Análise de variância: $F = 189,251$, sig. 0,000, $\eta^2 = 0,249$

Como se vê na Tabela 7, eleitores identificados com os dois partidos que estruturaram a polarização da competição eleitoral no nível presidencial reproduzem essa polarização na sua percepção da distância relativa das duas candidaturas: Os eleitores identificados com o PSDB avaliam positivamente o candidato de seu partido e, simultaneamente, avaliam negativamente a candidata do PT. Da mesma forma, eleitores

identificados com o PT avaliam positivamente a candidata do seu partido e negativamente a candidatura do PSDB. Entretanto, essa distância é significativamente menor entre os eleitores identificados com o PMDB ou identificados com outros partidos e mesmo entre aqueles que não têm identificação partidária. Eleitores com esses perfis tenderam a atribuir notas semelhantes para as duas candidaturas e, portanto, expressam serem menos afetados pela polarização PT X PSDB, que vem organizando a competição eleitoral para a presidência da República no Brasil desde 1994.

Poder-se-ia, entretanto, objetar que o reconhecimento dessa polaridade tem escasso significado em termos da decisão de voto do eleitor. Entretanto, quando analisamos o impacto da percepção dessa polarização sobre as escolhas eleitorais para o nível da presidência entre as eleições de 2010 e 2014, verificamos que a percepção dessa polarização é central para sustentar a congruência dessas escolhas, tanto entre os dois turnos de uma mesma eleição como entre anos eleitorais (Tabela 8).

Para reconstituir a retrospectiva do voto, consideramos as informações que o entrevistado deu sobre o seu voto nos dois turnos das eleições presidenciais de 2014 e de 2010. Essas informações foram recodificadas para identificar se, em cada eleição, o entrevistado votou no candidato do PT, no candidato do PSDB ou em candidatos de outros partidos (primeiro turno), ou ainda votou em branco ou anulou o voto. As informações dadas por cada eleitor para as duas eleições foram pareadas e os resultados nos permitem identificar cinco diferentes perfis de decisão eleitoral: eleitores que, nas quatro chances de exprimir seu voto, o fizeram votando sempre em candidaturas do PSDB ou sempre em candidaturas do PT; eleitores que em uma dessas eleições votaram no PSDB e em outras num outro partido (ou deram voto nulo ou em branco), mas nunca cruzaram a linha da polarização PT X PSDB; eleitores que em uma das eleições votaram no PT e, em outras, votaram em outros partidos (ou deram voto nulo ou em branco), mas que, ainda assim, também não cruzaram a linha de competição que separa PT e PSDB, e, finalmente, eleitores cujas opções eleitorais, seja entre turnos da mesma eleição ou entre diferentes eleições, cruzaram a linha da polarização: isto é, declararam que em alguma(s) oportunidade(s) votaram no PT e, em outra(s), no PSDB. A Tabela 8 compara a distância média das avaliações que os eleitores deram para as candidaturas Dilma e Aécio, considerando cada um dos perfis de decisão eleitoral descritos acima.

Tabela 8
Distância entre as candidaturas PSDB-PT e retrospectiva do voto

Retrospectiva de voto para a presidência, 2014 e 2010 (dois turnos)	Distância entre a nota dada ao candidato do PSDB e a nota dada à candidata do PT, 2014 (positivo: nota maior para o PSDB, negativo, nota maior para o PT)		
	Mean	N	Std. Deviation
Só votou PSDB	5,8399	213	3,35869
PSDB e outros, exceto PT	4,8035	126	3,62158
PSDB e PT	,5978	450	4,48065
PT e outros, exceto PSDB	-2,5305	63	3,35920
Só votou PT	-4,8437	659	3,46259
Total	-8,180	1510	5,56857

Fonte: Eseb 2014, tabulação própria.
Teste Anova: $f = 438,03$, sig. 0,000, $\eta^2 = 0,538$.

Na Tabela 8, vemos que a associação entre essas duas dimensões é impressionante. O reconhecimento da polarização – expresso na distância que o eleitor estabelece para sua avaliação das duas candidaturas na eleição de 2014 – está forte e significativamente associado aos diferentes perfis de escolhas eleitorais que se sustentam ao longo do tempo. A análise de variância (Anova) mostra que nada menos que 54% da variância observada para a variável "distância da avaliação" é explicada pelo padrão de escolha informado por esses eleitores.

Eleitores que favoreceram em sua avaliação o candidato do PSDB e, simultaneamente, avaliaram negativamente a candidatura do PT são também aqueles que sustentam o voto nesse partido ao longo do tempo. Da mesma forma, eleitores que votaram no PSDB e em outros partidos, mas não cruzaram a linha de polarização que distingue PT e PSDB, tenderam a apresentar o mesmo padrão polarizado de avaliação das duas candidaturas. De outro lado, eleitores que declararam sempre ter votado no PT atribuíram uma baixa avaliação ao candidato do PSDB e, simultaneamente, expressaram uma forte apreciação pela candidatura do polo oposto, PT. Esse padrão se repete para aqueles que votaram no PT e em outros partidos, mas também nunca cruzaram a distância que separa PSDB e PT. Finalmente, os eleitores que declararam opções eleitorais cruzadas, ora votando no candidato do PT, ora votando no candidato do PSDB, tenderam a dar avaliações próximas aos dois candidatos apresentados por esses partidos nas eleições de 2014. É preciso recordar que a construção desses perfis de padrão de votação leva em conta o voto declarado pelo eleitor nos dois turnos de eleição em 2010 e 2014. Assim, esses resultados são congruentes com a hipótese de que a identidade partidária tem reflexos sobre o entendimento que o eleitor tem da competição que organiza o espaço eleitoral. O que, por sua vez, parece ter reflexos na sustentação da escolha eleitoral ao longo do tempo.

Conclusão

Este artigo analisou os impactos da identificação partidária nas eleições de 2014, buscando avaliar seus efeitos nas atitudes e valores sustentados pelos eleitores e os seus reflexos sobre a decisão de voto. Embora a proporção de eleitores simpatizantes de partidos venha experimentando quedas sucessivas desde pelo menos o final dos anos 1990, ainda assim consideramos relevante entender o que está por trás da decisão de um entrevistado quando responde positivamente ao ser indagado se ele gosta de algum partido.

Sendo assim, avaliamos se a identificação partidária ajuda a entender o processo eleitoral no Brasil a partir de duas perspectivas. Em primeiro lugar, buscamos avaliar em que medida essa informação permite entender o voto e, em segundo lugar, qual a relação entre a identidade partidária e as atitudes e opiniões expressas pelos eleitores. Para responder à primeira das duas questões, analisamos a extensão do partidarismo no Brasil e suas consequências para as escolhas eleitorais do pleito de 2014. Diferentemente de outros estudos anteriores, analisamos o impacto do partidarismo sobre todas as escolhas eleitorais para os cinco cargos em disputa. Nessa perspectiva, os resultados deste artigo mostram que, considerando o impacto da identificação partidária sobre a escolha eleitoral, o partidarismo foi mais importante nas eleições para a presidência da República e, nesse nível, teve um efeito mais relevante entre simpatizantes do PT e do PSDB. Na eleição para esse cargo, os simpatizantes do PT tiveram 38,3 vezes mais chances de votar na candidata do seu partido em comparação com os outros partidos. Os simpatizantes do PSDB tiveram 10,7 vezes mais chance de votar no seu candidato, quando comparados com eleitores identificados com outros partidos.

Nossa análise mostrou também que as bases eleitorais de diferentes partidos apresentam padrões diferentes de fidelidade quando se consideram os diferentes cargos em disputa nas eleições: enquanto entre os eleitores do PT a probabilidade de voto congruente é maior para a eleição presidencial e declina para os outros níveis de eleição, no caso do PSDB, o padrão é inverso: a probabilidade de voto congruente é maior para as eleições subnacionais e menor para a eleição presidencial. No caso dos simpatizantes do PMDB não houve nenhuma associação significativa entre a identidade partidária e a probabilidade de um voto coerente, quando comparado com os eleitores de outros partidos. Nas eleições para deputado federal e estadual, o fenômeno do partidarismo tem impacto reduzido.

Este artigo também explorou a hipótese de que a identificação partidária possa funcionar como um fator de mediação entre o eleitor e o mundo da política. Aqui a ideia é que a identificação não atua da mesma forma para os diferentes grupos. Enquanto para alguns estratos sociais a identificação é um atalho informacional importante para o voto, para outros ela é apenas uma entre várias fontes alternativas de informação e avaliação das opções políticas atuais. Essa hipótese supõe que a identidade partidária seja um fator

mais poderoso para os eleitores com menos recursos cognitivos, e mais fraco, porque compete com outras fontes de informação, entre os eleitores com mais recursos cognitivos.

A nossa análise aponta um resultado paradoxal: dependendo de qual partido tomamos para estudo, os resultados se aproximam do modelo proposto acima ou não. Assim, enquanto entre os eleitores petistas os menos escolarizados foram mais fiéis ao partido, quando comparados com eleitores identificados com outros partidos, essa congruência foi menor entre os petistas mais escolarizados. Mas o padrão observado entre os eleitores peessedebistas é o inverso: a proporção de votos congruentes é maior entre os eleitores mais escolarizados e menor entre os eleitores menos escolarizados.

A última dimensão analisada neste artigo é o impacto da identificação partidária na compreensão que os eleitores têm da oposição que organiza a competição eleitoral no Brasil. Os resultados de nosso estudo mostram que os eleitores identificados com os dois partidos que estruturam a polarização da competição eleitoral no nível presidencial reproduzem essa polarização na sua percepção da distância relativa das candidaturas apresentadas por esses partidos na eleição presidencial de 2014. Já entre os identificados com o PMDB, com outros partidos e entre aqueles que não têm identificação partidária, a distância relativa entre as duas candidaturas é menor. Eleitores com esses perfis tenderam a atribuir notas semelhantes para as duas candidaturas, e, portanto, revelam menor sensibilidade para a principal polarização que vem organizando a competição eleitoral para a presidência da República no Brasil desde 1994. Por outro lado, essa dimensão – distância relativa entre as candidaturas – mostrou-se fortemente relacionada com o padrão de votação expresso pelos eleitores, quando consideram simultaneamente os votos dados nos dois turnos das eleições presidenciais de 2010 e 2014.

Portanto, os resultados deste artigo mostram que a identificação partidária é relevante no contexto brasileiro em diversas dimensões. Ela continua tendo um impacto diferenciado para a decisão de voto e está fortemente associada à compreensão que esse eleitor tem das dinâmicas de competição política e eleitoral. Em que pese o declínio da identidade partidária no eleitorado brasileiro, a simpatia expressa em relação a um dos partidos continua tendo impacto relevante e significativo na percepção que o eleitor tem das dinâmicas da competição partidária e na sua decisão eleitoral.

Bruno Wilhelm Speck - Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. E-mail: <bws@usp.br>.

Elizabeth Balbachevsky - Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. E-mail: <balbasky@usp.br>.

Referências bibliográficas

- ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations, an analytic study*. Boston: Little Brown, 1965.
- ANDERSEN, K. Generation, partisan shift and realignment: a glance back to the New Deal. In: NIE, N. H.; VERBA, S.; PETROCIK, J. *The changing American voter* (enlarged edition). Cambridge, MS: Harvard University Press, pp.74-95, 1979.
- BAKER, A.; AMES, B.; RENNÓ, L. R. "Social context and campaign volatility in new democracies: networks and neighborhoods in Brazil's 2002 elections". *American Journal of Political Science*, vol. 50, nº 2, p. 382-399, Summer, 2006.
- BAKER, A., et al. "The dynamics of partisan identification when party brands change: the case of the Workers Party in Brazil". *The Journal of Politics*, vol. 78, nº 1, p. 197-213, Spring, 2015.
- BALBACHEVSKY, E. "Identidade partidária e instituições políticas no Brasil". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, vol. 26, p. 133-165, jan. 1992.
- BARNES, S. H.; MCDONOUGH, P.; PINA, A. L. "The development of partisanship in new democracies: the case of Spain". *American Journal of Political Science*, vol. 29, nº 4, p. 695-720, Winter, 1985.
- BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. "Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 271-303, abr. 2011.
- CAMPBELL, A., et al. *The American voter*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- CARREIRÃO, Y. S. "O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 14, p. 255-295, 2014.
- CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M. D. G. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*, vol. 47, nº 1, p. 131-167, jan. 2004.
- DALTON, R. J.; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. "Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas". *Análise Social*, vol. 38, nº 167, p. 295-320, 2003.
- DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.
- FIORINA, M. P. "An outline for a model of party choice". *American Journal of Political Science*, vol. 21, nº 3, p. 601-625, Fall, 1977.
- KINZO, M. D. G. "Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 54, p. 23-40, fev. 2004.
- KINZO, M. D. G. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, p. 65-81, fev. 2005.
- LAMOUNIER, B. O voto em São Paulo, 1970-1978. In: LAMOUNIER, B. (org.). *Voto de desconfiança em São Paulo*. São Paulo: Vozes/Cebrap, p. 15-80, 1980.
- LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York: Free Press, 1967.

- MELO, C. R. "Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 0, nº 4, p. 13-41, 2010.
- MELO, C. R.; CÂMARA, R. "Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil". *Dados*, vol. 55, nº 1, 71-117, fev. 2012.
- NICOLAU, J. "An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression". *Brazilian Political Science Review*, vol. 1, nº 1, p. 125-135, fev. 2007.
- PAIVA, D.; BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. T. P. "Eleitorado e partidos políticos no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 388-408, abr. 2007.
- PAIVA, D.; TAROUÇO, G. S. "Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 426-451, abr. 2011.
- PEREIRA, F. B. *Why are there more partisans in some countries than in others?* (Americas Barometer Nº 71). Vanderbilt University, 2012. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/IO871en.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2016.
- _____. "A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 13, p. 213-244, jan.-abr., 2014.
- PIMENTEL JR., J. Disposições afetivas e laços partidários no Brasil. In: KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. S. S. (orgs.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas, p. 81-113, 2007.
- PLASSER, F.; PLASSER, G. *Global political campaigning*. Westport, CT: Praeger, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Global_Political_Campaigning.html?hl=pt-BR&id=ILAEM8SZfZcC>. Acesso em: 8 mar. 2016
- REIS, F. W. "Identidade política e a teoria da escolha racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 3, nº 6, p. 26-38, 1988.
- RENNÓ, L. R. "Validade e confiabilidade das medidas de confiança interpessoal: o barômetro das Américas". *Dados*, vol. 54, nº 3, 391-428, 2011.
- RENNÓ, L. R., et al. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Intermeios, 2011.
- SAMUELS, D. "As bases do petismo". *Opinião Pública*, vol. 10, nº 2, p. 221-241, abr., 2004.
- _____. "A evolução do petismo (2002-2008)". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 302-318, abr. 2008.
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. "Lulismo, petismo, and the future of Brazilian politics". *Journal of Politics in Latin America*, vol. 6, nº 3, p. 129-158, Fall, 2014a.
- _____. "The power of partisanship in Brazil: evidence from survey experiments". *American Journal of Political Science*, vol. 58, nº 1, p. 212-225, Spring, 2014b.
- SINGER, A. "A segunda alma do partido dos trabalhadores". *Novos Estudos Cebrap*, nº 88, p. 89-111, 2010.
- SPECK, B. W.; BRAGA, M. S. S.; COSTA, V. "Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 56, p. 125-148, dez. 2015.

VEIGA, L. F. "Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 340-365, abr. 2007.

_____. "O partidarismo no Brasil (2002/2010)". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 400-425., abr. 2011.

VENTURI, G. "PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária". *Revista Perseu*, nº 5, 196-214, jun. 2010.

Resumo

Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas

Neste artigo analisamos o impacto da identificação partidária sobre o comportamento eleitoral no Brasil. Usamos dados do Eseb realizado em 2014 com uma amostra representativa de eleitores de âmbito nacional. Em relação aos outros trabalhos a respeito do impacto da identificação sobre o voto, inovamos em dois aspectos. Primeiro, não nos limitamos à análise do voto para presidente, mas incluímos o voto para todos os cargos em disputa em 2014. Segundo, mostramos que a identificação partidária não atua da mesma forma sobre todos os eleitores identificados com um mesmo partido. Mostramos que partidários do PT são mais coerentes no seu voto para presidente quando têm maior nível de instrução, ao passo que os partidários do PSDB são mais fiéis na mesma questão quando têm baixa instrução. Da mesma forma, petistas são fiéis na hora de votar no presidente, enquanto os peessedebistas votam com seu partido na hora de escolher governadores e senadores. Finalmente, nossa análise identificou um padrão complexo entre as variáveis educação, aqui tomada como *proxy* dos recursos cognitivos do eleitor, identidade partidária e decisão de voto. Essa última contribuição leva a discussão sobre a identificação partidária no Brasil para além das questões sobre sua presença ou ausência no eleitorado, e sua relevância para entender a decisão de voto, que são as abordagens dominantes na literatura que trata do tema.

Palavras-chaves: eleições brasileiras de 2014; identificação partidária; voto para presidente, governador, senador, deputado federal e estadual

Abstract

Party identification and the vote: the differences between supporters of the PT and supporters of the PSDB

In this article, we analyze the impact of party identification on voting behavior in Brazil. We use data from the ESEB conducted in 2014, with a nationally representative sample of voters. In relation to other works on the impact of identification on the vote, we innovate in two areas. First, we do not limit our analysis to the vote for president; rather, we analyze vote for all offices in dispute in 2014. Second, we show that party identification does not work in the same way for all voters who identify with the same party. We have shown that supporters of the PT with higher levels of education are more coherent in their vote for President, while supporters of the PSDB with lower levels of education show more partisan loyalty in their vote. In the same way, while *petistas* are loyal to their party when it comes to voting for the President, *peessedebistas* vote with their party when it comes to choosing Governors and Senators. Finally, our analysis has identified a complex pattern of relationships between education—used here as a proxy for voters' cognitive resources—party identification, and vote choice. This last contribution promotes a discussion about the meaning of party identification in Brazil, one that goes well beyond the usual issues of its presence or absence among the electorate and its relevance to our understanding of vote choice, which have dominated the literature dealing with this topic in Brazil.

Keywords: 2014 Brazilian elections; party identification; vote for president; vote for governors; vote for the Senate; vote for federal and state deputies

Resumen

Partidismo y voto. Las diferencias entre los partidarios del PT y los partidarios del PSDB

Este artículo analiza el impacto de la identificación partidaria sobre el comportamiento electoral en Brasil. Los datos del Eseb de 2014 son sobre una muestra representativa de los electores brasileños. El análisis no se limitó al voto para Presidente, sino que incluyó a los votos para todos los cargos de elección popular en el 2014. El análisis muestra que la identificación con el partido no influye de la misma manera a todos los electores identificados con el mismo partido. Los Autores muestran que aquellos identificados con el PT son más coherentes en su voto para Presidente cuando tienen mayor nivel de educación, mientras los electores identificados con PSDB son más fieles, en esta situación, cuando tienen un nivel menor de educación. Asimismo, los petistas son fieles cuando votan para Presidente, mientras los *peesedebistas* votan por su partido en las elecciones para Gobernador y Senador. Por último, nuestro análisis ha encontrado un complejo patrón de conexiones entre la variable de educación – empleada como proxy de recursos cognitivos del elector – y las variables de identificación con el partido y de decisión del voto. Esta última contribución plantea la discusión sobre la identificación con el partido más allá de las cuestiones sobre si esta identificación de hecho existe y si ella es pertinente, de acuerdo con el enfoque predominante en la literatura sobre este tema.

Palabras clave: Brasil, elecciones generales de 2014, identificación partidaria, voto para presidente, voto para gobernador, voto para senador, voto para representante federal y provincial

Résumé

Identification partisane et vote. Les différences entre les électeurs du PT et du PSDB

Nous analysons dans cet article l'impact de l'identification partisane sur le comportement électoral au Brésil. Nous utilisons les données de l'Eseb réalisée en 2014 auprès d'un échantillon représentatif d'électeurs à l'échelle nationale. Par rapport aux autres études sur l'impact de l'identification sur le vote, nous innovons dans deux aspects. Premièrement, nous ne nous limitons pas à l'analyse du vote pour le président, nous incluons le vote pour tous les mandats à pourvoir en 2014. Deuxièmement, nous montrons que l'identification partisane n'agit pas de la même façon sur tous les électeurs identifiés auprès d'un même parti. Nous montrons que les personnes identifiées auprès du PT sont proportionnellement plus cohérentes au moment de voter pour le président que leur niveau scolaire est élevé ; alors que les personnes identifiées auprès du PSDB sont plus fidèles, dans le même domaine, quand elles ont un faible niveau scolaire. De même, les électeurs du PT sont fidèles quand il s'agit de voter pour le président, alors que ceux du PSDB votent avec leur parti que il faut choisir des gouverneurs et des sénateurs. Finalement, notre analyse a identifié un modèle complexe entre la variable d'éducation, ici considérée comme *proxy* des ressources cognitives de l'électeur, et les variables d'identification auprès du parti et de décision de vote. Cette dernière contribution projette la discussion sur l'identification partisane au Brésil au-delà des questions sur sa présence ou son absence au sein de l'électorat, et de son importance pour comprendre la décision de vote, qui sont les approches qui dominent dans la littérature traitant du sujet.

Mots-clés: Brésil; élections de 2014; identification partisane; vote pour le président, le gouverneur, le sénateur, le député fédéral et d'état

Artigo submetido à publicação em março de 2016.

Versão final aprovada em novembro de 2016.

Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes

Ednaldo Ribeiro

Yan Carreirão

Julian Borba

Introdução¹

São bem conhecidos na literatura brasileira os principais aspectos do debate internacional sobre identificação partidária, especialmente a discussão sobre como se origina essa identificação, sua relação com as atitudes e o comportamento dos eleitores e a tendência de declínio da identificação partidária em boa parte das democracias ocidentais nas últimas décadas. Além disso, há já uma significativa produção empírica no Brasil, analisando o perfil do eleitor com identificação partidária, a evolução dessa identificação ao longo do tempo, as atitudes associadas aos eleitores identificados com diferentes partidos e o impacto dessa identificação sobre a decisão de voto (Lamounier e Meneguello, 1986; Singer, 2000; Reis, 2000; Mainwaring, 1991; Rennó, 2007; Paiva, Braga e Pimentel Jr., 2007; Carreirão, 2007b; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011; Braga e Pimentel Jr., 2011; Neves, 2012; Speck, Braga e Costa, 2015; Baker et al., 2016).

Bem menos desenvolvida no país é a discussão sobre identificação partidária negativa (ou sentimentos partidários negativos). Um dos objetivos deste artigo é justamente dar destaque a esse tema, inicialmente resenhando parte da literatura internacional e também da produção brasileira, que, embora incipiente, existe e tem se ampliado no período mais recente, especialmente em função do fenômeno que tem sido chamado de antipetismo. Empiricamente, também, este artigo dará ênfase aos sentimentos partidários negativos, especialmente ao antipetismo. Fazemos isso de forma longitudinal, ainda que a série histórica de dados utilizada não seja longa (de 2002 a 2014), procurando identificar mudanças significativas nos perfis desse público específico que podemos denominar de antipetista. Além disso, investigamos a relevância desses sentimentos sobre disposições subjetivas em relação a temas relevantes como adesão à democracia, preferência por democracia, igualitarismo e estatismo. Por fim, testamos também a relevância dessa condição no processo de escolha de candidatos nas eleições presidenciais.

¹ Este artigo é fruto de pesquisas apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de bolsas de produtividade e de iniciação científica. Os autores agradecem aos pareceristas anônimos pelas críticas e sugestões.

Isso não significa, porém, que deixamos de analisar a identificação partidária (positiva) dos eleitores. Retomando proposta anterior (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011), além de tratar dos efeitos específicos do antipetismo, analisamos também o impacto simultâneo das identificações partidárias positivas e negativas em relação ao PT e ao PSDB (os dois principais partidos nessa disputa) sobre o voto nas eleições brasileiras de 2014, usando dados do Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro)².

A principal hipótese do artigo é que o contexto político do país em 2014, em que o PT esteve fortemente associado a escândalos de corrupção, afetou os sentimentos partidários positivos e negativos em relação ao partido. Quanto aos sentimentos positivos, provocando um declínio dos identificados com o partido; e, quanto aos negativos, levando a um acréscimo nos "antipetistas". Essas mudanças nos sentimentos partidários tiveram impacto tanto sobre as atitudes quanto no comportamento político do eleitorado em 2014. Em termos de atitudes, ampliando o quadro de não diferenciação do eleitorado, já constatado em períodos anteriores (Carreirão, 2007a; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011). Já no plano comportamental, espera-se que tanto os sentimentos positivos quanto os negativos estejam relacionados ao voto, e que a ampliação do antipetismo tenha favorecido os candidatos de oposição.

Identificação partidária

O debate entre a Escola de Michigan (Campbell et al., 1960; Converse, 1964) e a teoria da escolha racional (Downs, 1957; Fiorina, 1981) sobre como se originam as identificações partidárias e qual seu significado já é bastante conhecido entre nós (Figueiredo, 1991; Castro, 1992; Carreirão e Kinzo, 2004; Pimentel Jr., 2007; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011, entre outros). Independentemente dessa discussão, até bem pouco tempo atrás havia um alto grau de consenso sobre a importância das identificações partidárias dos eleitores sobre sua decisão de voto.

Nas últimas décadas, porém, assiste-se, no plano internacional, a um declínio nos níveis de identificação, na diferenciação ideológica entre os partidos, bem como na relevância dessas organizações em termos de estruturação da decisão do voto (Wattenberg, 1991, 1998; Dalton e Wattenberg, 1993, 2001; Clarke e Stewart, 1998), tema que também já é bastante conhecido no país.

Em relação ao caso brasileiro, em balanço feito em artigo anterior (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011), mostramos que após certo predomínio de uma avaliação negativa quanto aos níveis de identificação partidária e de sua influência sobre o voto (Lamounier e Meneguello, 1986; Mainwaring, 1991, 2001), o estudo de Singer (2000) representou uma mudança nessa interpretação ao apontar para a importância das identificações ideológicas e partidárias dos eleitores brasileiros na estruturação do voto

² Algumas das análises aqui empreendidas buscam traçar uma evolução dos sentimentos partidários dos brasileiros entre 2002 e 2014 (sempre usando o Eseb), embora a ênfase seja sobre os dados de 2014.

nas eleições de 1989 e 1994, tendo sido refutado por investigações posteriores (Reis, 2000; Rennó, 2007; Paiva, Braga e Pimentel Jr., 2007), mas também parcialmente confirmado por outros trabalhos (Carreirão, 2007b; Braga e Pimentel Jr., 2011).

Mais recentemente, as conclusões de Braga e Pimentel Jr. (2011), Neves (2012), Speck, Braga e Costa (2015) e Baker et al. (2016) confirmam, embora com certas especificidades, a relevância da identificação (ou simpatia) partidária na estruturação das atitudes e/ou do comportamento do eleitorado brasileiro.

Braga e Pimentel Jr. (2011), analisando dados dos Esebs 2002, 2006 e 2010, propõem que,

apesar de as simpatias partidárias serem uma heurística utilizada para decisão do voto entre os eleitores com maior escolaridade, foi observado que mesmo entre os menos escolarizados esse elemento foi fundamental para explicar o voto, demonstrando que, mesmo entre eleitores com menor conhecimento político, os partidos, especialmente PT, PSDB e PMDB, têm balizado a decisão do voto (Braga e Pimentel Jr., 2011, p. 298).

O estudo de Neves (2012) – que analisa os efeitos de atitudes positivas e contrárias aos principais partidos (PT, PSDB e PMDB) sobre o voto nas eleições de 2002, 2006 e 2010 – reforça a relevância dessas disposições, ainda que a magnitude dos seus efeitos sofra variação ao longo do período. Em 2002 e 2010 o autor observa expressiva influência das identidades partidárias, principalmente em relação às legendas PT e PSDB e suas respectivas coligações, mas em 2006 esse efeito diminui de forma considerável, provavelmente em decorrência da influência de aspectos conjunturais, como o quadro de reeleição e a presença de um candidato de alta popularidade. Speck, Braga e Costa (2015), embora não destaquem as diferenças entre as legendas, também constatam que a identificação partidária está associada à adoção de padrões coerentes de votação em candidatos da mesma sigla para diferentes cargos.

Quanto à estabilidade das preferências partidárias, Baker et al. (2016), analisando dados de um estudo de painel em Juiz de Fora e Caxias do Sul, buscam verificar se a mudança na “marca PT” (*brand change*) entre 2002 e 2006 teria feito muitos eleitores petistas deixarem de manifestar simpatia pelo partido. Sua principal conclusão é a de que isso ocorreu com parte dos “petistas ocasionais”, mas um núcleo duro de petistas (de cerca de 40%) continuou manifestando preferência pelo partido, durante todo o período do painel: “bounded instability exists around a core of stability” (Baker et al., 2016, p. 27).

Não há, porém, consenso na literatura. Pereira (2014b), analisando dados das mesmas pesquisas de opinião em painel³ e enfatizando a relevância da sofisticação política dos eleitores para a formação de identidades partidárias duradouras, conclui que:

³ A pesquisa foi a mesma utilizada por Baker et al. (2016) – “The dynamics of political attitude formation in a milieu of multiple weak parties: a context sensitive analysis of voting behavior in two Brazilian cities”

Os menos sofisticados tendem a formar essa preferência com base em estímulos mais transitórios do ambiente eleitoral, e não em percepções quanto a questões políticas mais centrais que atravessam o sistema partidário (...). Como é baseada em estímulos passageiros, tal preferência tende a desaparecer mais facilmente e a não afetar outras preferências políticas importantes que o cidadão é chamado a manifestar (Pereira, 2014b, p. 239).

Como corolário, afirma que “a correlação agregada entre partidarismo e voto no Brasil esconde o fato de que a segunda variável só é determinada pela primeira, de fato, para uma minoria politicamente sofisticada de eleitores” (Pereira, 2014b, p. 238)⁴.

Para além dessa polêmica, uma série de trabalhos tem investigado as bases sociais dos partidos, enfatizando mais as identificações partidárias do que o voto, bem como as opiniões e atitudes políticas dos eleitores e sua relação com os sentimentos partidários. Um tema que tem sido objeto central de discussão é relativo às bases sociais do petismo. Enquanto Samuels (2004, 2008) observa poucas mudanças nesse eleitorado identificado com o partido ao comparar os resultados de *surveys* realizados em 2002 e 2007, tanto Singer (2010) quanto Venturi (2010) apontam mudanças no perfil socioeconômico dos eleitores com preferência pelo PT. Segundo esses últimos autores, comparativamente ao período inicial do atual sistema partidário, em anos mais recentes diminuiu a importância dos eleitores de mais alta escolaridade, de mais alta renda e da região Sudeste. Veiga (2007, 2011), da mesma forma, comparando dados da coleção Eseb para 2002, 2006 e 2010, aponta para mudanças nas bases de identificação partidária, em especial em relação ao PT, que se deslocou para um eleitorado de menor renda e menor escolaridade, aumentando suas bases especialmente no Nordeste.

Paralelamente às mudanças nas bases sociais, também se discutem as mudanças no perfil ideológico dos eleitores partidários. Segundo Veiga, essa mudança de base social poderia ser uma das razões que explicariam o deslocamento ao centro e à direita daqueles que se identificam com o PT. Também Singer (2010) explora as contradições entre duas matrizes ideológicas e programáticas que convivem no partido e, comparando resultados de *surveys* realizados entre 2002 e 2010, conclui que “a base do PT, que era predominantemente de esquerda, passou a abrigar um contingente análogo de eleitores situados à direita” (p. 108).

(Baker et al., 2016) – e realizou ondas de entrevistas em abril/maio; agosto/setembro e outubro de 2002; maio de 2004; julho e outubro de 2006 nas cidades brasileiras de Juiz de Fora (MG) e Caxias do Sul (RS).

⁴ Embora essas conclusões tenham se baseado em análise focalizando apenas os eleitores que declaram ter preferência pelo PT, Pereira sugere – tomando como base estudo de Samuels, que fornece evidências de que a preferência pelos demais partidos brasileiros tende a ser ainda mais fraca e guiada por vínculos personalistas – que os achados de seu trabalho seriam “ainda menos otimistas com a inclusão de eleitores que se identificam com outros partidos” (Pereira, 2014b, p. 239).

Outros estudos incluem os demais partidos relevantes em suas análises. Veiga (2007), além das conclusões já mencionadas sobre o PT, indica que o PMDB teria ampliado sua base entre os eleitores de maior escolaridade e da região Sul, deslocando-se para a esquerda na autolocalização ideológica. Por fim, PSDB e PFL (atual DEM) teriam experimentado mudanças menores em termos de bases sociais. Carreirão (2008), por sua vez, tomando como base empírica quatro *surveys* realizados em 1990, 1997, 2002 e 2007, conclui que as opiniões políticas dos eleitores que manifestavam sentimentos por diferentes partidos eram mais diferenciadas entre si em 1990 do que em 2007. Entre os elementos que embasam essa conclusão está o fato de que os “eleitores petistas” e os “eleitores peessedebistas” vão se tornando progressivamente indiferenciados do conjunto do eleitorado quanto ao posicionamento ideológico (Carreirão, 2008, p. 339). Sobre a relação entre os sentimentos nutridos pelos eleitores em relação aos partidos e algumas dimensões atitudinais, o já citado trabalho de Speck, Braga e Costa (2015) encontra que a identificação está associada a maior conhecimento político e maior intensidade no associativismo.

O conjunto desses trabalhos aponta para campos de discussão ainda abertos no que diz respeito à composição dos perfis sociodemográficos da identificação em geral e das identificações específicas com as legendas centrais, mas também sobre seus covariantes atitudinais e comportamentais, especialmente no que diz respeito à dimensão eleitoral. O presente artigo pretende contribuir para essa discussão, entretanto, focalizando mais o que Rose e Mishler (1998) chamam de “outro lado da moeda” da identificação: a rejeição ou sentimentos negativos em relação aos partidos. Mais especificamente, considerando a relevância do PT no cenário político nacional recente, nos concentramos sobre a identificação das bases sociais e dos covariantes dos sentimentos negativos em relação a essa legenda. Antes de passar à análise dos dados, segue uma revisão da literatura internacional e nacional sobre identificação partidária negativa (ou sentimentos partidários negativos)⁵.

Identificação partidária negativa

O tema da identificação entre eleitores e partidos políticos tem uma longa história na ciência política. Independentemente das suas bases, os estudos sobre identificação partem de uma afirmação básica sobre a sua relevância para a explicação da durabilidade e persistência de partidos e sistemas partidários. A aceitação dessa relevância, porém, coloca a necessidade de atribuição de importância para o seu oposto, ou seja, a rejeição a uma ou mais legendas. Embora a identificação negativa já estivesse

⁵ Salvo engano, o trabalho recente de Zucco e Samuels (2015) é o primeiro relativo ao Brasil a chamar a atenção para o debate teórico na literatura internacional sobre o tema da “identificação partidária negativa”. Daí a importância de ampliar a revisão dessa literatura.

presente nas origens do próprio conceito de identificação partidária (Campbell et al., 1960), sua operacionalização em estudos empíricos foi relegada a segundo plano na maioria das vezes (Garry, 2007).

No clássico *The civic culture*, Almond e Verba (1989) já chamavam a atenção para as clivagens sociais que se manifestavam nas opções dos eleitores por esse ou aquele partido nos diferentes países que estudaram. Essas clivagens de natureza étnica e religiosa, principalmente, em grande medida eram transportadas para o sistema político com consequências positivas e negativas para a estabilidade deste.

Para esses autores os cidadãos poderiam ser divididos em quatro grupos, no que diz respeito ao seu padrão de relacionamento com os partidos. O primeiro grupo, dos "partidários abertos", reuniria pessoas emocional e cognitivamente envolvidas com o processo político eleitoral, mas que não estão envolvidas tão intensamente com uma legenda ao ponto de "[...] cut himself off from relations with members of the opposing party" (Almond e Verba, 1989, p. 114). Os "partidários apáticos" compõem o segundo grupo e podem ser caracterizados como eleitores que declaram votar em um partido específico, porém não manifestam envolvimento emocional ou cognitivo com o processo eleitoral. O terceiro grupo, dos "partidários intensos", reúne aqueles que se identificam fortemente com um dos grandes partidos e essa sua identificação faz com que a competição eleitoral com as demais legendas se converta em algo central no seu envolvimento intenso com o processo político. Por fim, teríamos os "partidários paroquiais", que apenas são identificados com um partido e preocupados com as alianças que este estabelece, mas não se envolvem racional ou emocionalmente com a competição eleitoral. O que os difere é que não votam.

Uma democracia estável seria mais comum quando a maioria do seu eleitorado apresentasse as características que marcam o primeiro desses grupos, ou seja, abertura e moderação, reduzindo assim a hostilidade entre as diferentes legendas e favorecendo a aceitação das oposições (Almond e Verba, 1989, p. 114).

Mais recentemente, Klingemann e Wattenberg (1992) avaliam mais diretamente a questão da rejeição, em termos de "gostar" ou "não gostar" de legendas partidárias, e oferecem uma nova tipologia dos eleitores. Considerando o eleitorado norte-americano e alemão, identificam primeiramente o que chamam de "eleitores antagonistas", que gostam de um partido e ativamente não gostam do partido de oposição. O segundo grupo seria composto pelos "eleitores equilibrados", capazes de identificar qualidades e defeitos nos maiores partidos do sistema. O terceiro grupo, dos "apáticos", reúne eleitores que não manifestam qualquer sentimento em relação aos principais partidos, são indiferentes a eles. Apesar de avaliarem os "equilibrados" como mais favoráveis à estabilidade, os autores estão particularmente preocupados com o movimento dos norte-americanos em direção à apatia em relação aos partidos e ao voto orientado por candidatos. Wattenberg (1998) também compartilha dessa preocupação, defendendo que os partidários antagonistas ou movidos por oposições podem eventualmente ser

convertidos em eleitores mais tolerantes. O grande desafio estaria na incorporação daquele contingente em crescimento de pessoas não vinculadas com o processo político.

Rose e Mishler (1998), concentrando-se sobre os casos de quatro nações (Hungria, Polônia, Romênia e Eslovênia) oriundas do antigo bloco comunista no Leste Europeu, alertam para o fato de que, em países de histórico democrático recente e com baixos estoques de legitimidade democrática, a rejeição a um ou mais partidos centrais pode afetar a estabilidade do regime como um todo. Especialmente nos países analisados, que no passado contavam com um partido único, o Partido Comunista, a forte rejeição a essa legenda no novo período democrático poderia contaminar todos os demais componentes do sistema político com desconfiança e descrença. Usando dados do New Democracy Barometer (NDB), os autores identificam claramente o predomínio do que chamam de eleitores “negativos”, que indicam facilmente os partidos em que não votariam, mas não são capazes de apontar uma legenda em que poderiam votar. Os eleitores “fechados”, que manifestam identificação por um partido e rejeitam o partido competidor, representam apenas um quarto do eleitorado dos países analisados. Os eleitores “abertos”, que, apesar de identificados com uma legenda, não são capazes de indicar em que partido não votariam, são extremamente raros entre os entrevistados. Por fim, os “apáticos” também seriam raros, em razão da forte rejeição existente. O quadro composto por esses autores, portanto, é bastante distinto daquele identificado nas democracias consolidadas, com inclinação à apatia. Ao menos nesses quatro países ex-comunistas, o desafio que se apresenta é gerar identificação positiva entre a maioria do eleitorado, que apenas rejeita as instituições partidárias. Como já mencionamos anteriormente, segundo Wattenberg (1998) essa tarefa é mais viável do que a reversão da apatia.

Garry (2007) buscou propor uma medida de identificação partidária para contextos multipartidários. Nesses casos, segundo o autor, seria mais apropriada uma medida de IP (Identidade Partidária) que considerasse os sentimentos negativos e positivos dos eleitores pelos partidos. Para o autor, as identidades partidárias deveriam ser tomadas como “múltiplas”, “positivas” e “negativas”. Tomando como base empírica a Irlanda do Norte, o autor construiu uma medida de identificação composta por essas três dimensões. Seus testes empíricos indicaram a coerência do construto e do seu forte efeito preditivo na explicação do voto. Suas conclusões indicam que em contextos multipartidários “(...) multiple identities, as well as positive and negative identities, are likely and may be key facets of the relationship between individuals and parties. Thus, wider applications of the measures offered here may yield interesting insights into voter-party relations in the multiparty setting” (Garry, 2007, p. 357).

O estudo de Medeiros e Nöel (2014) considera que as avaliações negativas dos partidos não são simplesmente o oposto bipolar da identificação partidária (positiva), como comumente foi tratado pela literatura sobre o tema. Logo, se ambas têm determinantes e consequências distintas, seria razoável abordá-las em separado. Para os

autores, as avaliações negativas de partidos pesam na tomada de decisões. Quando elas são ativadas, por uma má experiência, por exemplo, podem produzir efeitos mais rápidos e mais fortes do que avaliações positivas ou neutras.

O estudo empírico conduzido pelos autores verificou o impacto da avaliação negativa dos partidos nas eleições nacionais da Austrália, do Canadá, da Nova Zelândia e dos Estados Unidos. Eles concluem que a IP negativa tem um impacto sobre o voto, sendo determinada principalmente pela ideologia e pela IP positiva. Indicam ainda que, mesmo nas democracias anglo-americanas, em que a oposição esquerda-direita tem sido frequentemente considerada menos relevante na explicação do comportamento político, ela acaba por influenciar a IP e o voto⁶.

A literatura que analisa os sentimentos negativos dos eleitores brasileiros é relativamente escassa e, com exceção do trabalho de Zucco e Samuels (2015), não trata teoricamente o tema da "identificação partidária negativa" (ou "sentimentos partidários negativos"), centrando-se mais na análise empírica. Como essa literatura ainda não parece ter sido resenhada, tentamos a seguir apresentar brevemente os trabalhos que de alguma forma mencionam esses sentimentos negativos em relação aos partidos, no Brasil, de forma a contrastar, ao final, nossas conclusões às daqueles trabalhos, bem como discutir certos aspectos metodológicos relevantes na operacionalização das variáveis envolvidas.

Salvo engano, uma primeira menção à "rejeição partidária" aparece em Almeida (1996), que, no entanto, não a relaciona com a decisão de voto dos eleitores⁷. Carreirão (2002) sugere a existência dessa relação embora não faça uma análise empírica⁸. Carreirão e Kinzo (2004), analisando um *survey* realizado em 1997, mostram que 41% dos eleitores manifestavam rejeição a pelo menos um partido (p. 156)⁹. Quanto à relação entre rejeição e voto, concluem: "a rejeição partidária parece ter um vínculo claro com o voto: em mais de 98% dos casos em que um eleitor manifestava rejeição a um partido, ele não votava no candidato deste partido" (p. 160). Carreirão e Barbetta (2004), investigando os fatores relevantes na decisão de voto na eleição presidencial de 2002, a

⁶ Como veremos a seguir, Zucco e Samuels (2015), analisando dados sobre o PT, concluem, em oposição aos argumentos e evidências empíricas de Medeiros e Nôel: "in Brazil positive partisan identities and left-right ideology do not determine antipetismo" (Zucco e Samuels, 2015, p. 4).

⁷ Almeida (1996, p. 60 e p. 182) indica apenas que em dois *surveys* realizados em 1994 (em março pela CMPA e em setembro pelo Sensus), 44% dos eleitores manifestavam rejeição por algum partido: o partido com maior rejeição era o PT (14% em março e 18% em setembro), seguido do PMDB (10% e 6%, respectivamente) e PSDB (1% e 3%, respectivamente). Não há indicação do enunciado da pergunta sobre rejeição partidária.

⁸ "Mesmo sem ter preferência por um dos partidos, um eleitor pode ter rejeição por um (ou mais) deles, não votando em um candidato a ele(s) filiado (...). A escassez de dados relativos a essa rejeição aos partidos nas bases de dados disponíveis nesta pesquisa impossibilitou um teste mais sistemático dessa possível influência; julgamos, porém, que realizar uma análise deste tipo seria relevante para termos uma compreensão mais abrangente da forma como os eleitores levam os partidos em consideração ao tomar sua decisão de voto" (Carreirão, 2002, p. 116).

⁹ *Survey* aplicado pela Fundação Perseu Abramo em setembro de 1997. O enunciado da pergunta era: "Desses partidos [apresentados em um cartão], qual é o partido em que você não votaria nos candidatos dele de jeito nenhum?" (resposta única).

partir de um *survey* aplicado na região da Grande São Paulo, incluem como uma das medidas explicativas a variável “partido”, buscando testar a hipótese de que “as inclinações ou os ‘sentimentos’ dos eleitores em face dos partidos influenciem seu voto” (p. 76)¹⁰. Carreirão (2007a), analisando os dados do Eseb 2002 referentes à eleição presidencial, inclui como preditor os “sentimentos partidários” dos eleitores, semelhante a este mencionado acima¹¹. As análises (regressões logísticas binomiais) tanto de Carreirão e Barbetta (2004) quanto de Carreirão (2007a) mostraram que os sentimentos partidários dos eleitores afetavam significativamente o voto em Lula e Serra e, de forma menos intensa, o voto em Ciro Gomes, não afetando o voto em Garotinho.

Carreirão (2007b) analisa as manifestações positivas e negativas (rejeição) a partidos nos Esebs 2002 e 2006. Uma primeira observação ali destacada é sobre a relevância potencial do conjunto dos sentimentos partidários dos eleitores em sua decisão de voto (comparativamente à relevância de suas preferências partidárias apenas)¹². O autor criou, naquele artigo, uma variável relativa aos sentimentos positivos e negativos em relação apenas ao PT e ao PSDB, na forma de uma escala em que numa extremidade (ponto 1) encontravam-se os eleitores com sentimentos positivos em relação ao PT e (simultaneamente) negativos em relação ao PSDB e, na outra extremidade (ponto 7), os eleitores com sentimentos opostos (positivos em relação ao PSDB e negativos em relação ao PT). Embora com base apenas em análise bivariada, aquele estudo mostrava uma fortíssima associação entre aquela escala de sentimentos partidários e o voto nos dois principais candidatos: a diferença pró-Lula (contra Serra) em 2002 era de 86% entre os eleitores no ponto 1 da escala, enquanto no ponto 7 da escala Serra vencia Lula por uma diferença de 66%. Diferenças ainda maiores foram encontradas em 2006 (96% pró-Lula e 87% pró-Alckmin) (Carreirão, 2007b, p. 327).

Carreirão (2008), com esse mesmo tipo de operacionalização da variável, analisa dados de *surveys* da Fundação Perseu Abramo e do Lapop relativos às eleições presidenciais de 1998 e 2006, respectivamente, chegando a resultados bastante semelhantes àqueles. Foram feitos também cruzamentos simples entre rejeição a

¹⁰ A variável “partido” (uma para cada candidato) foi construída a partir das respostas às questões sobre *preferência*, *simpatia* e *rejeição partidárias*. Para cada candidato a combinação dessas manifestações correspondia (dependendo dos partidos que o apoiavam) a um valor da variável “partido”: “1, quando a combinação de preferência, simpatia e rejeição manifestadas pelo entrevistado representar, do ponto de vista teórico, uma tendência favorável ao voto no candidato em questão; 0, quando essa combinação for neutra em relação à escolha do candidato; -1, quando a combinação representar uma tendência negativa de voto no candidato em questão” (Carreirão e Barbetta, 2004, p. 89; ver operacionalização detalhada nas p. 89-90).

¹¹ Embora as questões do Eseb sejam um pouco diferentes das do *survey* para a Grande São Paulo: “For Lula and Serra, the variable included, as well as ‘positive sentiments’ (‘party that represents you’ or ‘party you like’), ‘negative sentiments’ (rejection of the PT, in Lula’s case, or rejection of the PSDB, in Serra’s case)” (Carreirão, 2007a, p. 92).

¹² “Os percentuais de eleitores que manifestaram algum tipo de ‘sentimento partidário’ – e que, portanto, potencialmente poderiam levar em consideração estes ‘sentimentos’ na sua decisão de voto – foram relativamente grandes: 85% (2002) e 77% (2006). (...) As porcentagens de eleitores que manifestavam rejeição a (pelo menos) algum partido foram maiores do que aquelas de eleitores que manifestavam sentimentos positivos” (Carreirão, 2007b, p. 326).

partidos e diversas opiniões políticas dos eleitores em três *surveys*¹³. Embora para a maioria das opiniões medidas não tenha havido associação significativa com a rejeição aos partidos, em alguns casos essa associação ocorria. Sem entrar aqui nos detalhes, cabe destacar a tentativa de identificar o perfil, em termos das opiniões políticas concretas, dos eleitores que manifestam rejeição a determinados partidos. Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) analisam, para os dados do Eseb 2010 (e, em alguns casos, dos Esebs 2002 e 2006), os sentimentos partidários positivos e negativos dos eleitores, utilizando aqueles mesmos indicadores mencionados acima. Fazendo um cruzamento simples entre aquela mesma escala (de sete pontos) de sentimentos partidários e o voto para presidente (1º turno), eles mostram que novamente em 2010 a associação foi fortíssima (diferença pró-Dilma de 86% no ponto 1 da escala e diferença pró-Serra de 82% no ponto 7). Além disso, o artigo analisa associações entre sentimentos partidários e atitudes políticas dos eleitores¹⁴, a partir de modelos de regressão logística em que as atitudes eram as variáveis dependentes e os sentimentos partidários, uma das variáveis explicativas¹⁵. Embora tenham achado algumas associações, os autores destacam a “baixa capacidade explicativa para o conjunto de variáveis atitudinais”. Comparando esses resultados com os da análise da relação entre sentimentos partidários e o voto, os autores concluem:

os sentimentos partidários também se mostraram associados e significativos na explicação do voto em 2010, só que em uma intensidade bem mais forte, que se refletiu na capacidade explicativa dos modelos de regressão construídos. Dessa forma, o que se depreende é que temos partidos fracos como estruturadores de atitudes (de adesão à democracia, igualitarismo, estatismo, tolerância à corrupção e aceitação da censura), mas relativamente fortes na estruturação do comportamento eleitoral (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011, p. 361).

Neves (2012), além de analisar a identificação partidária (positiva), testa também os efeitos da rejeição ao PT, ao PSDB e ao PMDB e identifica a sua relevância nas três eleições analisadas (2002, 2006 e 2010), tendo essa variável (no que se refere ao PT e ao PSDB), inclusive, apresentado os maiores coeficientes dos modelos.

Zucco e Samuels (2015) analisam três *surveys* – Fundação Perseu Abramo (FPA), 1997 e 2006, e Brazil Electoral Panel Survey (Beps), 2014 –, usando como medida de

¹³ Fundação Perseu Abramo (1997), Eseb (2002) e Lapop (2006).

¹⁴ Preferência pela democracia, adesão à democracia, ao estatismo, ao igualitarismo, aceitação da repressão (a manifestações populares) e aceitação da censura.

¹⁵ As principais conclusões foram: “à medida que passamos dos eleitores com preferência pelo PT e rejeição ao PSDB (simultaneamente) para os eleitores com preferência pelo PSDB e rejeição ao PT (simultaneamente), diminuem a adesão à democracia, o apreço por atitudes igualitárias e por uma maior intervenção do Estado na economia. Não houve associações significativas entre esse indicador de sentimentos partidários e as variáveis atitudinais relacionadas à aceitação da repressão e da censura” (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011, p. 361).

antipetismo qualquer resposta dos eleitores a questões desses *surveys* que indicasse um sentimento negativo em relação ao PT¹⁶. O artigo analisa inicialmente a evolução das taxas de antipetismo (total) ao longo do período (1997-2014), para depois se concentrar na análise dos “antipetistas puros”, ou seja, aqueles que não gostam do PT ou não votariam nele, mas não simpatizam com nenhum outro partido. Algumas das principais conclusões daqueles autores são: i) tanto os sentimentos pró-PT quanto os anti-PT influenciam fortemente as decisões de voto de parcela significativa do eleitorado; ii) quanto às fontes socioeconômicas e atitudinais do antipetismo: antipetistas não são conservadores; tendem a ser relativamente ricos, mas acreditam que o PT administrou mal a economia; manifestam sentimentos anticorrupção (desde 2006), porém mais importante são as atitudes negativas contra políticas de ação afirmativa que beneficiam afro-brasileiros¹⁷.

Com essa breve revisão, nossa intenção foi destacar a atenção ainda incipiente que o tema da identificação partidária negativa tem recebido, especialmente se comparada ao volume expressivo de pesquisas sobre a dimensão positiva desse fenômeno. Ainda assim, a literatura tem apontado para a sua relevância, especialmente em contextos de democratização recente. No cenário nacional, em que as pesquisas sobre esse assunto são ainda mais escassas, os estudos apontam para a sua relevância em termos eleitorais.

Sentimentos partidários no Brasil (2002-2014)

Nesta seção descrevemos a distribuição dos eleitores segundo os sentimentos partidários que manifestaram nos Esebs 2002, 2006, 2010 e 2014. Cabe inicialmente uma consideração de ordem metodológica: em artigo anterior (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011) havíamos considerado como manifestações de sentimentos positivos em relação aos partidos as respostas às questões: “Existe algum partido que representa a forma como o(a) sr(a). pensa?” (espontânea e única) e “Existe algum partido que o(a) sr(a). goste?” (espontânea e múltipla, podendo o eleitor mencionar até três opções). E, como manifestação negativa, as respostas à questão sobre rejeição partidária (“Em quais desses partidos o(a) sr(a). não votaria de jeito nenhum?”, estimulada e múltipla). No Eseb 2014, porém, a primeira e a última das questões acima não foram aplicadas, como haviam sido nos estudos anteriores. Como nosso pressuposto é o de que os sentimentos negativos em relação aos partidos são relevantes e estão relacionados tanto com

¹⁶ Nos *surveys* da FPA havia duas questões: uma perguntava sobre o partido que o eleitor não gostava (podendo o respondente indicar até oito partidos); a outra é a tradicional pergunta de rejeição (sobre o partido que o entrevistado não votaria). No *survey* de 2006, cada questão foi aplicada a uma metade da amostra. A pergunta feita no Beps era sobre o partido que o eleitor não gostava (resposta única) (Zucco e Samuels, 2015, p. 5-6).

¹⁷ Cabe assinalar que essas conclusões referem-se aos “antipetistas puros” e não necessariamente aos demais antipetistas (que manifestam sentimentos positivos em relação a outros partidos), já que estes não foram objeto daquela análise.

atitudes políticas quanto com a decisão de voto dos eleitores, a única maneira de realizar uma análise incluindo simultaneamente os sentimentos positivos e negativos dos eleitores em relação aos partidos é utilizando as respostas a uma questão que solicitava aos entrevistados que atribuísem uma nota (de 0 a 10) a 12 partidos (incluindo os mais relevantes do atual sistema partidário)¹⁸. Assim, embora não tenha sido possível comparar rigorosamente os resultados da presente análise com os da análise anterior, mencionada acima, é possível pelo menos descrever a evolução dos sentimentos partidários positivos e negativos dos eleitores em relação aos partidos, já que essa mesma questão foi aplicada em todos os Esebs.

Mesmo que não tenha sido aplicada a questão relativa ao “partido que representa a forma como o(a) sr(a). pensa”, de todo modo, inicialmente apresentamos os dados relativos aos sentimentos positivos em relação a alguns dos principais partidos brasileiros, tal como havíamos operacionalizado no trabalho anterior (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011). A seguir descrevemos as notas atribuídas a PT e PSDB, partidos em relação aos quais desenvolveremos nossa análise. Por fim, criamos uma variável que sintetiza o conjunto de sentimentos (positivos e negativos) em relação ao PT e ao PSDB simultaneamente.

A Tabela 1 mostra a evolução dos sentimentos positivos em relação a alguns dos principais partidos brasileiros entre 2002 e 2014. Quanto ao partido que “melhor representa a maneira como o eleitor pensa”, percebe-se que entre 2002 e 2010 o DEM (PFL) e o PMDB declinaram continuamente, enquanto o PV cresceu (o que parece estar associado à candidatura de Marina em 2010), sendo essa também a tendência mais geral do PSDB. No caso do PT, houve um declínio em 2006, por conta das denúncias relacionadas ao “Mensalão”, com o partido voltando, em 2010, a um patamar até levemente superior a 2002.

¹⁸ “Gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) sr(a). pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, para cada partido que eu citar, gostaria que atribuisse uma nota de 0 a 10, sendo que 0 significa que o(a) sr(a). não gosta de jeito nenhum do partido e 10 que o(a) sr(a). gosta muito. Se eu falar o nome de um partido que o(a) sr(a). não conhece, apenas diga que não o conhece”.

Tabela 1
Partidos que melhor representam a maneira como o eleitor pensa e partidos de que o eleitor gosta (2002-2014) (%)

Ano	DEM(PFL)		PMDB		PT		PSDB		PV		TOTAL	
	Pensa	Gosta	Pensa	Gosta	Pensa	Gosta	Pensa	Gosta	Pensa	Gosta	Pensa	Gosta
2002	2,2	3,4	3,8	7,2	23,1	25,6	3,7	4,5	0,2	0,6	35,5	48,8
2006	0,5	0,7	3,7	3,4	17,6	21,6	3,6	4,5	0,4	0,6	27,4	33,1
2010	0,5	0,8	2,7	5,2	24,5	27,7	5,7	7,8	3,7	3,5	38,7	47,7
2014	-	0,5	-	3,2	-	18	-	6,6	-	0,8	-	26,2

Fonte: Esebs (de 2002 a 2014).

Notas: a) para o ano de 2014 a pergunta sobre qual partido representa o pensamento do eleitor não foi aplicada; b) os percentuais para cada partido levam em consideração os que responderam que não gostam ou não têm nenhum partido como representante do seu pensamento; c) no caso da pergunta sobre qual o partido que melhor representa o que o eleitor pensa, os valores da coluna total não são iguais à soma dos percentuais por partido, porque há outros partidos mencionados pelos eleitores que não aparecem na tabela. No caso da pergunta relativa a qual o partido que o eleitor gosta, além disso, como a resposta era múltipla, a soma dos percentuais de cada partido pode ser maior do que o "total", que representa o percentual de eleitores que indicaram um ou mais partidos.

Quanto à manifestação em relação ao "partido que mais gosta", no caso do PT a tendência é igual à do indicador anterior; além disso, em 2014 a queda foi ainda maior do que a ocorrida em 2006, tendo o partido atingido agora seu pior desempenho junto ao eleitorado, tomando as pesquisas do Eseb como referência. As denúncias de corrupção no âmbito da operação "Lava Jato" (ou do chamado "Petrolão") parecem ter tido boa parte da responsabilidade por essa última queda. O PV, por não contar dessa vez com um(a) candidato(a) forte, retomou seus patamares pré-2010, o que mostra que em períodos eleitorais há certo grau de contaminação dos sentimentos partidários, conforme os candidatos lançados pelos partidos especialmente na disputa presidencial. O DEM mantém em 2014 sua trajetória de declínio; PMDB e PSDB, que haviam aumentado o percentual de eleitores que diziam gostar desses partidos em 2010, declinaram em 2014. Na realidade, houve um declínio geral das manifestações positivas em relação ao conjunto de partidos em 2014: se em 2010 eram 48% os eleitores que diziam gostar de algum partido, esse percentual declina para 26% em 2014 – uma queda brutal que revela o descontentamento dos eleitores com o sistema partidário nesse período recente.

Na Tabela 2 vemos as notas atribuídas àqueles que têm se mostrado os dois principais partidos nas eleições presidenciais desde 1994. Essas notas são obtidas pela seguinte pergunta: *Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) sr(a). pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, para cada partido que eu citar, gostaria que atribuisse uma nota de 0 a 10, sendo que 0 significa que o(a) sr(a.) não gosta de jeito nenhum do partido e 10 que o(a) sr(a). gosta muito. Se eu falar o nome de um partido que o(a) sr(a.) não conhece, apenas diga que não o conhece.* É esse indicador que será utilizado para operacionalizar boa parte das análises feitas neste artigo. Consideramos

como manifestação de “sentimentos negativos” em relação aos partidos as notas de 0 a 3, enquanto notas de 7 a 10 foram consideradas como manifestação de “sentimentos positivos”. Notas de 4 a 6 foram consideradas avaliações “neutras” em relação a um partido.

Tabela 2
Porcentagens de eleitores, segundo notas atribuídas a PT e PSDB separadamente (2002-2014) (%)

Ano	PT			PSDB		
	0-3	4-6	7-10	0-3	4-6	7-10
2002	27,9	20,1	52	43,6	31,6	24,9
2006	37,1	28,4	34,5	46,2	39,6	14,3
2010	26,7	26,4	46,9	41,5	32,6	26
2014	37,3	22,6	40,1	42,3	29,6	28,1

Fonte: Esebs (de 2002 a 2014).

No caso do PT, as tendências são claras: aumento das avaliações negativas e diminuição das positivas em 2006 (“Mensalão”) e em 2014 (“Petrolão”/“Lava Jato”), comparativamente às eleições anteriores (2002 e 2010, respectivamente). Quanto ao PSDB, 2006 foi seu pior momento (maior percentual de avaliações negativas e menor percentual de avaliações positivas). Na realidade os percentuais de eleitores que avaliam mal o partido sempre foram elevados (entre 42% e 46%) e maiores do que os percentuais de eleitores que avaliam mal o PT (mesmo em 2006 e 2014). Já em relação às avaliações positivas sobre o PSDB, o percentual de eleitores praticamente dobrou entre 2006 e 2014. De toda forma, também nesse quesito o desempenho do PT foi melhor em cada um dos anos analisados. Assim, tomando como indicador dos sentimentos partidários as notas atribuídas pelos eleitores aos partidos, mesmo em seus piores momentos o PT tem estado numa situação melhor do que seu principal adversário. Ao final do artigo faremos uma observação de natureza metodológica quanto a isso.

Na Tabela 3 criamos uma variável que sintetiza o conjunto de sentimentos (positivos e negativos) em relação ao PT e ao PSDB simultaneamente¹⁹. Foram consideradas como “avaliação negativa” de um partido notas de 0 a 3; “avaliação neutra” notas de 4 a 6 e “avaliação positiva” notas de 7 a 10. Nas colunas de avaliação “positiva PT” e “negativa PT”, as avaliações relativas ao PSDB foram neutras. Inversamente, nas colunas de avaliação “positiva PSDB” e “negativa PSDB”, as avaliações relativas ao PT

¹⁹ Variável semelhante à que já havia sido criada em estudos anteriores, conforme já mencionado na seção anterior, “Identificação partidária” (Carreirão, 2007b, 2008; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011); a diferença é que naqueles estudos a base eram as questões sobre sentimentos partidários positivos e negativos mencionadas anteriormente; aqui, a base foi a questão sobre avaliação (notas de 0 a 10) dos partidos (ver detalhamento a seguir).

foram neutras. Foram consideradas “situações neutras” aquelas em que o eleitor manifestou a mesma avaliação (positiva, neutra ou negativa) em relação aos dois partidos simultaneamente. Foram desconsiderados na análise os entrevistados cuja resposta foi “não sabe” ou “não respondeu” à pergunta sobre avaliação dos partidos. Como o sistema partidário brasileiro é provavelmente o mais fragmentado do mundo em termos de representação na Câmara baixa e considerando que os eleitores manifestam sentimentos positivos e/ou negativos em relação a diferentes partidos, captar a influência de todos esses sentimentos sobre a decisão de voto não é tarefa fácil. A variável em questão foi criada para tentar captar, de forma simplificada, parte significativa dessa influência, pelo menos nas eleições presidenciais, que têm sido polarizadas pelos dois partidos há pelo menos 20 anos.

Tabela 3
Porcentagens de eleitores em cada categoria de avaliação em relação a PT e PSDB simultaneamente (2002-2014) (%)

Ano	Positiva PT e negativa PSDB	Positiva PT	Negativa PSDB	Situações neutras	Negativa PT	Positiva PSDB	Positiva PSDB e negativa PT
2002	23	17	8	30	7	5	9
2006	15	14	9	44	10	3	6
2010	21	14	9	34	6	6	10
2014	15	12	7	40	7	5	13

Fonte: Esebs (de 2002 a 2014).

Inicialmente cabe destacar que, nesses quatro anos eleitorais, se levarmos em conta apenas o confronto entre os candidatos desses dois partidos (desconsiderando os demais candidatos), temos entre 57% e 69% dos eleitores que manifestam sentimentos partidários que, pelo menos teoricamente, poderiam afetar seu voto em favor de um dos dois candidatos²⁰. Assim, na forma como consideramos aqui o conjunto de sentimentos em relação aos dois partidos, o eleitorado que potencialmente leva em consideração os partidos ao decidir seu voto é significativo e bem superior àquele encontrado quando consideramos apenas os eleitores que manifestam algum tipo de sentimento partidário positivo por esses partidos²¹.

²⁰ Somando, para cada ano, os percentuais de todas as colunas exceto a coluna “situações neutras”, temos 69% (em 2002), 57% (2006), 66% (2010) e 59% (2014). Estes são os percentuais de eleitores em cada ano cujos sentimentos partidários julgamos que poderiam potencialmente afetar seu voto na disputa presidencial entre PT e PSDB. Utilizando as variáveis relativas a sentimentos positivos e negativos tais como as tínhamos operacionalizado anteriormente (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011, p. 342), havíamos chegado a percentuais de “situações neutras” de 39% (2002), 45% (2006) e 39% (2010), valores um pouco maiores do que os que encontramos aqui para essas três eleições.

²¹ Consideramos que eleitores que são “neutros” em relação ao PT, mas avaliam negativamente o PSDB, encontram-se numa situação mais favorável a votar no candidato do PT do que no do PSDB; inversamente, consideramos que eleitores que são “neutros” em relação ao PSDB, mas avaliam negativamente o PT,

Como essa variável é uma combinação das notas de PT e PSDB apresentadas na Tabela 2, as tendências só podem ser semelhantes às mencionadas na análise daquela tabela. Em todos os anos a situação tem sido melhor para os candidatos do PT do que para os candidatos do PSDB. E isso foi ainda mais claro em 2002 e 2010, em que os percentuais de eleitores em situações pró-candidato do PT superaram em muito os percentuais de eleitores em situações pró-candidato do PSDB. Em 2002, em alguma situação das três primeiras colunas (situações pró-candidato do PT) estavam 48% dos eleitores, contra apenas 21% nas três últimas colunas (situações pró-candidato do PSDB). Em 2010 esses percentuais eram de 44% e 22%, respectivamente. Em 2014 a vantagem pró-candidato do PT foi a menor da série: 34% dos eleitores em situações pró-candidato do PT, contra 25% em situações pró-candidato do PSDB. Além disso, os percentuais das posições mais extremas da Tabela 3 se aproximaram bastante: 15% dos eleitores manifestaram avaliação positiva do PT e negativa do PSDB, contra 13% em situação inversa: avaliação positiva do PSDB e negativa do PT. Isso é relevante porque teoricamente é nesses contingentes de eleitores que se pode esperar que os sentimentos partidários tenham maior influência na decisão de voto, em disputas que têm sido sempre polarizadas pelos dois partidos.

Antipetismo

Especialmente de 2014 para cá, além do declínio das manifestações de preferência, têm crescido as manifestações de rejeição ao PT, especialmente por conta das denúncias de corrupção envolvendo o partido²². Esse é um fenômeno que pode ter impactos significativos no processo eleitoral e no sistema partidário brasileiro em curto e médio prazo, merecendo, portanto, uma análise mais sistemática.

Nesta seção, descrevemos inicialmente a evolução dos percentuais de eleitores “antipetistas” entre 2002 e 2014, tomando como indicador de antipetismo as avaliações negativas (notas de 0 a 3) feitas pelos eleitores em relação ao PT. Além disso, diferenciamos, no interior desse grupo, três subgrupos de eleitores, conforme sua avaliação em relação ao PSDB (positiva, neutra ou negativa). Para cada um desses três grupos de antipetistas, vamos verificar qual seu perfil sociodemográfico e quais suas atitudes em relação à democracia, ao igualitarismo e ao estatismo.

Na última coluna da Tabela 4 vemos que o comportamento da variável sugere um padrão que acompanha os grandes escândalos de corrupção envolvendo a legenda

encontram-se numa situação mais favorável a votar no candidato do PSDB do que no candidato do PT. Dessa forma, as três primeiras colunas da Tabela 3 são consideradas aqui como referentes a sentimentos partidários que favorecem candidatos do PT, enquanto as três últimas são referentes a sentimentos que favorecem candidatos do PSDB.

²² Note-se que a rejeição ao PT não cresceu muito em 2006 (17%) comparativamente a 2002 (16%), tomando como referência as respostas à pergunta clássica sobre rejeição (“em que partido você não votaria de jeito nenhum”) nos Esebs (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011). Para dados mais recentes, ver o trabalho de Zucco e Samuels (2015).

(“Mensalão” e “Petrolão”), já que começa em 28% em 2002, sofre elevação para 39% em 2006, retorna para 28 pontos em 2010 e volta a subir para 40% em 2014²³.

Tabela 4
Evolução de três subgrupos de antipetistas (2002-2014)
(% de respondentes em cada categoria)

Ano	Negativo PT e positivo PSDB	Negativo PT e neutro PSDB	Negativo PT e negativo PSDB	Total negativo PT
2002	9	7	12	28
2006	6	10	23	39
2010	10	6	12	28
2014	13	7	20	40

Fonte: Esebs (de 2002 a 2014).

Nota: Foram consideradas como “avaliação negativa” de um partido, notas de 0 a 3; “avaliação neutra” notas de 4 a 6; e “avaliações positivas” notas de 7 a 10. Foram desconsiderados na análise os entrevistados cuja resposta foi “não sabe” ou “não conhece” à pergunta sobre avaliação dos partidos.

Em todos os anos, o percentual maior de antipetistas é do subgrupo que avalia mal também o PSDB. E é nesse subgrupo que a evolução ao longo do tempo é semelhante à do grupo de antipetistas como um todo.

Procurando traçar um perfil sociodemográfico do eleitor que manifesta o antipetismo, conduzimos para cada um dos anos modelos de regressão logística tomando essa variável indicadora como resposta.

Na Tabela 5 a variável de antipetismo foi assim operacionalizada: recodificamos as notas de 0 a 3 como 1 e as demais como 0 (ou seja, os “não antipetistas” – aqueles que não avaliam mal o PT – são tomados como categoria de referência).

²³ Os percentuais da coluna “Total negativo PT” diferem um pouco dos indicados na coluna “PT (0-3)” da Tabela 2, porque o denominador sobre o qual foram calculados é diferente. O número de casos válidos é menor na Tabela 4 (onde o número de *missing cases* é maior, pelo fato de que, ao cruzarmos as duas variáveis – notas dadas ao PT e ao PSDB –, esse número tende a ser maior do que quando considerada uma das variáveis somente).

Tabela 5
Perfil sociodemográfico dos antipetistas (regressões logísticas) – 2002-2014

Variável	2002	2006	2010	2014
Sexo	1,014 (,095)	,799 (,136)	,896 (,105)	1,005 (,092)
Faixa etária	1,172** (,038)	1,043 (,056)	1,073 (,039)	1,029 (,032)
Escolaridade	1,100 (,066)	1,136** (,035)	1,065* (,025)	1,157** (,023)
Grupo étnico (branco)	1,327* (,098)	–	1,638** (,106)	1,343* (,095)
Residência (capital)	1,186 (,102)	–	–	–
Interesse por política	,672** (,078)	–	–	,816** (,053)

Fonte: Esebs (de 2002 a 2014).

Nota: Os valores correspondem aos Exp(B) e entre parênteses são apresentados os erros padronizados

*Sig. = 0,000. **Sig. ≤ 0,05.

A idade foi uma variável relevante apenas em 2002: o antipetismo aumentava com a idade dos eleitores. Em 2006, 2010 e 2014, quanto maior a escolaridade dos eleitores, maior a chance de serem antipetistas. Em 2002, 2010 e 2014, a probabilidade de ser antipetista era maior entre os eleitores brancos do que entre os não brancos. O antipetismo diminuía entre os eleitores mais interessados na política, em 2002 e 2014.

Como julgamos que poderia haver diferenças entre os perfis dos eleitores de cada um dos subgrupos de antipetistas, na Tabela 6 novamente os “não antipetistas” são a referência, mas dessa vez em modelo multinomial com quatro categorias para 2014.

Os resultados do modelo indicam que, à medida que aumenta a faixa etária dos eleitores, aumenta a chance de serem eleitores antipetistas que avaliam positivamente ou de forma neutra o PSDB (comparativamente a serem eleitores não antipetistas). Mas diminui a chance de serem eleitores antipetistas que também são antipessedebistas. A escolaridade está associada positivamente a todos os subgrupos de antipetistas. Brancos são mais significativamente antipetistas (do que outras etnias) apenas na categoria de antipetistas que avaliam positivamente o PSDB. Interesse pela política se associa positivamente com o antipetismo que avalia positivamente o PSDB, mas negativamente com as outras duas categorias de antipetistas. Assim, pode-se dizer que antipetistas pró-PSDB são brancos, mais velhos, mais escolarizados e com maior interesse pela política do que os não antipetistas; além disso, entre os brancos é maior a chance de um eleitor ter esse perfil de antipetismo (pró-PSDB) do que ter um perfil de não antipetista. Antipetistas que são simultaneamente antipessedebistas tendem a ser mais jovens e com menor interesse pela política, mas mais escolarizados do que os não antipetistas. Antipetistas que são neutros em relação ao PSDB são mais velhos, mais escolarizados, mas com menor interesse pela política do que os não antipetistas. O perfil dos antipetistas que avaliam bem o PSDB é mais claro (comparativamente ao perfil dos não

antipetistas): pessoas brancas, mais velhas, de alta escolaridade e interessadas em política. Para os outros dois grupos, escolaridade e interesse pela política vão em direções opostas.

Tabela 6
Perfil sociodemográfico dos subgrupos antipetistas
(regressões logísticas) – 2014

	2014		
	-PT/ -PSDB	-PT/ ØPSDB	-PT/ +PSDB
Sexo	1,015 (,123)	,910 (,185)	,919 (,145)
Faixa etária	,919* (,044)	1,150* (,064)	1,119* (,050)
Escolaridade	1,092* (,032)	1,172* (,046)	1,170** (,036)
Grupo étnico (branco)	1,067 (,129)	1,347 (,187)	1,984** (,145)
Interesse por política	,581** (,076)	,768* (,108)	1,234* (,080)
Cox e Snell	,080		
Nagelkerke	,090		

Fonte: Esebs (de 2002 a 2014).

Nota: Ø = "neutro" (avaliação entre 4 e 6).

Categoria de referência = não antipetistas.

*Sig. = 0,000; **sig. ≤ 0,05.

Além de tentar compreender o perfil sociodemográfico dos diferentes subgrupos de eleitores antipetistas, interessa-nos também analisar suas atitudes políticas. Serão estudadas a preferência pela democracia, a adesão a ela, bem como as atitudes dos eleitores antipetistas perante o Estado (estatismo) e a igualdade (igualitarismo).

Nessa etapa da análise nos limitamos ao ano de 2014 e, assim como procedemos antes, para cada variável atitudinal iniciamos com um modelo de regressão logística tomando como principal variável dependente uma medida dicotômica que contrasta os antipetistas com aqueles eleitores que não avaliam mal o PT. A seguir, desagregamos mais a análise, contrastando os não antipetistas com cada um dos três subgrupos de antipetistas. Como optamos por apresentar conjuntamente os resultados de todos esses modelos, para cada atitude temos duas colunas, uma contendo apenas o contraste dicotômico (modelo logístico binário) e outra com as quatro categorias (modelo logístico multinomial).

No que diz respeito à "adesão à democracia"²⁴, vemos (Tabela 7) que as variáveis relativas às disposições partidárias dos eleitores não se mostraram relevantes

²⁴ "Adesão à democracia" é uma questão já clássica nos estudos sobre valores políticos e foi baseada na questão: "A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. O(a) sr(a). concorda ou discorda dessa afirmação? Muito ou pouco? 1) Concorda muito; 2) Concorda um pouco; 3) Nem concorda nem discorda; 4) Discorda um pouco; 5) Discorda muito". Recodificamos a

em ambos os modelos. Não parece existir diferença, portanto, entre antipetistas e eleitores que não apresentam sentimentos negativos por essa legenda, mas também entre os diferentes tipos de antipetistas e o grupo de controle. As duas únicas variáveis que apresentaram efeitos significativos foram a idade e o interesse por política, nos dois modelos, porém com sentidos inversos. Enquanto a idade reduz a chance de adesão, o interesse aparece como um consistente impulsor.

Confirmando a consistência desses resultados, cenário bastante semelhante é verificado no que diz respeito à "preferência pela democracia"²⁵. As variáveis relativas aos partidos continuam apresentando efeito estatisticamente irrelevante, enquanto o interesse por política se consolida como um bom preditor. Diferentemente do que ocorreu nos modelos anteriores, a idade agora deixa de ser relevante. Em síntese, considerando essas duas medidas clássicas de adesão à democracia, podemos concluir que o antipetismo não guarda relação direta com disposições subjetivas contrárias ou favoráveis a elas, ao menos considerando essa dimensão mais abstrata do apoio, na forma como desenvolvida por Easton (1963).

Tabela 7
Regressões logísticas binárias e multinomiais para
atitudes políticas (2014)

	Adesão à democracia		Preferência pela democracia		Igualitarismo		Estatismo	
	Anti-PT	Grupos	Anti-PT	Grupos	Anti-PT	Grupos	Anti-PT	Grupos
Sexo	1,069 (,101)	1,113 (,108)	,970 (,117)	1,003 (,123)	,894 (,096)	,874 (,101)	,997 (,106)	,974 (,112)
Faixa etária	,931* (,035)	,928* (,038)	,941 (,041)	,932 (,043)	,936* (,034)	,952 (,036)	,999 (,037)	,988 (,039)
Escolaridade	1,016 (,025)	1,032 (,027)	1,023 (,029)	1,035 (,031)	,958 (,024)	,976 (,026)	,968 (,026)	,964 (,028)
Grupo étnico (branco)	,991 (,105)	1,044 (,112)	,901 (,121)	,981 (,128)	,716* (,101)	,731* (,106)	1,017 (,110)	1,002 (,116)
Interesse por política	1,145* (,059)	1,145* (,063)	1,196* (,068)	1,206* (,072)	,958 (,055)	,977 (,059)	1,062 (,060)	1,026 (,064)
Antipetismo	,937 (,105)	–	,796 (,120)	–	,829 (,100)	–	,876 (,111)	–
Não antipetista	–	<i>a</i>	–	<i>a</i>	–	<i>a</i>	–	<i>a</i>



variável como dicotômica, juntando os valores 3 (nem concorda, nem discorda), 4 (discorda um pouco) e 5 (discorda muito) no novo valor 0 e juntando 1 (concorda um pouco) e 2 (concorda muito) no novo valor 1".
²⁵ Também uma variável usual nos estudos de cultura política, "preferência pela democracia", foi construída a partir da questão: "Na sua opinião: 1 - A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo; ou 2 - Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia; 3 - Tanto faz/nenhuma das duas é melhor (espontânea)". Operacionalizamos a medida como uma variável dicotômica, juntando as respostas 2 e 3 (que assumem o valor 0 na nova variável).

	Adesão à democracia		Preferência pela democracia		Igualitarismo		Estatismo	
	Anti-PT	Grupos	Anti-PT	Grupos	Anti-PT	Grupos	Anti-PT	Grupos
-PT/-PSDB	–	1,115 (,163)	–	1,125 (,189)	–	1,418* (,161)	–	,874 (,163)
-PT/ØPSDB	–	1,020 (,191)	–	,950 (,220)	–	1,219 (,189)	–	,543* (,207)
-PT/+PSDB	–	1,007 (,246)	–	,861 (,275)	–	1,193 (,241)	–	,918 (,249)
Cox e Snell	,007	,010	,010	,011	,013	,012	,002	,008
Nagelkerke	,010	,014	,015	,017	,018	,017	,003	,012

Fonte: Esebs (de 2002 a 2014).

Nota: Os valores correspondem aos Exp(B) e entre parênteses são apresentados os erros padronizados.

*Sig. = 0,000. **Sig. ≤ 0,05.

"a" = categoria de referência.

Outra variável atitudinal a ser analisada é o "igualitarismo". Essa variável foi construída a partir de duas perguntas que têm como elemento central a questão da igualdade (ver operacionalização da variável no Apêndice 1). Na Tabela 7 vemos que a variável que distingue os antipetistas dos demais eleitores não está relacionada a posturas mais ou menos igualitaristas. Nesse primeiro modelo apenas a faixa etária e o grupo étnico se mostraram relevantes, inclusive com impactos negativos semelhantes. Indivíduos mais velhos tendem a ser menos igualitaristas, assim como os brancos. No modelo que contrasta os grupos de antipetistas, esse efeito do grupo étnico persiste, mas não o da idade. Nesse modelo, pela primeira vez, um dos grupos gerados pelas posições em relação aos partidos aparece como preditor relevante. O grupo dos antipetistas que também avaliam mal o PSDB tem sua chance de ser igualitarista elevada em mais de 40%.

Os últimos modelos da Tabela 7 apresentam os resultados de análise semelhante para a variável atitudinal estatismo, criada a partir de duas questões que buscam captar as preferências do eleitorado por mais ou menos ação do Estado na economia e na garantia do bem-estar dos indivíduos (ver operacionalização da variável no Apêndice 2). A única variável do modelo que se mostrou relevante foi o antipetismo; mais especificamente, eleitores antipetistas que se manifestam de maneira neutra em relação ao PSDB são menos estatistas do que os não antipetistas.

Sentimentos partidários e voto

Nesta seção analisamos os possíveis efeitos dos sentimentos manifestados pelos eleitores em relação a PT e PSDB na sua decisão de voto na eleição presidencial de 2014. Começamos por apresentar um modelo *probit* incluindo a variável relativa ao antipetismo em sua forma mais desagregada (em três subgrupos). O objetivo é tentar captar os efeitos diretos do antipetismo sobre o voto, de maneira a diferenciar os subgrupos em questão. A seguir, utilizamos a variável que sintetiza o conjunto de sentimentos

(positivos e negativos) em relação ao PT e ao PSDB simultaneamente (ver Tabela 3). Inicialmente apresentamos um cruzamento simples entre essa variável e o voto no 1º e 2º turnos da eleição presidencial, de forma a ter uma primeira aproximação da associação entre os sentimentos partidários dos eleitores em relação às duas legendas (simultaneamente) e seu voto. Por fim, apresentamos um modelo multivariado (*probit*) em que essa medida é um dos preditores.

A Tabela 8 mostra dados sobre a relação entre a avaliação que os eleitores faziam a respeito dos dois principais partidos na disputa eleitoral presidencial (na forma de notas dadas a eles) e seu voto. A partir da avaliação simultânea de PT e PSDB, criamos um conjunto de categorias, que tem em um extremo (ponto 1) os eleitores que avaliavam positivamente o PT e negativamente o PSDB e, no outro extremo (ponto 7), os eleitores que avaliavam negativamente o PT e positivamente o PSDB. Os dados indicam que a avaliação dos partidos feita pelos eleitores tem forte associação com seu voto. Entre eleitores que avaliaram positivamente o PT e negativamente o PSDB, Dilma venceu Aécio por uma diferença de 77% no 1º turno e 90% no 2º turno; essa diferença cai à medida que passamos para outros grupos de eleitores, invertendo a situação para uma vitória pró-Aécio de 49% no 1º turno (e 78% no 2º turno) entre os eleitores com avaliação negativa do PT e neutra do PSDB (ponto 5 da escala), até chegar a uma diferença pró-Aécio de 72% no 1º turno (e 86% no 2º turno) entre eleitores que avaliavam negativamente o PT e (simultaneamente) positivamente o PSDB.

Tabela 8
Voto em Dilma e Aécio, segundo notas atribuídas a PT e PSDB (%)
(Presidente - 1º e 2º turnos - Eseb 2014)

Categorias de avaliação PT/PSDB*	Candidato em que votou							
	1º turno				2º turno			
	Dilma	Aécio	Dif. Pró-Dilma	(Nº casos)	Dilma	Aécio	Dif. Pró-Dilma	(Nº casos)
1	81	4	77	(298)	95	5	90	(269)
2	65	12	53	(235)	84	16	68	(209)
3	54	15	39	(136)	83	17	66	(111)
4	38	26	12	(772)	56	44	12	(608)
5	8	57	- 49	(138)	11	89	- 78	(125)
6	17	60	- 43	(102)	23	77	- 54	(93)
7	5	77	- 72	(250)	7	93	- 86	(237)
Total	42	31	11	(1931)	55	45	10	(1652)

Fonte: Esebs (de 2002 a 2014).

*Categorias de avaliações de PT e PSDB (simultaneamente): 1 = avaliação positiva do PT e negativa do PSDB; 2 = avaliação positiva do PT e neutra do PSDB; 3 = avaliação neutra do PT e negativa do PSDB; 4 = "situações neutras"; 5 = avaliação negativa do PT e neutra do PSDB; 6 = avaliação neutra do PT e positiva do PSDB; 7 = avaliação negativa do PT e positiva do PSDB. Foram consideradas como "avaliação negativa" de um partido notas de 0 a 3; "avaliação neutra" notas de 4 a 6 e "avaliações positivas" notas de 7 a 10. Foram consideradas "situações neutras" aquelas em que o eleitor manifestou a mesma avaliação (positiva, neutra ou negativa) em relação aos dois partidos simultaneamente. Foram desconsiderados na análise os entrevistados que informaram não ter votado, ou que responderam que não se lembravam em quem haviam votado, ou cuja resposta foi "não sabe" ou "não respondeu" à pergunta sobre o voto no 1º turno da eleição ou à pergunta sobre avaliação dos partidos.

Esses resultados são semelhantes aos encontrados para o período 2002-2010, utilizando indicador parecido, que levava em conta simultaneamente sentimentos positivos ("gosta do partido") e sentimentos negativos (rejeição) em relação aos dois partidos (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011). Da mesma forma, mantém-se a tendência de os candidatos do PSDB terem vitórias por maior diferença em relação a seus adversários petistas entre os eleitores com avaliação negativa (rejeição) para o PT e (simultaneamente) avaliação neutra para o PSDB do que entre os eleitores com avaliações positivas para o PSDB e neutras em relação ao PT. Vale dizer: para a escolha de candidatos pessedebistas nas eleições presidenciais, a rejeição ao PT pesa mais do que adesão ao PSDB por parte dos eleitores. Essa é uma análise preliminar com base em estatística descritiva. A análise multivariada a seguir permitirá verificar se esse forte impacto dos sentimentos partidários sobre a decisão de voto para presidente se mantém, ao serem incluídas outras variáveis.

A Tabela 9 apresenta os resultados de análise de regressão multinomial *probit* em que a variável dependente é o voto para presidente no 1º turno em 2014 (categoria

de referência: voto em Dilma), incluindo como explicativas algumas medidas sociodemográficas e a variável relativa ao antipetismo em que os três subgrupos internamente a esse grupo são diferenciados. Não continuamos utilizando modelos logísticos nessa parte do artigo porque, apesar de muitos estudos sobre comportamento eleitoral empregarem essa metodologia, ela viola a importante suposição da independência de alternativas irrelevantes, segundo a qual a inclusão de um terceiro candidato não altera a razão das probabilidades de voto em dois candidatos iniciais (Long, 1997; Alvarez e Nagler, 1998; Pereira, 2014b). Entendemos que essa crença seja no mínimo irrealista, portanto, optamos por utilizar um modelo multinomial que utiliza um estimador *probit*, que considera todo o conjunto de alternativas sem pressupor tal independência. Com esse novo modelo é importante destacar que, diferentemente das tabelas anteriores com regressões logísticas, nas Tabelas 9 e 10 são apresentados coeficientes e não os exponenciais de B e, dessa forma, a interpretação deve principalmente se fixar no sinal positivo ou negativo dos efeitos e, obviamente, nos seus testes de significância estatística²⁶. Para facilitar a interpretação dos efeitos, entretanto, foram calculados também os efeitos marginais de cada um dos preditores para os quatro resultados possíveis de nossa variável dependente. A interpretação dos efeitos marginais é feita de forma semelhante à interpretação dos coeficientes da regressão logística. Cada coluna relativa aos candidatos à presidência então se divide em duas outras colunas, com os efeitos marginais na segunda.

Considerando que a referência é o voto em Dilma e iniciando pelas nossas variáveis centrais, podemos identificar efeitos significativos e consistentes em todos os grupos de antipetismo.

²⁶ A interpretação dos coeficientes do *probit* é bastante diferente dos modelos logísticos, já que os coeficientes não refletem diretamente o incremento de probabilidade de escolha da categoria da dependente a cada elevação da escala da independente. Esse coeficiente varia em razão dos valores em cada preditor adicionado ao modelo.

Tabela 9
Regressão multinomial *probit* para a eleição presidencial de 2014

	Dilma		Aécio		Marina		Outros	
	Coef.	Marg.	Coef.	Marg.	Coef.	Marg.	Coef.	Marg.
Sexo	-	,007 (,025)	,080 (,092)	,045 (,024)	-,251* (,106)	-,052* (,017)	-0,016 (,168)	,000 (,007)
Faixa etária	-	,000 (,009)	,020 (,032)	,010 (,009)	-,017 (,037)	-,004 (,006)	-,126* (,061)	-,006* (,003)
Escolaridade	-	-,036** (,006)	,109** (,023)	,019* (,006)	,142** (,027)	,016** (,004)	,092* (,044)	,001 (,002)
Grupo étnico (branco)	-	-,079* (,025)	,371** (,094)	,104** (,025)	,035 (,109)	-,026 (,017)	,188 (,173)	,002 (,008)
Interesse por política	-	,005 (,014)	-,050 (,054)	-,019 (,014)	,015 (,061)	,005 (,010)	,145 (,095)	,007 (,004)
Não antipetista	-	<i>a</i>	<i>a</i>	<i>a</i>	<i>a</i>	<i>a</i>	<i>a</i>	<i>a</i>
-PT/-PSDB	-	-,253** (,027)	,939** (,120)	,187** (,033)	,827** (,136)	,060* (,026)	,692* (,213)	,005 (,010)
-PT/ØPSDB	-	-457** (,018)	2,443* * (,202)	,416** (,036)	1,906** (,221)	,043 (,032)	1,645** (,324)	-,002 (,011)
-PT/+PSDB	-	-,541** (,015)	3,064* * (,180)	,572** (,024)	1,935** (,202)	-,019 (,021)	1,611** (,306)	-,013 (,007)

Fonte: Esebs (de 2002 a 2014).

Notas: Os valores correspondem aos B (e não aos Exp (B)) e entre parênteses são apresentados os erros padronizados. *Sig. = 0,000. **Sig. ≤ 0,05.

Categoria de referência = Dilma.

Probit qui-quadrado = ,000; Wald = 538,04; N = 1997.

"a" = categoria de referência.

Os impactos menos expressivos, como poderia ser antecipado, são verificados no contraste entre os não antipetistas e aqueles que apresentam disposições negativas em relação aos dois partidos. Ainda assim, é preciso considerar que esse grupo apresenta maior probabilidade de votar em Aécio, Marina e outros candidatos. Consistentemente, essa diferença é menor na comparação entre Dilma e Aécio, mas vai aumentando no confronto com Marina e outros candidatos. Analisando os efeitos marginais desse grupo, constatamos redução de 25% na chance de votar em Dilma, tomando sempre como referência os "não antipetistas". De forma inversa, o pertencimento a esse grupo eleva a probabilidade de voto em Aécio em 18,7%, o que claramente indica que o elemento mais relevante é a rejeição ao PT, já que, mesmo avaliando negativamente o PSDB, continuam preferindo o candidato dessa legenda na comparação. O voto em Marina é bem menos impactado, mas ainda assim o seu efeito é positivo, com os pertencentes a esse grupo apresentando incremento de 6% na probabilidade.

Os efeitos são bem mais expressivos quando consideramos o grupo dos que são antipetistas e neutros em relação ao PSDB. Como esperado, esses eleitores apresentam maior probabilidade de voto em Aécio do que em Dilma, se comparado com o grupo dos "não antipetistas", e essa diferença vai caindo quando a comparação muda para o voto

em Marina e outros. Os eleitores desse grupo têm sua chance de voto em Dilma reduzida em 45,7%, enquanto essa mesma probabilidade se eleva em 41,6% no caso do voto em Aécio. Esse grupo não se diferencia dos “não antipetistas” no que diz respeito à probabilidade de voto em Marina e outros candidatos.

Essa tendência é definitivamente confirmada quando consideramos o último grupo, dos antipetistas que são favoráveis ao PSDB. Nesse grupo o efeito é o mais elevado de todos os contrastes, indicando que esses eleitores apresentam a maior probabilidade de votar em Aécio (em vez de votar em Dilma) de todo o modelo. Coerentemente, essas diferenças de probabilidade caem quando a comparação vai para o voto em Marina e nos outros candidatos. Considerando os efeitos marginais, identificamos que os membros desse grupo têm sua chance de votar em Dilma reduzida em 54% e, coerentemente, têm 57,2% mais chance de voto em Aécio. O grupo não se diferencia no caso do voto em Marina e outros. Quanto ao voto em Marina, cabe assinalar que, quando os antipetistas são neutros ou avaliam positivamente o PSDB, não foi constatado nenhum efeito significativo; é apenas entre os eleitores que avaliam mal simultaneamente o PT e o PSDB que aumentam suas chances de voto.

Como temos defendido também a utilidade de medidas que avaliem conjuntamente sentimentos positivos e negativos, finalmente apresentamos (na Tabela 10) os resultados de modelo semelhante ao anterior, porém substituindo os grupos de antipetismo pela medida que leva em consideração os sentimentos em relação a PT e PSDB simultaneamente e reportada anteriormente na Tabela 3. Confirmando a tendência verificada nas análises anteriores desta seção, verificamos efeitos marginais negativos dessa variável sobre o voto em Dilma e positivos sobre o voto em Aécio. Cada ponto na escala dessa variável, que, na medida em que avança, se afasta do PT e se aproxima do PSDB, reduz pouco mais de 19% a chance de voto na candidata petista, enquanto avanços semelhantes incrementam a chance de voto no candidato do PSDB em 16,8%. Apesar de bem menores, também podemos perceber efeitos positivos significativos (2,2%) para o voto em Marina.

Tabela 10
Regressão multinomial *probit* para a eleição presidencial de 2014

	Dilma		Aécio		Marina		Outros	
	Coef.	Marg.	Coef.	Marg.	Coef.	Marg.	Coef.	Marg.
Sexo	-	,021 (,026)	,044 (,096)	,036 (,024)	-,286* (,107)	-,057* (,018)	-,041 (,170)	-,000 (,008)
Faixa etária	-	,001 (,009)	,018 (,034)	,008 (,009)	-,018 (,038)	-,004 (,006)	-,127* (,062)	-,006* (,003)
Escolaridade	-	-,036** (,007)	,110** (,025)	,019* (,006)	,140** (,027)	,017** (,004)	,089* (,044)	,001 (,002)
Grupo étnico (branco)	-	-,061* (,027)	,310* (,099)	,088* (,025)	-,014 (,061)	-,029 (,018)	,148 (,175)	,002 (,008)
Interesse por política	-	,004 (,015)	-,046 (,056)	-,017 (,014)	,014 (,061)	,005 (,010)	,151 (,096)	,0010 (,004)
Avaliação PT/PSDB	-	-,191** (,008)	,073** (,031)	,168** (,007)	,449** (,032)	,022** (,005)	,385** (,051)	-,001 (,002)

Fonte: Esebs (de 2002 a 2014).

Notas: Os valores correspondem aos B (e não aos Exp (B)) e entre parênteses são apresentados os erros padronizados. *Sig. = 0,000. **Sig. ≤ 0,05.

Categoria de referência = Dilma.

Probit qui-quadrado = ,000; Wald=523,87; N=1997.

O conjunto desses resultados mostra forte relação entre as disposições dos eleitores em relação a esses dois grandes partidos nacionais e seu comportamento eleitoral no último pleito presidencial. Não apenas o antipetismo se mostrou recorrentemente relevante diante de importantes controles como escolaridade, sexo e idade, mas também os grupos de antipetismo apresentam efeitos que se distinguem em sentidos coerentes com nossas hipóteses e expectativas teóricas.

Considerações finais

O artigo analisou os sentimentos partidários dos eleitores brasileiros e seus correlatos atitudinais e comportamentais. Atenção especial foi dada ao tema do antipartidarismo, em especial ao sentimento “antipetista” de parcela do eleitorado brasileiro.

Os resultados apontam que, em termos longitudinais, verifica-se um declínio no sentimento de “gosto” do eleitor para com os partidos brasileiros em 2014 (26,2% da amostra diz gostar de algum partido), o menor nível verificado em todas as rodadas do Eseb. Tal declínio foi capitaneado principalmente pelo PT, que também teve sua pior avaliação desde 2002 (18% dizem gostar do partido em 2014 contra quase 28% em 2010).

Também propusemos uma mensuração dos sentimentos partidários através de uma escala das notas aos dois principais partidos brasileiros (PT e PSDB) e a análise mostrou que em 2014 a vantagem pró-PT foi a menor da série histórica iniciada em 2002, especialmente nas posições mais extremas da escala (15% de eleitores com avaliação simultaneamente positiva do PT e negativa do PSDB, contra 13% na situação

inversa). Houve, enfim, uma mudança nos sentimentos partidários dos eleitores entre 2010 e 2014 que representou uma melhora da situação do PSDB, em detrimento da do PT, embora este ainda continuasse numa situação um pouco melhor do que a de seu adversário.

Considerando que nosso foco central é o antipetismo, verificamos que os sentimentos negativos para com o partido têm aumentado e que o eleitor antipetista tende a ocupar um lugar mais central na estrutura social (em termos de escolaridade e cor), quando comparado com o eleitor petista ou neutro em relação a esse partido. Isso vale especialmente para o grupo de antipetistas que avalia positivamente o PSDB; entre estes também é maior o interesse pela política do que entre os eleitores que não são antipetistas – que, por sua vez, têm maior interesse pela política do que os eleitores que avaliam mal o PT e o PSDB simultaneamente.

Quando verificamos os correlatos atitudinais dos sentimentos partidários em relação a esses partidos, observa-se que o cenário de indiferenciação atitudinal, que vinha se afirmando desde 2002, continua crescendo em 2014 em relação às variáveis em análise (igualitarismo, estatismo, adesão à democracia e preferência pela democracia). Vale dizer, não há diferenças significativas entre as atitudes dos eleitores antipetistas (seja qual for sua avaliação referente ao PSDB) e as atitudes dos demais eleitores.

Quando incluímos os sentimentos partidários nos modelos de decisão do voto, verificamos que eles são fortes preditores do comportamento eleitoral. O antipetismo se mostrou um forte preditor: as chances de voto em Aécio são maiores do que as chances de voto em Dilma em qualquer dos subgrupos de eleitores antipetistas, sobretudo entre aqueles que avaliam positivamente o PSDB. Quanto a Marina, é apenas entre os eleitores que avaliam mal simultaneamente o PT e o PSDB que aumentam suas chances de voto, o que está em acordo com a hipótese de que a candidata é uma opção preferencial dos eleitores que rejeitam a polarização PT-PSDB na política nacional. Utilizando a “escala” de sete pontos, considerando os sentimentos favoráveis e contrários ao PT e ao PSDB simultaneamente, constatamos também uma forte influência dos sentimentos partidários sobre a decisão de voto na eleição presidencial de 2014: à medida que passamos do extremo mais favorável ao PT para o mais favorável ao PSDB, crescem significativamente as chances de voto em Aécio, comparativamente ao voto em Dilma, mesmo controlando por variáveis sociodemográficas e grau de interesse pela política.

Ressalvando que nossos dados não permitem avaliar a estabilidade dos sentimentos partidários dos eleitores brasileiros – tema sobre o qual há poucos estudos e não há consenso –, os resultados mais gerais do presente artigo mostram, portanto, que os sentimentos partidários do eleitorado brasileiro tiveram impacto significativo sobre seu voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2014.

De um ponto de vista substantivo, a constatação de que a rejeição partidária é uma variável importante sugere que os partidos menos afetados por escândalos de corrupção ou por avaliações muito negativas de seus desempenhos ao exercer cargos

executivos podem ser um ativo eleitoral importante, especialmente na conjuntura que estamos atravessando. Outro ponto que cabe destacar é que nossos achados não corroboram a tese de que no Brasil o único impacto significativo dos sentimentos partidários dos eleitores sobre o voto teria sido, até aqui, o petismo (ou seja, a simpatia pelo PT) – tese que se apoia no fato de que a simpatia pelos demais partidos vinha sendo quantitativamente pouco relevante nas últimas décadas. Nem nos parece que caiba postular que o antipetismo vá representar no futuro próximo o único sentimento partidário relevante na decisão de voto dos brasileiros. Nossos resultados, assim como os que havíamos encontrado em trabalho anterior (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011), mostram que, pelo menos no que diz respeito às eleições presidenciais polarizadas por PT e PSDB, contaram tanto os sentimentos positivos quanto os negativos em relação aos dois partidos. E, quando consideramos o conjunto desses sentimentos, os eleitores aí envolvidos não são apenas os cerca de 20% a 25% de eleitores petistas (dados que persistiram até 2014), mas percentuais entre 57% e quase 70% (entre 2002 e 2014; ver Tabela 3). Embora a força desses sentimentos sobre o voto varie (sendo maior entre os eleitores que se situam nos pontos extremos da “escala” de sete pontos que construímos), os dados mostram que esse conjunto de sentimentos impacta a decisão de voto nessas eleições. É difícil prever o que virá nos próximos anos em relação ao sistema partidário brasileiro; os impactos da atual crise política podem vir a modificar significativamente os sentimentos dos eleitores em relação a esses partidos e podem mesmo levar ao fim dessa polarização nas eleições presidenciais. De toda forma, acreditamos que, quaisquer que sejam os desdobramentos, é importante continuar considerando os sentimentos (positivos e negativos) dos eleitores em relação aos partidos como um dos elementos importantes de sua decisão de voto no futuro.

Do ponto de vista metodológico, a medida utilizada por nós para avaliar o impacto dos sentimentos partidários dos eleitores sobre seu voto nos levou a resultados que corroboram achados anteriores, o que parece indicar que essa medida tem validade. Os achados empíricos de nosso artigo reafirmam, porém, alguns desafios analíticos para os estudos sobre partidarismo. O principal deles está relacionado à necessidade já levantada por Garry (2007) de investir em novas formas de mensurar a identificação partidária, em especial, para os contextos de multipartidarismo. E, nesses casos, devem-se considerar tanto a possibilidade de identificação positiva como a negativa com múltiplos partidos. Do ponto de vista mais operacional, é importante também uma avaliação mais sistemática sobre o rendimento analítico dos diferentes indicadores que vêm sendo utilizados no Brasil para mensurar os sentimentos dos eleitores em relação aos partidos (preferência partidária; partido de que o eleitor gosta; partido que representa a maneira como o eleitor pensa; partido em que não votaria; avaliação – através de notas – dos diferentes partidos etc.). O impacto significativo dos sentimentos partidários sobre a decisão de voto na eleição presidencial brasileira – apontado em

vários estudos e reiterado pelas conclusões do presente artigo – reforça a relevância do enfrentamento desses desafios analíticos.

Ednaldo Ribeiro - Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. E-mail: <ednaldoribeiro@icloud.com>.

Yan Carreirão - Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <yancarreira@uol.com.br>.

Julian Borba - Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <julian.borba@ufsc.br>.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. *A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ALMEIDA, J. *Como vota o brasileiro*. São Paulo: Casa Amarela, 1996.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture*. Newbury Park: Sage, 1989.

ALVAREZ, M.; NAGLER, J. "When politics and models collide: estimating models of multiparty elections". *American Journal of Political Science*, vol. 42, nº 1, pp. 55-96, 1998.

BAKER, A., et al. "The dynamics of partisan identification when party brands change: the case of the Workers Party in Brazil". *Journal of Politics*, vol. 78, nº 1, p. 197-213, 2016.

BAUMEISTER, R., et al. "Bad is stronger than good". *Review of General Psychology*, vol. 5, nº 4, p. 323-370, 2001.

BRAGA, M. S. "Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4, p. 43-73, 2010.

BRAGA, M. S.; PIMENTEL JR., J. "Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 271-303, 2011.

CAMPBELL, A., et al. *The American voter*. New York: Wiley, 1960.

CARREIRÃO, Y. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro/Florianópolis: Editora da FGV/EDUFSC, 2002.

_____. "Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the Eseb (Brazilian Electoral Study) data". *Brazilian Political Science Review*, vol. 1, nº 1, p. 70-101, 2007a.

_____. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 307-339, 2007b.

CARREIRÃO, Y. "Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 319-351, 2008.

- CARREIRÃO, Y.; BARBETTA, P. "A eleição presidencial de 2002: a decisão de voto na região da Grande São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 56, p. 75-93, 2004.
- CARREIRÃO, Y.; KINZO, M. D. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*, vol. 47, nº 1, p. 131-168, 2004.
- CASTRO, M. M. "Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, p. 7-19, 1992.
- CLARKE, H.; STEWART, M. "The decline of the parties in the minds of citizens". *Annual Review of Political Science*, vol. 1, p. 357-378, 1998.
- CONVERSE, P. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. (ed.). *Ideology and discontent*. New York: Free Press, 1964.
- DALTON, R.; WATTENBERG, M. "The not so simple act of voting". In: FINIFTER, A. (ed.). *State of political science II*. Washington: American Political Science Association, 1993.
- _____. (eds.). *Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row Publishers, 1957.
- EASTON, D. A. *Framework for political analysis*. New Jersey: Prentice-Hall, 1963.
- FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto*. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1991.
- FIORINA, M. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.
- GARRY, J. "Making 'party identification' more versatile: operationalizing the concept for the multiparty setting". *Electoral Studies*, nº 26, p. 346-358, 2007.
- GREENE, S. "Understanding party identification. A social identity approach". *Political Psychology*, vol. 20, nº 2, p. 393-403, 1999.
- HUNTER, W.; POWER, T. "Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, vol. 49, nº 1, p. 1-30, 2007.
- KINZO, M. D. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 54, p. 65-80, 2005.
- KLINGEMANN, H.-D.; WATTENBERG, M. P. "Decaying versus developing party systems: a comparison of party images in the United States and West Germany". *British Journal of Political Science*, vol. 22, nº 2, p. 131-149, 1992.
- LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática. O caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAVAREDA, A. "Governos, partidos e eleições segundo a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1964". *Dados*, vol. 32, nº 3, pp. 341-362, 1989.
- _____. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1991.
- _____. *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LONG, S. *Regression models for categorical and limited dependent variables*. London: Sage Publications, 1997.
- MAINWARING, S. "Políticos, partidos e sistemas eleitorais. O Brasil numa perspectiva comparada". *Novos Estudos Cebrap*, nº 29, p. 34-58, 1991.
- MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Ed. FGV, 2001.

- MEDEIROS, M.; NÖEL, A. "The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies". *Comparative Political Studies*, vol. 47, nº 7, p. 1.022-1.046, 2014.
- MENDES, M.; VENTURI, G. "Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco". *Opinião Pública*, vol. 2, nº 2, p. 59-72, 1994.
- MONDAK, J. J., et al. "The participatory personality: evidence from Latin America". *British Journal of Political Science*, nº 41, p. 211-221, 2010.
- NEVES, L. S. "Preferência partidária na perspectiva do eleitorado brasileiro: mudanças e perpetuidades após as eleições presidenciais de 2002". Monografia em Ciência Política. UnB, Brasília, 2012.
- NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. "Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006". In: 31º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu-MG, 2007.
- PAIVA, D.; BRAGA, M. S.; PIMENTEL JR., J. "Eleitorado e partidos políticos no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 388-408, 2007.
- PEREIRA, F. B. "A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 13, p. 213-244, 2014a.
- _____. "Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 22, nº 50, p. 149-174, 2014b.
- PIMENTEL JR., J. "Razão e emoção no voto: o caso da eleição presidencial de 2006". Dissertação de Mestrado em Ciência Política. USP, São Paulo, 2007.
- REIS, F. W. "A razão do eleitor. Resenha de *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*, de André Singer (São Paulo, Edusp, 2000)". *Jornal de Resenhas (Folha de S. Paulo)*, São Paulo, 9 set. 2000.
- RENNÓ, L. "Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 260-282, 2007.
- RENNÓ, L.; CABELLO, A. "As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, p. 39-60, 2010.
- RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. "Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 333-368, 2011.
- ROSE, R.; MISHLER, W. "Negative and positive party identification in post-communist countries". *Electoral Studies*, vol. 17, nº 2, pp. 217-234, 1998.
- SAMUELS, D. "As bases do petismo". *Opinião Pública*, vol. 10, nº 2, p. 221-241, 2004.
- _____. "A evolução do petismo (2002-2008)". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 302-318, 2008.
- SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. "A segunda alma do Partido dos Trabalhadores". *Novos Estudos Cebrap*, nº 88, p. 89-111, 2010.
- SOARES, G. A.; TERRON, S. L. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 269-301, 2008.
- SPECK, B.; BRAGA, M. S.; COSTA, V. "Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 56, p. 125-148, 2015.
- TAROUCO, G. "Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006)". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4, p. 169-186, 2010.
- TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. "As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio". *Opinião Pública*, vol. 16, nº 2, p. 310-337, 2010.
- VECCHIONE, M.; CAPRARA, G. V. "Personality determinants of political participation: the contributions of traits and self-efficacy beliefs". *Personality and Individual Differences*, nº 46, p. 487-492, 2009.

VEIGA, L. "Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 340-365, 2007.

_____. "O partidarismo no Brasil (2002/2010)". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 400-425, 2011.

VENTURI, G. "PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010". *Perseu*, nº 5, p. 197-214, 2010.

WATTENBERG, M. *The rise of candidate-centered politics* (presidential elections of the 1980's). Cambridge: Harvard University Press, 1991.

_____. *The decline of American political parties, 1952-1996*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

ZUCCO, C.; SAMUELS, D. "Partisans, anti-partisans and voting behavior in Brazil", 2015 (work in progress). Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/cesar.zucco/>>.

APÊNDICE 1

Operacionalização da variável atitudinal "igualitarismo"

Foram usadas as respostas às seguintes questões do Eseb 2014, para construir a variável "igualitarismo":

PC13C - "Em qualquer situação as pessoas mais pobres devem ter mais chances do que as ricas" (escala de concordância com cinco pontos); e

PC13E - "As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência" (escala de concordância com cinco pontos).

A análise fatorial obteve KMO de 0,50 e os fatores carregam com cargas superiores a 0,8. O percentual de variação explicada com a extração de um único fator é de 66,3%. Para a construção da medida de *igualitarismo* inicialmente foram recodificadas as respostas às duas questões agrupando as opções contrárias ao igualitarismo como "0", as indiferentes como "1" e as favoráveis como "2". Ao somar as duas variáveis, temos uma medida de 0 a 4. A partir disso foi feita nova recodificação para transformar em uma variável dicotômica, pois seria a única forma de rodar modelo semelhante aos anteriores usando os grupos de antipetismo em contraposição aos "não antipetistas". Para isso, consideramos os indivíduos com escores de 0 a 2 como não igualitaristas e indiferentes e os com escores 3 e 4 como igualitaristas.

APÊNDICE 2

Operacionalização da variável atitudinal "estatismo"

Para a operacionalização da variável "estatismo", o procedimento foi em boa medida semelhante ao utilizado para operacionalizar a variável "igualitarismo", a partir das respostas às seguintes questões do Eseb 2010 (respostas na forma de escalas de 0 a 10):

PC12B - "Deveria haver mais iniciativa privada na indústria e no comércio" (0) X "Deveria haver mais participação do governo na indústria e no comércio" (10); e

PC12C - "O governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos" (0) X "As pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir seu próprio sustento" (10).

A análise fatorial obteve KMO de 0,56 e os fatores carregam com cargas superiores a 0,7. O percentual de variação explicada com a extração de um único fator é de 64,5%.

Primeiramente as variáveis foram recodificadas em razão dos seus sentidos em três grupos: Estatistas (de 8 a 10 na PC12B e de 1 a 3 na PC12C) = 2; Indiferentes (de 4 a 7 em ambas) = 1; Antiestatistas (de 1 a 3 na PC12B e de 8 a 10 na PC12C) = 0. O resultado da soma das respostas às

duas questões foi uma medida de 0 a 4. Consideramos os indivíduos com escores de 0 a 2 como não estatistas e os com escores 3 e 4 como estatistas.

APÊNDICE 3

Sintaxes dos modelos probit (Stata)

a) Modelo com grupos de antipetistas (Tabela 9)

```
mprobit Voto Sexo FaixaEtaria Escolaridade GrupoEtnico Interesse PTnegPSDBneg PTnegPSDBneutro PTnegPSDBpos
```

b) Efeitos marginais do modelo com grupos de antipetistas (Tabela 9)

```
mfx compute, predict (outcome(1))
```

```
mfx compute, predict (outcome(2))
```

```
mfx compute, predict (outcome(3))
```

```
mfx compute, predict (outcome(4))
```

1 = *Dilma*

2 = *Aécio*

3 = *Marina*

4 = *Outros*

c) Modelo com avaliação PT/PSDB (Tabela 10)

```
mprobit Voto Sexo FaixaEtaria Escolaridade GrupoEtnico Interesse AvaliaPT_PSDB
```

d) Efeitos marginais do modelo com grupos de antipetistas (Tabela 10)

```
mfx compute, predictAvaliaPT_PSDB.
```

Resumo

Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes

O artigo investiga, a partir dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro, os sentimentos partidários dos eleitores brasileiros em 2014 e suas relações com dimensões atitudinais e comportamentais. Ênfase especial é dada ao antipetismo, ou seja, ao sentimento negativo que parcela crescente do eleitorado vem manifestando em relação ao PT. Além de analisar a evolução dessas disposições entre 2002 e 2014, o artigo procura identificar o perfil sociodemográfico dos eleitores antipetistas e o impacto dessas disposições negativas sobre variáveis atitudinais (estatismo, igualdade e democracia) e sobre o voto. Os resultados apontam para o decréscimo generalizado dos sentimentos positivos em relação aos partidos, com destaque para o PT. Também indicam efeitos reduzidos do antipetismo sobre atitudes políticas, mas sua forte influência sobre padrões de comportamento eleitoral.

Palavras-chave: sentimentos partidários; antipetismo; atitudes políticas; comportamento eleitoral; CSES-Eseb 2014

Abstract

Party feelings and antipetismo: constraints and covariates

Using data from the Brazilian Electoral Survey (Eseb), this article investigates the feelings toward parties of Brazilian voters in 2014 and their relations to attitudinal and behavioral variables. Special emphasis is placed on *antipetismo*, i.e. the negative feeling toward the Workers' Party (PT) that is present among a growing segment of Brazilian voters. In addition to analyzing the evolution of these feelings between 2002 and 2014, the present work seeks to identify the sociodemographic profile of

antipetista voters and the impact of such negative feelings on attitudinal variables (statism, equality, and democracy) and on vote choice. The results of this study demonstrate that positive party feelings are decreasing, especially toward the PT. They also point to the limited effects of *antipetismo* on political attitudes, while evidencing its great influence on electoral behavior.

Keywords: party feelings; *antipetismo*; political attitudes; electoral behavior; CSES-Eseb 2014

Resumen

Sentimientos partidarios y antipetismo: condicionantes y co-variables

El artículo investiga, a partir de los datos del estudio electoral brasileño, los sentimientos partidistas de los votantes brasileños en 2014 y su relación con las dimensiones de actitud y comportamiento. Se presta especial atención al *antipetismo*, es decir, el sentimiento negativo que la creciente parte del electorado está manifestando en relación con el PT. Además de la evolución de esas disposiciones entre 2002 y 2014, el análisis busca identificar el perfil sociodemográfico de los votantes *antipetistas* y el impacto de estas disposiciones negativas en las variables de actitud (estatismo, igualdad y democracia) y el voto. Los resultados apuntan a la disminución general de los sentimientos positivos hacia los partidos, especialmente el PT. También muestran efectos reducidos del *antipetismo* sobre las actitudes políticas, pero su fuerte influencia en los patrones de comportamiento electoral.

Palabras clave: sentimientos partidistas; *antipetismo*; actitudes políticas; comportamiento electoral; CSES-Eseb 2014.

Résumé

Sentiments partisans et anti-PT : contraintes et covariables

L'article examine, à l'aide de l'Enquête Brésilienne Électorale (Eseb), les sentiments sur les partis politiques (ou sentiments partisans) des électeurs brésiliens en 2014 et leurs relations avec les dimensions d'attitude et de comportement. On mettra plus particulièrement l'accent sur l'aspect anti-PT, à savoir le sentiment négatif qu'une partie croissante des électeurs brésiliens manifeste contre le Parti des Travailleurs (PT). Outre l'analyse de ces sentiments entre 2002 et 2014, nous cherchons à identifier le profil social et démographique des électeurs anti-PT et l'impact de ces sentiments négatifs sur les variables d'attitude (l'étatisme, l'égalité et la démocratie) et sur le vote. Nous avons constaté la diminution des sentiments positifs envers les partis politiques, surtout le PT. Nous avons également constaté des effets limités du sentiment anti-PT sur les attitudes politiques, mais sa grande influence sur le comportement électoral.

Mots-clés: sentiments partisans; anti-PT; attitudes politiques; comportement électoral; CSES-Eseb 2014

Artigo submetido à publicação em março de 2016.

Versão final aprovada em novembro de 2016.

O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva

Denise Paiva
Silvana Krause
Adriana Paz Lameirão

Introdução

As principais funções desempenhadas pelos partidos políticos nos governos democráticos são mobilizar e integrar eleitores, estruturar a competição política na arena eleitoral, além, é claro, da atividade governativa. A política partidária se constitui em pedra angular para a formação e a atuação dos governos democráticos. Uma das facetas desse fenômeno político é a vasta produção acadêmica que analisa a relação entre partidos e eleitores. Nos anos mais recentes, grande parte desses estudos tem se dedicado a investigar o arrefecimento dos vínculos entre eleitores e partidos, seus desdobramentos e impactos sobre os regimes democráticos. Os efeitos desse afastamento entre partidos e eleitores têm apresentado várias facetas como o desalinhamento partidário, o partidarismo negativo e um antipartidarismo mais extremo. O antipartidarismo é um fenômeno multifacetado, que pode decorrer da crença do eleitor de que a sua maneira de pensar não é representada por nenhum partido existente, de uma indiferença ou ainda do desencanto deste em relação à política e, em consequência, uma rejeição generalizada e radical aos partidos enquanto organização política. Ainda com a preocupação de compreender posicionamentos de rejeição aos partidos, estudos têm destacado uma rejeição específica a determinados partidos políticos, designado por alguns autores como identidade partidária negativa. Neste artigo, pretendemos analisar essa última dimensão, vinculada ao tema em tela, no que diz respeito ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Muitas análises já foram feitas sobre o PT e o petismo em suas diversas dimensões, inclusive sobre o fato de ele ser a legenda que, tradicionalmente, apresenta os maiores percentuais de preferência partidária. Propomos um caminho inverso: investigar o antipetismo, compreendido como a rejeição a esse partido de forma específica. Várias questões ainda estão sendo investigadas e analisadas a respeito desse fenômeno que emerge no contexto brasileiro atual, por exemplo, a consideração de que a legenda esteve à frente do governo federal no período compreendido entre 2003 e 2016, até o afastamento da presidente Dilma Rousseff por meio do *impeachment* em 31 de agosto, uma variável que pode impactar a aprovação ou rejeição ao partido

incumbente, bem como a avaliação das políticas implementadas ao longo de mais de uma década¹.

Com base no questionário do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), realizado em 2014², definimos como eleitor antipetista, para fins de nossa pesquisa, somente aquele que respondeu não gostar de jeito nenhum e exclusivamente do PT³. Estudos têm apontado para a crescente complexidade das dimensões e relações que são estabelecidas entre o eleitor e as organizações partidárias. Partimos da compreensão da literatura especializada de que o eleitor que rejeita absolutamente um único partido específico se diferencia daquele que rejeita vários, ou todos. Reconhecendo esse pressuposto, da não semelhança, envidamos esforços metodológicos para traçar o perfil do eleitor antipetista de forma mais acurada. Para isso, através de uma “filtragem” das respostas, dividimos o universo dos entrevistados que responderam não gostar de jeito nenhum do PT em outros dois, separando aqueles que manifestaram rejeição absoluta somente pelo PT (os antipetistas) daqueles que rejeitaram radicalmente todos os partidos (os antipartidários).

Se já são escassos os trabalhos que analisam o antipartidarismo, são ainda mais raros aqueles que examinam o antipetismo. Por esse motivo, nosso artigo tem um caráter inovador e busca descrever o antipetista com forte rejeição ao PT, desconsiderando, dessa análise, as gradações mais tênues do antipetismo. Pretende-se, primeiramente, identificar e traçar o perfil do eleitor antipetista e antipartidário de forma comparativa e, para levar a cabo esse objetivo, utilizamos a estatística descritiva. Em um segundo momento, a partir dos resultados da estatística descritiva, desenvolvemos um modelo de regressão logística ajustado com variáveis instrumentais⁴, a fim de detectar quais variáveis são determinantes para o respondente ser identificado como antipetista.

Duas hipóteses norteiam o estudo: a primeira é a de que o antipetismo pode ser explicado por uma avaliação negativa do eleitor sobre o governo petista em nível federal. A segunda hipótese é a de que se trata de um sujeito que nutre um sentimento positivo (possui alguma ou alta simpatia) em relação ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e, além disso, tem preferência partidária por esse partido.

O artigo está dividido em quatro partes, além desta introdutória. Na primeira, realizamos um breve resgate do tratamento da literatura sobre partidarismo, antipartidarismo e identidade partidária negativa. Na segunda, tratamos da trajetória das

¹ As constantes e crescentes denúncias de corrupção envolvendo integrantes do PT muito provavelmente engendram um efeito reativo no eleitor em relação à sigla. No entanto, essa conexão não será investigada neste artigo, uma vez que o questionário Eseb 2014 não contempla perguntas que nos permitam fazê-lo.

² Ver informações sobre o Eseb, sua amostra e período de realização em “Nota metodológica”, no Apêndice.

³ Os entrevistados receberam uma cartela com a lista dos partidos e responderam à seguinte pergunta: “Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) sr(a). pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, para cada partido que eu citar, gostaria que atribuísse uma nota de 0 a 10, sendo que **0 significa que o(a) sr(a). não gosta de jeito nenhum do partido** e **10 que o(a) sr(a). gosta muito**. Se eu falar o nome de um partido que o(a) sr(a). não conhece, apenas diga que não o conhece”.

⁴ Ver informações sobre o modelo no Apêndice, em “Nota metodológica”.

preferências partidárias no Brasil e de como o tema tem sido abordado. Na terceira parte, inicialmente traçamos o perfil dos eleitores antipartidários e antipetistas, observando suas bases socioeconômicas e regionais; em seguida analisamos a contribuição das variáveis selecionadas para a probabilidade de o eleitor ser antipetista. Na seção final, tecemos algumas considerações finais.

Preferência partidária, partidarismo, antipartidarismo e identidade partidária negativa

As análises da ciência política que tratam dos vínculos entre os eleitores e as organizações partidárias abarcam um leque multidimensional de investigações, que buscam identificar os determinantes da formação das preferências partidárias e do partidarismo (Campbell et al., 1960; Converse, 1964; Downs, 1957; Fiorina, 1981; Himmewit et al., 1981; Pomper, 1975; Popkin, 1994; Sartori, 1982). De acordo com Campbell et al. (1960), a identificação partidária tem profundo impacto no comportamento eleitoral ao moldar atitudes e valores dos indivíduos em relação aos elementos da política, estabelecer referências para a estruturação do voto, formação de opiniões e atitudes políticas, fomentando vínculos estáveis entre cidadãos e partidos políticos. Outros estudos apontam, ainda, que os partidos políticos podem atuar como incentivo à participação eleitoral e fornecer informações que funcionam como *atalhos* que traduzem o mundo da política para o cidadão comum (Dalton, McAllister e Wattenberg, 2002; Popkin, 1994).

Apesar de o conceito de identidade partidária e partidarismo ter sofrido algumas modificações e classificações na literatura especializada (Gimenes et al., 2016), partidarismo é entendido como um vínculo estável e consistente entre partidos e eleitores, que estabelece um padrão de referências que influencia e conforma não só o comportamento eleitoral, como também a orientação política dos eleitores em relação a temas como democracia, avaliação do governo e da economia. O eleitor partidário é aquele que não apenas manifesta uma preferência baseada em orientações fundamentadas por variáveis conjunturais, mas compreende o mundo da política de forma mais ampla e se identifica com os valores e orientações fornecidos pelo partido, que oferece instrumentos para que o eleitor se posicione diante de determinados *issues* ou temas da agenda pública. O partidarismo funciona como importante fenômeno de estruturação e predição das escolhas eleitorais e políticas enraizadas, sendo fundamental para fomentar a legitimidade do sistema político. As fontes e o processo de formação do partidarismo têm uma longa tradição de pesquisa na ciência política, porém, isso não será retomado aqui, pois foge ao escopo deste artigo (Greene, 1999; Scarrow, 2000, 2015a; Dalton, McAllister e Wattenberg, 2002, 2003; Pedersen, Scarrow e Van Haute, 2015).

Estudos mais recentes têm apontando para o declínio do partidarismo nas democracias mais longevas, detectando distintas configurações na relação entre partidos políticos e eleitores, observando reações e inovações nas estratégias adotadas pelos atores partidários diante da tendência geral de desalinhamento, tais como: *multi-speed memberships* e *lite membership*⁵ (Wattenberg, 2002; Scarrow, 2000, 2015a, 2015b; Norris, 2002; Dalton, McAllister e Wattenberg, 2003; Mair, 2003; Blais, 2013; Pedersen, Scarrow e Van Haute, 2015; Kosiara-Pedersen, Scarrow e Van Haute, 2015).

Três desdobramentos estão no centro do debate para o entendimento do fenômeno do desalinhamento partidário. Um diz respeito à avaliação de que essas transformações seriam uma crise da democracia representativa e o advento de uma nova formatação dos regimes democráticos, na qual os partidos não são o centro da formação da agenda pública e da organização das preferências eleitorais (Manin, 1995). Em uma linha mais extrema estão, ainda, as perspectivas que preveem a extinção dos partidos com as novas formas de ativismo e comunicação política (Whiteley, 2011).

O segundo, menos pessimista com relação ao diagnóstico, argumenta que o declínio dos níveis de identificação partidária teve como um de seus desdobramentos uma nova tipologia de partidos, o *cartel party*, mais centrada no Estado e no governo, com alto grau de esvaziamento de participação e incipiente envolvimento com o cidadão e os grupos sociais. A consequência principal dessa constatação não seria o desaparecimento das organizações, mas um remodelamento dessas instituições, que assumiriam, então, novas configurações (Katz e Mair, 1994; Norris, 2002; Schmitter, 2001; Mair, 2003).

O terceiro desdobramento trata mais especificamente das consequências da ascensão de novas formas de organização e ação política, de maneira a se destacarem modelos de democracia direta e novas tecnologias de comunicação que estariam se sobrepujando aos partidos (Deschouwer, 1996; Drucker, 1993; Lawson e Merkl, 1988; Torcal, Gunther e Montero, 2001). Outro resultado verificado é a ascensão de lideranças populistas (Baquero e Linhares, 2011; Lipow e Seyd, 1996) perante o vazio institucional.

Sob outra vertente situam-se análises que defendem a tese contrária ao diagnóstico do desalinhamento partidário. Os argumentos baseiam-se, por um lado, na

⁵ De acordo com Scarrow, diante do distanciamento dos cidadãos e da relutância em participar da política partidária, os partidos criam alternativas como *multi-speed memberships*, isto é, a utilização de meios eletrônicos (Twitter, Facebook, lista de e-mails) para estabelecer novos e rápidos vínculos com eleitores (e potenciais "apoiadores"). Ainda que sejam formas reconhecidamente frágeis, esses laços podem ser altamente valiosos para mobilizar apoios, votos, divulgação de mensagens dos partidos e realização de atividades partidárias tradicionais. A autora afirma que essa é uma ferramenta utilizada principalmente nos países em que há um acesso maior da população à internet. Ainda segundo Scarrow, os partidos têm buscado novas alternativas à filiação formal, como o registro de simpatizantes e filiações temporárias/experimentais. Essas opções têm uma variedade de formas e nomes, que a autora define como *lite membership*, na qual os partidos, a exemplo dos refrigerantes, prometem "o mesmo sabor a um custo menor" e se apresentam como se fossem *marcas* em disputa no mercado de eleitores. Sobre esses novos vínculos entre partidos e eleitores, ver Scarrow (2015a e 2015b).

fragilidade das pesquisas de opinião pública para a aferição consistente do fenômeno em tela (Schmitt, 1989; Zelle, 1995) e, por outro, nos questionamentos quanto à associação direta entre os altos índices de volatilidade e fragmentação partidária e o declínio dos laços partidários (Bartolini e Mair, 1990). Os fenômenos observados não teriam uma relação de causa e efeito necessária, sendo apressado estabelecer um nexos entre ambos de forma consistente. Ainda nessa linha são apresentados argumentos segundo os quais é necessário observar com atenção se a queda da identificação partidária não está associada ao surgimento de um novo eleitor independente, mais escolarizado e com baixo nível de identificação partidária, ou à eclosão do antipartidarismo, um fenômeno de outra natureza (Aarts, Blais e Schmitt, 2013; Keith et al. 1992).

Antipartidarismo e identidade partidária negativa

É preciso traçar uma fronteira clara entre o que define e caracteriza um eleitor que manifesta algum nível de preferência partidária daquele que rejeita de forma peremptória todos os partidos ou alguma legenda específica. Consideramos fundamental a necessidade de diferenciar a não existência de preferência, a indiferença, a avaliação negativa em relação aos partidos, a rejeição a todos ou somente a um partido político.

Sem dúvida, a primeira manifestação trata de um vazio não ocupado, expressando, preponderantemente, a perspectiva de um eleitor que estaria predisposto a se alinhar, mas, no quadro de oferta partidária existente, não se sente vinculado ou representado por nenhuma organização. Esse cidadão tende a concordar que os partidos são importantes para um sistema democrático e sua estabilidade. Já a indiferença reflete um posicionamento mais associado à apatia em relação à política ou de desencanto advindo de sentimentos de desconfiança em relação aos partidos enquanto representantes dos interesses da sociedade (Mair, 2003; Baquero e Linhares, 2011). Por sua vez, o eleitor que avalia negativamente os partidos não manifesta própria e necessariamente uma rejeição às organizações partidárias em geral; sua postura pode indicar a manifestação de uma discordância ou avaliação negativa em relação à atuação partidária.

A literatura tem se esforçado nos últimos anos em construir de forma mais precisa tipologias referentes ao antipartidarismo e à identidade partidária negativa com a preocupação de desenvolver um instrumental capaz de observar as especificidades e variações que se manifestam nos fenômenos. Poguntke e Scarrow (1996, p. 259) definem, de forma apropriada, o antipartidarismo como um “desafeto em relação aos partidos, inclusive sua contestação”. Os autores estabelecem gradações na manifestação desse fenômeno; em uma versão mais extremada estaria o antipartidarismo cultural, caracterizado por um ataque ao princípio segundo o qual a boa política necessita do papel intermediador e competitivo desempenhado pelos partidos políticos e pelas elites

políticas, refletindo uma insatisfação sedimentada e difusa. Por outro lado, existiria também um antipartidarismo reativo, que utiliza argumentos mais moderados, aceita o papel mediador e de representação exercido pelos partidos políticos, no entanto, critica sua atuação em determinada conjuntura política. Ademais, os autores ainda chamam atenção para o uso de uma forma mais estendida e controversa do conceito de política antipartido para incluir ataques em relação a um partido específico, referindo-se a um contexto de proibição de partidos que supostamente ameacem a estabilidade democrática (1996, p. 258). Os autores destacam esse tipo, mas sem se ater conceitualmente ao constructo que diz respeito a essa manifestação, e não consideram a possibilidade de que a rejeição específica a somente um partido também poderia estar presente em relação a partidos que não refutam ou ameaçam a estabilidade democrática de um sistema político.

De forma semelhante a Poguntke e Scarrow (1996), Torcal, Gunther e Montero (2001) apontam duas formas de antipartidarismo com a preocupação de observar as distinções do fenômeno e também detectar seus impactos diferenciados no comportamento político. O antipartidarismo cultural é caracterizado por se fundamentar em uma existência de longo tempo, advinda de trajetórias políticas com regimes autoritários ou pseudodemocracias, instabilidade política e experiências com tradição de eleições não competitivas. Por sua vez, o antipartidarismo reativo está relacionado à insatisfação do cidadão em relação ao desempenho das elites partidárias e instituições.

É preciso também considerar que fatores específicos formatam sentimentos e características de antipartidarismos distintos. Escândalos, corrupção, avaliação de governo, mudanças sociais advindas de processos de modernização, reconfigurações na relação dos partidos com a sociedade são variáveis que impactam e interagem concomitantemente. A combinação de fatores estáticos sustentados por uma tradição cultural com partidos frágeis, pouco enraizados e afeitos a serem rejeitados com variáveis dinâmicas conjunturais impacta na construção do fenômeno que estamos analisando.

Um campo a ser desvendado e que ainda necessita de maior precisão conceitual é o que se refere à identidade partidária negativa, isto é, a decisão de nunca votar ou rejeitar radicalmente um determinado partido. Alguns autores têm apontado que a identidade partidária negativa é uma variável importante na estruturação da identidade política e no comportamento eleitoral (Rose e Mishler, 1998; Medeiros e Noël, 2014; Samuels e Zucco, 2015)⁶. Esse fenômeno tem sido pouco analisado e há uma agenda de pesquisa com muitas fronteiras a serem desbravadas, que vão desde esforços na construção da definição do conceito e da caracterização do fenômeno que possibilitem

⁶ Agradecemos a Samuels e Zucco por nos possibilitar acesso ao trabalho apresentado na APSA (American Political Science Association) 2015.

perspectivas de estudos comparados até a busca de fatores que o determinam, bem como quais os seus impactos no sistema político (Kestilä-Kekkonen, 2009; Ribeiro, Yan e Borba, 2011; Ignazi, 2014; Teixeira, Tsatsanis e Belchior, 2014).

Recentemente Medeiros e Noël (2014) afirmaram que as avaliações negativas têm sido largamente negligenciadas pelos cientistas políticos e constituem um lado esquecido do partidarismo e que ainda sabemos pouco sobre o tema. No entanto, argumentam que a identidade negativa pode revelar-se mais poderosa que a positiva, uma vez que as pessoas tendem a dar maior peso às más experiências que às boas. A identidade partidária negativa e o compromisso de longo prazo de nunca votar em um determinado partido são elementos importantes para explicar o comportamento e os resultados eleitorais. Em um modelo de predição de intenção em quatro democracias anglo-saxônicas, os autores concluem que identidade partidária negativa aumenta consideravelmente o poder explicativo da equação, em suma é uma variável que desempenha um papel central.

Rose e Mishler (1998, p. 223) inovam ao propor uma classificação de tipos de partidarismos, possibilitando não somente observar as suas várias nuances, mas também ofertar um instrumental que permita detectar de forma mais precisa um fenômeno que vem crescendo nas democracias contemporâneas. Sendo assim, são apresentados quatro tipos de partidarismo: a) "o partidarismo negativo", em que o eleitor afirma jamais votar em um determinado partido sem no entanto apresentar uma identidade partidária positiva; b) "o partidarismo fechado", que manifesta uma polarização nós x eles, em que o eleitor apresenta simultaneamente uma identidade partidária positiva e negativa; c) o "partidarismo apático", que situa um eleitor sem identidades positivas ou negativas; d) o "partidarismo aberto", que caracteriza um eleitor comprometido com uma visão positiva de partido político e que não se identifica com um partido em que nunca votaria.

Com uma preocupação de observar de forma mais específica o antipetismo, Samuels e Zucco (2015), ao se debruçarem com as múltiplas facetas do antipartidarismo e suas fronteiras tênues, optam por fazer uma distinção entre os eleitores "antipartidários" e os "antipartidários puros", sendo esse último o correspondente ao conceito *standard* de "antipartidário", a saber, aqueles que rejeitam igualmente todos os partidos. Essa distinção ganha importância na medida em que o conceito-padrão de "antipartidário" oblitera uma diferença fenomênica que eles pretendem investigar, que é o antipetismo em dois grupos, os que têm uma preferência partidária (partidários) e os que são "antipartidários puros". Por outro lado, e para complementar a distinção proposta, formulam uma distinção subjacente que ajuda a identificar os "antipetistas não puros" (expressão nossa), que possuem preferências partidárias específicas e indicam rejeição absoluta (em quem nunca votariam), e os "antipetistas puros", que são aqueles pertencentes ao grupo dos "antipartidários puros".

O eleitor brasileiro: preferência partidária e partidarismo

Os estudos sobre a preferência partidária no período pós-transição democrática analisam as várias dimensões do fenômeno e uma delas se concentra na dinâmica e na evolução da preferência partidária, com a preocupação de avaliar as variáveis que causam o seu declínio. Alguns procuram compreender a lógica e a decisão do voto a partir da preferência partidária e a influência de variáveis socioeconômicas. Outros estudos tentam não somente avaliar a capacidade dos partidos em manter laços estáveis com o eleitorado, mas também detectar seu “conteúdo” associado a comportamentos, atitudes e ideologia. No que diz respeito ao debate sobre as causas dos baixos percentuais de preferência partidária, uma gama de variáveis são destacadas pelos investigadores, tais como especificidades do sistema político-partidário e da cultura política brasileira, afora a tendência geral, constatada em outros países, de desalinhamento partidário e arrefecimento dos vínculos entre os eleitores e as agremiações partidárias (Balbachewsky, 1992; Balbachewsky e Holzacker, 2004; Carreirão, 2008; Carreirão e Kinzo, 2004; Kinzo, 1992, 2005; Lavareda, 1989; Silveira, 1998; Singer, 2000; Paiva, Braga e Pimentel Jr., 2007; Paiva e Tarouco, 2011; Veiga, 2007; Gimenes et al., 2016).

Singer (2000), analisando as duas primeiras eleições presidenciais após a redemocratização, conclui que a preferência partidária constitui uma variável estruturante da decisão do voto. A partir de um *survey* em que o entrevistado se autolocaliza na escala esquerda-direita, o autor chega a resultados que corroboram a tese da capacidade preditiva da preferência partidária nas razões do voto. Carreirão e Kinzo (2004) observam com resistência as conclusões de Singer (2000) e argumentam que os achados devem ser vistos com parcimônia, pois a predição da preferência partidária na decisão do voto se baseia somente no universo daqueles que manifestaram ter um partido preferido. Os autores (2004, p. 139) salientam que os coeficientes observados por Singer “não medem a relação direta entre preferência partidária e intenção de voto, mas a relação entre posicionamento ideológico dos partidos e a decisão do voto nos candidatos”. Apesar das ressalvas, eles chegam à conclusão de que a preferência partidária não é uma variável a ser desconsiderada na formatação da decisão do voto (p. 160).

Também nesse sentido, Paiva, Braga e Pimentel Jr. (2007) ressaltam que, mesmo havendo diminuição da preferência partidária no período compreendido entre as eleições de 2002 e 2006, há um percentual que não pode ser desprezado. De acordo com os autores, “no Brasil existe uma parcela do eleitorado que é influenciada pelos partidos em sua decisão na hora de votar, o que demonstra que eles, em alguma medida,

contribuem para estruturar o voto⁷. Veiga (2007) chega a conclusões semelhantes no que diz respeito aos percentuais significativos de eleitores com preferência partidária e observa uma redução do nível de escolaridade destes⁸.

No entanto, há uma dimensão, demonstrada nos trabalhos de Veiga (2007), Martins Jr. (2009) e Venturi (2010), que reforça a tese da fragilidade e instabilidade dos laços estabelecidos com as legendas e indica não haver, de forma expressiva, o que na literatura se identifica como partidarismo. Veiga (2007), ao comparar os eleitores que manifestaram preferência partidária, detecta alterações significativas em curto espaço de tempo. Os eleitores com maior renda e que afirmaram ter preferência partidária se concentraram, em 2002, no PT e no PSDB e menos no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), com mudanças de perfil em 2006, quando aqueles que indicaram preferência pelo PT tinham renda menor; já em relação àquele eleitor que se identificou com o PMDB a tendência foi inversa. Martins Jr. (2009) reforça o perfil da instabilidade de laços partidários e aponta mudanças na composição social da base das preferências partidárias no Brasil. O autor observa, comparativamente, as bases socioeconômicas do voto do PT nas eleições presidenciais de 2002 e 2006 e diagnostica alterações substantivas:

Até 2002, o partido obtinha melhores chances entre os mais jovens, os mais escolarizados, os pertencentes à população economicamente ativa (PEA), na região Sul e nas capitais e regiões metropolitanas. Na eleição de 2006, essas chances invertem-se e o partido passa a obter melhores resultados entre os mais velhos, os menos escolarizados, os que estão fora da PEA, fora da região Sul e fora das capitais e regiões metropolitanas. Isso significa que ocorreu uma transformação profunda na base de apoio socioeconômico do partido quando este se tornou governo (Martins Jr., 2009, p. 90).

Venturi (2010), por sua vez, ao analisar especificamente a evolução da preferência partidária do PT desde os anos 1980, observa que alterações significativas foram apresentadas no perfil do eleitor que manifesta preferência pelo partido. A legenda ampliou sua base eleitoral e modificou sua configuração, antes concentrada em jovens, bem como alterou sua concentração regional e atingiu setores populares.

A partir dos resultados do Eseb 2010, Paiva e Tarouco (2011) apontam que PT, PSDB e PMDB concentram quase a totalidade das preferências dos entrevistados, com grande vantagem para o primeiro, com 58%, enquanto PMDB e PSDB alcançam, respectivamente, 10,9% e 16,3%. Todavia, chama a atenção o percentual bastante

⁷ Os autores destacam a análise nas perguntas "Algum partido político representa a sua maneira de pensar?", "Gosta de algum partido político?", mas não avaliam essas respostas na decisão de voto em si.

⁸ Os estudos de Paiva, Braga e Pimentel Jr. (2007) e Veiga (2007) analisam os resultados do Eseb 2006.

significativo daqueles que declaram não gostar de qualquer partido, mais da metade: 52,4%.

Os dados analisados por Moisés e Carneiro (2014) também apontam para um cenário pouco promissor de adesão dos brasileiros aos partidos políticos. Entre 2006 e 2014, o percentual de entrevistados que afirmaram não confiar nos partidos políticos subiu de 36,6% para 46%. Ainda de acordo com os autores, a grande maioria dos brasileiros, 77%, afirmou não se sentir próximo a nenhum partido político. As tendências antes mencionadas corroboram com a tese de laços frágeis do eleitor com as agremiações partidárias. Elas não só indicam instabilidade nas preferências de alguns dos principais partidos brasileiros nas três últimas décadas como também a desconfiança do eleitorado em relação aos partidos, um ambiente aberto e receptivo para fomentar o antipartidarismo.

Antipartidarismo e antipetismo no Brasil

Há uma considerável produção acadêmica que aponta o distanciamento entre partidos políticos e eleitores no Brasil. Em geral, os estudos destacam os baixos níveis de preferência partidária e/ou de confiança nos partidos políticos (Balbachevsky, 1992; Balbachevsky e Holzhacker, 2004; Baquero e Linhares, 2011; Kinzo, 2005; Mainwaring, 1999; Moisés e Carneiro, 2014; Paiva, Braga e Pimentel Jr., 2007; Samuels, 2006; Veiga, 2007).

Os dados do Eseb (ver Tabela 1) permitem afirmar que mais da metade dos brasileiros não se sente representada pelos partidos políticos e mostram que, com exceção de 2010, essa percepção é crescente, chegando a 71,9% em 2014. A ausência de laços partidários caminha na mesma direção, salvo em 2010 (47,7%), haja vista que pelo menos a metade não se sente próxima ou afirma ter algum “gosto” pelos partidos, chegando a 71% em 2014.

Tabela 1
Partidos e eleitores no Brasil (%)⁹

Algum partido político representa sua maneira de pensar?					Gosta de algum partido político mais que dos outros?				
	2002	2006	2010	2014		2002	2006	2010	2014
Não	56,0	67,0	39,2	71,9	Não	50,0	64,0	47,7	71,0
Sim	39,0	28,0	57,9	21,8	Sim	48,0	33,0	51,7	26,3
NS/NR	5,0	5,0	2,9	6,3	NS/NR	2,0	3,0	0,6	2,7

Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

⁹ Os entrevistados responderam às seguintes perguntas (em todas as edições do Eseb): “Algum partido político representa a sua maneira de pensar?”, “Existe algum partido político que goste mais que os outros?”. A primeira mensurou a preferência partidária (coluna à esquerda) e a segunda, o “gosto” partidário (coluna à direita).

As quatro ondas do Eseb indicam que existe terreno fértil para a proliferação do antipartidarismo e partidarismo negativo no país, fenômeno que não tem sido analisado de forma mais detalhada ou exaustiva pela literatura, que, em geral, destaca apenas as baixas taxas de preferência partidária e o distanciamento entre partidos e eleitorado.

Telles¹⁰ (2015a, 2015b), ao investigar o tema, afirma que pesquisas de opinião pública mais recentes têm demonstrado uma atitude crítica dos brasileiros em relação à função e à atuação dos partidos políticos, resultando em insatisfação com a política. O resultado é a emergência de um antipartidarismo reativo, isto é, um *gap* entre a inconsistência das promessas dos partidos políticos e a grande expectativa dos cidadãos em relação à eficácia das instituições e das elites partidárias.

Embora o PT e/ou o petismo, em suas diferentes dimensões, tenha sido objeto de um número expressivo de estudos desde a sua fundação em 1980 (Amaral, 2010; César, 2002; Keck, 1992; Hunter, 2007; Lacerda, 2002; Meneguello, 1989; Ribeiro, 2009; Samuels, 2004, 2008; Samuels e Zucco, 2014; Venturi, 2010; Villa et al., 2009), ainda há uma lacuna na literatura em relação ao eleitor que rejeita o partido, o antipetista.

A existência de um sentimento antipetista se torna ainda mais interessante como tema de investigação se considerarmos que, em todas as edições do Eseb (2002, 2006, 2010), o partido aparece em primeiro lugar na escala de sentimentos partidários, em termos de apelo efetivo positivo (Braga e Pimentel Jr., 2011; Paiva, Braga e Pimentel Jr., 2007; Paiva e Tarouco, 2011). Conforme afirmam Braga e Pimentel Jr. (2011), nas questões que visavam medir o nível do partidarismo no Brasil, o PT alcançou níveis mais expressivos que as demais legendas (com destaque para aquelas mais conhecidas – PSDB, PMDB e DEM (Democratas)), o mesmo fato pôde ser verificado em 2014. Contudo, uma ressalva a ser feita é que os níveis de preferência partidária em geral são baixos, como pudemos constatar na Tabela 1.

Perfil dos eleitores antipetista e antipartidário

Ao analisarmos os dados da pergunta que procura medir o nível de partidarismo ou antipartidarismo em relação a alguns partidos políticos¹¹, há duas informações que sobressaem: a primeira, conforme já adiantamos na seção “Antipartidarismo e antipetismo no Brasil”, é a de que o PT detém o maior índice de partidarismo (13,5%), muito superior ao partido que vem em segundo lugar, PSDB, com 5,1%. A segunda se

¹⁰ Agradecemos a Helcimara Telles pelas contribuições na discussão da definição do eleitor antipetista por nós investigado.

¹¹ Os entrevistados receberam uma cartela com a lista dos partidos e responderam à seguinte pergunta: “Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) sr(a). pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, para cada partido que eu citar, gostaria que atribísse uma nota de 0 a 10, sendo que 0 significa que o(a) sr(a). não gosta de jeito nenhum do partido e 10 que o(a) sr(a). gosta muito. Se eu falar o nome de um partido que o(a) sr(a). não conhece, apenas diga que não o conhece”.

refere ao fato de o percentual de rejeição ao PT não ser uma exclusividade dessa legenda, ao contrário, é muito significativo que o percentual de rejeição manifestado em relação ao partido também se apresente de forma muito semelhante em relação aos outros partidos importantes no cenário político brasileiro. Ou seja, parte significativa dos entrevistados apresentou, concomitantemente, rejeição a vários partidos. Isso sem dúvida diz respeito ao fenômeno do antipartidarismo.

Tabela 2
Rejeição e identificação em relação aos principais partidos

	Não gosta de jeito nenhum (00)		Gosta muito (10)		Não conhece	
	N	%	N	%	N	%
DEM	498	19,9	25	1,0	729	29,1
PSC	500	19,9	19	0,8	752	30,0
PSOL	493	19,7	27	1,1	537	21,4
PR	487	19,4	17	0,7	778	31,1
PT	482	19,2	338	13,5	97	3,9
PSD	477	19,0	27	1,1	711	28,4
PTB	472	18,8	30	1,2	573	22,9
PDT	467	18,7	31	1,2	510	20,4
PV	451	18,0	35	1,4	515	20,6
PMDB	446	17,8	83	3,3	225	9,0
PSB	444	17,7	32	1,3	601	24,0
PSDB	438	17,5	128	5,1	260	10,4

Fonte: Elaboração própria com base no Eseb 2014. N = 2506.

Nota: As linhas não somam 100% porque as respostas de notas de 1 a 9, NS e NR foram omitidas.

Com base nesses dados poderíamos argumentar, apressadamente, que, tendo em vista serem os percentuais de rejeição de todos os partidos muito parecidos, não existiria um antipetismo, mas um antipartidarismo por parte dos eleitores brasileiros. Ocorre que, ao analisarmos a amostra de eleitores que responderam não gostar de jeito nenhum do PT (N = 482)¹² em relação aos demais partidos, vemos que boa parte dela (de 50% a 61,6%, conforme o partido – ver Tabela 3) também rejeita as outras legendas, mas resta uma parcela que rejeita exclusivamente o PT. Portanto, existe um antipartidarismo generalizado, mas há também uma rejeição voltada especificamente ao PT, o antipetismo, já que uma parte considerável dos eleitores respondeu não gostar de jeito nenhum apenas desse partido.

¹² Neste artigo, estamos interessadas naquele eleitor que rejeita radicalmente o PT (que lhe deu nota 0), por isso não agregamos os eleitores que atribuíram notas de 1 a 3 – que representariam uma variação entre maior e menor rejeição ao partido – à análise.

Tabela 3
Rejeição e identificação do eleitor antipetista em relação aos demais partidos

	Não gosta de jeito nenhum (00)		Gosta muito (10)		Não conhece	
	N	%	N	%	N	%
PSOL	297	61,6	4	0,8	51	10,6
PTB	296	61,4	4	0,8	56	11,6
PDT	291	60,5	3	0,6	49	10,2
PSC	284	59,0	2	0,4	87	18,1
PMDB	283	58,8	17	3,5	11	2,3
PSB	282	58,6	6	1,2	59	12,3
DEM	281	58,5	4	0,8	83	17,3
PV	282	58,4	5	1,0	38	7,9
PR	281	58,3	1	0,2	93	19,3
PSD	278	57,8	4	0,8	77	16,0
PSDB	241	50,0	48	10,0	9	1,9

Fonte: Elaboração própria com base no Eseb 2014. N = 482.

Nota: As linhas não somam 100% porque as respostas de notas 1 a 9, NS e NR foram omitidas.

Conforme ficou evidente pela discussão acima, a amostra formada pelos eleitores que responderam não gostar de jeito nenhum do PT (N = 482), atribuindo-lhe nota 0, não é composta exclusivamente por antipetistas, mas também por aqueles que rejeitam todos os partidos indistintamente, os antipartidários. Considerando que o nosso interesse é, especificamente, o eleitor antipetista, optamos por isolá-lo do antipartidário. Para tanto, dividimos a amostra de 482 respondentes que atribuíram nota 0 ao PT através da diferenciação das respostas e, por esse intermédio, criamos outras duas variáveis, com base nos seguintes critérios: (a) eleitor antipetista – aquele que atribuiu nota 0 somente ao PT e notas diferentes de 0 aos outros partidos (ou ainda, respondeu não conhecer os demais partidos ou não saber que nota conceder-lhes ou preferiu não responder sobre eles, mas para o PT conferiu nota 0); (b) eleitor antipartidário – aquele que atribuiu nota 0 a todos os partidos (ou que deu nota 0 ao PT e a alguns partidos e, para os outros, respondeu não conhecê-los ou não saber que nota atribuir-lhes ou preferiu não responder sobre eles)¹³. Com isso, obtivemos a variável denominada “antipetistas”, com

¹³ Eleitor antipartidário que atribuiu 0 ao PT e a alguns partidos e 96 (não conhece), 98 (não sabe) e 99 (não respondeu) aos demais.

Ex.:

Q9a:	Q9b:	Q9c:	Q9d:	Q9e:	Q9f:	Q9g:	Q9h:	Q9i:	Q9j:	Q9k:	Q9l:
PT	PMDB	PDT	PTB	PSDB	PV	DEM	PSOL	PSB	PR	PSC	PSD
0	0	0	0	0	0	98	96	0	96	96	96

N = 268, e a variável “antipartidários”, com N = 214. O refinamento das respostas mostrou-se uma opção acertada, pois, conforme demonstramos na sequência do trabalho, antipetistas e antipartidários são dois grupos diferentes demograficamente. Conseqüentemente, se tivéssemos classificado todos os 482 respondentes que atribuíram nota 0 ao PT como sendo antipetistas e, por conta disso, os tivéssemos considerado sujeitos semelhantes entre si, visto serem pertencentes a uma mesma categoria de resposta, teríamos incluído muito mais erros na análise do perfil do antipetista.

Para traçar o perfil do antipetista, selecionamos variáveis sociodemográficas e aquelas que permitiam mensurar, direta ou indiretamente, a preferência partidária do eleitor e, ainda, aquelas relativas à avaliação do governo e à avaliação retrospectiva e prospectiva da economia. Um grande número de questões da pesquisa Eseb 2014 foi testado, porém, apresentamos, na continuidade do trabalho, apenas aquelas que tiveram significância estatística.

Começando pelas variáveis sociodemográficas, a maioria dos antipetistas se identifica como branco (52%), apresentando uma diferença significativa quando comparamos com a amostra total pesquisada (N = 2.506, branco 39,1%). Já entre os antipartidários, a maioria se identifica como preto ou pardo (60,3%), não se distinguindo de forma significativa do padrão da amostra total pesquisada (57,8%).

Os antipetistas têm maior escolarização, pois a maioria deles (58,2%) possui pelo menos ensino médio completo. Destaca-se o fato de haver muito mais antipetistas com grau elevado de escolaridade (ensino superior completo, pós-graduação ou mais) do que entre o total de eleitores entrevistados. Entre os antipartidários, a maioria (54,8%) possui menor escolaridade, no máximo ensino médio incompleto.

Tabela 4
Escolaridade dos eleitores antipetistas e antipartidários

	Antipetistas		Antipartidários		Total de entrevistados	
	N	%	N	%	N	%
Analfabeto / Nunca frequentou a escola	6	2,1	10	4,8	106	4,2
Ensino fundamental incompleto	54	20,2	64	29,9	787	31,4
Ensino fundamental completo	29	10,7	27	12,5	303	12,1
Ensino médio incompleto	24	8,8	16	7,6	203	8,1
Ensino médio completo	81	30,3	57	26,6	675	26,9
Ensino superior incompleto ou especialização (técnico após o ensino médio)	28	10,5	23	10,8	203	8,1
Ensino superior completo ou pós-graduação ou mais	47	17,4	17	7,7	230	9,1
Total	268	100,0	214	100,0	2506	100,0

Fonte: Eseb, 2014.

No que diz respeito à renda familiar mensal, novamente, os antipetistas diferenciam-se da amostra total de entrevistados e dos antipartidários, pois estão mais concentrados nos segmentos de renda mais elevados (acima de cinco salários mínimos).

Já 68,6% dos antipartidários possuem renda familiar mensal de até cinco salários mínimos.

Tabela 5
Renda familiar mensal de antipetistas e antipartidários

	Antipetistas		Antipartidários		Total de entrevistados	
	N	%	N	%	N	%
Até R\$ 724,00 (até 1 salário mínimo - SM)	20	7,5	21	10,0	277	11,1
De R\$ 725,00 até R\$ 1.448,00 (mais de 1 até 2 SM)	51	19,0	54	25,3	601	24,0
De R\$ 1.449,00 até R\$ 3.620,00 (mais de 2 até 5 SM)	103	38,3	71	33,3	998	39,8
De R\$ 3.621,00 até R\$ 7.240,00 (mais de 5 até 10 SM)	44	16,4	21	9,9	249	9,9
De R\$ 7.241,00 a R\$ 10.860,00 (mais de 10 até 15 SM)	12	4,5	6	2,9	39	1,6
A partir de R\$ 10.861,00 (mais de 15 SM)	9	3,4	1	0,6	38	1,5
NS, NR e NSA	29	10,8	38	18,0	304	12,1
Total	268	100,0	214	100,0	2506	100,0

Fonte: Eseb, 2014.

Também há uma sobrerrepresentação dos antipetistas nas classes sociais “mais alta” (0,4%), “média alta” (8,2%) e “média média” (34,5%) do que na amostra total, cujos percentuais para essas classes são, respectivamente, 0,2%, 3,5% e 25%. Os dados do Eseb 2014 sobre o antipetista confirmam perfis semelhantes encontrados posteriormente por Telles (2015b) nos manifestantes que protestaram contra o governo em 2015.

Com relação à ocupação, chama a atenção o fato de que a maior parcela de antipetistas se classifica como patrão (8,6%), diferenciando-se da amostra geral de eleitores (4,8%); o índice cai para menos de 1% entre os antipartidários (0,7%). Ademais, os antipetistas são mais numerosos (40,6%) do que os antipartidários (35,7%) na categoria empregado e estes possuem maior quantidade de eleitores trabalhando por conta própria (41,1%) do que os antipetistas (28,4%). Enquanto entre os antipetistas há maior percentual de patrões do que na amostra total, entre os antipartidários há menor percentagem de empregados do que entre todos os entrevistados e maior índice de pessoas trabalhando como autônomas do que entre os respondentes da pesquisa, como já foi observado.

Outro dado relevante é que os antipetistas estão concentrados na região Sudeste, principalmente no estado de São Paulo, conforme demonstra a Tabela 6:

Tabela 6
Localização geográfica do antipetista e do antipartidário

		Antipetistas		Antipartidários		Total de entrevistados	
		N	%	N	%	N	%
Região	Norte	8	3,0%	34	15,9%	196	7,8%
	Nordeste	46	17,1%	66	30,9%	645	25,8%
	Centro-Oeste	15	5,6%	32	15,0%	196	7,7%
	Sudeste	156	58,3%	75	34,9%	1106	44,2%
	Sul	43	16,0%	7	3,3%	364	14,5%
	Total	268	100,0%	214	100,0%	2506	100%
Estado	RO, AC, AM, RR, PA, AP e TO	8	3,0%	34	15,9%	196	8,1%
	MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA	46	17,1%	66	30,9%	646	25,9%
	MS, MT, GO, DF	15	5,6%	32	15,0%	194	7,8%
	MG	28	10,4%	21	9,8%	266	10,6%
	ES	6	2,2%	1	0,5%	56	2,2%
	RJ	14	5,2%	13	6,1%	210	8,4%
	SP	108	40,4%	40	18,5%	574	22,9%
	PR	25	9,3%	4	1,9%	140	5,6%
	SC	5	1,9%	1	0,5%	84	3,4%
	RS	13	4,8%	2	0,9%	140	5,6%
	Total	268	100,0%	214	100,0%	2506	100%

Fonte: Eseb, 2014.

Pode-se destacar, então, a partir dos resultados apresentados, que o eleitor antipetista é predominantemente de cor branca, possui maior escolaridade e está em número superior ao dos demais eleitores nos estratos de maior renda familiar mensal, de camadas sociais mais elevadas e entre os empregadores. O antipetismo é um fenômeno, majoritariamente, da região Sudeste, principalmente paulista. Apesar de serem a região e o estado mais populosos do Brasil, mesmo assim o antipetismo tem maior peso nessa região do que ela própria em relação ao restante do Brasil.

Agora passamos a analisar as variáveis de medição direta e indireta da identificação partidária, ou preferência partidária. Conforme adiantamos na seção "Antipartidarismo e antipetismo no Brasil", em nosso país, em consonância com o restante do mundo, é baixo o nível de identificação partidária, fato corroborado pela grande quantidade de pessoas que responderam não existir algum partido político do qual goste mais, sendo esse índice de 57,1% entre os antipetistas e de 88,9% entre os antipartidários. No entanto, dos 41,5% dos antipetistas que dizem gostar mais de um determinado partido do que dos outros, 58,4% apontaram o PSDB como o de sua preferência e outros 19,9% indicaram o PMDB. Além disso, quando perguntados se gostam ou não do PSDB¹⁴, os antipetistas, em sua maioria (50,7%), atribuem-lhe notas

¹⁴ Os entrevistados receberam uma cartela com a lista dos partidos políticos e responderam à pergunta: "Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) sr(a). pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, para cada partido que eu citar, gostaria que atribuísse uma nota de 0 a 10, sendo que 0 significa

positivas (de 7 a 10), sendo que 17,9% destes dizem gostar muito desse partido (nota = 10). Em contrapartida, dentre os pouquíssimos eleitores antipartidários que afirmaram ter algum partido do qual goste mais (6,5%), a maioria (3,6%) indicou ser o PT esse partido.

Outro dado relevante que permite captar a preferência partidária do eleitor antipetista pelo PSDB é a sua aproximação ideológica com esse partido. Quando perguntados como se autocalizam no espectro ideológico esquerda-direita, 44,6% definem-se como de centro-direita ou direita. Além disso, 37,9% localizam o PSDB na posição ideológica de centro-direita ou direita e 50,7% consideram o PT como de esquerda ou de centro-esquerda. Portanto, pode-se dizer que o antipetista tem uma identificação ideológica com o PSDB e um antagonismo ideológico com o PT, segundo demonstra a Tabela 7. Esses dados apontam o que tem sido destacado em pesquisas posteriores aos protestos ocorridos em 2015 e 2016, uma polarização PT *versus* PSDB (Tatagiba, Trindade e Chaves Teixeira, 2015), que começou a partir das disputas das eleições nacionais protagonizadas por esses dois partidos desde 1994, disputa que foi ainda mais acirrada nas eleições presidenciais de 2014.

que o(a) sr(a). não gosta de jeito nenhum do partido e 10 que o(a) sr(a). gosta muito. Se eu falar o nome de um partido que o(a) sr(a). não conhece, apenas diga que não o conhece”.

Tabela 7
Autolocalização no espectro ideológico e localização dos partidos

		Antipetistas		Antipartidários	
		N	%	N	%
Autolocalização Esquerda ou Direita	0 – Esquerda	13	4,7	5	2,3
	1-4 – Centro-esquerda	12	4,4	15	7,2
	5 – Centro	30	11,1	14	6,6
	6-9 – Centro-direita	71	26,4	24	11,1
	10 – Direita	49	18,2	16	7,3
	Não sabe o que é esquerda e direita, não sabe ou não respondeu	94	35,2	140	65,4
	Total	268	100,0	214	100,0
Localização - Esquerda ou Direita: PSDB	0 – Esquerda	14	5,3	19	9,0
	1-4 – Centro-esquerda	20	7,5	14	6,5
	5 – Centro	21	7,7	3	1,6
	6-9 – Centro-direita	66	24,7	12	5,7
	10 – Direita	36	13,2	14	6,6
	Não conhece, não sabe, não respondeu ou não se aplica	111	41,5	151	70,5
	Total	268	100,0	214	100,0
Localização - Esquerda ou Direita: PT	0 – Esquerda	107	39,7	24	11,3
	1-4 – Centro-esquerda	29	11,0	15	6,9
	5 – Centro	8	2,9	6	2,8
	6-9 – Centro-direita	8	2,8	6	2,7
	10 – Direita	10	3,9	14	6,7
	Não conhece, não sabe, não respondeu ou não se aplica	107	39,7	149	69,6
	Total	268	100,0	214	100,0

Fonte: Eseb, 2014.

Não por acaso, os candidatos do PSDB nas eleições presidenciais de 2010 e de 2014 foram a escolha majoritária do eleitor antipetista, como se verifica na Tabela 8:

Tabela 8
Voto dos antipetistas e dos antipartidários nas eleições presidenciais de 2010 e 2014

	Antipetistas		Antipartidários		
	N	%	N	%	
Candidato em quem votou no 1º turno da eleição presidencial de 2014	Aécio Neves - PSDB	174	74,4	41	28,1
	Dilma Rousseff - PT	15	6,4	76	52,2
	Outro candidato	45	19,2	29	19,7
	Total	234	100,0	146	100,0
Candidato em quem votou no 2º turno da eleição presidencial de 2014	Aécio Neves - PSDB	216	92,1	63	41,8
	Dilma Rousseff - PT	19	7,9	88	58,2
	Total	234	100,0	152	100,0
Candidato em quem votou no 1º turno da eleição presidencial de 2010	Dilma Rousseff - PT	55	28,6	78	71,9
	José Serra - PSDB	103	53,0	19	17,8
	Outro candidato	36	18,4	11	10,2
	Total	194	100,0	108	100,0
Candidato em quem votou no 2º turno da eleição presidencial de 2010	Dilma Rousseff - PT	60	22,5	81	38,0
	José Serra - PSDB	138	51,5	27	12,7
	Branco, Nulo, Não Sabe, Não Respondeu ou Não se Aplica	70	26,0	105	49,2
	Total	268	100,0	214	100,0

Fonte: Eseb, 2014.

Também não é mera coincidência que, ao serem perguntados sobre o quanto gostam de alguns políticos¹⁵, os antipetistas não tenham demonstrado muito apreço pelos políticos em geral, mas, com relação ao senador Aécio Neves (PSDB), 73,6% declararam gostar ou gostar muito (notas de 7 a 10) e apenas 6,1% disseram não gostar de jeito nenhum. Entre os antipartidários ocorre o inverso: 41% responderam não gostar de jeito nenhum e somente 19,3% afirmaram gostar ou gostar muito. Em relação a Dilma Rousseff (PT), a maioria dos antipetistas (83,8%) respondeu não gostar de jeito nenhum ou não gostar (notas de 0 a 3) dela, sendo que a maior parcela (63,6%) a rejeita completamente. Novamente, há um posicionamento distinto dos antipartidários: esse índice de total rejeição a Dilma Rousseff (PT) cai para 30,6%, enquanto aqueles que gostam ou gostam muito dela (notas de 7 a 10) correspondem a 35,3%. No tocante aos demais políticos, os antipartidários compartilham com os antipetistas a rejeição generalizada a eles. A rejeição a um partido pode dar-se não apenas em decorrência da preferência partidária ou da aproximação ideológica, mas também pelas avaliações negativas do desempenho do governo e da conjuntura econômica. Por esse prisma, torna-se relevante analisar como antipetistas e antipartidários avaliam o governo do PT no Executivo federal e a economia sob sua administração.

¹⁵ “[...] Gostaria que o(a) sr(a). me dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar. Quero lembrar que 0 significa que o(a) sr(a). não gosta de jeito nenhum do político que vou mencionar e 10 que o(a) sr (a). gosta muito. [...]”.

Os antipetistas têm uma visão negativa da economia: 53,5% consideram que a situação econômica do país piorou em comparação com os últimos 12 meses e 51,6% creem ser muito provável ou provável que a renda familiar de seu domicílio seja reduzida nos 12 meses futuros. Em contrapartida, os eleitores antipartidários avaliam a economia do país de modo mais positivo: para a maioria deles (68,3%), a situação econômica do país melhorou ou continuou igual, comparada aos 12 meses progressos, e 42,1% deles não acreditam que sua renda será reduzida, contra apenas 33,8% que pensam ser provável ou muito improvável que ela sofra decréscimo.

Conforme demonstra a Tabela 9, na sequência, os antipetistas, maciçamente, têm uma avaliação negativa do governo da presidente Dilma Rousseff (PT). Impressionam as diferenças entre antipetistas e antipartidários em relação à avaliação do governo, visto que estes apresentam dados mais positivos. Antes de tirarmos qualquer conclusão a partir dessa variável, é preciso olhar a avaliação negativa do governo do PT com parcimônia, pois pode haver uma relação entre variáveis intervenientes. Isso significa dizer que, com as informações disponíveis, não é possível afirmar com segurança que o antipetista rejeita o PT porque está insatisfeito com o desempenho do governo ou porque é antagônico, ideológica ou pragmaticamente, a esse governo.

Tabela 9
Avaliação do governo Dilma Rousseff nos últimos quatro anos

	Antipetistas		Antipartidários	
	N	%	N	%
Ótimo ou Bom	22	8,2	77	36,1
Regular	54	20,0	73	34,3
Ruim ou Péssimo	190	70,9	61	28,4
Não Sabe, Não Respondeu ou Não se Aplica	3	0,9	3	1,2
Total	268	100,0	214	100,0

Fonte: Eseb, 2014.

Nesta subseção, além de descrevermos o perfil do eleitor antipetista, ainda demonstramos que o grupo de eleitores que responderam não gostar de jeito nenhum do PT são dois sujeitos distintos: os antipetistas e os antipartidários em geral diferenciam-se em muitas das variáveis analisadas. Na sequência, são testadas as nossas duas hipóteses, a partir da análise das variáveis *avaliação do governo Dilma* e *gosta do PSDB*, a fim de examinar os seus impactos sobre a probabilidade de o respondente ser identificado como antipetista. Também são explorados os efeitos de algumas variáveis sociodemográficas sobre a probabilidade de o eleitor ser ou não ser antipetista.

Determinantes do antipetismo

Nesta subseção¹⁶, analisamos o resultado do modelo de regressão logística ajustado com variáveis instrumentais (ver “Nota metodológica” no Apêndice), cuja finalidade foi estimar o impacto das variáveis *avaliação do governo Dilma* e *gosta do PSDB* sobre a probabilidade de um eleitor ser ou não ser identificado como antipetista.

Optamos por ajustar um modelo em dois estágios em função da relação de endogeneidade identificada para algumas das variáveis no modelo. Por exemplo, ser ou não ser antipetista pode exercer influência na avaliação que um eleitor realiza sobre o governo e vice-versa. O viés produzido por essa relação problemática pode ser tratado utilizando variáveis instrumentais (IV) para cada variável endógena incluída no modelo (Angrist e Pischke, 2008). Estratégias semelhantes também foram adotadas por Samuels e Zucco (2014).

Em modelos de múltiplos estágios com variáveis instrumentais, o primeiro objetivo é encontrar uma terceira variável, chamada de variável instrumental, que esteja correlacionada à variável explicativa endógena, mas que não esteja correlacionada com a variável resultado. O método consiste na utilização da variável adicional para estimar uma nova variável que substituirá a variável explicativa problemática no modelo. Portanto, a análise incorpora aspectos de um sistema de duas equações estimadas isoladamente, mas que o resultado final acaba incorporando as inter-relações entre as variáveis naquele sistema.

Em primeiro lugar, é preciso olhar os coeficientes estimados com cuidado. As variáveis instrumentais utilizadas para corrigir o viés nas variáveis endógenas podem ser consideradas instrumentos fracos. Isso significa que os instrumentos têm uma baixa correlação com as variáveis endógenas e que alguma correlação com a variável dependente não pode ser descartada; o que pode produzir uma variância nos coeficientes estimados relativamente larga (Bound, Jaeger e Baker, 1995). Todavia, a nossa aposta é de que o tratamento das variáveis endógenas produza mais benefícios do que um eventual declínio de precisão em seus coeficientes.

Foram ajustados vários modelos avaliando diferentes dimensões do sentimento antipetista. Nem todas as variáveis de interesse, contudo, foram mantidas no modelo, principalmente porque havia a necessidade de combater a sobreposição de efeitos, a multicolinearidade e a perda excessiva de graus de liberdade. O que poderia acabar inflando os erros residuais ao incluir parâmetros adicionais no modelo. Por esse motivo também a presente análise se concentra em explorar apenas os efeitos principais das

¹⁶ Agradecemos a contribuição de Max Stabile e a consultoria de Daniel Marcelino Silva na construção dos modelos estatísticos.

variáveis. A Tabela 10 apresenta os resultados do modelo ajustado para compreensão do sentimento antipetista:

Tabela 10
Coefficientes estimados para o sentimento antipetista

	Variável dependente			
	Antipetismo	Antipetismo	Antipetismo	Antipetismo
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
	<i>B</i> (EP)	<i>B</i> (EP)	<i>B</i> (EP)	<i>B</i> (EP)
Intercepto	-3.82 (0.55)***	-2.97 (0.45)***	-2.57 (0.14)***	-3.85 (0.51)***
Aval-Dilma-IV			-1.54 (0.26)***	-1.53 (0.26)***
Gosta-PSDB-IV			1.62 (0.19)***	1.58 (0.19)***
Gosta-Dilma-IV			-1.23 (0.33)***	-1.13 (0.34)***
Expectativa	0.13 (0.17)			
Democracia	-0.09 (0.09)			
Vota-PT	0.23 (0.37)			
Vota-PSDB	0.24 (0.21)			
Gosta-PSDB	0.23 (0.10)*			
Gosta-Aécio	0.35 (0.11)**			
Aval-Dilma	-0.39 (0.10)***			
Gosta-Dilma	-1.37 (0.14)***			
Variáveis de Controle				
Feminino	0.15 (0.17)	0.10 (0.16)		0.15 (0.18)
Idade	0.19 (0.09)*	0.02 (0.09)		0.07 (0.09)
Idade2	0.12 (0.08)	0.15 (0.08)		0.15 (0.08)
Cor	-0.03 (0.18)	-0.27 (0.17)		-0.07 (0.19)
Superior	0.33 (0.25)	0.48 (0.23)*		0.50 (0.26)*
Região-NE	0.28 (0.50)	0.27 (0.41)		0.60 (0.44)
Região-N	-0.25 (0.66)	-0.67 (0.56)		-0.46 (0.59)
Região-SE	0.14 (0.45)	0.42 (0.38)		0.49 (0.41)
Região-S	-0.14 (0.50)	0.61 (0.42)		0.54 (0.45)
Renda	0.31 (0.16)*	0.54 (0.14)***		0.49 (0.16)**



Variável dependente				
Estatísticas do ajuste dos modelos				
AIC	986.00	916.12	757.70	749.97
BIC	1089.88	976.27	779.57	826.51
Log Likelihood	-474.00	-447.06	-374.85	-360.98
Deviance	948.00	1035.49	878.72	846.83
McFadden	.37	.05	.20	.23
Num. obs.	1750	1750	1750	1750

Nota: As variáveis Aval-Dilma-IV, Gosta-PSDB-IV, Gosta-Dilma-IV são endógenas. Para a primeira, os instrumentos utilizados foram: Expectativa e Democracia. Para a segunda, os instrumentos foram: Gosta-Aécio e Vota-PSDB. Para a variável Gosta-Dilma-IV, o instrumento utilizado foi Vota-PT (ver detalhamento em "Nota metodológica", no Apêndice).

Significância: $p < 0.001$ (***), $p < 0.01$ (**), $p < 0.05$ (*).

Abreviações: EP – Erro-Padrão; AIC – Akaike Information Criterion; BIC – Bayesian Information Criterion.

O modelo 1 traz todas as variáveis, endógenas e instrumentais, usadas no delineamento dos demais modelos, e, portanto, não tenta corrigir as variáveis endógenas. Todas as variáveis entram juntas e ao mesmo tempo no modelo. O modelo 2 traz apenas as variáveis de controle sociodemográficas, permitindo uma comparação visual da significância estatística dessas covariáveis. O modelo 3 foi ajustado apenas com as variáveis explicativas endógenas, após o tratamento com as variáveis instrumentais. Por fim, o modelo 4 apresenta os coeficientes estimados dessas mesmas variáveis endógenas após o tratamento, mas também controlados pelas variáveis sociodemográficas; portanto, nosso modelo final.

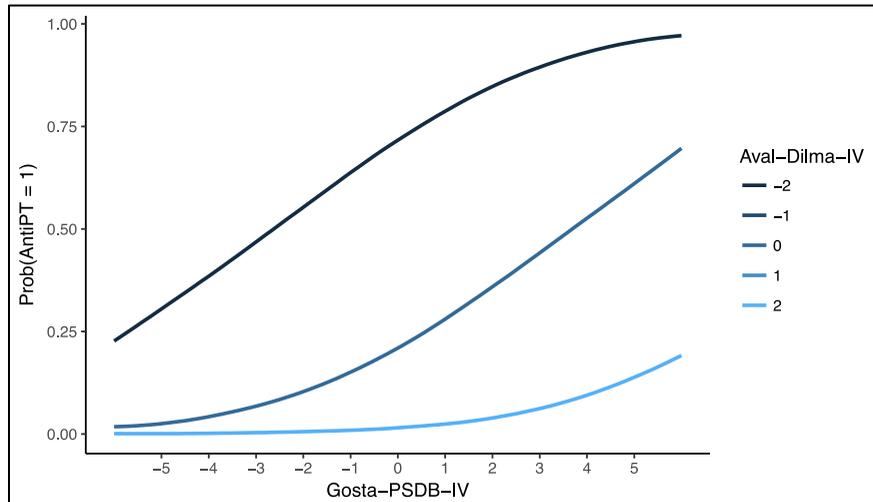
No que diz respeito ao ajuste global do modelo, embora o modelo 1 apresente um pseudo- R^2 maior (McFadden = 0.37) em comparação ao modelo com variáveis instrumentais (McFadden = 0.23), é preciso dizer que o principal objetivo dessa análise não é o de obter o maior R^2 , mas de estimar valores mais consistentes para as variáveis de interesse. Além disso, a discussão em torno dessa métrica, quando aplicada a modelos não lineares, tende a gerar mais confusão do que certezas, especialmente em leitores acostumados a interpretar o R^2 de regressões lineares, como se a única coisa importante num modelo fosse o montante de "variância explicada". Como apontam Hosmer e Lemeshow (2005, p. 167), valores de pseudo- R^2 baixos são a norma em modelos logísticos, motivo pelo qual os autores sugerem que essa métrica não devesse ser mencionada. Ainda assim, uma conclusão é possível olhando para esses números ao final da Tabela 10: as variáveis sociodemográficas explicam muito pouco a mudança na variável dependente (McFadden = 0.05). Já o modelo contendo as três variáveis endógenas explicaria quatro vezes mais que o modelo ajustado apenas com as variáveis sociodemográficas. Dentre estas, apenas Renda e Ensino Superior exercem algum efeito

estatisticamente significativo, indicando que o eleitor com renda familiar mensal acima de cinco salários mínimos e com a escolaridade mínima de Ensino Superior possui mais chance de ser antipetista do que aquele com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos e com a escolaridade máxima de Ensino Médio. Outras estatísticas também sugerem que o modelo 4 é o melhor modelo na Tabela 10, uma vez que modelos com menor valor para AIC (Akaike Information Criterion), BIC (Bayesian Information Criterion) e Deviance, em geral, são preferidos.

No tocante aos principais resultados encontrados, a análise dos coeficientes demonstra que todos eles apresentam os sinais nas direções previstas. Portanto, não há efeitos inesperados ou contraintuitivos produzidos pelo arranjo das variáveis na regressão.

O coeficiente estimado para a variável Aval-Dilma-IV indica que quem avalia negativamente o governo Dilma – dadas a expectativa do eleitor de que a sua renda familiar seja reduzida nos próximos 12 meses e a avaliação que ele faz do funcionamento da democracia no país – aumenta as chances de ser antipetista em comparação àquele que avalia positivamente o desempenho do governo. Dito de outra forma, quanto mais positivamente o eleitor avalia o desempenho do governo Dilma, menor é a chance de esse eleitor ser identificado como antipetista. O Gráfico 1 fornece uma interpretação visual dessa relação para alguns níveis de avaliação do governo Dilma (Aval-Dilma-IV). Na Tabela 10, os valores estão em escala logarítmica, mas se convertidos para a escala exponencial para refletir a razão de chances ($\text{Exp}(B)$), o valor estimado é de 0.20, significando que, para cada alteração de unidade na escala, as chances proporcionais de o respondente ser identificado como antipetista aumentam 0.20 vez. Embora esse valor pareça pequeno, a diferença entre um eleitor que avalia o governo Dilma como péssimo (-2) para um outro que o avalia como ótimo (+2) é de aproximadamente: $(-1.533 - 1) \times 100\% = 458\%$, dado que as demais variáveis permaneçam constantes. Uma diferença não tão pequena, afinal.

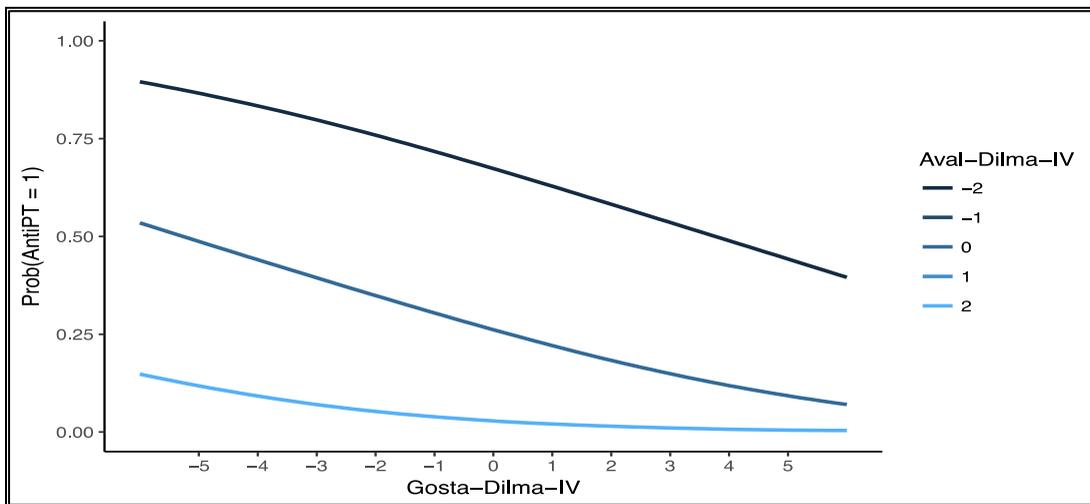
Gráfico 1
Probabilidade de ser antipetista conforme a avaliação do governo Dilma e o sentimento em relação a Dilma



Além de demonstrar que quem avalia o governo Dilma como ótimo (linha inferior, próxima ao eixo x) tem pouquíssimas chances de ser antipetista – sendo 0.00 a 0.50 igual à probabilidade de não ser antipetista e 0.51 a 1.00 igual à probabilidade de ser antipetista –, os valores estimados também atestam que quem respondeu não gostar de jeito nenhum de Dilma (-5) tem maiores chances de ser antipetista (resultados próximos ao eixo y para todas as linhas), chances essas que aumentam conforme a avaliação do governo Dilma torna-se mais negativa (linha superior, mais afastada do eixo x).

O coeficiente estimado para a variável Gosta-PSDB-IV corrobora que aquele eleitor que expressa alguma ou alta simpatia pelo PSDB – dado que também gosta de Aécio Neves e que votou nos candidatos do PSDB à presidência nas eleições de 2010 e 2014 – possui 4.9 (valor convertido para a escala exponencial) vezes mais chances de ser antipetista do que aquele que expressa baixa ou nenhuma simpatia pelo partido, por Aécio Neves e não votou nos candidatos apresentados pelo PSDB nos dois turnos das eleições presidenciais de 2010 e 2014. A relação entre gostar do PSDB e a probabilidade de ser antipetista fica mais clara olhando o Gráfico 2:

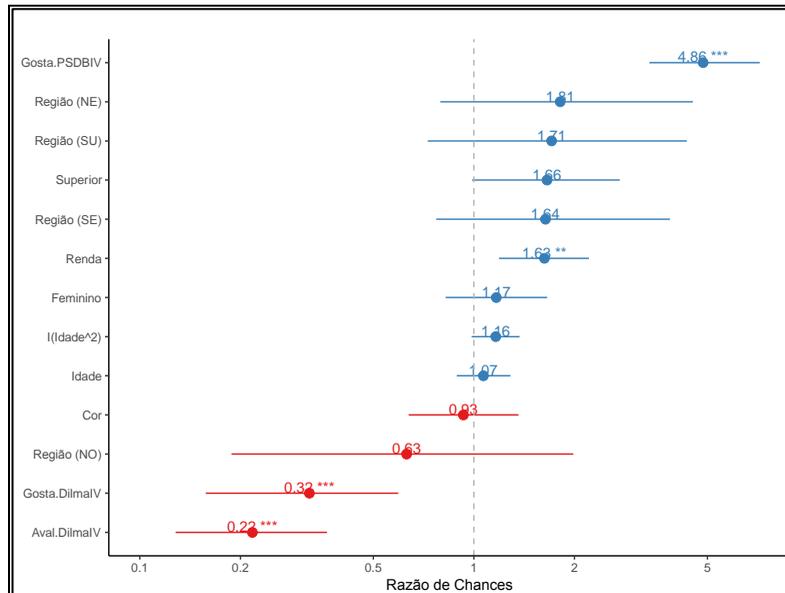
Gráfico 2
Probabilidade de ser antipetista conforme o sentimento em relação ao PSDB e a avaliação do governo Dilma



O Gráfico 2 demonstra que, conforme aumenta o sentimento positivo do eleitor em relação ao PSDB (sendo +5 = gosta muito), crescem também as chances de ele ser antipetista e, quanto mais negativa é a sua avaliação acerca do governo Dilma, maior é a probabilidade de ele ser antipetista.

Ressaltamos, ainda, que a variável gosta do PSDB (Gosta-PSDB-IV) contém uma dispersão dos erros padronizados menor que a variação encontrada para o efeito da avaliação do governo, de modo que o seu impacto parece ser mais preciso entre os eleitores que o encontrado para a variável anterior (Aval-Dilma-IV), conforme ilustra o Gráfico 3:

Gráfico 3
Coefficientes estimados convertidos para a escala exponencial (Exp(B))



A terceira variável endógena relacionada com o antipetismo e considerada na análise é o sentimento em relação a Dilma Rousseff (Gosta-Dilma-IV). O sinal negativo do coeficiente sugere que eleitores que declaram gostar de Dilma apresentam 0.31 menos chances de serem identificados como antipetista do que aqueles que respondem não gostar de jeito nenhum. Mais uma vez, se considerada a escala de 11 pontos para essa variável, as chances de um eleitor que declarou “não gosto de jeito nenhum” de Dilma (-5) ser identificado como antipetista, em relação a um outro que disse “gostar muito” (+5), são bem maiores: $(-1.1310 - 1) \times 100\% = 439\%$.

Os resultados apresentados, portanto, confirmam as nossas hipóteses, de que o antipetista é o eleitor que avalia negativamente o governo da presidente Dilma Rousseff e que possui algum sentimento positivo pelo PSDB (gosta ou gosta muito do partido), além de demonstrar preferência política pelos candidatos desse partido.

Considerações finais

É preciso lembrar, novamente, que tanto a rejeição a todos os partidos como a rejeição a uma legenda específica são temas ainda pouco investigados no caso brasileiro. Entendemos que o antipartidarismo e a identidade partidária negativa são constituídos por múltiplas facetas, sendo necessário distinguir suas diversas manifestações. A literatura também tem destacado que a identidade partidária negativa pode ser a manifestação do “outro lado de uma mesma moeda”, ou seja, de um partidarismo, sinalizando uma polarização.

Neste artigo, propusemo-nos a investigar especificamente o antipetista, identificado como aquele sujeito que rejeita exclusivamente e radicalmente a legenda, partindo da compreensão de que há um eleitor que tem apresentado um partidarismo negativo, isolando-o do que é entendido como o antipartidário, eleitor que rejeita genericamente todos os partidos.

A separação dos entrevistados que indicaram nota 0 ao PT em dois grupos distintos mostrou-se adequada, pois constatamos, a partir da análise de variáveis de diversas naturezas, que o antipartidário diferencia-se do antipetista. São dois sujeitos diferentes não somente no que diz respeito ao perfil socioeconômico, mas também em seu posicionamento em relação aos partidos, sua autolocalização na escala ideológica esquerda-centro-direita, na decisão do voto para presidente, na avaliação de governo e de lideranças políticas e na prospecção de futuro da economia no país.

Tratando-se especificamente do antipetista, pode-se resumir o seu perfil como sendo um eleitor predominantemente de cor branca, de maior escolaridade, maior renda familiar mensal e de estratos sociais mais elevados. É um eleitor que tem preferência partidária pelo PSDB e, inclusive, possui uma aproximação ideológica com esse partido, pois se autolocaliza na escala ideológica na posição de centro-direita a direita e identifica essa legenda como estando na mesma posição ideológica. Além disso, ele faz uma avaliação negativa do governo Dilma Rousseff (PT) e da economia do país. Cabe ressaltar, por fim, que o antipetismo é um fenômeno localizado predominantemente no Sudeste, principalmente, no estado de São Paulo.

Os resultados do modelo de regressão logística ajustado com variáveis instrumentais revelaram-nos alguns achados. Foi possível detectar que o antipetista traduz uma avaliação negativa em relação ao governo Dilma, influenciada, retrospectivamente, por sua insatisfação com o funcionamento da democracia e, prospectivamente, pela expectativa de que sua renda familiar seja reduzida nos próximos 12 meses. Observou-se que quanto mais negativo o eleitor avaliasse o desempenho do governo Dilma, maior era a chance de ele ser identificado como antipetista.

Também possibilitou-nos constatar o perfil partidarizado que define o antipetista, pois foi demonstrado que quem gosta do PSDB, dado que também gosta de Aécio e que

vota nos candidatos do PSDB, tem maior probabilidade de ser antipetista. Por outro lado, buscando o inverso, os eleitores que gostam de Dilma, visto que também votaram nela para presidente em 2010 e 2014, têm menores chances de ser antipetistas.

Portanto, nossas duas hipóteses iniciais foram confirmadas, ressaltando-se que a variável que detecta o partidarismo (GostaPSDB) possui maior precisão de predição do que a variável avaliação do governo Dilma.

Por fim, destacamos a existência de uma profícua agenda de pesquisa para trabalhos futuros, que consistirá não só em aprofundar a investigação sobre o antipetismo, mas também sobre a ampliação do antipartidarismo, do partidarismo negativo e suas implicações não só para a política partidária, como também para os rumos da democracia em nosso país.

Denise Paiva - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás.
E-mail: <denise@ufg.br>.

Silvana Krause - Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <krausesilvana@yahoo.com.br>.

Adriana Paz Lameirão - Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: <adri_paz@yahoo.com.br>.

Referências bibliográficas

AARTS, K.; BLAIS, A.; SCHMITT, H. (eds.). *Political leaders and democratic elections*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

AMARAL, O. "As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores". Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Unicamp, Campinas, 2010.

ANGRIST, J. D.; KRUEGER, A. B. "Does compulsory school attendance affect schooling and earnings?". *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 106, nº 4, p. 979-1.014, 1991. Disponível em: <<http://doi.org/10.2307/2937954>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J. S. *Mostly harmless econometrics: an empiricist's companion*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

BALBACHEWSKY, E. "Identidade partidária e instituições políticas no Brasil". *Lua Nova*, nº 26, p. 133-66, 1992.

BALBACHEWSKY, E.; HOLZHACKER, D. O. "Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições". *Opinião Pública*, Campinas, vol. X, nº 2, p. 242-253, 2004.

BARTOLINI, S.; MAIR, P. *Identity, competition and electoral availability: the stabilisation of European electorates, 1885-1985*. New York: Cambridge University Press, 1990.

BAQUERO, M.; LINHARES, B. F. "Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura (anti)partidária e possíveis saídas". *Revista Debates*, vol. 5, nº 1, p. 89-114, 2011.

BLAIS, A. Political leaders and democratic elections. In: AARTS, K.; BLAIS, A.; SCHMITT, H. (eds.). *Political leaders and democratic elections*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BOUND, J.; JAEGER, D. A.; BAKER, R. "The cure can be worse than the disease: a cautionary tale regarding instrumental variables". *NBER Technical Paper Series*, p. 1-23, 1995. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/t0137.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

BRAGA, M. S.; PIMENTEL JR., J. "Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 271-303, nov. 2011.

CAMPBELL, A., et al. *The American voter*. New York: John Wiley, 1960.

CARREIRÃO, Y. "Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 319-351, nov. 2008.

CARREIRÃO, Y.; KINZO, M. D. G. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil". *Dados*, vol. 47, p. 131-168, 2004.

CÉSAR, B. T. *PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CONVERSE, P. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. (ed.). *Ideology and discontent*. New York: The Free Press of Glencoe, 1964.

DALTON, R.; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M. The consequences of partisan dealignment. In: DALTON, R.; WATTENBERG, M. (eds.). *Parties without partisans*. Political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, p. 37-63, 2002.

_____. "Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas". *Análise Social*, vol. XXXVIII, nº 167, p. 295-320, 2003.

DESCHOUWER, K. "Political parties and democracy: a mutual murder?". *European Journal of Political Research*, vol. 29, p. 263-278, 1996.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row Publisher, 1957.

DRUCKER, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.

FIORINA, M. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

GIMENES, E. R., et al. "Partidarismo no Brasil: análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014)". *Revista Debates*, vol. 10, nº 2, p. 121-148, 2016.

GREENE, S. "Understanding party identification: a social identity approach". *Political Psychology*, vol. 20, nº 2, p. 393-401, 1999.

GREENE, W. H. *Econometric analysis*. New York: New York University/ Pearson Education, Inc., 2008.

HIMMEWEIT, H., et al. *How voters decide*. London: Academic Press Incorporation Ltda., 1981.

HOSMER JR., D. W.; LEMESHOW, S. *Applied logistic regression*. New York: Wiley, 2005.

IGNAZI, P. "Power and the (il) legitimacy of political parties: an unavoidable paradox of contemporary democracy?". *Party Politics*, vol. 20, nº 2, p. 160-169, 2014.

HUNTER, W. Corrupção no Partido dos Trabalhadores. O dilema do "sistema". In: NICOLAU, J.; POWER, T. *Instituições representativas no Brasil*. Balanço e reforma. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/Iuperj/Ucam, p. 155-167, 2007.

KATZ, R.; MAIR, P. *How parties organize*. Change and adaptation in party organizations in Western democracies. London: Sage Publications, 1994.

KECK, M. *The Workers' Party and democratization in Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1992.

KEITH, B., et al. *The myth of the independent voter*. Berkeley: University of California Press, 1992.

KESTILÄ-KEKKONEN, E. "Anti-party sentiments among young adults. Evidence from fourteen West European countries". *Young*, vol. 17, nº 2, p. 145-165, 2009.

KINZO, M. D. G. "A eleição presidencial brasileira de 1989: o comportamento eleitoral em uma cidade brasileira". *Dados*, vol. 35, nº 1, p. 49-66, 1992.

_____. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, p. 65-81, 2005.

KOSIARA-PEDERSEN, K.; SCARROW, S.; VAN HAUTE, E. "Rules of engagement? Party membership costs, new forms of party affiliation, and partisan participation". Paper presented at ECPR General Conference, Montreal, 26-29 August, 2015. Disponível em: <<https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/6a8a0774-2d50-4a79-a291-41a3de903dd8.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

LACERDA, A. D. F. "O PT e a unidade partidária como um problema". *Dados*, vol. 45, nº 1, p. 39-46, 2002.

LAVAREDA, A. "Governos, partidos e eleições segundo a opinião pública. O Brasil de 1989 comparado ao de 1964". *Dados*, vol. 32, nº 3, p. 341-362, 1989.

LAWSON, K.; MERKL, P. *When parties fail: emerging alternative organizations*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

LIPOW, A.; SEYD, P. "The politics of anti-partyism". *Parliamentary Affairs*, vol. 49, nº 2, p. 273-284, April, 1996.

MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAIR, P. "Os partidos políticos e a democracia". *Análise Social*, vol. XXXVIII, nº 167, p. 277-293, 2003.

MANIN, B. "As metamorfoses do governo representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 10, nº 29, p. 5-34, 1995.

MARTINS JR., J. P. "Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil 1994-2006". *Revista Debates*, vol. 3, nº 2, p. 68-96, 2009.

MEDEIROS, M; NÖEL, A. "The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies". *Comparative Political Studies*, vol. 47, nº 7, p. 1.022-1.046, 2014.

MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. "Sobre o enraizamento dos partidos na sociedade brasileira". *Interesse Nacional*, nº 28, 2014. Disponível em: <<http://interessenacional.com/index.php/edicoes-revista/sobre-o-enraizamento-dos-partidos-politicos-na-sociedade-brasileira-2/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

NORRIS, P. *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PAIVA, D.; BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. "Eleitorado e partidos políticos no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 388-408, nov. 2007.

PAIVA, D.; TAROUÇO, G. "Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores". *Opinião Pública*, nº 2, vol. 17, p. 426-45, 2011.

PEDERSEN, H.; SCARROW, S.; VAN HAUTE, E. "Rules of engagement? Party membership costs, new forms of party affiliation, and partisan participation". Paper presented at ECPR General Conference, Montreal, August 2015. Disponível em: <<http://www.politicalpartydb.org/working-papers/>>. Acesso em: mar. 2016.

POGUNTKE, T.; SCARROW, S. "The politics of anti-party sentiment: Introduction". *European Journal of Political Research*, vol. 29, nº 3, p. 257-262, 1996.

POMPER, G. *Voter's choices*. New York: Harper & Row, 1975.

POPKIN, S. *The reasoning voter*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. "Sentimentos partidários e atitudes políticas entre brasileiros". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 333-368, nov. 2011.

RIBEIRO, P. F. *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)*. São Carlos: Editora da UFSCar, p. 183-217, 2009.

ROSE, R.; MISHLER, W. "Negative and positive party identification in post-communist countries". *Electoral Studies*, vol. 17, nº 2, p. 217-234, 1998.

SAMUELS, D. "As bases do petismo". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 10, nº 2, p. 221-241, 2004.

_____. "Sources of mass partisanship in Brazil". *Latin American Politics and Society*, vol. 48, nº 1, p. 1-27, 2006.

_____. "A evolução do petismo (2002/2008)". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, p. 302-318, 2008.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. "Lulismo, petismo and the future of Brazilian politics". *Journal of Politics in Latin America*, vol. 6, nº 3, p. 129-158, 2014.

_____. "Partisans, anti-partisans and voting behavior in Brazil". Paper apresentado no Encontro da American Political Science Association (APSA), San Francisco, 2-6 de setembro, 2015.

SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

SCARROW, S. Parties without members? In: DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. (eds.). *Parties without partisans*. Political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, p. 79-101, 2000.

_____. *Beyond party members: changing approaches to partisan mobilization*. London: Oxford University Press, 2015a.

_____. "Boosting partisan engagement by re-thinking party membership", 2015b. Disponível em: <<http://21cparties.org/post/138934648583/boosting-partisan-engagement-by-re-thinking-party>>. Acesso em: mar. 2016.

SCHMITT, H. "On party attachment in Western Europe and the utility of the Eurobarometer data". *West European Politics*, vol. 12, p. 122-139, 1989.

SCHMITTER, P. Parties are not what they once were. In: DIAMOND, L.; GUNTHER, R. (eds.). *Political parties and democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

SILVEIRA, F. *A decisão de voto no Brasil*. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 1998.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; CHAVES TEIXEIRA, A. C. Protestos à direita no Brasil - 2007/2015. In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). *Direita, volver!* O retorno da direita no ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 197-212, 2015.

TELLES, H. S. "Corrupção, legitimidade democrática e protestos; o boom da direita política nacional". *Interesse nacional*, nº 30, p. 28-46, 2015a. Disponível em: <<http://interessenacional.com/index.php/edicoes-revista/corruptao-legitimidade-democratica-e-protestos-o-boom-da-direita-na-politica-nacional/>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. "Corrupção, antipetismo e nova direita: elementos da crise político institucional". *GVExecutivo*, vol. 14, nº 2, p. 37-39, 2015b.

TEIXEIRA, C. P.; TSATSANIS, E.; BELCHIOR, A. M. "A 'necessary evil' even during hard times? Public support for political parties in Portugal before and after the bailout". *Party Politics*, vol. 20, nº 2, p. 160-169, 2014.

TORCAL, M.; GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. "Anti-party sentiments in Southern Europe". *Working Paper*, nº 170, 2001.

VEIGA, L. "Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 340-365, 2007.

VENTURI, G. *PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/6.perseu5.venturi.pt30.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

VILLA, M. A., et al. (orgs.). *Uma história revisitada: o Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2009.

WATTENBERG, M. *Without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

WHITELEY, P. "Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world". *Party Politics*, vol. 17, nº 1, p. 21-44, 2011.

ZELLE, C. "Social dealignment vs. political frustration: contrasting explanations of the floating vote in Germany". *European Journal of Political Research*, vol. 27, p. 319-345, 1995.

Apêndice

Nota metodológica

1 - O Eseb

O Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) é um *survey* pós-eleitoral que se iniciou em 2002; as demais ondas foram realizadas em 2006, 2010 e a mais recente em 2014. O Eseb integra o consórcio internacional Comparative Studies of Electoral Systems (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan, contendo em todas as edições um módulo comum aos integrantes do projeto bem como um conjunto de questões definidas e elaboradas por pesquisadores brasileiros. O Eseb 2014 foi coordenado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas. O trabalho de definição da amostra e de campo foi conduzido pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). A amostra nacional contou com 2.506 entrevistas com eleitores e o trabalho de campo foi realizado no período compreendido entre 1º e 19 de novembro de 2014.

2 - Modelo logístico

Em primeiro lugar, parece haver evidências de que um modelo moldado para explicar o antipetismo com base apenas em variáveis de *survey* (e que não foi desenhado exclusivamente para essa tarefa) apresenta alguns limites, entre os quais: i) omissão de variáveis que medisse de maneira mais apropriada o fenômeno do sentimento antipetista; ii) problemas com variáveis explicativas endógenas. Por exemplo, a avaliação do governo Dilma e a avaliação da atuação do governo federal não são variáveis tão independentes assim, uma vez que a avaliação do governo feita pelo eleitor pode estar sendo influenciada pelo desempenho macroeconômico do país, pelo seu próprio desempenho econômico individual, além da preferência partidário-ideológica do eleitor ou ainda do seu sentimento *vis-à-vis* a pessoa do presidente. Dito de outro modo, ser ou não antipetista pode estar exercendo influência sobre a avaliação do governo, e esta sobre o sentimento negativo dirigido ao PT. Assim, é preciso tentar diminuir ao máximo a estimação de todos esses efeitos em um mesmo coeficiente.

Uma suposição básica em análises de regressão é que o valor dos termos de erro da variável predita deve ser independente de suas variáveis preditoras. Quando essa suposição não é satisfeita, em casos de omissão de variáveis importantes para o modelo, erro de medição ou problemas de causalidade simultânea, ou reversa, o método de regressão com variáveis instrumentais é utilizado como uma forma de tentar reduzir os problemas citados, fornecendo estimadores mais consistentes das variáveis de interesse (Angrist e Krueger, 1991).

A ideia por trás da análise de variáveis instrumentais é encontrar uma terceira variável, chamada de variável instrumental, que possa ter afetado o grupo de respondentes, mas que não esteja correlacionada à variável resultado. Ou seja, essa técnica assume que existe uma segunda variável explicativa que está correlacionada à variável "explicativa endógena", mas não com seus termos de erro. O método consiste na utilização da variável adicional para estimar uma nova variável que substituirá a variável explicativa problemática (endógena) no modelo.

O método de regressão em dois estágios, portanto, incorpora aspectos de um sistema de duas equações estimadas isoladamente, de modo que o resultado final incorporaria todas as inter-relações existentes naquele sistema. Vale ressaltar que a má especificação de uma equação propagaria o problema para todo o restante do sistema (Greene, 2008).

3 - Variáveis

Variável dependente de interesse direto: se o eleitor é identificado como antipetista. Categorização: Antipetista = 1 e Não Antipetista = 0.

Variáveis explicativas utilizadas:

Aval.Dilma: avaliação do governo Dilma. Variável escalar com intervalo -2 a +2 (-2 péssimo, -1 ruim, 0 regular, 1 bom, 2 ótimo). *Gosta.Dilma*: se o eleitor gosta ou não de Dilma. Variável escalar com intervalo -5 a +5. Valores negativos representam baixa ou nenhuma simpatia por Dilma, enquanto valores positivos indicam alguma ou alta simpatia. Por definição, o ponto 0 indicaria indiferença em relação a ela. *Gosta.PSDB*: se o eleitor gosta ou não do PSDB. Variável escalar com intervalo -5 a +5. Da mesma forma que a variável anterior, valores negativos representam baixa ou nenhuma simpatia pelo partido, enquanto valores positivos sugerem alguma ou alta simpatia. O ponto 0 indicaria indiferença em relação ao PSDB.

Variáveis instrumentais utilizadas:

Expectativa: variável binária, o valor 1 indica se o entrevistado acredita ser provável ou muito provável que a sua renda familiar vai ser reduzida nos próximos 12 meses. *Democracia*: satisfação com a democracia. Variável escalar com intervalo -2 a +2. Valores negativos representam pouco ou nada satisfeito com a democracia no Brasil, enquanto valores positivos indicam satisfeito ou muito satisfeito. Por definição, o ponto 0 indicaria nem satisfeito, nem insatisfeito. *Gosta.Aécio*: se o eleitor gosta ou não de Aécio. Variável escalar com intervalo -5 a +5 (com 11 pontos). Valores negativos representam baixa ou nenhuma simpatia pelo político, enquanto valores positivos sugerem alguma ou alta simpatia. O ponto 0 indica indiferença em relação ao político. *VotaPT*: se o eleitor votou em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 e 2014. Variável binária, o valor 1 representa que o eleitor votou na candidata do PT nos dois turnos. *VotaPSDB*: se o eleitor votou nos candidatos do PSDB à presidência da República em 2010 e 2014. Variável binária, o valor 1 representa se o eleitor votou nos candidatos do PSDB, nos dois turnos.

Variáveis de controle utilizadas:

Feminino: Variável binária, o valor 1 representa se o entrevistado é do sexo feminino, 0 para masculino. *Idade*: Variável contínua, com intervalo entre 16 e 89 anos, o máximo. A fim de tornar os resultados mais simples, os valores dessa variável foram centrados e depois padronizados na sua média (41 anos), de modo que valores negativos indicam idade abaixo da média, e positivos, acima da média. A variável idade ao quadrado ($Idade^2$) também foi incluída no modelo a fim de descrever eventuais relações não lineares entre idade e antipetismo. *Superior*: Variável binária, o valor 1 representa se o eleitor possui ao menos ensino superior, 0 para os demais casos. *Renda*: Variável ordinal com três níveis para o rendimento familiar; 1 (de 0 até 5 SM), 2 (mais de 5 até 10 SM), 3 (acima de 10 SM). *Cor*: Variável binária, o valor 1 representa se o entrevistado se declarou branco, 0 para os demais. *Região*: Variável categórica com cinco categorias representando as macrorregiões geográficas do país. Na equação, todas essas categorias entram como variáveis binárias, menos a categoria de referência (Centro-Oeste).

Resumo

O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva

Há um grande número de estudos sobre o Partido dos Trabalhadores, abordando desde a sua origem, organização e dinâmica interna até a sua relação com o eleitorado. A legenda, ao longo dos anos, tem apresentado os maiores índices de preferência partidária *vis-à-vis* as demais, fenômeno esse conhecido como petismo. O artigo propõe-se a analisar a outra face desse fenômeno: a rejeição que parcela do eleitorado tem demonstrado a esse partido, o antipetismo. Queremos saber quem é o eleitor antipetista, com base nos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) 2014. Nosso objetivo principal é identificar e caracterizar o perfil do eleitor antipetista, por meio da estatística descritiva, e estabelecer uma comparação com o eleitor antipartidário. Em seguida, recorrendo a um

modelo de regressão logística ajustado, detectar o impacto de algumas variáveis sobre a probabilidade de o entrevistado ser identificado como antipetista. Os resultados mostraram que a avaliação negativa do desempenho do governo da presidente Dilma Rousseff e o voto nos candidatos do PSDB nas eleições presidenciais são variáveis determinantes para um eleitor ser antipetista.

Palavras-chave: preferência partidária; partidarismo; petismo; antipartidarismo; antipetismo

Abstract

The antipetista voter: partisanship and retrospective evaluation

There are a great number of studies on the Workers' Party (PT), addressing everything from its origin, organization, and internal dynamics to its relationship with the electorate. Over the years, the PT has enjoyed the largest party preference indices vis-à-vis other Brazilian political parties, a phenomenon known as *petismo*. This article proposes examining the other side of this situation: *antipetismo* or the rejection that a segment of the electorate has toward the PT. We want to know who the *antipetista* voter is, based on survey data from the 2014 Brazilian Electoral Study (ESEB). Our main goal is to identify and characterize the profile of the *antipetista* voter using descriptive statistics and establishing a comparison with the antiparty voter. We then use an adjusted logistic regression model to detect the impact of a set of variables on the probability that a respondent identifies as *antipetista*. The results show that the negative evaluation of President Dilma Rousseff's government performance and the vote for PSDB candidates in the presidential elections are decisive variables in determining a voter to be *antipetista*.

Keywords: party preference; partyism; *petismo*; antipartyism; *antipetismo*

Resumen

El elector antipetista: partidarismo y evaluación retrospectiva

Hay un número grande de estudios sobre el Partido de los Trabajadores, abordando desde su origen, organización y dinámica interna hasta su relación con el electorado. El partido, a lo largo de los años, ha presentado los mayores índices de preferencia partidaria vis a vis a las demás, fenómeno este, conocido como *petismo*. El artículo se propone el análisis de la otra fase de ese fenómeno: el rechazo que parte del electorado ha demostrado al partido, el *antipetismo*. Queremos saber quién es el elector antipetista, basado en los datos del Estudio Electoral Brasileño (Eseb) 2014. Nuestro objetivo principal es el de identificar y caracterizar el perfil del elector antipetista, por intermedio de la estadística descriptiva, y establecer una comparación con el antipartidario. En seguida, recurriendo a un modelo de regresión logística ajustado, detectar el impacto de algunas variables sobre la probabilidad de que el entrevistado sea identificado como antipetista. Los resultados mostraron que la evaluación negativa del desempeño del gobierno de la presidenta Dilma Rousseff, y el voto en el candidato del PSDB en las elecciones presidenciales son variables clave para que un votante sea antipetista.

Palabras clave: preferencia partidaria; partidarismo; petismo; antipartidarismo; antipetismo

Résumé

L'électeur anti-PT: esprit de parti et évaluation rétrospective

Il y a un grand nombre d'études à propos du Parti des Travailleurs (PT) qui traitent de son origine, son organisation et sa dynamique interne, à sa relation avec l'électorat. Tout au long de ces années, le PT a présenté les plus grands taux de préférence partisans par rapport aux autres partis

existants. Ce phénomène est connu comme *petismo*. L'article propose d'analyser l'autre face de ce phénomène: le rejet d'une partie de l'électorat envers ce parti, l'*antipetismo*. Nous désirons savoir qui est cet électeur anti-PT en nous basant sur les données de l'Étude Electorale Brésilienne (Eseb) de 2014. Notre objectif principal est d'identifier et de caractériser le profil de l'électeur anti-PT à partir de la statistique descriptive et d'établir une comparaison avec l'anti-partisan. Ensuite, nous ferons l'usage d'un modèle de régression logistique ajusté pour détecter l'impact de quelques variantes sur la probabilité que la personne interviewée soit identifiée comme anti-PT. Les résultats ont montré que l'évaluation négative de la performance du gouvernement de la présidente Dilma Rousseff et le vote pour le candidat du PSDB aux élections présidentielles sont des variables clés pour être un anti-PT.

Mots-Clés: préférence partisane; esprit de parti; *petismo*; anti-esprit de parti; *antipetismo*

Artigo submetido à publicação em março de 2016.

Versão final aprovada em novembro de 2016.

Como os brasileiros escolhem os governadores? Desvendando as razões do voto para os executivos estaduais no Brasil em 2014

Oswaldo E. do Amaral

Marcela Tanaka

Introdução¹

Em 2014, o Brasil realizou mais uma rodada de eleições gerais, a sexta desde o retorno do país à democracia. Com uma campanha presidencial bastante disputada e polarizada, a atenção dos analistas e da opinião pública ficou naturalmente concentrada sobre o prêmio maior: o Palácio do Planalto. No entanto, havia mais em jogo: vagas na Câmara e no Senado, nas Assembleias Legislativas e, em especial, 27 executivos estaduais, que foram disputados por 162 candidatos em todo o país (6,5 por vaga). Apesar de não terem o mesmo poder da presidência e de lidarem com orçamentos substantivamente menores do que o nacional, não há dúvida de que os governos estaduais se constituem em importante espaço de atuação e disputa política, em nível tanto local quanto nacional. É no âmbito estadual, por exemplo, que importantes parcelas das políticas públicas nas áreas de educação, saúde e segurança são elaboradas e executadas. Além disso, desde a redemocratização, todas as eleições presidenciais contaram com candidatos que tinham administrado executivos estaduais. Em 2006, 2010 e 2014, os candidatos à presidência pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que foram ao segundo turno, Geraldo Alckmin, José Serra e Aécio Neves, tinham governado, respectivamente, os estados de São Paulo e Minas Gerais.

Apesar da importância das disputas para os governos estaduais, pouco se sabe a respeito dos fatores que levam às escolhas dos eleitores para esses pleitos. O avanço que se verificou nos estudos eleitorais com dados tanto individuais quanto agregados sobre a corrida presidencial não foi acompanhado de trabalhos sistemáticos de abrangência nacional sobre as disputas estaduais – algo comum na ciência política internacional também (Remmer e Gélinau, 2005). É exatamente essa lacuna que este artigo busca começar a preencher. Existem fatores comuns que ajudam a explicar a escolha dos

¹ Este artigo foi realizado no âmbito do projeto "Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)", financiado pela Fapesp (12/19330-8). Parte da pesquisa para este texto foi realizada no Instituto Kellogg da Universidade Notre Dame, em 2015, com financiamento do Programa Cooperação Mundial 2015 da Unicamp. Os autores agradecem à Unicamp e ao Instituto Kellogg pelo apoio financeiro e institucional e a Fernando Bizzarro Neto, a Guillermo Trejo, a Bruno Bolognesi, aos participantes do *workshop* "Eseb 2014", organizado pelo Cesop/Unicamp, e aos pareceristas de *Opinião Pública* pelas críticas e sugestões.

eleitores em todo o país para os governos estaduais? Qual é o peso da avaliação do governo federal e da percepção sobre o desempenho da economia nas eleições nas unidades da federação? Candidatos de determinados partidos são beneficiados pela avaliação positiva do governo federal? A identidade partidária importa na hora de escolher os candidatos a governador? Essas são as perguntas que buscamos responder, ainda que de maneira preliminar, neste artigo. Para isso, realizamos análises multivariadas a partir dos dados de nível individual produzidos pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) de 2014. Os resultados demonstram que a preferência partidária, assim como nas eleições presidenciais, é importante elemento de escolha nos pleitos para os governos estaduais, e que a disputa entre PT e PSDB no plano nacional acaba por influenciar também o âmbito estadual.

Nos últimos anos, uma série de trabalhos, a partir de dados tanto agregados quanto individuais, buscou explicar os determinantes do voto nas eleições presidenciais no Brasil. Aproveitando-se de uma melhor organização e maior disponibilização dos dados eleitorais por meio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da realização de *surveys* mais frequentes, vários autores elucidaram importantes pontos sobre o comportamento eleitoral dos brasileiros. A avaliação de governo e a situação da economia, típicos elementos de um voto retrospectivo (Downs, 1999), foram apontados como fatores importantes nas escolhas para a presidência da República (Carreirão, 2002, 2007; Nicolau, 2007; Rennó, 2007; Holzhacker e Balbachevsky, 2007; Rennó e Cabello, 2010; Peixoto e Rennó, 2011; Nicolau, 2014a, 2014b; Amaral e Ribeiro, 2015). Alguns estudos demonstraram os efeitos da preferência partidária, ressaltando a importância dos partidos políticos na definição das escolhas eleitorais (Carreirão e Kinzo, 2004; Braga e Pimentel Jr, 2011; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011; Nicolau, 2014b; Amaral e Ribeiro, 2015).

A partir de dados eleitorais agregados, Hunter e Power (2007) e Nicolau e Peixoto (2007) indicaram o impacto dos programas sociais, em especial o Programa Bolsa Família (PBF), como responsáveis pela mudança na base social de apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006. Zucco (2008, 2013), trabalhando com dados em nível municipal, chegou a conclusões semelhantes. Porém, adicionou que essas mudanças refletem muito mais o fenômeno do governismo – no qual eleitores de regiões mais pobres tendem a apoiar o governo –, do que uma transformação de longo prazo nas preferências políticas, como havia sugerido Singer (2009). Essa interpretação é parcialmente refutada por Limongi e Guarnieri (2015) por meio da análise dos dados por seções eleitorais. Segundo os autores, a alteração no padrão de votação do candidato Lula entre 2002 e 2006 não se mostra tão dramática quando o horizonte temporal é ampliado, e variáveis políticas, como a implosão da aliança entre o PSDB e o PFL antes das eleições de 2002, podem ter influenciado na penetração das candidaturas petistas na região Nordeste.

Embora os estados apareçam como peças importantes no xadrez político e eleitoral pós-regime autoritário no Brasil sob diferentes aspectos, seja no espaço legislativo (Abrucio, 1998; Samuels, 2003) ou na construção das candidaturas à presidência (Limongi

e Cortez, 2010; Meneguello, 2011; Miranda, 2013; Mainwaring, Power e Bizzarro Neto, no prelo), há praticamente uma ausência de análises abrangentes, que busquem superar os limites dos estudos de caso, sobre o comportamento do eleitor no âmbito das disputas para os governos estaduais. Exceções importantes são o clássico trabalho de Lima Jr. (1983) sobre os subsistemas partidários estaduais e, mais recentemente, os trabalhos de Almeida e Carneiro (2008) e Bohn (2016). Utilizando-se de dados agregados relativos às eleições locais e gerais no período entre 1994 e 2000, Almeida e Carneiro encontram efeitos positivos das votações para prefeito e presidente sobre as votações para governador. Bohn, por sua vez, busca explicar as variações regionais no número de partidos a partir da combinação das abordagens institucionalista e sociológica.

Nos Estados Unidos, muitos trabalhos tentaram explicar o comportamento dos eleitores no plano subnacional e suas possíveis vinculações com aspectos econômicos e políticos de recorte nacional. De uma maneira geral, os estudos giram em torno do grau de responsabilização dos governos estaduais pelos eleitores. Ou seja, ao ir às urnas votar em pleitos estaduais, os eleitores estão de fato analisando a performance dos atuais governadores e seus respectivos partidos, ou estão reagindo a cenários nacionais, sobre os quais os executivos estaduais têm pouca influência? Essa questão é central para pensar a própria lógica do federalismo, pois, se os governadores e partidos não estão sendo avaliados por seu desempenho, mas sim pelo do presidente, isso colocaria em xeque a capacidade de controle dos cidadãos sobre os governos na esfera subnacional. De uma maneira geral, essa literatura trabalha sobre a “hipótese do referendo nacional”, na qual as escolhas eleitorais no plano subnacional estariam subordinadas aos níveis de aprovação do presidente e de suas políticas (Simon, 1989; Simon, Ostrom e Marra, 1991). Atkeson e Partin (1995) sustentam, usando dados de nível individual, que os eleitores escolhem senadores e governadores a partir de lógicas distintas. A disputa para o Senado está vinculada à avaliação do desempenho do presidente e de suas políticas, enquanto a disputa para o governo depende da avaliação da economia estadual – argumento também defendido por Orth (2001). Carsey e Wright (1998) refutam em parte essa análise e afirmam que tanto a economia estadual quanto o nível de aprovação do presidente são importantes na decisão do voto para governador. Brown (2010), por sua vez, introduz a variável de identificação partidária como um importante elemento para compreender as avaliações dos governadores e de suas políticas feitas pelos eleitores. Seu argumento é o de que as avaliações que informam as escolhas eleitorais são influenciadas pelas preferências partidárias, não sendo, assim, plenamente “objetivas”.

Partindo das questões levantadas para o caso estadunidense, alguns trabalhos tentaram verificar a “hipótese do referendo nacional” e a possibilidade de *accountability* vertical nas eleições subnacionais em outros contextos federativos. Remmer e Gélinau (2003; 2005), ao analisarem as eleições para os governos das províncias na Argentina, encontraram evidências de que a avaliação tanto do desempenho do governo nacional quanto de aspectos regionais impactam nas escolhas eleitorais subnacionais. Com um

trabalho de recorte mais comparativo, Rodden e Wibbels (2010) analisam eleições subnacionais na Argentina, no Canadá, na Alemanha e nos EUA. Os autores não encontraram evidências de que os eleitores recompensam ou punem os candidatos aos governos subnacionais com base na performance econômica local. A pesquisa identificou, nos EUA e no Canadá, um impacto positivo na performance eleitoral de governadores do partido do presidente ou do primeiro-ministro quando a economia nacional apresenta forte crescimento.

Embora as perguntas levantadas pelos trabalhos elaborados sobre as eleições subnacionais nos EUA e em outros países sejam relevantes para o caso brasileiro, a transposição pura e simples dos mecanismos de análise se mostra inadequada, especialmente pela natureza dos sistemas partidários e das regras eleitorais. No Brasil, o sistema partidário é muito fragmentado, o que amplia o número de competidores. Além disso, a possibilidade de coligações entre os partidos para as disputas estaduais faz com que as estratégias das agremiações resultem em uniões entre partidos que estão em lados opostos no plano nacional, entre outras alternativas. Por fim, não dispomos no Brasil de *surveys* em vários estados com perguntas que permitam testar, em períodos eleitorais, as hipóteses trabalhadas no contexto norte-americano pelos trabalhos mencionados. O Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), por exemplo, não conta com perguntas específicas sobre os governos estaduais, o que diminui as possibilidades de análise.

Este artigo busca dialogar, na medida das possibilidades e dos limites fornecidos pelos dados, com os dois grupos de literatura citados. Por um lado, queremos verificar se as variáveis que contribuem para explicar a decisão do eleitor no nível nacional também atuam no plano subnacional. Por outro, buscamos analisar se o caso brasileiro encontra paralelo com a literatura internacional no que toca ao impacto de fatores econômicos e políticos nacionais sobre a escolha do eleitor no nível estadual. Ao fazermos isso, tentamos, de maneira indireta, auxiliar na compreensão do funcionamento do sistema partidário brasileiro e complementar análises que identificaram os impactos da eleição para a presidência sobre os pleitos estaduais sob diferentes prismas, como os trabalhos de Almeida e Carneiro (2008) e Limongi e Cortez (2010).

Apesar de todas as dificuldades na utilização de dados de pesquisa nacional, acreditamos ser possível avançar no teste de hipóteses mais gerais sobre o comportamento do eleitor brasileiro nas disputas para os governos estaduais a partir das informações fornecidas pelo Eseb realizado em 2014. Nas próximas seções, apresentamos: os dados gerais das eleições para os 27 executivos estaduais, as hipóteses e as estratégias de análise adotadas em "As eleições de 2014 para os governos estaduais e a estratégia de análise"; os resultados dos modelos estatísticos em "Resultados"; e as "Considerações finais".

As eleições de 2014 para os governos estaduais e a estratégia de análise

As 27 unidades da federação também realizaram eleições para o cargo de governador em 2014. Os partidos que mais receberam votos foram o PSDB (26,63% dos votos válidos), o PMDB (23,30%), o PT (22,74%) e o PSB (7,37%) (Tabela 1). Juntos, seus candidatos obtiveram mais de 80% dos votos válidos em todo o país. Os quatro partidos foram também os que mais governadores elegeram. O PMDB venceu em sete estados (RS, RO, TO, ES, RJ, AL e SE), o PT, em cinco (AC, CE, PI, BA e MG), o PSDB, em cinco (PA, GO, MS, SP e PR) e o PSB, em três (PB, PE e DF) (Tabela 2). O equilíbrio entre PSDB, PT e PMDB no total de votos recebidos também pode ser verificado na importância das vitórias conquistadas por essas três legendas. Cada uma delas venceu em dois dos seis estados mais populosos do país.

Tabela 1
Número e porcentagem de votos válidos recebidos por partido para governador (1º turno, 2014)

Partido	Total de votos	% de votos válidos
PSDB	26.050.143	26,63
PMDB	22.796.294	23,3
PT	22.243.721	22,74
PSB	7.213.040	7,37
Outros	19.503.805	19,96
Total	97.836.845	100

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

Tabela 2
Número de candidatos a governador por partido em 2014

Partido	Nº de candidatos	Eleitos
PSDB	12	5
PMDB	18	7
PT	17	5
PSB	11	3
Outros	113	7
Total	162	27

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE

Apesar da concentração de votos, resultado do desempenho dos partidos citados em grandes colégios eleitorais, houve um aumento na dispersão de vitórias por partido no país. Em 2014, nove partidos venceram em pelo menos um estado. Essa dispersão, contudo, não foi acompanhada por um elevado nível de fragmentação no interior das unidades da federação. Nas últimas eleições, a média do número efetivo de candidatos foi de 2,55, mantendo-se próxima da verificada em 2010 (Melo, 2010; Mainwaring, Power e Bizzarro Neto, no prelo). Esses números explicam-se pela coordenação estratégica que existe envolvendo a disputa presidencial e as eleições estaduais. Partidos com pouca chance de vencer a disputa presidencial negociam com as agremiações com mais possibilidades de vitória o suporte a candidatos nos estados em troca de apoio no pleito para a presidência (Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012).

Com o objetivo de encontrar explicações mais abrangentes do que as que se concentram em pura análise contextual para a decisão do eleitor nas disputas para os governos estaduais em todo o país, partimos das seguintes hipóteses, em parte derivadas das literaturas nacional e internacional mencionadas:

(a) As percepções sobre o desempenho do governo federal influenciam na decisão do eleitor nos pleitos subnacionais. Esperamos encontrar uma associação positiva entre a avaliação do governo federal e a decisão de votar em candidatos do PT e, inversamente, uma relação negativa entra a avaliação do governo federal e o voto nos candidatos do principal partido de oposição, o PSDB. Essa hipótese tem como base os trabalhos vinculados à ideia do "referendo nacional" e trata de verificar a existência, em nível individual, de possíveis efeitos do desempenho dos partidos na arena política nacional sobre as escolhas no plano subnacional.

(b) Como nas eleições presidenciais, a identidade política é importante na escolha para os governos estaduais. Imaginamos encontrar uma associação positiva da preferência, do

voto nas eleições de 2010 e da escolha nas eleições presidenciais de 2014 com a decisão do eleitor nas disputas estaduais. Aqui, buscamos estender para os pleitos estaduais as análises realizadas por trabalhos como os de Carreirão e Kinzo (2004), Braga e Pimentel Jr. (2011), Ribeiro, Carreirão e Borba (2011), Nicolau (2014b) e Amaral e Ribeiro (2015), que identificaram o impacto das preferências partidárias na escolha do eleitor para as eleições presidenciais, e também, de maneira indireta, com o trabalho de Brown (2010), que trata dos impactos da identificação partidária nos pleitos para os executivos estaduais nos EUA. (c) A percepção sobre o desempenho da economia impacta na decisão do eleitor nas disputas estaduais. Esperamos encontrar uma associação positiva entre a avaliação retrospectiva egotrópica e sociotrópica² da economia e o voto nos candidatos à reeleição e nos que receberam apoio dos governadores em 2014 (tratados de maneira genérica aqui como *incumbentes*). Novamente, nossa hipótese se vincula à proposição do “referendo nacional”. Aqui, porém, nosso trabalho se conecta mais diretamente à ideia do voto econômico (Downs, 1999) e dos seus impactos nas escolhas individuais, já identificados nos pleitos presidenciais no Brasil (Carreirão, 2002, 2007; Nicolau, 2007, 2014a, 2014b; Rennó, 2007; Holzacker e Balbachevsky, 2007; Rennó e Cabello, 2010; Peixoto e Rennó, 2011; Amaral e Ribeiro, 2015), mas nunca analisados no plano estadual.

Para testarmos essas hipóteses, utilizamos o Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) feito em 2014. O Eseb foi realizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em parceria com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). A série Eseb é realizada desde 2002 e faz parte do consórcio internacional Comparative Studies of Electoral Systems (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan. O *survey* de 2014 contou com amostragem nacional de 2.506 entrevistas com eleitores³ e foi realizado entre os dias 1º e 19 de novembro de 2014. O processo de seleção da amostra foi feito em três estágios. No primeiro, os municípios foram selecionados probabilisticamente por meio do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), tomando como base o número de eleitores de cada município. A amostra foi estratificada por estado, e no caso de unidades da federação com regiões metropolitanas, foram subestratificadas em regiões metropolitanas e interior. No segundo, foram selecionados os setores censitários dentro de cada município, também pelo método PPT, e tendo como base o número de moradores de cada setor censitário. No terceiro, foi feita a seleção do entrevistado utilizando-se cotas proporcionais ao universo em função das

² As avaliações egotrópica e sociotrópica estão ligadas ao papel do desempenho da economia na decisão do voto. A egotrópica é a que o eleitor faz de seu próprio bem-estar social. É uma avaliação econômica individual. A sociotrópica refere-se à do bem-estar social do país como um todo. Em resumo, é a avaliação da situação econômica do país. Especialmente nos EUA, uma série de autores tem se dedicado a investigar o papel dessas duas formas de avaliação da situação econômica na decisão do eleitor, tema caro à ciência política desde meados do século XX. Os trabalhos de Kramer (1971, 1983), Kinder e Kiewiet (1981), Weyland (1998) e Lewis-Beck (2006) discutem os impactos desses dois tipos de votos em diferentes épocas e contextos e avaliam sua pertinência para a compreensão do comportamento do eleitor.

³ O Eseb 2014 contou ainda com uma subamostra para o estado de São Paulo e o total de entrevistas foi de 3.136.

seguintes variáveis: sexo, idade, escolaridade e ramo de atividade. A amostragem do Eseb permite, assim, análises de conjuntos específicos de estados, como a que fazemos aqui.

Para avaliarmos as hipóteses, construímos dois conjuntos de testes estatísticos a partir de regressões logísticas binomiais. O primeiro conta com uma análise das escolhas por partidos políticos. As variáveis dependentes foram o voto nos candidatos petistas, tucanos e peemedebistas para os governos estaduais, no primeiro turno, em 2014. A escolha dos três partidos para a análise deve-se a dois fatores: primeiro, foram os partidos que mais lançaram candidatos e que mais votos receberam nas eleições para os executivos estaduais em todo o país; segundo, os três partidos ocuparam posições diferentes no plano nacional no período entre 2011 e 2014, com o PT comandando a presidência da República, o PSDB como o principal partido de oposição e o PMDB como o principal sócio da coalizão governista, o que permite um maior controle sobre os efeitos encontrados. Separamos os eleitores desses partidos dos que escolheram outros candidatos. Em cada modelo, só consideramos os estados em que os partidos lançaram candidatos na cabeça da chapa⁴. A escolha por regressões logísticas binomiais deve-se ao fato de buscarmos identificar efeitos mais gerais sobre as escolhas dos eleitores nos candidatos desses partidos especificamente e ao fato de que apenas em cinco unidades da federação (GO, MS, PR, RO e SP), PT, PSDB e PMDB concorreram juntos, o que restringiria muito o universo de análise se adotássemos regressões logísticas multinomiais.

O segundo conjunto de testes conta com dois modelos e tem como variável dependente o voto no *incumbente* no primeiro turno das eleições de 2014. Sendo assim, separamos os eleitores que declararam ter votado no governador ou que optaram pelo candidato apoiado pelo governo dos que afirmaram ter votado em outros candidatos⁵. Em todos os modelos, inserimos as variáveis sociodemográficas "sexo", "escolaridade" e "idade".

Resultados

Apresentamos os resultados de acordo com os conjuntos de modelos especificados. Graficamente, mostramos as estimativas geradas pelos modelos para cada variável em relação às categorias de referência. As abas que aparecem nas figuras adiante indicam o índice de confiança de 95%. Os resultados à direita de (1) indicam impacto positivo e, à esquerda, negativo. Se as abas cortarem o eixo, isso significa que os resultados não são estatisticamente significativos. Para facilitar a análise e a leitura, antes de cada modelo descrevemos as variáveis independentes utilizadas. Começamos pelos modelos que tratam de explicar o voto em candidatos ao governo estadual pelo PT, PSDB e PMDB. Esses modelos contemplam variáveis de três tipos: (a) avaliação retrospectiva do governo federal e da economia; (b) identidade política; e (c) variáveis sociodemográficas. Esses tipos são

⁴ No Anexo 2 disponibilizamos a lista de estados em que PMDB, PSDB e PT apresentaram candidatos.

⁵ No Anexo 1 disponibilizamos a lista dos partidos *incumbentes* e seus respectivos estados.

comumente utilizados para explicar a decisão do eleitor tanto no Brasil quanto no exterior. Nesses três modelos contemplamos a avaliação retrospectiva do governo Dilma Rousseff (2011-2014), avaliações sociotrópicas e egotrópicas da economia e variáveis que mensuram a identidade política, como a preferência partidária e o voto para presidente em 2014.

Modelos 1, 2 e 3 – Votos em candidatos do PT (1), do PSDB (2) e do PMDB (3) para os governos estaduais em 2014.

V1 – *Avaliação da situação econômica*: criada a partir da pergunta: “Na sua opinião, a atual situação econômica do Brasil está melhor, igual ou pior do que há 12 meses?”. As respostas foram agrupadas em três categorias: “Pior (0)”, “Igual (1)” e “Melhor (2)”. A categoria de referência foi “Pior”.

V2 – *Ascensão de classe social*: construída a partir das perguntas em que os entrevistados respondiam se mudaram de classe social nos últimos oito anos, e se tinham mudado para melhor ou para pior. Separamos as respostas entre aqueles que responderam ter subido de classe (1) e os que afirmaram não ter subido ou ter descido de classe social (0). Os que responderam negativamente foram utilizados como a categoria de referência.

V3 – *Beneficiário do Programa Bolsa Família*: elaborada a partir da resposta à pergunta: “Nos últimos três anos, o(a) sr(a). ou alguém que vive em sua casa foi beneficiário (recebeu) do Programa Bolsa Família?”. Os respondentes foram separados entre aqueles que receberam (1) e os que não receberam (0). Essa última categoria foi utilizada como referência.

V4 – *Avaliação do governo Dilma*: criada a partir da questão: “Na sua opinião, de uma maneira geral, o governo da presidente Dilma Rousseff nos últimos quatro anos foi ótimo, bom, ruim ou péssimo?”. As respostas foram reunidas em três categorias: “Ruim/péssimo (0)”, “Regular (1)” – resposta possível de maneira espontânea – e “Ótimo/Bom (2)”. A categoria de referência utilizada foi “Ruim/Péssimo”.

V5 – *Voto para a presidência no primeiro turno em 2014*: criada a partir da pergunta: “Em quem o(a) sr(a). votou para presidente no primeiro turno?”, dividimos os respondentes entre aqueles que afirmaram ter votado em Dilma Rousseff (PT) (0), Aécio Neves (PSDB) (1) e Marina Silva (PSB) (2). A categoria de base utilizada foi o voto em Dilma.

V6 – *Identificação partidária*: elaborada a partir da questão: “Qual o partido o(a) sr(a). gosta?”. Separamos as respostas entre aqueles que gostavam do PT (1), do PSDB (2), de outros partidos (3) e os que não gostavam de nenhuma legenda (0). A categoria de referência foi composta pelos que declararam não gostar de nenhum partido⁶.

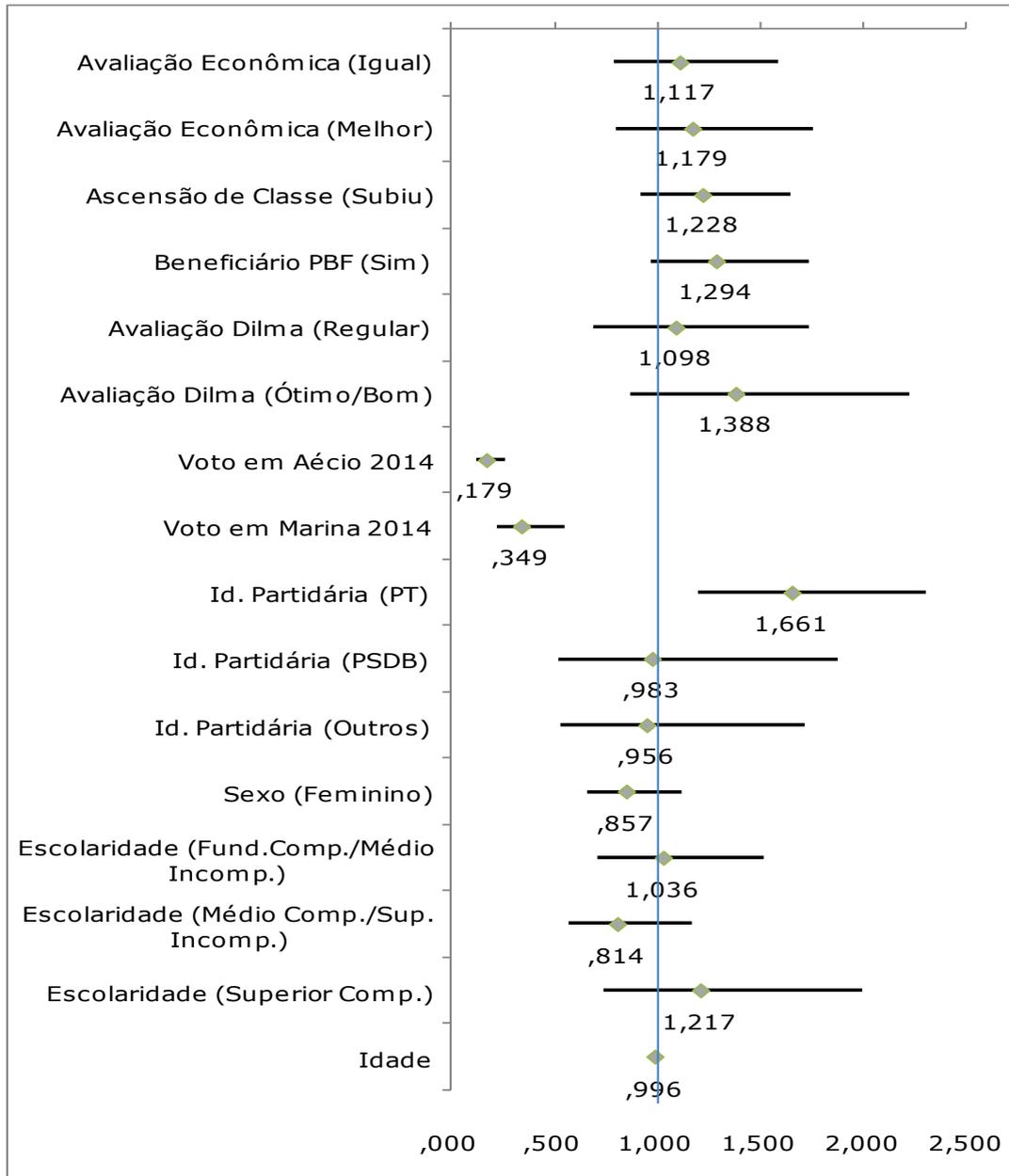
V7 – *Sexo*: feminino (1) e masculino (0). A categoria de referência foi masculino.

⁶ No Eseb 2014, 32,8% dos entrevistados afirmaram gostar de algum partido. O PT foi citado por 18% dos entrevistados e o PSDB, por 6,6%. Optamos por não incluir os que se identificavam com o PMDB na análise devido ao baixo número de respostas (80 casos ou 3,2%).

V8 - *Escolaridade*: a partir da resposta dos entrevistados, criamos quatro grupos: "Fundamental Incompleto (0)", "Fundamental Completo/Médio Incompleto (1)", "Médio Completo/Superior Incompleto (2)" e "Superior Completo ou mais (3)". A categoria de referência foi "Fundamental Incompleto (0)".

V9 - *Idade*: variável contínua com a idade do entrevistado.

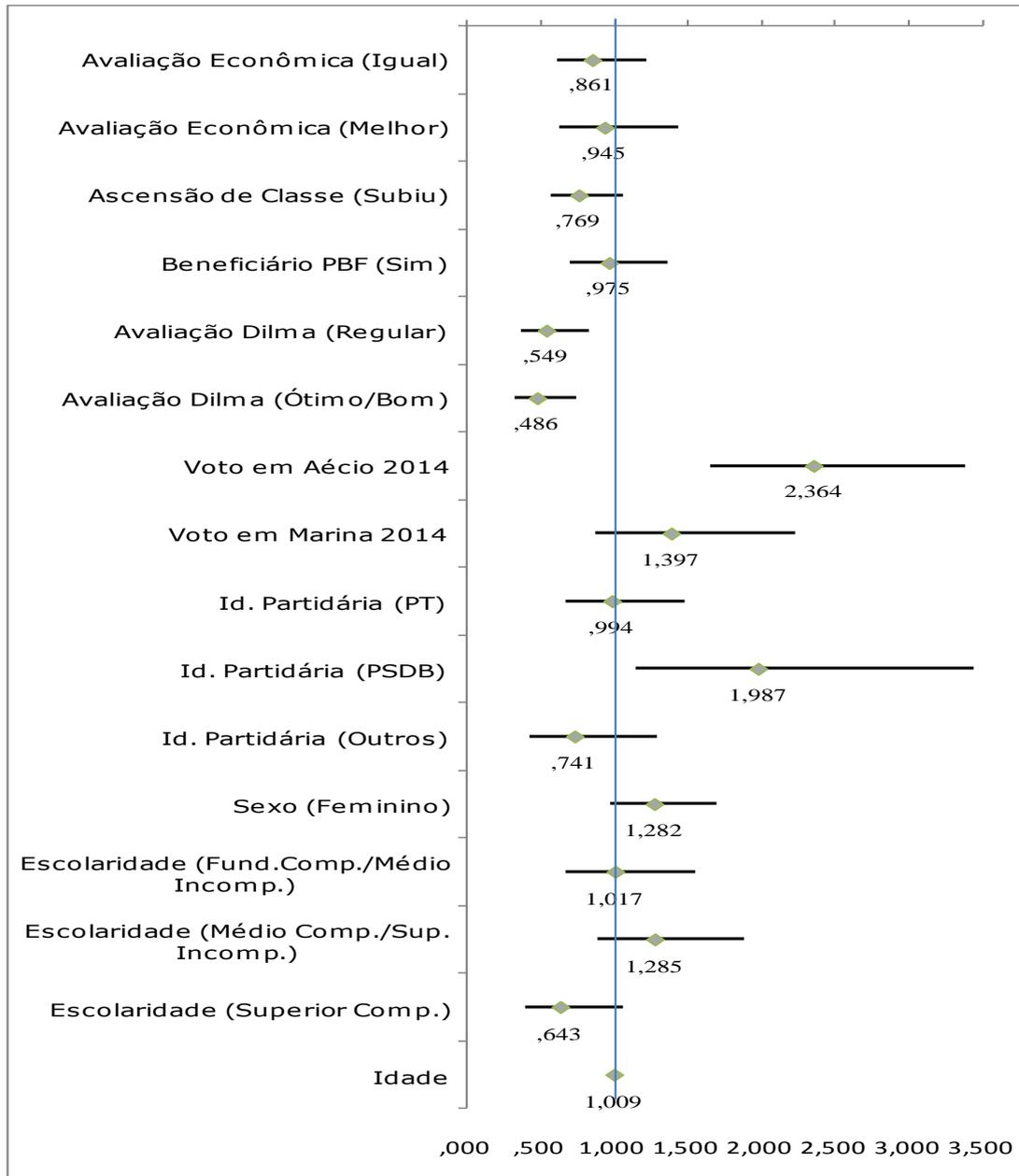
Figura 1
Razões de chance associadas ao voto em candidatos do PT aos governos estaduais em 2014. Modelo de regressão logística



Fonte: Elaboração própria com dados do Eseb 2014.

N = 1388; Pseudo R2 Nagelkerke = ,245; -2Log likelihood = 1371,799; % de acertos = 75,0%.

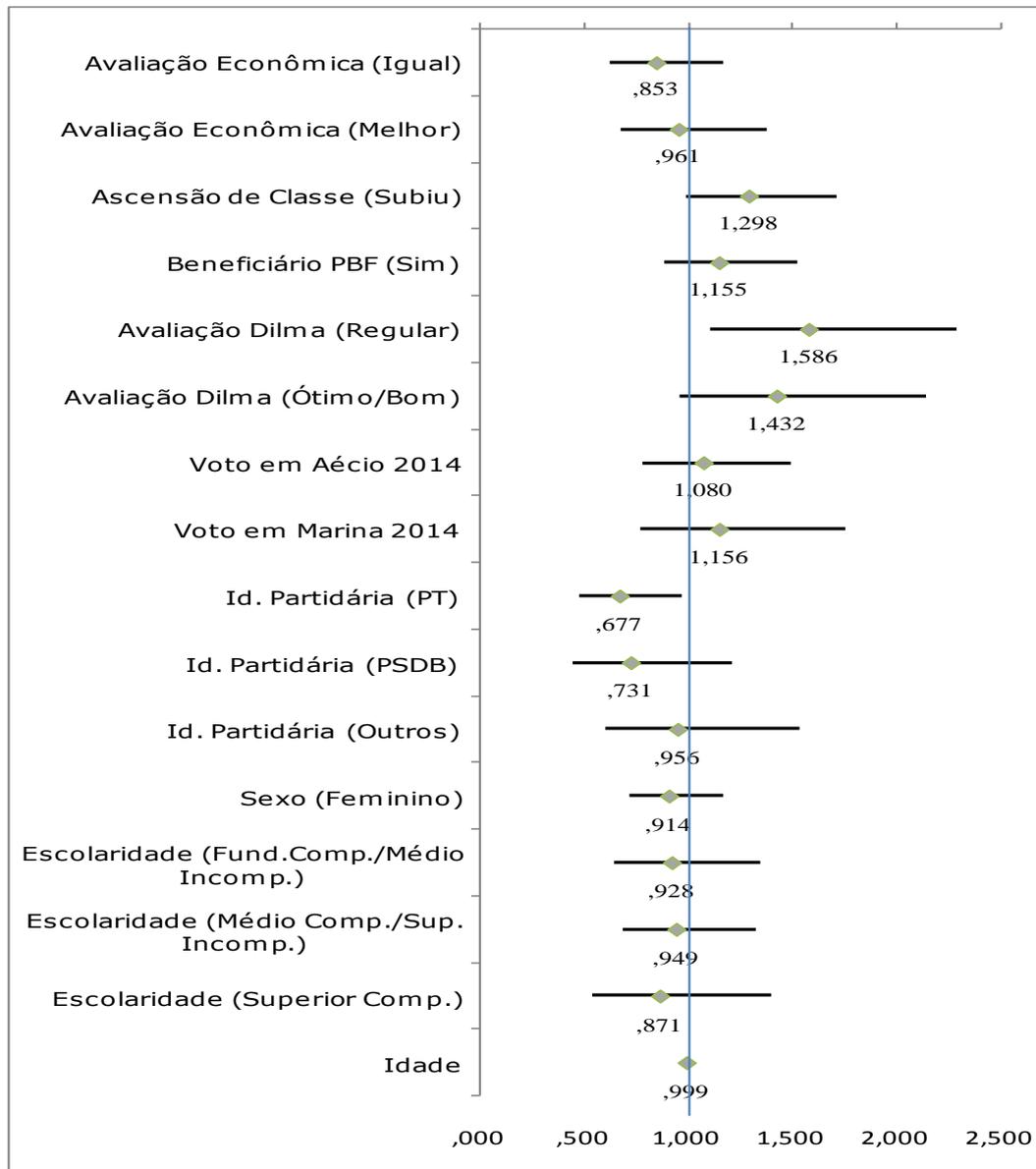
Figura 2
Razões de chance associadas ao voto em candidatos do PSDB aos governos estaduais em 2014. Modelo de regressão logística



Fonte: Elaboração própria com dados do Eseb 2014.

N = 926; Pseudo R2 Nagelkerke = ,159; -2Log likelihood = 1160,674; % de acertos = 65,4%.

Figura 3
Razões de chance associadas ao voto em candidatos do PMDB aos governos estaduais em 2014. Modelo de regressão logística



Fonte: Elaboração própria com dados do Eseb 2014.

N = 1208; Pseudo R2 Nagelkerke = ,016; -2Log likelihood = 1498,894; % de acertos = 67,8%.

Os resultados apontam que é possível identificarmos alguns aspectos comuns que ajudam a explicar a opção por candidatos do PT, do PSDB e do PMDB para os governos

estaduais em todo o país. Ter votado em Aécio Neves ou em Marina Silva reduz as chances de escolher um candidato petista com relação àqueles que votaram em Dilma Rousseff. Como esperado, identificar-se com o PT amplia a chance de voto em postulantes aos governos estaduais desse partido com relação àqueles que não preferem nenhuma agremiação (Figura 1). Com relação aos candidatos tucanos, avaliar o governo federal como “regular” ou “ótimo/bom” reduz as chances de voto em comparação com aqueles que apontaram o governo como “ruim/péssimo”. Ou seja, avaliações negativas do governo Dilma Rousseff ampliam as chances de escolha em candidatos do PSDB. Também como esperado, ter votado em Aécio Neves nas eleições presidenciais e se identificar com o PSDB aumentam as chances de escolher candidatos tucanos (Figura 2). Já a análise com relação à escolha em candidatos do PMDB é menos conclusiva. Apenas avaliar o governo Dilma Rousseff como “regular” e identificar-se com o PT exerceram impacto significativo, positivamente e negativamente, respectivamente, na opção por postulantes peemedebistas aos governos estaduais (Figura 3).

Esses dados apontam que a identificação partidária importou na escolha para os governos estaduais, assim como aconteceu na disputa presidencial em 2014 (Amaral e Ribeiro, 2015). Os modelos também sugerem que a disputa entre PT e PSDB no plano nacional parece exercer algum efeito estruturador também no âmbito estadual. Ter escolhido Dilma Rousseff ou Aécio Neves na disputa presidencial impactou nas escolhas de candidatos petistas e tucanos nos pleitos para os governos estaduais. Já o impacto da avaliação do governo federal apresentou resultados menos nítidos sobre as escolhas de candidatos de PT, PSDB e PMDB no plano estadual. Ter uma avaliação positiva do governo federal nos últimos quatro anos não apresentou resultado estatisticamente significativo nas escolhas por candidatos petistas, mas reduziu as chances de voto em candidatos do PSDB.

Ainda com relação a esse primeiro conjunto de modelos, é importante observar que a variável “Beneficiário do PBF”, apesar de ter violado o intervalo de confiança estabelecido (95%) e não ser estatisticamente significativa, trouxe resultados interessantes. Ser beneficiário do PBF apresentou resultados positivos no modelo que busca explicar a escolha por candidatos petistas. Como a violação dos parâmetros do intervalo de confiança foi pequena, o que poderia ter sido alterado caso o número de entrevistados fosse maior, existe um indicativo sutil de que candidatos petistas podem ter se beneficiado de uma percepção positiva sobre políticas praticadas pelo governo petista no âmbito federal, como as que resultaram no aumento da renda nos anos anteriores a 2014 e o próprio PBF. Voltaremos a esses resultados nas “Considerações finais”.

Conforme mencionamos, seguimos agora para os dois modelos em que avaliamos as explicações para os votos nos *incumbentes* nas eleições para os governos estaduais em todo o país em 2014. Nesses modelos consideramos variáveis de quatro tipos: (a) avaliação da situação econômica; (b) avaliação de governo e de políticas públicas; (c) identidade política; e (d) variáveis sociodemográficas. Com relação ao primeiro grupo, incluímos variáveis de avaliação sociotrópica e egotrópica da situação econômica. O

segundo tipo conta com elementos de avaliação do governo federal e de políticas públicas de recorte estadual nas áreas de saúde, educação e segurança⁷. O terceiro tipo conta com a identificação partidária e com a declaração de voto para governador em 2010 e para presidente em 2014. O modelo 5 apresenta também um controle por efeitos fixos nos estados. O controle foi feito por meio de variáveis *dummies* para cada unidade da federação com o objetivo de observar possíveis efeitos contextuais sobre os modelos.

Modelos 4 e 5 – Votos em candidatos à reeleição ou apoiados pelos governadores (incumbentes)

V1 – *Avaliação da situação econômica*: construída a partir da pergunta: “Na sua opinião, a atual situação econômica do Brasil está melhor, igual ou pior do que há 12 meses?”. As respostas foram agrupadas em três categorias: “Pior (0)”, “Igual (1)” e “Melhor (2)”. A categoria de referência foi “Pior”.

V2 – *Ascensão de classe social*: criada a partir das perguntas em que os entrevistados respondiam se mudaram de classe social nos últimos oito anos, e se tinham mudado para melhor ou para pior. Separamos as respostas entre aqueles que responderam ter subido de classe (1) e os que afirmaram não ter subido ou ter descido de classe social (0). Os que responderam negativamente foram utilizados como a categoria de referência.

V3 – *Beneficiário do Programa Bolsa Família*: elaborada a partir da resposta à pergunta: “Nos últimos três anos, o(a) sr(a). ou alguém que vive em sua casa foi beneficiário (recebeu) do Programa Bolsa Família?”. Os respondentes foram separados entre aqueles que receberam (1) e os que não receberam (0). Essa última categoria foi utilizada como referência.

V4 – *Avaliação do governo Dilma*: composta a partir da questão: “Na sua opinião, de uma maneira geral, o governo da presidente Dilma Rousseff nos últimos quatro anos foi ótimo, bom, ruim ou péssimo?”. As respostas foram reunidas em três categorias: “Ruim/Péssimo (0)”, “Regular (1)” – possível de maneira espontânea – e “Ótimo/Bom (2)”. A categoria de referência utilizada foi “Ruim/Péssimo”.

V5 – *Avaliação do controle da criminalidade*: criada a partir da pergunta: “Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a). utilizasse essa escala para me dizer o quanto está satisfeito com cada uma delas. Que nota de 0 a 10 você dá para sua satisfação em relação ao controle de criminalidade?”. Variável contínua de 0 a 10.

V6 – *Avaliação da qualidade do ensino público*: elaborada a partir da pergunta: “Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a). utilizasse essa escala para me dizer o quanto

⁷ As variáveis 5, 6 e 7 nesses modelos foram inseridas como forma de controlar eventual existência de responsabilização pela execução de políticas públicas com forte participação dos estados. Em 2009, os estados foram responsáveis por 82% dos gastos na área de segurança, 38,2% na de educação e 35,9% na de saúde. A União, por sua vez, foi a responsável por 13%, 18,4% e 15,3% em cada área, respectivamente (Afonso et al., 2012).

está satisfeito com cada uma delas. Que nota de 0 a 10 você dá para sua satisfação em relação à qualidade do ensino público?”. Variável contínua de 0 a 10.

V7 – *Avaliação do acesso aos serviços de atendimento médico*: criada a partir da pergunta: “Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a). utilizasse essa escala para me dizer o quanto está satisfeito com cada uma delas. Que nota de 0 a 10 você dá para sua satisfação em relação ao acesso aos serviços médicos?”. Variável contínua de 0 a 10.

V8 - *Identificação com o partido do incumbente*: criada a partir da resposta dos entrevistados à pergunta: “De qual partido o(a) sr(a). gosta?”. Os respondentes foram separados entre aqueles que se identificavam com o partido do *incumbente* (1) e os que não se identificavam (0). A última categoria foi utilizada como a de referência.

V9 - *Voto no incumbente em 2010*: criada a partir da resposta à pergunta: “E para governador em quem o(a) sr(a). votou no primeiro turno em 2010?”. Separamos as respostas entre aqueles que declararam ter votado nos candidatos dos partidos dos *incumbentes* (no ano de 2014) em 2010 (1) e aqueles que votaram em outros candidatos (0). A categoria de referência foi este último grupo.

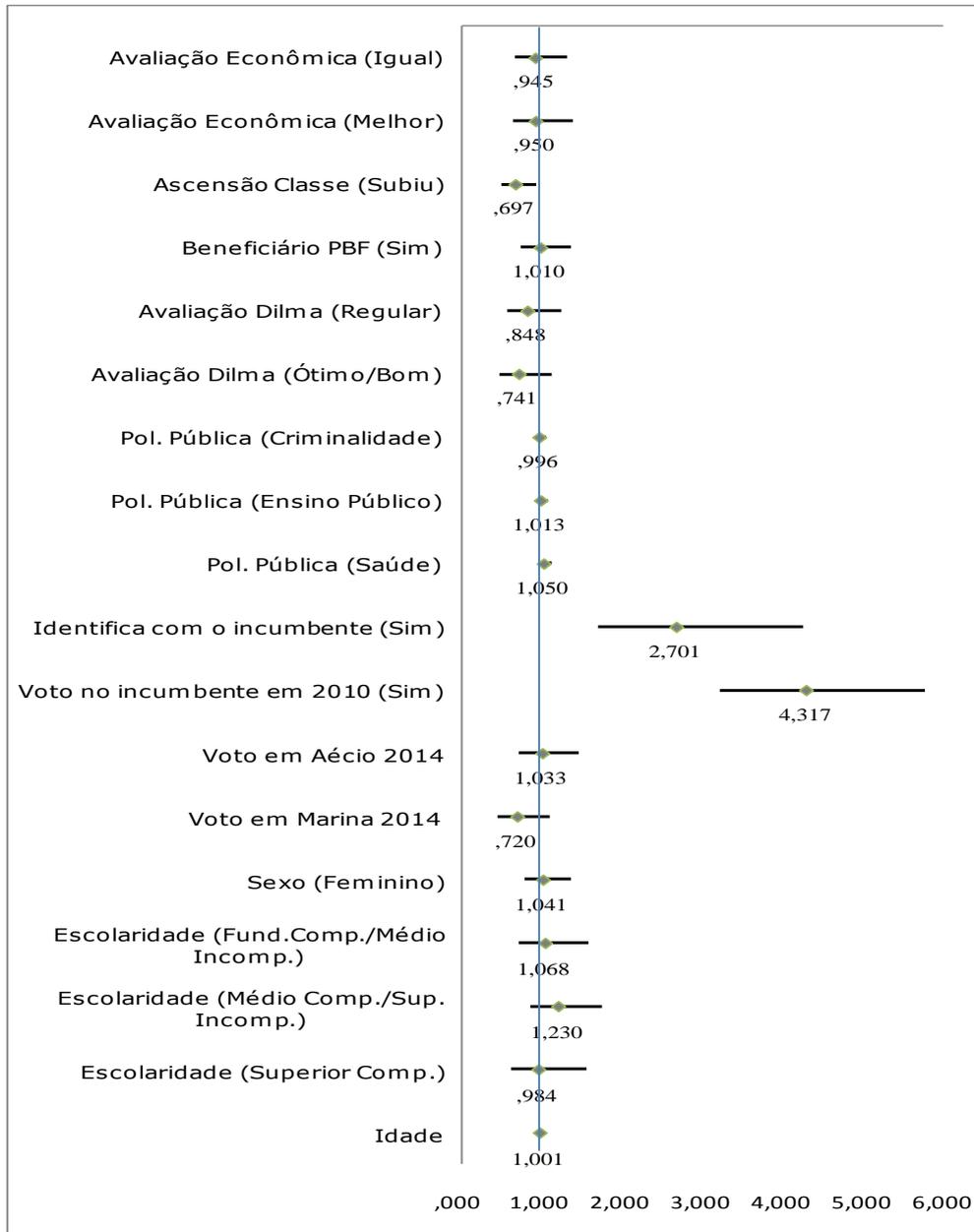
V10 – *Voto para a presidência no primeiro turno em 2014*: composta a partir da pergunta: “Em quem o(a) sr(a). votou para presidente no primeiro turno?”, dividimos os respondentes entre aqueles que afirmaram ter votado em Dilma Rousseff (PT) (0), Aécio Neves (PSDB) (1) e Marina Silva (PSB) (2). A categoria de base utilizada foi o voto em Dilma.

V11 – *Sexo*: feminino (1) e masculino (0). A categoria de referência foi masculino.

V12 – *Escolaridade*: construída a partir da resposta dos entrevistados, criamos quatro grupos: “Fundamental Incompleto (0)”, “Fundamental Completo/Médio Incompleto (1)”, “Médio Completo/Superior Incompleto (2)” e “Superior Completo ou mais (3)”. A categoria de referência foi “Fundamental Incompleto (0)”.

V13 – *Idade*: variável contínua com a idade do entrevistado.

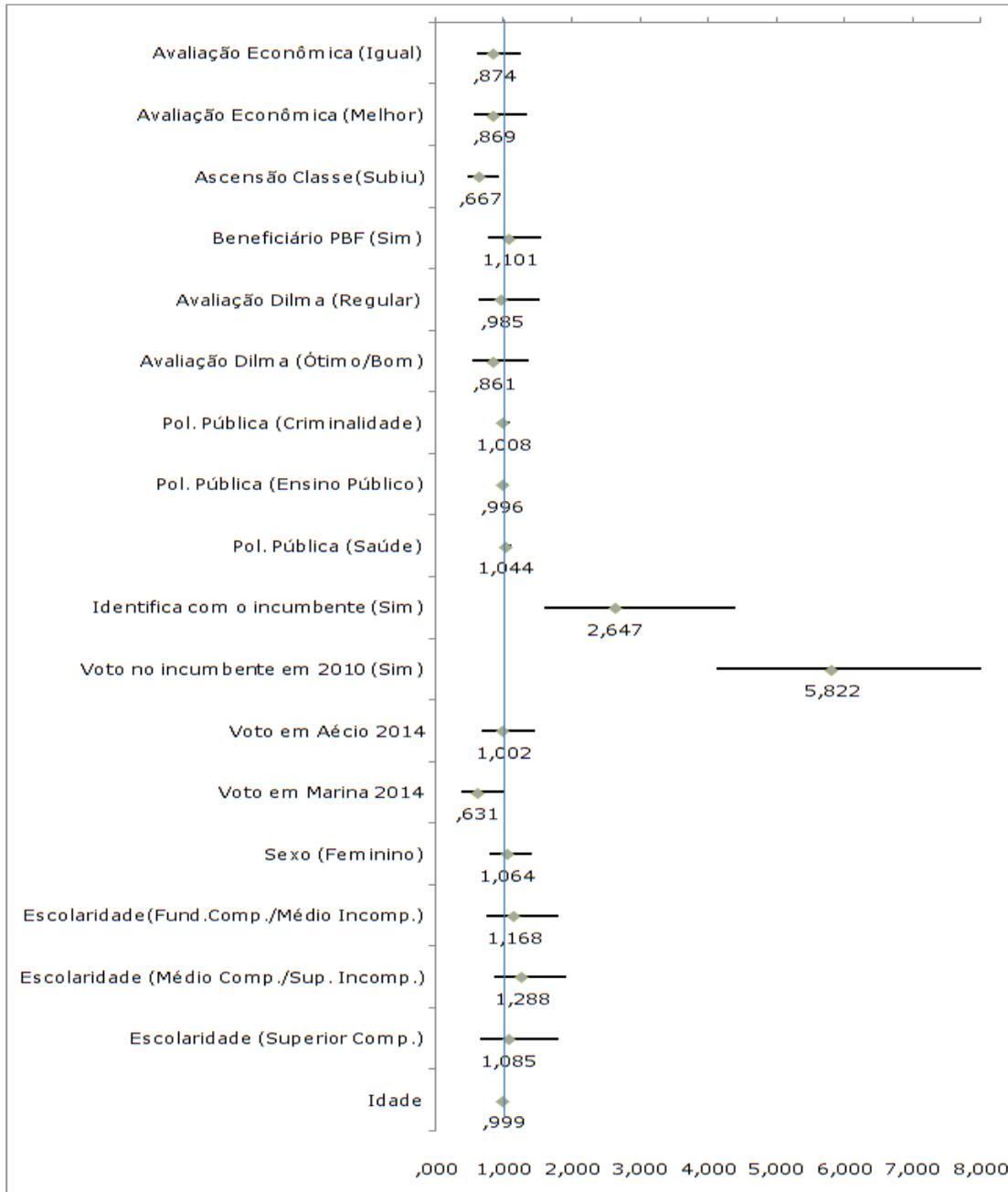
Figura 4
Razões de chance associadas ao voto nos "incumbentes" nas eleições para os governos estaduais em 2014. Modelo de regressão logística



Fonte: Elaboração própria com dados do Eseb 2014.

N = 1049; Pseudo R2 Nagelkerke = ,192; -2 Log likelihood = 1278,436; % de acertos = 67,7%.

Figura 5
Razões de chance associadas ao voto nos "incumbentes" nas eleições para os governos estaduais em 2014. Modelo de regressão logística com efeitos fixos



Fonte: Elaboração própria com dados do Eseb 2014.

N = 1049; Pseudo R2 Nagelkerke = ,330; -2 Log likelihood = 1143,541; % de acertos = 72,7%.

Os modelos 4 e 5 confirmam alguns dos achados encontrados nas análises anteriores. Em ambos, identificar-se com o partido do candidato da situação amplia em quase três vezes a chance de votar nele. De forma semelhante, ter votado no *incumbente* em 2010 amplia substancialmente a chance de escolher o próprio candidato à reeleição ou o indicado pelo governador para sucedê-lo. Isso demonstra a existência de uma razoável estabilidade na escolha dos eleitores para os pleitos estaduais.

É importante notar que as variáveis usadas nos modelos sobre a avaliação retrospectiva da situação econômica explicam muito pouco sobre a decisão do eleitor de votar ou não nos candidatos definidos como *incumbentes*. A avaliação do desempenho da economia nos últimos 12 meses e ser beneficiário do PBF não se mostraram estatisticamente significativas para explicar a escolha do eleitor em nenhum dos modelos. Ter subido de classe, por sua vez, apresentou resultado negativo. De uma maneira geral, os resultados sobre a avaliação econômica indicam que os eleitores, ao irem às urnas para escolher os governadores, não recompensam ou punem os *incumbentes* a partir de avaliações gerais da situação econômica.

Por fim, devemos destacar que as avaliações do governo federal e de políticas públicas nas áreas de combate à criminalidade, educação e saúde não apresentaram resultados estatisticamente significativos em ambos os modelos. Esse é um dado que deve ser observado com cuidado. Com relação à avaliação do desempenho do governo federal, é possível afirmarmos que os *incumbentes* pareceram não se beneficiar de percepções positivas da administração Dilma Rousseff. Já com relação à satisfação com as políticas públicas, é mais difícil fazer afirmações definitivas, pois as perguntas não eram específicas sobre a atuação dos governos estaduais, e muitas dessas áreas apresentam sobreposição de competências entre união, estados e municípios.

Considerações finais

Neste artigo buscamos desvendar algumas das razões para as escolhas dos eleitores nas disputas pelos governos estaduais no Brasil. Partimos de hipóteses derivadas das literaturas nacional e internacional sobre alguns dos determinantes do comportamento eleitoral nos pleitos presidenciais e para os executivos estaduais. A primeira delas apontava para o impacto do desempenho do governo federal sobre as disputas estaduais. A segunda, para o papel de preferências políticas e partidárias na hora de o eleitor escolher seu candidato a governador de estado. A terceira, para a influência das percepções sobre a economia de uma forma geral sobre a decisão do eleitor no âmbito subnacional.

Nossos resultados confirmam em parte as hipóteses levantadas. Não encontramos evidências de que a percepção sobre o desempenho da economia seja capaz de influenciar os eleitores na hora de escolherem um candidato a governador. *Incumbentes*, seja o próprio governador ou um candidato por ele apoiado, não se beneficiam de uma percepção

positiva sobre a economia. O mesmo aconteceu quando analisamos os resultados para candidatos do PT, do PSDB e do PMDB.

Já as percepções sobre o desempenho do governo federal apresentaram algumas evidências de que é possível que o eleitor tome decisões no plano estadual observando o que acontece no plano nacional, o que está de acordo com o que parte da literatura internacional afirma sobre o tema (Carsey e Wright, 1998; Remmer e Gélinau, 2005). Eleitores que avaliaram o governo de Dilma Rousseff como “regular” e “ótimo/bom” apresentaram menos chances de escolher candidatos do PSDB, principal partido de oposição, quando tomamos por referência aqueles que avaliaram o governo como “ruim/péssimo”. Além disso, encontramos sutil evidência de que o PBF pode ter beneficiado candidatos petistas nessas disputas, o que poderia indicar que o programa se constituiu em uma marca do Partido dos Trabalhadores e que seus benefícios eleitorais podem ir além da disputa pela presidência.

Com relação à segunda hipótese, encontramos evidências de que a preferência partidária exerce impacto nas disputas estaduais, assim como ocorre na disputa presidencial. Identificar-se com o PT amplia em 66% a chance de escolher de um candidato petista a governador. Preferir o PSDB amplia em 98% a chance de optar por um tucano. De maneira semelhante, preferir o partido do *incumbente* aumenta em muito a chance de optar por ele (mais de 160% nos dois modelos).

Encontramos também algum grau de coerência do eleitor tanto com relação à sua escolha anterior para a disputa estadual quanto com relação à sua opção para a presidência da República. Ter votado no governador em 2010 aumenta em mais de 300%, no primeiro modelo, e em mais de 450%, no segundo, as chances de escolher o candidato da situação no pleito de 2014. Já ter escolhido a candidata Dilma Rousseff para a presidência nas eleições de 2014 amplia as chances de escolher de candidatos petistas para os governos estaduais. De maneira semelhante, ter optado pelo tucano Aécio Neves aumenta as chances de escolher candidatos do PSDB.

Por fim, é importante destacarmos que não encontramos evidências suficientes de que os eleitores tomam suas decisões com base em avaliações de políticas públicas específicas, como o combate à criminalidade, a qualidade do ensino público e o acesso a serviços de atendimento médico. Esse é um dado relevante que coloca em xeque a efetividade do *accountability* vertical no caso dos governos estaduais e está de acordo com os achados de Remmer e Gélinau (2005) sobre o caso argentino e de Rodden e Wibbels (2010) em sua análise comparativa envolvendo os EUA, o Canadá e a Argentina. No entanto, esse dado deve ser observado com cuidado já que as perguntas não estabeleciam vinculação entre essas políticas públicas e os governos estaduais. São necessárias aqui mais análises com perguntas específicas sobre esse tema.

Diante dos resultados encontrados, é possível afirmarmos que existem alguns elementos mais gerais que ajudam a estruturar a preferência dos eleitores nas disputas pelos governos estaduais em todo o país. Ou seja, esses pleitos não são regidos

exclusivamente por lógicas contextuais das unidades da federação. As preferências partidárias e a estruturação da competição política no nível presidencial, em que PT e PSDB protagonizaram as últimas seis disputas (1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014), também fazem parte do jogo, demonstrando que as escolhas eleitorais no plano subnacional também estão associadas à disputa e ao desempenho dos partidos no plano nacional. Isso significa que não há descolamento entre os dois níveis de disputa – nacional e estadual – não só no que toca às estratégias partidárias (Almeida e Carneiro, 2008; Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012; Limongi e Vasselai, 2016), mas também na cabeça do eleitor.

Oswaldo E. do Amaral - Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp e pesquisador do Cesop/Unicamp. E-mail: <oswamaral@gmail.com>.

Marcela Tanaka - Mestranda em Ciência Política na Unicamp e pesquisadora do Grupo de Estudos de Política Brasileira (Polbras) do Cesop/Unicamp. E-mail: <marcela.tanaka@hotmail.com>.

Referências bibliográficas

ABRUCIO, F. L. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.

AFONSO, J. R., et al. In: BROSIO, G.; JIMÉNEZ, J. P (eds.). *Decentralization and reform in Latin America*. Cheltenham: Edward Elgar/Cepal, 2012.

ALMEIDA, M. H. T.; CARNEIRO, L. P. "Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira". *Dados*, vol. 51, nº 2, p. 403-432, 2008.

AMARAL, O. E.; RIBEIRO, P. F. "Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 56, p. 107-123, 2015.

ATKESON, L. R.; PARTIN, R. W. "Economic and referendum voting: a comparison of gubernatorial and senatorial elections". *American Political Science Review*, vol. 89, nº 1, p. 99-107, 1995.

BOHN, S. "Institutional, societal and economic determinants of party system size: evidence from Brazil". *International Political Science Review*, vol. 37, nº 1, p. 3-17, 2016.

BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. "Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 271-303, 2011.

BROWN, A. "Are governors responsible for the state economy? Partisanship, blame and divided federalism". *The Journal of Politics*, vol. 72, nº 3, p. 605-615, 2010.

CARREIRÃO, Y. S. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora da UFSC/FGV, 2002.

_____. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 307-339, 2007.

CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M. D. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*, vol. 47, nº 1, p. 131-168, 2004.

CARSEY, T. M.; WRIGHT, G. C. "State and national factors in gubernatorial and senatorial elections". *American Journal of Political Science*, vol. 42, p. 994-1002, 1998.

DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

HOLZHACKER, D.; BALBACHEVSKY, E. "Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 283-306, 2007.

HUNTER, W.; POWER, T. "Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics and Society*, vol. 49, nº 1, p. 1-30, 2007.

KRAMER, G. H. "Short-term fluctuations in U.S. voting behavior, 1896-1964". *The American Political Science Review*, vol. 65, nº 1, p. 131-143, 1971.

_____. "The ecological fallacy revisited: aggregate-versus individual level findings on economics and elections, and sociotropic voting". *The American Political Science Review*, vol. 77, nº 1, p. 92-111, 1983.

KINDER, D. R.; KIEWIET, D. R. "Sociotropic politics: the American case". *British Journal of Political Science*, vol. 11, nº 2, p. 129-161, 1981.

LEWIS-BECK, M. S. "Does economics still matter? Econometrics and the vote". *The Journal of Politics*, vol. 68, nº 1, p. 208-212, 2006.

LIMA JUNIOR, O. B. *Os partidos políticos brasileiros – A experiência federal e regional: 1945/64*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novos Estudos*, nº 88, p. 21-37, 2010.

LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. "Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 21, nº 1, p. 60-86, 2015.

LIMONGI, F.; VASSELAI, F. "Coordenando candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras". In: *Anais do X Encontro da ABCP*, Belo Horizonte, 2016.

MAINWARING, S.; POWER, T. J.; BIZZARRO NETO, F. The uneven institutionalization of a party system: Brazil. In: MAINWARING, S. (ed.). *Party systems in Latin America: institutionalization, decay, and collapse*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-54, no prelo.

MELO, C. R. "Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4, p. 13-41, 2010.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. "Estrutura de competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil". *Dados*, vol. 55, nº 1, p. 71-117, 2012.

MENEGUELLO, R. "Las elecciones de 2010 y los rumbos del sistema de partidos brasileño. Política nacional, fragmentación y lógica de coaliciones". In: SÁEZ, M. A.; TAGINA, M. L. (eds.). *América Latina: política y elecciones del bicentenario (2009-2010)*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, p. 449-497, 2011.

MIRANDA, G. "Coligações eleitorais: tendências e racionalidades nas eleições federais e majoritárias estaduais (1990-2010)". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, nº 47, p. 69-90, 2013.

NICOLAU, J. "An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression". *Brazilian Political Science Review*, vol. 1, nº 1, p. 125-135, 2007.

NICOLAU, J. Vermelhos e azuis: um estudo sobre os determinantes do voto nas eleições presidenciais brasileiras (2002-2010)". In: *Anais do IX Encontro da ABCP*, Brasília, DF, 2014a.

_____. "Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória". *Opinião Pública*, vol. 20, nº 3, p. 311-325, 2014b.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. "Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006". In: *Anais do 31º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, MG, 2007.

ORTH, D. A. "Accountability in a federal system: the governor, the president, and economic expectations". *State Politics and Policy Quarterly*, nº 1, p. 412-432, 2001.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. "Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 304-332, 2011.

REMMER, K.; GÉLINEAU, F. "Subnational electoral choice economic and referendum voting in Argentina, 1983-1999". *Comparative Political Studies*, vol. 36, nº 7, p. 801-821, 2003.

_____. "Political decentralization and electoral accountability: the Argentine experience, 1983-2001". *British Journal of Political Science*, vol. 36, p. 133-157, 2005.

RENNÓ, L. "Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 260-282, 2007.

RENNÓ, L.; CABELLO, A. "As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, nº 74, p. 39-60, 2010.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y. S.; BORBA, J. "Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 336-368, 2011.

RODDEN, J.; WIBBELS, E. "Dual accountability and the nationalization of party competition: evidence from four federations". *Party Politics*, vol. 16, p. 1-25, 2010.

SAMUELS, D. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SIMON, D. M. "President, governors, and electon accountability". *Journal of Politics*, vol. 51, pp. 286-304, 1989.

SIMON, D. M.; OSTROM, C. W.; MARRA, R. F. "The president, referendum voting, and subnational elections in the United States". *American Political Science Review*, vol. 85, nº 4, p. 1.177-1.192, 1991.

SINGER, A. "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". *Novos Estudos*, nº 85, p. 83-102, 2009.

WEYLAND, K. "Peasants or bankers in Venezuela? Presidential popularity and economic reform approval, 1989-1993". *Political Research Quarterly*, vol. 51, nº 2, p. 341-362, 1998.

ZUCCO JR., C. "The presidents 'new' constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential election". *Journal of Latin American Studies*, vol. 40, nº 1, p. 29-49, 2008.

_____. "When payouts pay off: conditional cash transfers and voting behavior in Brazil 2002-2010". *American Journal of Political Science*, vol. 57, nº 4, p. 810-822, 2013.

ANEXOS

Anexo 1

Partidos incumbentes por estado (2010-2014)

Estado	2010	2014
AC	PT	PT
AL	PSDB	PSDB
AM	PMN	PROS
AP	PSB	PSB
BA	PT	PT
CE	PSB	PT
DF	PT	PT
ES	PSB	PSB
GO	PSDB	PSDB
MA	PMDB	PMDB
MG	PSDB	PSDB
MS	PMDB	PMDB
MT	PMDB	PT
PA	PSDB	PSDB
PB	PSB	PSB
PE	PSB	PSB
PI	PSB	PMDB
PR	PSDB	PSDB
RJ	PMDB	PMDB
RN	DEM	PSD
RO	PMDB	PMDB
RR	PSDB	PSB
RS	PT	PT
SC	DEM	PSD
SE	PT	PMDB
SP	PSDB	PSDB
TO	PSDB	SDD

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

Anexo 2**Lista de estados em que os partidos lançaram candidatos (2014)**

PMDB	PSDB	PT
AL	AC	AC
AM	AL	BA
CE	DF	CE
ES	GO	DF
GO	MG	ES
MA	MS	GO
MS	PA	MG
PA	PB	MS
PB	PR	MT
PI	RO	PI
PR	SC	PR
RJ	SP	RJ
RN		RO
RO		RR
SE		RS
SP		SC
TO		SP

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

Resumo

Como os brasileiros escolhem os governadores? Desvendando as razões do voto para os executivos estaduais no Brasil em 2014

Apesar da importância das disputas para os governos estaduais na política brasileira, pouco se sabe a respeito dos fatores que levam às escolhas dos eleitores para esses pleitos. Existem fatores comuns que ajudam a explicar a escolha dos eleitores em todo o país para os governos estaduais? Qual é o peso da avaliação do governo federal e da percepção sobre o desempenho da economia do país nas eleições nas unidades da federação? Candidatos à reeleição ou apoiados pelo governador são beneficiados pela avaliação positiva do governo federal? A preferência partidária importa na hora de escolher os candidatos a governador? Essas são as perguntas que buscamos responder, ainda que de maneira preliminar, neste artigo. Para isso, realizamos análises multivariadas a partir dos dados de nível individual produzidos pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) de 2014. Os resultados indicam que a

preferência partidária, assim como nas eleições presidenciais, é importante elemento de escolha nos pleitos para os governos estaduais, e que a disputa entre PT e PSDB no plano nacional acaba por influenciar também o âmbito estadual.

Palavras-chave: comportamento eleitoral; eleições 2014; governos estaduais

Abstract

How do Brazilians choose their governors? An attempt at understanding the electoral behavior in the gubernatorial elections in Brazil in 2014

Despite the importance of elections for governor in Brazilian politics, we know very little about how voters behave in gubernatorial elections. Are common features capable of explaining electoral behaviour in gubernatorial races throughout the country? How do evaluations of the national government and of the economy impact these disputes? Do incumbents receive more support from those who have a positive perception of the national government? Does party identification matter? These are the questions addressed in the present work. In doing so, we have developed multivariate analyses using data from the Brazilian Electoral Study conducted in 2014. The results suggest that party identification matters and that the dispute between the PT and the PSDB at the national level also influences gubernatorial races.

Key words: electoral behaviour; elections 2014; state governments

Resumen

¿Cómo eligen los brasileiros a sus gobernadores? Una tentativa de comprender las razones del voto para los ejecutivos estatales en Brasil en 2014

Las elecciones para los gobiernos estatales son muy importantes en la política brasileña. A pesar de eso, poco se sabe sobre los factores que influyen las decisiones de los electores en esas disputas. ¿Hay factores comunes que ayudan a explicar las opciones de los electores en todo el país para los gobiernos estatales? ¿Cuál es la importancia de la evaluación del Gobierno Nacional y de la economía en las elecciones estatales? ¿Candidatos a una reelección o apoyados por el gobernador son los beneficiados con una evaluación positiva por el gobierno federal? ¿Las preferencias partidarias importan a la hora de escoger los candidatos a gobernador? Esas son las preguntas que intentamos contestar de forma preliminar en este artículo. Para eso, realizamos análisis multivariantes con datos del Estudio Electoral Brasileño de 2014. Los resultados indican que las preferencias partidarias y la disputa entre el PT y el PSDB en el plan nacional tienen influencia en las elecciones para los ejecutivos estatales.

Palabras clave: comportamiento electoral; elecciones 2014; gobiernos estatales

Résumé

Comment les Brésiliens choisissent-ils les gouverneurs? Retour sur les raisons du vote en faveur des dirigeants des États fédérés au Brésil en 2014

Malgré l'importance, dans la politique brésilienne, de pouvoir disputer les élections pour les gouvernements des états fédérés, on en sait peu quant aux facteurs qui mènent les électeurs à faire leur choix pour ces scrutins. Existents-ils des facteurs communs qui permettent d'expliquer le choix des électeurs dans le pays entier pour les gouvernements d'états fédérés? Quel est le poids de l'évaluation du gouvernement fédéral et de la perception que l'on a de la performance de l'économie du pays dans les élections, dans ces unités de la fédération? Des candidats à la réélection ou soutenus pour le gouverneur sont-ils favorisés par l'évaluation positive du Gouvernement Fédéral? La préférence partisane compte-t-elle au moment de choisir les candidats au poste de gouverneur? Voici les questions auxquelles nous avons cherché à répondre, bien que d'une façon préliminaire, dans cet

COMO OS BRASILEIROS ESCOLHEM OS GOVERNADORES?

article. Pour cela, nous avons réalisé des analyses multivariées, à partir de données au niveau individuel, produites par l'Étude Électorale Brésilienne (Eseb) de 2014. Les résultats indiquent que la préférence partisane, de même que dans les élections présidentielles est un choix important pour les élections des gouvernements d'état, et que le conflit entre le PT et le PSDB au niveau national a aussi de l'influence au niveau des états fédérés.

Mots-clés: comportement électoral; élections 2014; gouvernements d'état

Artigo submetido à publicação em março de 2016.

Versão final aprovada em novembro de 2016.

Lutas simbólicas na arena midiática: o poder de agência do Ministério Público e as controvérsias sobre a PEC 37

Cláudia Regina Fonseca Lemos
Antonio Teixeira de Barros

Introdução

Em 2013, pressionados pelas manifestações públicas que se espalharam pelo país no mês de junho, os deputados federais rejeitaram a proposta de emenda à Constituição (PEC) que tornava a investigação criminal prerrogativa exclusiva das polícias, proibindo o Ministério Público (MP) de apurar crimes diretamente, sem participação policial. Antes dos eventos de junho, a PEC 37, apelidada pelo MP de “PEC da impunidade”, tinha sua aprovação dada como certa. Entretanto, ao ser posta em votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 26 daquele mês, depois de ser incluída nos cartazes dos manifestantes, foi rejeitada por 430 dos 513 deputados.

Este artigo apresenta resultado de pesquisa que verificou como o Ministério Público foi bem-sucedido em promover o enquadramento do debate junto à imprensa e à opinião pública, vinculando a PEC ao incentivo à impunidade, especialmente nos casos de corrupção. O objetivo é analisar as lutas simbólicas na arena midiática acerca das controvérsias relacionadas à PEC 37. Isso requer compreender como os diversos atores interessados no assunto travaram o debate, levando o tema a chegar às manifestações de junho de 2013, além de examinar como o MP conseguiu agenciar as mídias a seu favor, uma vez que os argumentos do MP passaram a ser sistematicamente reproduzidos pela imprensa, com amplo espaço de voz para aumentar o poder de palavra dos representantes do MP. Os argumentos a favor da PEC foram associados pela imprensa à continuidade da corrupção política e à falta de isenção e lisura nas investigações policiais, devido à autonomia limitada das polícias civil e militar.

A perspectiva teórica das lutas simbólicas (Bourdieu, 1989) justifica-se no exame do caso porque ocorreu uma nítida batalha no campo simbólico, o qual compreende imagens, discursos e representações acionadas pelos atores com o intuito de fazer prevalecer suas respectivas opiniões e juízos a respeito do tema. Para o autor, os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento, cumprem uma função política de imposição e de legitimação da dominação de um grupo sobre os demais. O campo de produção simbólica é, portanto, um campo de

lutas simbólicas. Em outras palavras, os sistemas simbólicos produzidos por um corpo de promotores e procuradores entram em disputa pela legitimação perante um grupo de delegados de polícia, seus representantes no parlamento e outros parlamentares com interesses próximos, como se observa no caso das controvérsias em torno da PEC 37.

Interessa, portanto, examinar, numa situação concreta de discussão de uma proposição legislativa, os artifícios retóricos e estratégicos utilizados para articular o debate em arenas discursivas diversas e inter-relacionadas, mobilizando diferentes atores como a imprensa, parlamento, instituições de governo, área jurídica e organizações da sociedade civil, até chegar às manifestações de junho de 2013 e à votação na Câmara dos Deputados.

Para compreender como se operam essas lutas simbólicas, a pesquisa que deu origem a este artigo teve como base material jornalístico, além de questionário e entrevistas com representantes do MP. O *corpus* do material publicado pela imprensa sobre a PEC 37 compreende um conjunto de 351 textos referentes ao período de janeiro de 2012 a junho de 2013, em três jornais e quatro revistas de circulação nacional: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*. Os textos foram classificados de acordo com o gênero jornalístico e quanto à explicitação ou não de posição em relação à PEC. As fontes citadas foram classificadas de acordo com a posição, além da instituição de origem. Buscou-se identificar os pontos de vista que obtiveram publicidade nos principais veículos impressos de comunicação no Brasil. A análise concentrou-se nos impressos por seu papel de referência (Wolf, 1995).

Como será demonstrado mais adiante, essa análise indicou o claro predomínio da posição contrária à PEC 37, defendida pelo Ministério Público. A partir daí o levantamento documental se concentrou na mobilização do MP contra a PEC. Foi também aplicado um questionário sobre a participação institucional na campanha. O questionário foi respondido por representantes de 24 dos 30 órgãos do MP nos estados e da União, além do Conselho Nacional do Ministério Público e das principais associações de membros do MP. Complementarmente, foram entrevistados os presidentes e assessores de comunicação dessas associações.

As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2014, em uma perspectiva qualitativa, pautada pelo princípio sociológico de pesquisa compreensivista, mais especificamente apoiado no pressuposto metodológico de Giddens (2003) de que existe um processo de *dupla hermenêutica* nesse tipo de pesquisa. Isso significa que o conhecimento sociopolítico deve passar primeiro pela análise da percepção dos próprios agentes envolvidos, no caso, os dirigentes e assessores do MP e de associações que foram entrevistados. Em segunda instância é que passa pelo olhar dos pesquisadores. Esse foi o princípio metodológico que orientou a pesquisa no que se refere às entrevistas e questionários.

As controvérsias sobre o poder de investigar

Um dos elementos basilares das causas públicas são as controvérsias, consideradas aspectos fundamentais da análise sociológica, uma vez que revelam lógicas de ação e estratégias dos atores (Boltanski e Thévenot, 1991). Em perspectiva analítica similar, Giumbelli (2002, p. 95) complementa que as controvérsias mobilizam uma variedade de agentes sociais, mesmo quando se circunscrevem a questões específicas. Trata-se de “um momento de expressão e redefinição de pontos e problemas, os quais permanecem importantes, às vezes até cruciais, na constituição de uma sociedade, mesmo quando não despertam interesse generalizado ou intenso”.

Desse modo, o debate público gerado a partir de tais polêmicas torna-se uma expressão da discursividade pública, “essencial para entender os traços constitutivos da sociedade de que fazem parte as personagens da controvérsia”. Afinal, “a controvérsia é uma espécie de drama social, que revela, mas também reconfigura definições de realidade, explicitando o conflito que existe em torno dessas definições” (Giumbelli, 2002, p. 95-97). Os dramas sociais são considerados momentos em que as sociedades discutem a si mesmas, a partir de narrativas sobre si e para si, como reiteram Durão e Coelho (2014).

Trata-se, portanto, do exame empírico de “conflitos de argumentação” e seus modos de generalização, a fim de inseri-los na esfera pública. As tentativas de generalização (dessingularização) constituem, na realidade, uma estratégia de validação dos argumentos arregimentados pelos atores em disputa, com o objetivo de tornar gerais objetivos inicialmente pertencentes apenas a um segmento, mediante o investimento discursivo pautado em *provas de grandeza*. Isso implica a construção de um pacote argumentativo que tem como substrato uma ordem calcada nos princípios de equivalência típicos do regime de ação motivado pela justiça (Boltanski, 2000). Tais provas remetem à *grandeza cívica* como princípio garantidor da generalização da denúncia, além de requisito para que a causa seja socialmente percebida e reconhecida como legítima e justa. Em suma, trata-se de um amplo investimento discursivo dos atores, com o propósito de arregimentar aliados e enfraquecer ou desqualificar os argumentos de seus opositores.

A própria noção de denúncia pública evoca princípios éticos e morais que são constituintes da ordem e da estrutura das sociedades, tais como bem comum, justiça, igualdade jurídica, dignidade, entre outros termos. A denúncia é articulada pela indignação moral, associada à exigência de justiça e expectativa de punição dos atores considerados agentes da situação crítica causadora da quebra do contrato social de direitos (Boltanski e Thévenot, 1991; Lança, 2006). O ato de denunciar, portanto, constitui o gesto fundador da tentativa de transformar um fato particular em causa pública, o que os autores citados denominam de dessingularização. Essa foi a principal estratégia do Ministério Público no caso da articulação contrária à aprovação da PEC 37 pela Câmara dos Deputados.

O Ministério Público brasileiro ganhou contornos que conhecemos hoje com a Constituição de 1988. A partir daí, e com a aprovação posterior de uma série de leis¹, a instituição tornou-se independente do Poder Executivo e teve suas atribuições ampliadas para assumir o papel de “defensor da sociedade”. Além das atribuições históricas de acusar autores de crimes em nome do Estado, de fiscalizar a aplicação da lei para resguardar direitos individuais indisponíveis e de defender incapazes, passou a defender direitos coletivos, o que levou promotores de Justiça e procuradores da República a adquirir significativa relevância política.

Arantes (2000, p. 3-10) defende que a ampliação de atribuições foi resultado da iniciativa deliberada e bem-sucedida dos próprios integrantes do Ministério Público, movidos pelo que vasta bibliografia da área do direito define como “ativismo judicial” e que o autor prefere caracterizar como “voluntarismo político”. Durante as décadas de 1980 e 1990, o ativismo teria se tornado a visão dominante no Ministério Público – se não em termos numéricos, certamente em termos políticos – e teria obtido uma sucessão de vitórias legislativas no sentido de fortalecer a instituição. Barenboim sintetiza o resultado dessa atuação:

Em todo caso, o Ministério Público conta hoje com um aparato corporativo e material destinado a compelir o Estado a implementar políticas públicas, de modo a possibilitar o pleno exercício da cidadania por toda a população. Compete a tal instituição, fiscalizar o processo de universalização do serviço público, para assim suplantando o déficit democrático que até então condicionou as políticas nesse setor (Barenboim, 2014).

A partir do final da década de 1990, o Ministério Público, empoderado e visto pela sociedade como uma espécie de novo quarto poder, passa a sofrer ataques no campo legislativo. Começam a ser apresentadas propostas que buscam limitar suas prerrogativas, e que são defendidas por grupos de interesses conflitantes com a atuação da instituição – sejam eles autoridades atingidas por investigações ou corporações disputando espaços de atuação. No primeiro caso está a chamada Lei da Mordada, como ficou conhecido o Projeto de Lei 2.961, apresentado em 1997 pelo Poder Executivo para considerar abuso de autoridade a divulgação de informações sobre processos em andamento, e que chegou a ser aprovado na Câmara em 1999, para ser arquivado no Senado em 2007. No segundo caso está a PEC 37, proposta em 2011 pelo deputado Lourival Mendes, delegado de polícia eleito pelo PTdoB do Maranhão, aprovada em Comissão Especial em dezembro de 2012 e arquivada pelo Plenário da Câmara dos Deputados em junho de 2013.

¹ Destacam-se a Lei Orgânica do Ministério Público (Lei 8625/1993) e a Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar 75/1993). Antes disso, o Código de Processo Civil de 1973, introdutor do conceito de defesa do interesse público, e a Lei da Ação Civil Pública (Lei 7347/1985) já iniciavam a ampliação dos instrumentos disponíveis para atuação do Ministério Público (Arantes, 2000, p. 9).

A controvérsia sobre o poder de investigar do Ministério Público começou dez anos antes². Inicialmente, a tese de que havia previsão constitucional para o MP obter provas diretamente foi defendida por advogados em processos movidos pelo MP contra acusados por crimes relacionados a corrupção e também em outros casos. Para o Ministério Público, tratava-se apenas de um artifício de defesa, sem qualquer base, pois aos integrantes da instituição parecia absurdo que o encarregado de oferecer a denúncia não pudesse obter provas. “Quem pode mais, pode menos”, diziam. Contudo, recursos baseados nessa tese chegaram ao Supremo Tribunal Federal, estando pendentes de decisão quando da apresentação da PEC 37³. Delegados, com prestígio crescente depois de operações policiais de impacto, viram aí uma oportunidade de fortalecer a posição da categoria no sistema de Justiça.

Aqui, observa-se que os delegados usam como estratégia de suas lutas simbólicas o capital da credibilidade do trabalho de investigação por eles realizado, uma tentativa de afirmar o poder do conhecimento perito. Embora as lutas simbólicas operem com sistemas de valores, os delegados usam como tática o discurso do poder da técnica, a fim de dificultar a refutação dos argumentos e esmaecer o tom político das disputas. Trata-se de uma forma de conferir legitimidade às suas justificações, acionando a técnica e o conhecimento perito como provas argumentativas para justificar suas posições (Boltanski e Thévenot, 1991).

A PEC era um texto de 12 linhas que acrescentava novo parágrafo ao artigo 144 da Constituição, para tornar a apuração de infrações penais uma atribuição privativa, ou seja, exclusiva, das polícias federal e civil. Na falta desse tipo de proibição, a investigação em casos criminais era feita até então principalmente pelas polícias, mas também diretamente pelo Ministério Público, que se valia ainda, em processos criminais, de dados colhidos em investigações conduzidas por instituições como a Receita Federal, o Banco Central, a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União e mesmo pelas Comissões Parlamentares de Inquérito. Com a aprovação da proposta, tudo isso deixaria de ser possível.

O autor da proposta, o então deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), na justificativa explicou que “o inquérito policial é o único instrumento de investigação criminal que, além de sofrer o ordinário controle pelo juiz e pelo promotor, tem prazo certo, fator importante para a segurança das relações jurídicas”⁴. Como se observa no trecho citado, o autor da

² Entrevista do secretário especial do Gabinete do Procurador-Geral da República, procurador regional da República Danilo Pinheiro Dias, concedida à autora em 12 nov. 2014.

³ Em várias ocasiões, ministros e turmas do STF haviam decidido favoravelmente ao poder de investigar do MP. Mas apenas em 14 maio 2015, quase dois anos depois da derrubada da PEC 37, o Plenário do STF decidiu a questão em favor do MP.

Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=291563>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

⁴ O texto e a justificativa completa estão disponíveis em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AE5768E918218D6F691E3D85A52B5047.proposicoesWeb2?codteor=969478&filename=PEC+37/2011>. Acesso em: 14 maio 15.

PEC apela para o argumento da segurança jurídica, uma razão alegada de forma recorrente nos debates jurídicos e de fácil aceitação pela opinião pública. Percebe-se que o autor da PEC, como ator das lutas simbólicas, usa as mesmas estratégias argumentativas adotadas por sua categoria, a dos delegados de polícia. A justificação é construída com base em alegações técnicas, embora as lutas simbólicas em torno do tema sejam efetivamente políticas.

Apresentada na Câmara dos Deputados em junho de 2011, a PEC teve parecer pela admissibilidade aprovado em dezembro do mesmo ano pela Comissão de Constituição e Justiça. A comissão especial formada para apreciar a proposta, em abril de 2012, tinha composição claramente desfavorável ao Ministério Público. Depois de diversas audiências públicas, com a maioria dos argumentos e setores representados se posicionando contrariamente à PEC, a comissão aprovou em dezembro de 2012 um relatório do deputado Fábio Trad, do PMDB de Mato Grosso do Sul, que alterava substancialmente a proposta original, incluindo três hipóteses em que seria permitido ao Ministério Público investigar: nos casos de crimes previstos por agentes públicos ou envolvendo organizações criminosas; nos casos em que inquéritos civis conduzidos pelo MP tivessem desdobramentos criminais (mesmo assim o inquérito policial deveria ser instaurado); e para complementar provas obtidas por órgão não policiais, com atribuição investigatória constitucional, como as CPIs.

Apesar de ter convencido os representantes da polícia, o substitutivo aprovado não contou com a concordância do Ministério Público. Pelo contrário: acendeu sinal de alerta máximo na instituição, que se mobilizou fortemente para evitar sua aprovação, num esforço que descreveremos mais adiante. O que motivou essa mobilização foi o fato de que, para o Ministério Público, restringir a possibilidade de apurar crimes atingia sua atribuição mais característica, comum à instituição em praticamente todos os países, além de ferir a autonomia tão cara ao modelo brasileiro, conforme havia registrado em nota técnica contra a PEC produzida pelo Conselho Nacional encarregado de fazer o controle externo do Ministério Público:

Como órgão constitucionalmente habilitado para a propositura da ação penal, conforme dispõe o art. 129, I, da Constituição da República, a atuação do Ministério Público não poderia ficar condicionada a nenhuma outra instância, sobretudo quando se fala de órgãos diretamente vinculados ao Poder Executivo, como são as polícias federal e civil (CNMP, 2012).

O que levou então a PEC a ser aprovada na comissão especial? Na avaliação dos presidentes das principais associações dos membros do Ministério Público⁵, foram três os

⁵ Entrevistas concedidas à autora por Alexandre Camanho, procurador regional da República e então presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), e por Norma Angélica Cavalcanti,

motivos. Em primeiro lugar, pela crescente atuação dos policiais no Congresso Nacional, tanto elegendo parlamentares integrantes da carreira, como praticando *lobby* agressivo em favor de proposições que não só buscavam ampliar suas atribuições, mas também restringir as prerrogativas do Ministério Público, considerado por muitos delegados como uma carreira rival, interessada em submeter a polícia. Isso apesar de ter crescido nos últimos anos e de predominarem entre as duas instituições, conforme declarações dos representantes do MP, o espírito e a prática da parceria. Em suma, o discurso institucional é de colaboração e cooperação, embora, nas práticas cotidianas e no campo relacional, as polícias e o MP operem no campo das lutas simbólicas, marcadas por disputas, conflitos e divergências de perspectivas e de interesses⁶. Como argumenta Bourdieu (1989), as lutas simbólicas se efetivam em disputas por prestígio, *status* e reconhecimento social e político.

O segundo motivo para aprovação da PEC teria sido o que os presidentes das entidades do MP reconheciam como um ensimesmamento da instituição, que teria reduzido a presença no Congresso Nacional em comparação com décadas anteriores. Uma das razões da retração seria a proibição da candidatura a cargos eletivos de membros que ingressaram na carreira depois de 1988. Outra, mais importante, seria uma postura de certa arrogância, que estaria levando promotores e procuradores a recusarem o diálogo com políticos, considerando-se superiores a eles em função de seu cargo técnico-jurídico, e tratando a política como uma atividade suspeita, seja de corrupção, seja de desatenção ao interesse público ou de ineficiência. "Há um discurso politicofóbico no Ministério Público. O político é o vagabundo", pensam muitos membros da instituição, segundo admite o presidente da ANPR à época⁷.

Nesse caso, chama atenção a tática do MP de usar como instrumento nas lutas simbólicas provas discursivas ancoradas na isenção, na neutralidade e no distanciamento da política partidária. Trata-se de um recurso para manter e reforçar o capital simbólico da reputação profissional, como agentes da promoção da justiça de forma "cega", sem viés político, ideológico ou partidário. A força moral da atuação dos procuradores e dos promotores do MP estaria diretamente associada a essa perspectiva, o que se enquadra na perspectiva da *grandeza cívica*, definida por Boltanski (2000) como aquela em que impera o interesse público.

O terceiro motivo seria a própria atuação do Ministério Público, processando agentes políticos – prefeitos, deputados etc. – não só por corrupção e outros crimes, mas também

promotora de Justiça na Bahia e presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), em 13 nov. 2014 e 2 dez. 2014, respectivamente.

⁶ Como exemplo dessas disputas, vale registrar o telegrama de apoio ao deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados e investigado pelo Ministério Público Federal, enviado pela Associação dos Delegados do Rio de Janeiro, que afirma: "De nossa parte temos combatido, sem tréguas, os excessos do Ministério Público no Brasil". Disponível em: <<http://www.adepoldobrasil.org.br/rj-telegrama-de-desagravo-enviado-ao-deputado-eduardo-cunha/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁷ Entrevista concedida à autora por Alexandre Camanho, procurador regional da República e então presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), em 13 nov. 2014.

para fazê-los implementar políticas públicas que os membros do MP consideram estar de acordo com o estabelecido pela legislação. Mesmo membros do Ministério Público admitiam que tal atuação chegava a ser excessiva em vários casos. Tudo isso somado estaria levando a maioria dos deputados a se posicionar favoravelmente à PEC 37, não exatamente pelo seu texto, relativo à investigação criminal, mas com a motivação de frear, de alguma forma, a atuação do Ministério Público, percebida como abusiva. Trata-se de uma perspectiva em que se percebe claramente, mais uma vez, o potencial heurístico do conceito de lutas simbólicas de Pierre Bourdieu. Parlamentares e membros do MP atuam no campo das representações morais, calcadas em valores que apontam para perspectivas normativas, ou seja, o que deve ser considerado justo, coerente e adequado para o interesse público. Percebemos duas ordens de grandeza moral concorrentes nesse campo de lutas simbólicas. A atuação do MP situa-se no campo da *grandeza cívica*, como já foi ressaltado, e a atuação dos parlamentares é percebida como estando restrita ao âmbito da *grandeza doméstica*, ou seja, ancorada em valores de ordem pessoal, cujo capital é movido pelas relações personalizadas, típicas do mundo privado, como define Boltanski (2000).

Nessa linha de raciocínio Arantes já assinalava em pesquisa desenvolvida na virada do século:

No final, o que se percebe é que estamos diante de um mesmo e antigo paradoxo: a democracia política deficitária dá chance à emergência de um poder externo, pretensamente neutro ou apolítico, no qual são depositadas velhas e novas esperanças. Passada a euforia inicial da sua chegada, logo se percebe que um poder assim independente não pode seguir sem controles. No momento dessa descoberta, o problema da representação se recoloca e a Política toma o seu lugar novamente (Arantes, 2000, p. 4).

No início do ano parlamentar de 2013, integrantes do Ministério Público davam como certa a aprovação da PEC no Plenário da Câmara. Para piorar a situação, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, denunciou ao Supremo Tribunal Federal o senador Renan Calheiros, por peculato e outros crimes, poucos dias antes da eleição para presidência do Senado. Calheiros era candidato ao cargo e acabou eleito. A denúncia provocou forte reação do Congresso, que atribuiu motivação política ao seu oferecimento naquele momento. Contudo, a mobilização maciça contra a proposta – envolvendo centenas de visitas a parlamentares, contatos com a imprensa e com entidades da sociedade civil, atos públicos e ações nas mídias sociais –, angariou apoio suficiente para levar o então presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, a criar, em 30 de abril de 2013, um inédito grupo de trabalho, integrado por representantes da Câmara, do Senado, da polícia, do Ministério Público e do Ministério da Justiça, com o objetivo de formular uma alternativa consensual à PEC, dentro de 30 dias. Em 27 de maio o grupo pediu mais 30 dias de prazo. Em 7 de junho, o presidente da Câmara afirmou publicamente que colocaria a PEC em votação no dia 26 daquele mês.

A estratégia dos representantes do Ministério Público no grupo de trabalho era ganhar tempo para evitar que a PEC fosse colocada em votação. Apesar do apoio obtido dentro e principalmente fora do Congresso, a avaliação era de que a maioria dos deputados ainda via na proposta um freio desejável à atuação do Ministério Público e votaria pela aprovação. Mesmo assim, os representantes do MP não cogitavam ceder à posição dos representantes dos policiais. Se os primeiros concordavam em regulamentar a duração e garantias de publicidade das investigações, entre outros pontos já existentes em normas internas⁸, os últimos somente aceitavam restringir a investigação por não policiais a casos excepcionais. No dia 6 de junho, a presidente em exercício da Conamp, Norma Cavalcanti, entregou ao presidente da Câmara uma proposta formulada por representantes do MP para regulamentar a investigação. Alguns dias depois, a proposta passou a ser amplamente distribuída a deputados e senadores – “planfletada”, segundo o presidente da ANPR. No dia 13, o grupo de trabalho concluiu seu texto, que não diferia significativamente do que havia sido aprovado pela comissão especial, ou seja, ainda restringia a prerrogativa de investigação criminal às polícias, com exceções.

Então vieram as manifestações e a derrubada da PEC 37 apareceu entre as reivindicações. Cartazes com esse pedido bastante específico foram logo destacados pela imprensa. No dia 19 de junho, os representantes do MP no grupo de trabalho se posicionaram oficialmente contra o texto formulado no grupo. Na véspera, a deputada Marina Sant’Anna, do PT de Goiás, tinha apresentado o Projeto de Lei 5776/2013, para regulamentar a investigação criminal, baseado em propostas do Ministério Público. No dia 19, o deputado Onyx Lorenzoni, do Democratas do Rio Grande do Sul, apresentou outro projeto sobre o mesmo tema. No dia 24, foi a vez do deputado Arthur Oliveira Maia, do PMDB da Bahia, e no dia 25, do deputado Carlos Sampaio, do PSDB de São Paulo, protocolarem propostas de regulamentação da investigação criminal. Todas elas incluíam a possibilidade de investigação pelo Ministério Público. A manifestação desses parlamentares de diferentes partidos a favor dos argumentos do MP é relevante para reforçar o caráter pluralista do parlamento, como um palco de lutas simbólicas entre os próprios agentes do corpo legislativo. Apesar de ter sido dominante a voz dos parlamentares alinhados ao discurso dos policiais, o registro reforça o caráter da complexidade das lutas simbólicas, uma vez que não se trata de algo estático e com limites e perspectivas definidos de forma objetiva. Como argumenta Bourdieu (1989), as lutas simbólicas são dinâmicas e nem sempre passíveis de caracterização objetiva.

Segundo relato dos representantes do MP entrevistados, agora eram os policiais que queriam adiar a votação da PEC, marcada para 26 de junho. Ainda no dia 25, a versão original da PEC – e não o relatório aprovado pela comissão especial – foi colocada em

⁸ Resolução 13/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público. Disponível em: <<http://www.cnmmp.mp.br/portal/resolucoes/2915-resolucao-13?highlight=WyJjcmltaW5hbCJd>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

votação no Plenário da Câmara e rejeitada por 430 votos contra nove, com encaminhamento contrário dos líderes de todos os partidos. Na análise de Arantes, o Ministério Público havia reassumido o protagonismo na discussão legislativa de suas atribuições, depois de se ver acuado pelo crescimento do prestígio da polícia nos anos anteriores:

É nesse contexto que a instituição que parece ter sete vidas tomou a decisão estratégica de sair pela frente e não limitar-se à defesa do *status quo* em torno da matéria. Refiro-me ao Projeto de Lei 5.776/2013, que tramita hoje no Congresso sob o patrocínio do próprio MP. A título de promover uma nova e detalhada regulação das atividades de investigação, o projeto cria a figura do inquérito penal ao lado do inquérito policial. Este, tradicional, continuaria sendo presidido pelas polícias. Aquele, novo, ficaria a cargo do MP, que teria assim finalmente reconhecida e institucionalizada sua prerrogativa de investigar (Arantes, 2013)⁹.

Dos gabinetes às ruas

Além do que já foi exposto anteriormente sobre as controvérsias, este artigo acompanha a premissa adotada por Maia (2011, p. 260-261) de que a existência de interesses divergentes na sociedade não permite determinar previamente o que seriam definições razoáveis e legítimas. Ao contrário, “o debate conduzido democraticamente entre os envolvidos e concernidos é o meio apropriado para estabelecer, num dado momento, o que pode ser reconhecido como o interesse público ou bem comum, em relação a uma questão específica”.

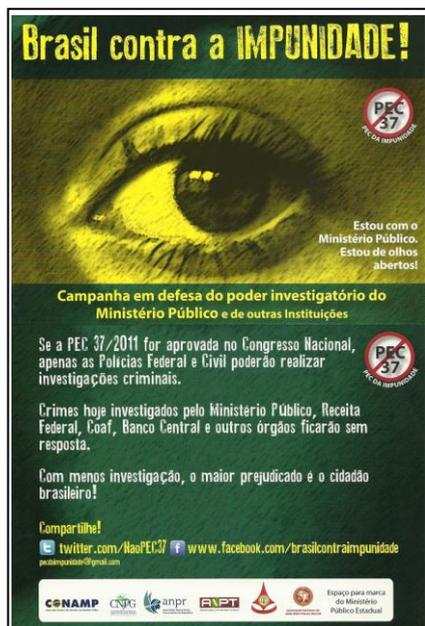
Dessa maneira, torna-se fundamental para a teoria política compreender como se concebe e como se desenvolve, na prática, um debate democrático, preocupação que é objeto da abordagem deliberativa e que interessa a este artigo. Segundo a mesma autora (Maia et al., 2014, p. 203-205), a deliberação é um processo ampliado, que se dá em múltiplas esferas e cujos atores produzem sentido a partir de trocas argumentativas realizadas não só em interações face a face, mas também por meio de opiniões e discursos que circulam na arena midiática. Assim, pode-se afirmar que a possibilidade de acesso a essa arena e a atuação para obter espaço nela são decisivas para definir o sucesso dos pontos de vista de determinados grupos num debate. Afinal, todo processo deliberativo envolve disputas discursivas, elemento básico das controvérsias públicas e das lutas simbólicas, conforme já foi abordado anteriormente.

⁹ O PL 5776/2013 foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública da Câmara. Não chegou a ser votado em nenhuma delas e foi arquivado em 2014, com o final da legislatura, tendo sido desarquivado em 2015, por requerimento do deputado Onyx Lorenzoni. Os projetos apresentados na mesma época e outros haviam sido apensados a ele, para tramitar conjuntamente.

No caso da PEC 37, o exame da campanha desenvolvida pelo Ministério Público ao longo do primeiro semestre de 2013 e a análise da cobertura feita pela imprensa podem ajudar a compreender como a rejeição da proposta surgiu entre as bandeiras das manifestações de junho e acabou sendo atendida pela Câmara dos Deputados. Ao contrário do que pode ter parecido na época a alguns analistas (Arantes, 2013), a PEC 37 não despontou subitamente na esfera pública durante as manifestações, nem foi apelidada de “PEC da impunidade” pelos manifestantes. A adesão dos manifestantes à causa do MP reforça o caráter dinâmico das lutas simbólicas e de como as controvérsias públicas podem provocar efeitos de consenso e dissenso na sociedade. Demonstra ainda a eficácia simbólica do discurso público do MP e de sua atuação nesse campo de disputas simbólicas, ao conquistar a simpatia dos manifestantes, como consequência do engajamento e ativismo da imprensa, aliada do MP na batalha de conquista da opinião pública, além da mobilização de categorias e organizações da sociedade civil. Esse efeito de consonância de perspectivas entre imprensa e opinião pública, via manifestantes, certamente foi um fator relevante na decisão final dos parlamentares pela rejeição da PEC 37.

A pesquisa permite sustentar que no final de 2012 os integrantes do Ministério Público avaliaram ter posição minoritária na comissão especial criada para analisar a emenda, a despeito do apoio demonstrado pela maioria dos especialistas da área jurídica ouvidos em audiências públicas pela comissão, e viram como única possibilidade de impedir a aprovação da PEC: obter apoio da imprensa e da opinião pública, para mudar a posição dos parlamentares no Plenário da Câmara. Diante dessa avaliação, as associações de membros do Ministério Público lançaram em Brasília, em 11 de dezembro, alguns dias antes da aprovação da PEC na comissão, a campanha “Brasil contra a impunidade”, em que a proposta ganhava a alcunha de “PEC da impunidade”:

Figura 1
Modelo de folheto distribuído no Congresso Nacional e em eventos promovidos pelas associações do Ministério Público em todo o país, entre dezembro de 2012 e junho de 2013.



Fonte: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

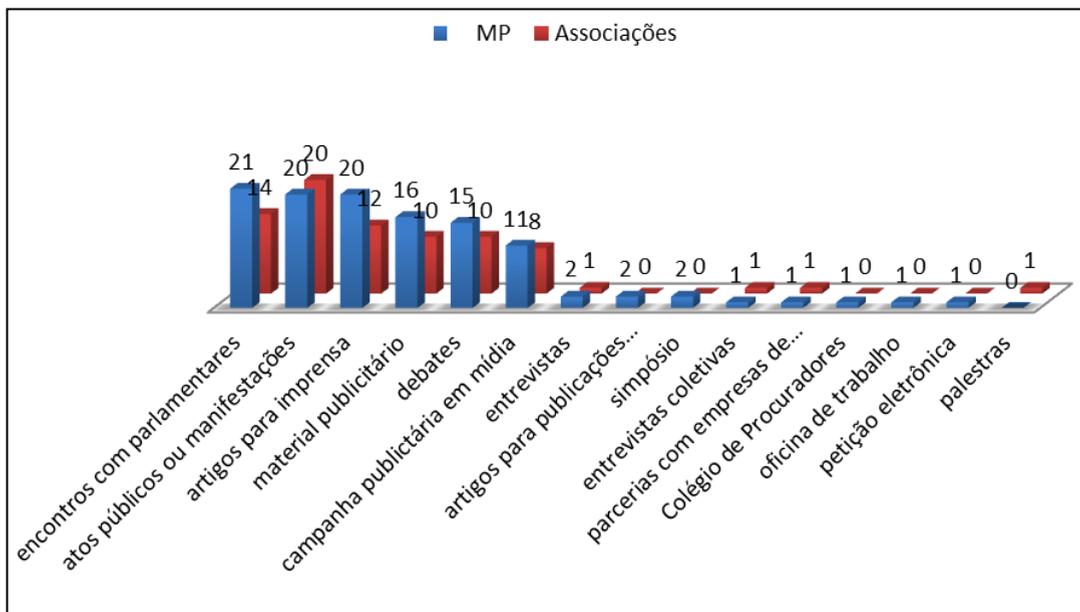
A estratégia discursiva adotada na campanha produziu eficácia porque remeteu para a memória do público e para as representações já construídas sobre a impunidade no Brasil pela própria mídia. Ao realizar a campanha, os representantes do MP atuaram como agentes midiáticos, recorrendo a uma campanha publicitária nos moldes a que o público já está habituado. Em outras palavras, o MP usou as formas simbólicas de modo adequado ao caso, com o propósito de fortalecer sua atuação nas lutas simbólicas em torno das controvérsias já mencionadas.

Na verdade, as associações do MP já estavam atuando contra a aprovação da PEC pelo menos desde abril de 2012, quando a comissão especial para examinar a proposta foi instalada. Mas até perto do final do ano esse ainda era um assunto entre os muitos acompanhados pelas organizações, perdendo no interesse dos integrantes do MP para os temas ligados à remuneração, por exemplo. Agora, a PEC ganhava prioridade. O objetivo da campanha lançada em dezembro era começar pelos estados, alcançando imprensa, organizações da sociedade civil, governo e parlamentares, para culminar em abril. Observa-se aqui como os representantes articulam uma ação política envolvendo uma rede de atores aliados, em vez de agir isoladamente. Além de garantir a dessingularização da causa, essa estratégia permitiu a ampliação da visibilidade e da discutibilidade do assunto,

o que implicou maior inserção social do tema no debate público, tanto pela arena midiática, quanto pelas redes institucionais e fóruns de discussão protagonizados pelos atores citados.

O material publicitário foi criado por uma agência contratada em parceria pela Conamp e ANPR. A veiculação em mídia foi gratuita, na grande maioria dos casos, feita em parceria com as empresas de comunicação. A negociação, reprodução e distribuição foram feitas pelas associações estaduais. Os órgãos do Ministério Público também se envolveram diretamente, conforme se verificou no questionário respondido por 24 dos 30 órgãos para esta pesquisa. Todos os respondentes atuaram na campanha, de diversas formas, como detalha o Gráfico 1:

Gráfico 1
Ações de comunicação desenvolvidas pelos órgãos e associações do Ministério Público na campanha contra a PEC 37



Fonte: Dados apurados na pesquisa.

Os dados mostram como foram diversificadas as estratégias de comunicação dos representantes do MP, apesar da concentração em alguns itens de maior expressão. Encontros com parlamentares, atos públicos ou manifestações, artigos para a imprensa, material publicitário de comunicação direta, debates e veiculação de material publicitário na mídia foram os instrumentos utilizados com maior frequência. Os encontros com parlamentares foram individuais ou com grupos e bancadas – partidárias ou estaduais –, em Brasília e nos estados. O objetivo era tanto para reforçar os vínculos com os deputados

contrários à PEC e estimulá-los a influenciar outros parlamentares ainda sem opinião formada sobre o tema, como buscar diretamente esses parlamentares, visto que no universo dos 513 deputados havia um grande número que ainda não tinha se manifestado publicamente sobre a PEC 37. O investimento em atos públicos e manifestações se justifica pela possibilidade de cobertura da mídia e pelo potencial de conquista de apoio da opinião pública. Os artigos escritos para a imprensa acabam por atender à demanda dos próprios veículos, visto que era notório o apoio da imprensa à rejeição da PEC. Nesses casos, para manter sua suposta postura de imparcialidade, as mídias costumam recorrer a vozes externas, com um duplo objetivo: mostrar-se ao público como um veículo pluralista, mas, ao mesmo tempo, encaixar determinadas opiniões para reforçar sua política editorial. Tal postura enquadra-se no horizonte analítico de Pierre Bourdieu (1997) referente às *estruturas simbólicas invisíveis* que sustentam os modelos de cobertura da imprensa e lhes garantem estabilidade e repetição, contribuindo para a reprodução das formas simbólicas expressas no campo político.

De acordo com o planejado pelas associações, que passaram a se reunir semanalmente em Brasília, dezenas de eventos se sucederam durante os primeiros meses de 2013, ancorados no que os entrevistados para a pesquisa que deu origem a este artigo caracterizaram como “a maior mobilização do Ministério Público desde a Constituinte de 1988”¹⁰ e “o momento em que demos o melhor de nós”¹¹. Foram seminários, palestras, debates em escolas, atos públicos, panfletagens e *posts* em redes sociais, como o que segue:

¹⁰ Entrevista concedida à autora por Norma Angélica Cavalcanti, promotora de Justiça na Bahia e presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), em 2 dez. 2014.

¹¹ Entrevista do secretário especial do Gabinete do Procurador-Geral da República, procurador regional da República Danilo Pinheiro Dias, concedida à autora em 12 nov. 2014.

Figura 2
Reprodução de cartaz em conta de promotor de Justiça no
Facebook convoca ato público contra a PEC 37 em Divinópolis (MG)



Fonte: <<https://www.facebook.com/case.fortes>>.
 Acesso em: 22 mar. 2015.

Ainda segundo os entrevistados, toda semana grupos de promotores e procuradores desembarcavam em Brasília para percorrer o Congresso Nacional, visitando deputados e senadores para verificar sua intenção de voto e defender a posição do MP. Os contatos renderam apoios que eram divulgados para buscar mais adesões, dentro e fora do Congresso, uma estratégia para conferir maior visibilidade ao poder de agência do MP, reforçar as redes de apoio e ampliar a inserção do debate na sociedade. A Conamp chegou a produzir um documento de 90 páginas, distribuído no Congresso Nacional, que reuniu notas técnicas e moções contrárias à PEC de instituições como a CNBB, a Associação Brasileira de Imprensa, a Anistia Internacional, o Conselho Nacional de Justiça, a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, a Associação dos Juízes Federais, o Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, a Federação Nacional de Policiais Federais (que costuma atuar em oposição aos delegados), a Maçonaria, o Conselho Federal de Medicina, dezenas de associações de moradores e de Câmaras Municipais e diversos organismos internacionais de promotores e juízes.

A mobilização na internet e especificamente nas mídias sociais também foi intensa, incluindo a contratação de empresa especializada pelas associações. Este artigo não se concentrou na análise desse ambiente, mas vale a pena mencionar alguns dados que indicam o resultado das ações dos integrantes do Ministério Público e dos simpatizantes de sua causa. A enquete realizada pela Câmara dos Deputados sobre a participação do Ministério Público em investigações criminais, durante a tramitação da PEC, obteve o maior

número de participantes até então – 230.386 votos –, sendo 87,24% contrários à proposta. A enquete continua sendo a campeã de participação entre as encerradas pela Câmara e fica em quarto lugar, considerando as ainda ativas¹². O Ministério Público de São Paulo destacou-se nesse campo e promoveu duas ações bem-sucedidas, com apoio das associações e dos demais MPs. Um abaixo-assinado digital contra a PEC 37 dirigido a deputados federais e senadores foi organizado por meio da plataforma *change.org* e reuniu 460.877 assinaturas – mais do que dobrando a meta de 200 mil a ser obtida. Em 22 de abril, o tuitaço #NAOPEC37 alcançou o sétimo lugar nos *trending topics* do dia, com 17 mil tuítes originais (Figura 3). Todas essas estratégias reforçam o potencial de inserção social, aceitação e adesão da perspectiva argumentativa dos representantes do MP. Dessa forma, os argumentos deixaram de ser exclusivos da instituição MP e passaram a ser adotados pelos cidadãos conectados às redes sociais digitais, por entidades da sociedade civil contrárias à aprovação da PEC 37. Esse efeito não conseguiu ser afetado pelas operações discursivas dos opositores do MP. Os delegados de polícia e seus representantes no parlamento passaram a figurar nesse campo de lutas simbólicas como vozes isoladas e comprometidas com a “velha política”, ancorada em valores que sustentam o mundo regido pela *grandeza doméstica*, nos termos de Boltanski (2000).

Figura 3
Imagem veiculada no Facebook e no Twitter convida para o tuitaço contra a PEC 37



Fonte: Ministério Público de São Paulo.

¹² A pergunta era: “Você concorda que investigações criminais sejam realizadas somente pela Polícia e não mais pelo Ministério Público (PEC 37/11)? (Clique aqui para saber mais). E as opções: Não. Acho que o MP deve poder investigar quando julgar necessário. Sim, concordo. Em parte. Acho que o MP deve investigar somente casos específicos”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/enquetes/pesquisaEnquete/>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Na manhã do dia 24 de abril, cerca de mil pessoas lotaram o auditório do Ministério Público do Distrito Federal, em Brasília, para participar do 1º Simpósio contra a impunidade, nome oficial do ato programado para coroar a campanha. À tarde, uma passeata se dirigiu ao Congresso Nacional, onde um abaixo-assinado contrário à PEC, com cerca de 500 mil adesões, foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados. Em 30 de abril, Henrique Alves criou o grupo de trabalho sobre a PEC, o que fez com que as negociações entrassem em novo momento e aumentou a cobertura na imprensa, conforme veremos na próxima seção, “O papel da mídia”.

O envolvimento oficial das instituições merece registro. O Ministério Público Federal criou, por meio de portaria, um gabinete de crise para acompanhar a tramitação da PEC. Por meio do contrato mantido com uma agência de publicidade, desenvolveu uma campanha específica, que teve veiculação paga no mês de junho, em alguns dos principais veículos de comunicação do país. Uma área especial desenvolvida no *site* da instituição publicou 107 notícias, apenas entre maio e junho de 2013. A publicação de material nos endereços institucionais na internet e nas contas em mídias sociais foi a regra. O Ministério Público do Ceará, outro exemplo, publicou em seu *site*, entre março e junho de 2013, 68 títulos sobre o assunto, como:

- “Câmara de Granja se manifesta contra a PEC 37” (11 jun. 2013);
- “MP busca apoio de pastores contra a PEC 37” (17 maio 2013);
- “Maria da Penha faz declaração contra a PEC 37” (17 maio 2013);
- “Alunos da Unichristus ampliam debate sobre PEC 37” (19 abr. 2013);
- “TV Cidade se engaja na campanha contra a PEC 37” (17 abr. 2013)¹³.

Assim, quando os eventos de junho se iniciaram, com a manifestação contra a Copa das Confederações e contra o aumento das passagens realizada em São Paulo, no dia 10, a PEC 37 já era um tema em discussão no Brasil, mesmo se com alcance menor do que atingiu naqueles poucos dias. No dia 13, quando outra manifestação realizada em São Paulo foi violentamente reprimida, uma enquete do portal UOL a respeito da PEC 37 tinha alcançado 188 mil votos, sendo 95,65% contrários à proposta¹⁴. Ou seja, quando o número de manifestantes cresceu de poucas centenas para dezenas de milhares, no dia 17, e a pauta se alargou, extrapolando a questão urbana para abranger insatisfações múltiplas e difusas, a bandeira contra a PEC 37 estava disponível, em circulação nas mesmas redes sociais que haviam catalisado o início dos protestos e na imprensa que os amplificou. Mais importante, o Ministério Público havia conseguido difundir em círculos bastante amplos a ideia de que a PEC 37 favorecia a impunidade e a corrupção, traduzindo uma questão

¹³ Todos os títulos citados estão disponíveis em:

<<http://www.mpce.mp.br/servicos/asscom/destaques2.asp?cd=2397>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

¹⁴ A enquete perguntava: Você concorda com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 37) que limita a atuação criminal do Ministério Público? (Conamp, 2014, p. 197).

corporativa e institucional para o campo do interesse público. Nas palavras do presidente da ANPR:

Jamais saberemos qual seria a realidade se o povo não tivesse ido para a rua. A turma que foi para a rua é a turma que fica rastreando rede social e que lá pelas tantas viu que tinha uma grande injustiça que estava sendo engendrada no país e que dependia do Congresso Nacional. Uma frase que nós colocamos lá do Joaquim Barbosa teve quantos? 800 mil compartilhamentos¹⁵.

Os dirigentes das associações do Ministério Público relatam que, quando começaram as manifestações eles passaram a ser procurados por líderes comunitários de várias partes do país que solicitavam material contra a PEC. “Comecei a receber telefonemas do tipo: Doutor, queremos fazer umas faixas contra a PEC 37, estou aqui em Vitória. E eu: Pago. Vou lhe mandar as fotos, o senhor vai ver hoje no Jornal Nacional”¹⁶. E que parlamentares e representantes das polícias no grupo de trabalho da Câmara chegaram a pedir que o MP parasse de se referir à proposta como “PEC da impunidade”. O resultado é que a PEC 37 aparece entre os temas mencionados nas redes sociais em relação com os protestos desde o dia 16 de junho, alcançando o primeiro lugar na madrugada do dia 26, com 12,8% das menções, conforme monitoramento feito pela plataforma Causa Brasil¹⁷.

Os dados apresentados nos permitem concluir que a intensa mobilização dos membros do Ministério Público, com apoio de entidades da sociedade civil e da imprensa, que detalharemos a seguir, permitiu que o tema chegasse às ruas. Discordamos da avaliação de Pinto (2014, p.3) de que “esta demanda e a forma como apareceu nas manifestações diferia muito do que acontecia de modo geral nas ruas, indicando um possível aparelhamento”. Ao contrário, acreditamos que as organizações dos membros do MP, de maneira similar aos movimentos pelo passe livre, conseguiram conectar demandas específicas com inquietações difusas na sociedade – no caso do MP, a rejeição à corrupção na política – obtendo apoio mais amplo para suas causas.

O papel da mídia

A imprensa tem sido uma aliada do Ministério Público nos momentos de luta simbólica em que ele é atacado. Não é difícil perceber que os interesses costumam convergir (Nascimento, 2007). Quando se cogita proibir promotores de falar sobre processos em andamento, como aconteceu com a Lei da Mordada, no final dos anos 1990,

¹⁵ Entrevista concedida à autora por Alexandre Camanho, procurador regional da República e então presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), em 13 nov. 2014.

¹⁶ Entrevista concedida à autora por Alexandre Camanho, procurador regional da República e então presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), em 13 nov. 2014.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.causabrasil.com.br>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

está-se buscando, na verdade, evitar que as informações cheguem à imprensa. Cabe ressaltar que o MP tem sido, ao longo de sua história, uma fonte perita e confiável para o jornalismo investigativo. Trata-se, portanto, de um órgão que auxilia e fortalece o trabalho da imprensa, por isso percebe-se a parceria nesse *interplay midiático* de atores, em que não se pode atribuir tudo ao papel da imprensa, uma vez que as mídias atuam em cooperação ou competição com outros atores (Elmelund-Praestekaer e Wien, 2008).

No caso da PEC 37, o objeto da disputa – o poder de investigar – também tem ligações com o jornalismo. Assim, não é de estranhar que os veículos de comunicação procurados pelo MP tenham, em sua maioria, afirmado que apoiariam a posição contrária à PEC, conforme relato dos dirigentes entrevistados: “A imprensa fechou questão. (...) O pessoal da Globo veio aqui e disse: não se preocupe, nós estamos fechados. (...) Isso criou um clima brutalmente favorável”¹⁸; e que a maior parte do que a imprensa publicou sobre PEC 37 tenha sido efetivamente contrário à proposta, conforme demonstraremos a seguir. Essa ação de alinhamento da imprensa à postura do MP tem relação direta com a convergência de *status* e de papéis, cujo ponto focal é o ato de investigar e sua relevância no âmbito da democracia e da liberdade de expressão. Investigar remete a uma ordem simbólica cujas representações sociais já consolidadas no imaginário social estão relacionadas a um compromisso com a “verdade dos fatos”, com operações cujo objetivo é trazer luz sobre situações de suspeita, sobre casos de denúncia e de desvio de conduta e falta de decoro dos agentes públicos. Essa é a base da atuação do MP e do jornalismo investigativo. Ambos operam sob a lógica de *trabalho moral*¹⁹, que se expressa na organização temporal de uma narrativa que se apresenta ao público como sendo objetiva e imparcial, ou seja, “colada aos fatos, apresentada como não posicionada e pluralista, naturalizando recortes e sentidos na exposição dos fatos” (Biroli e Mantovani, 2014, p. 211-212). Esse trabalho moral é definido a partir de técnicas de poder e disciplinas do olhar (Biroli, 2007). Cabe ressaltar ainda que as disciplinas do olhar são fundamentais nas atividades de investigação, seja do MP, seja dos jornalistas.

Merece um exame mais detido a forma como o apoio da imprensa ao MP se manifestou no caso específico da controvérsia sobre o poder de investigar. Para a pesquisa, levantamos 351 textos publicados em três jornais e quatro revistas, desde janeiro de 2013 até junho de 2013. Dos três jornais estudados, dois se posicionaram contrariamente à PEC em editoriais (Gráfico 2): *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, com destaque para o número de manifestações de *O Globo* (sete editoriais) e também para o fato de o jornal ter sido o primeiro a se posicionar, em dezembro de 2012, quando a PEC ainda era discutida na

¹⁸ Entrevista concedida à autora por Alexandre Camanho, procurador regional da República e então presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), em 13 nov. 2014.

¹⁹ A expressão original é usada por Ettema e Glasser (1998) e aplicada por Biroli e Montovani (2014). Esses autores referem-se exclusivamente ao campo jornalístico. Em nosso entendimento, porém, no paralelo que fazem entre jornalismo investigativo e as investigações do Ministério Público, acreditamos que seja possível estender as considerações também ao MP.

comissão especial e na véspera do lançamento da campanha do MP. Se o título desse primeiro editorial pode ser considerado neutro – *Papel constitucional* –, a argumentação se alinha ao Ministério Público, destacando a independência da instituição e já respondendo às objeções levantadas pelos defensores da PEC:

O direito estendido ao MP de promover diligências não implica retirar essa prerrogativa das polícias. Apenas acaba com o monopólio policial das investigações criminais, perigoso porque tais corporações, ligadas diretamente ao Poder Executivo, nem sempre são blindadas contra pressões de grupos que não respeitam os limites entre interesses pessoais (ou de governos) e as soberanas razões de Estado. Não faltam exemplos disso no país.

Sem dúvida, procuradores e promotores estão sujeitos a cometer excessos. Mas deslizos não são da natureza da função. Não se justifica condenar o todo por eventuais abusos de uma parte que atue em desconformidade com o que é claramente definido por regras funcionais. Ademais, desvios de conduta, seja no MP, nas polícias ou em outros organismos do poder público, são passíveis de ações correcionais, pelo Conselho Nacional do MP. Que deve ser mais atuante, é verdade.

A PEC 37 ainda passará pelos plenários da Câmara e do Senado. Nessas instâncias é crucial que seja derrotada a proposta, uma tentativa de contrabandear para a Constituição, de forma perigosa, porta aberta para a impunidade. Bastam as que já existem (*O Globo*, 10 dez. 2012).

A mesma linha é adotada pela *Folha de S. Paulo* no primeiro editorial sobre o tema, *Projeto de impunidade*, datado de abril de 2013:

Perde-se, de saída, a independência desse órgão nas investigações, um trunfo nada desprezível. Basta lembrar que os chefes das polícias sempre estão submetidos ao Poder Executivo, não raras vezes alvo dos inquéritos.

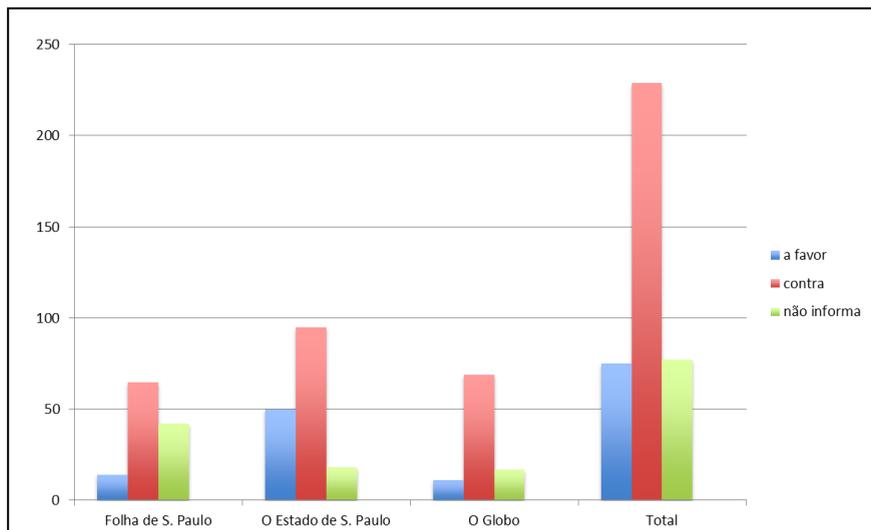
Se não se pode negar que o Ministério Público comete alguns abusos, que se implementem balizas para manter a atuação do órgão dentro de limites razoáveis.

Não é aceitável que, a fim de corrigir excessos, se sacrifique a experiência acumulada pelo Ministério Público com o trabalho ora internacionalmente reconhecido. O despropósito só faz dar mais razão ao apelido de PEC da impunidade (*Folha de S. Paulo*, 30 abr. 2013).

Apenas *O Estado de S. Paulo* se posicionou, em três editoriais, favoravelmente à PEC (mais um neutro). Um trecho do primeiro deles, datado de 11 de abril de 2013, exemplifica a utilização de argumentos próximos daqueles empregados pela polícia e também pela OAB na defesa da PEC 37:

A conversão do Ministério Público num órgão superdimensionado compromete o salutar princípio do equilíbrio entre os Poderes. O País muito ganharia se o MP e os órgãos policiais exercessem seus respectivos papéis com eficiência – o que proporcionaria uma Justiça menos sujeita a improvisações e a rivalidades corporativas.

Gráfico 2
Jornais – Posição das fontes sobre a PEC 37



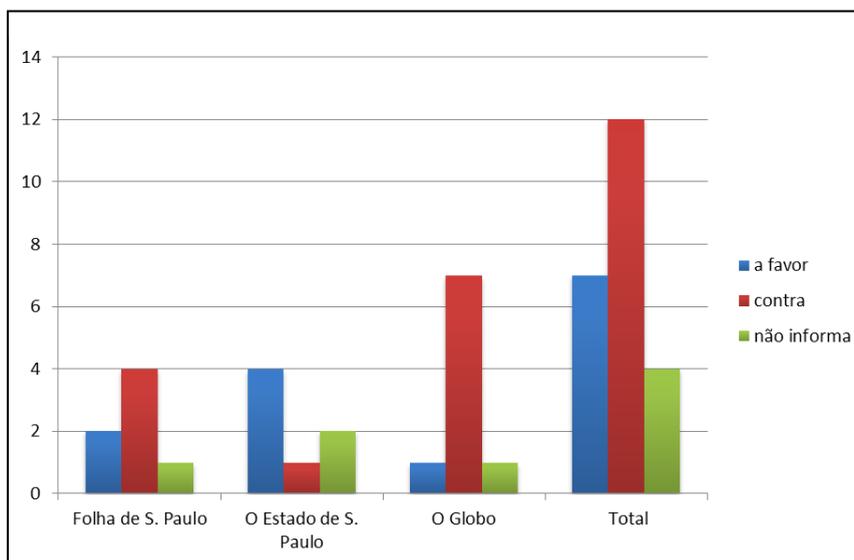
Fonte: Dados da pesquisa.

Os editoriais são relevantes como objeto de estudo em casos de controvérsias na arena midiática por se tratar da voz institucional dos veículos, um ponto de vista privado sobre a conduta dos agentes públicos e sobre a atuação política das instituições (Krieger, 1990). No espaço discursivo de um jornal cumpre ainda a função de demarcador temático da relevância política, social, econômica ou cultural de um fato, uma vez que se trata de um texto argumentativo, com a chancela opinativa do veículo, cuja função é expressar perante os leitores e anunciantes a opinião do órgão editor sobre os temas em exame (Barros, 2000).

A posição opinativa predominantemente contrária à PEC se repetiu nos artigos de autores convidados, reforçando a tese de que a imprensa atuou como aliada do MP nas lutas simbólicas em torno da PEC 37. Mais uma vez, *O Estado de S. Paulo* foi a exceção (Gráfico 3). Esse posicionamento poderia requerer um exame qualitativo mais detalhado para compreender as razões da atuação diferenciada do *Estadão*, o que não será possível

nos limites deste artigo. Da mesma forma, caberia aprofundar as razões que explicam o engajamento maior de *O Globo*, como se observa no Gráfico 3:

Gráfico 3
Posição dos artigos publicados nos jornais sobre a PEC 37



Fonte: Dados da pesquisa.

Os argumentos favoráveis à PEC se concentram em dois pontos: o excesso de poderes atribuídos ao Ministério Público e a necessidade de separar a função de investigar da atribuição de acusar: “O MP pode muito, mas não deve poder tudo!”, argumenta Guilherme Batochio, escrevendo em nome da Ordem dos Advogados do Brasil (*O Estado de S. Paulo*, 11 maio 2013); “Investigação é atividade de polícia”, defende Luís Flávio Gomes, também advogado (*Folha de S. Paulo*, 23 jun. 2012).

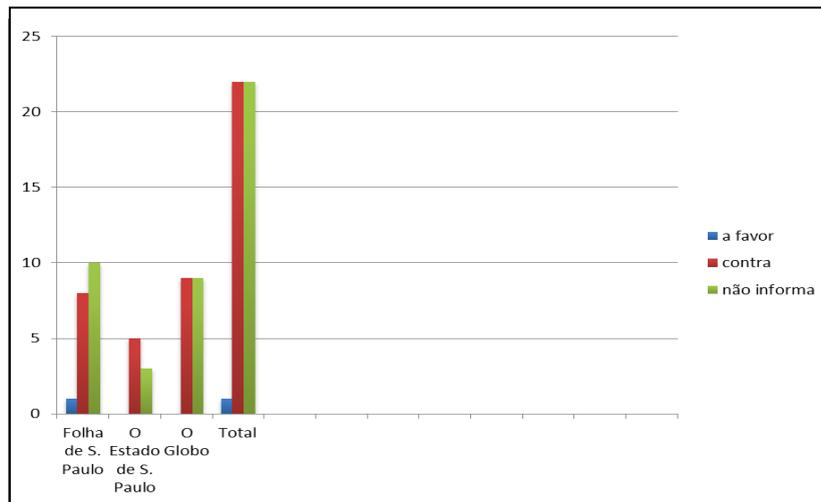
Na mesma data, o artigo de contraponto publicado pela *Folha de S. Paulo* na seção Tendências e Debates, logo no início das discussões sobre a PEC, demarca a opção retórica dos contrários à PEC: “Quem quer calar o MP?”, pergunta João Benedicto de Azevedo Marques, procurador de Justiça aposentado (*Folha de S. Paulo*, 23 jun. 2012). Para os defensores do poder de investigar do Ministério Público, ainda que eles possam se apoiar em argumentos técnicos, sobre a eficácia dos diferentes modelos de investigação criminal, trata-se de uma discussão política.

Quando se trata das colunas, o número de publicações aumenta e a proporção de textos sem posição assumida também cresce (Gráfico 4). Isso pode se explicar pelo fato de a pesquisa ter adotado a mesma classificação para colunistas como Jânio de Freitas ou Arnaldo Jabor e para colunas de notas, como o Painel, da *Folha de S. Paulo*, que publicou

diversos textos não opinativos, mas com informações exclusivas sobre o tema, desde bem cedo, quando a PEC ainda tramitava nas comissões.

Cabe ressaltar ainda que, no âmbito dos estudos sociomidiáticos, os colunistas são considerados definidores primários das questões que serão tematizadas pela imprensa. Definidores primários (Pena, 2006) são atores que atuam diretamente na definição da noticiabilidade e na grandeza dos fatos e interpretações que passarão a ter relevância na esfera da visibilidade pública e suas consequências nas dinâmicas sociais de discutibilidade coletiva (Gomes, 2008). Os colunistas em si já são considerados personagens-paradigma no âmbito do campo jornalístico, uma vez que se trata de personalidades de elevado capital simbólico entre os pares e com reconhecimento público de sua competência, prestígio e *status* perante os veículos concorrentes e o público. Os colunistas são considerados integrantes da elite jornalística e que também dialogam com as elites políticas e sociais (Kovács, 1979). Além disso, os colunistas elegem os personagens-paradigmas da noticiabilidade e da esfera da opinião jornalística. Por essa razão, a opinião deles assume papel relevante no enquadramento midiático sobre a PEC 37, uma vez que eles atuaram como aliados do MP nas lutas simbólicas e nas controvérsias sobre o tema.

Gráfico 4
Posição das colunas publicadas nos jornais sobre a PEC 37

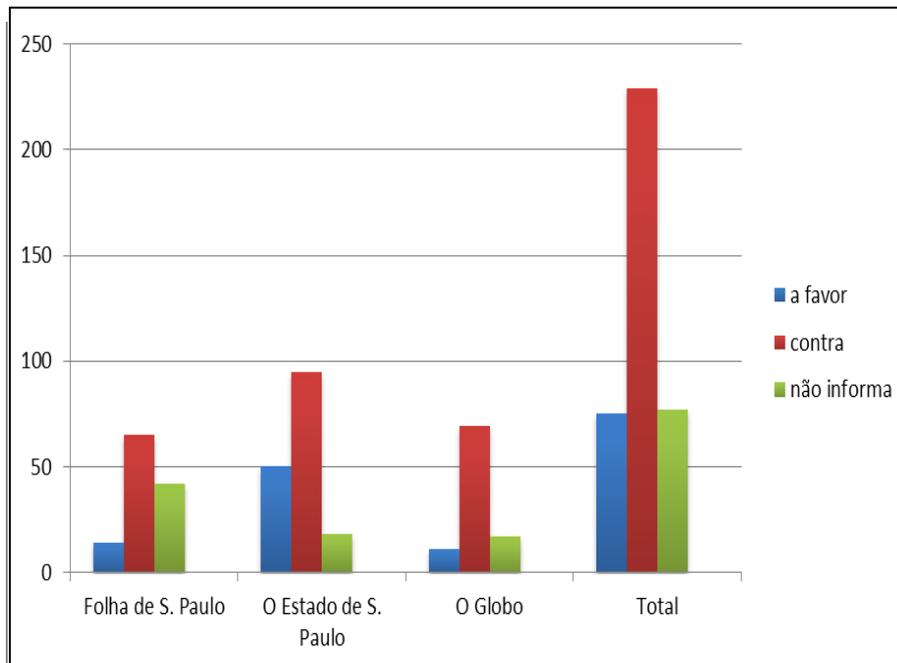


Fonte: Dados da pesquisa.

Já o número de fontes citadas em notícias e reportagens com posição contrária à PEC é maior inclusive no jornal *O Estado de S. Paulo* (Gráfico 5). Ainda com relação às fontes escolhidas, é interessante observar como os dirigentes de associações que se envolvem no debate, nesse caso, são ao mesmo tempo autoridades – membros do

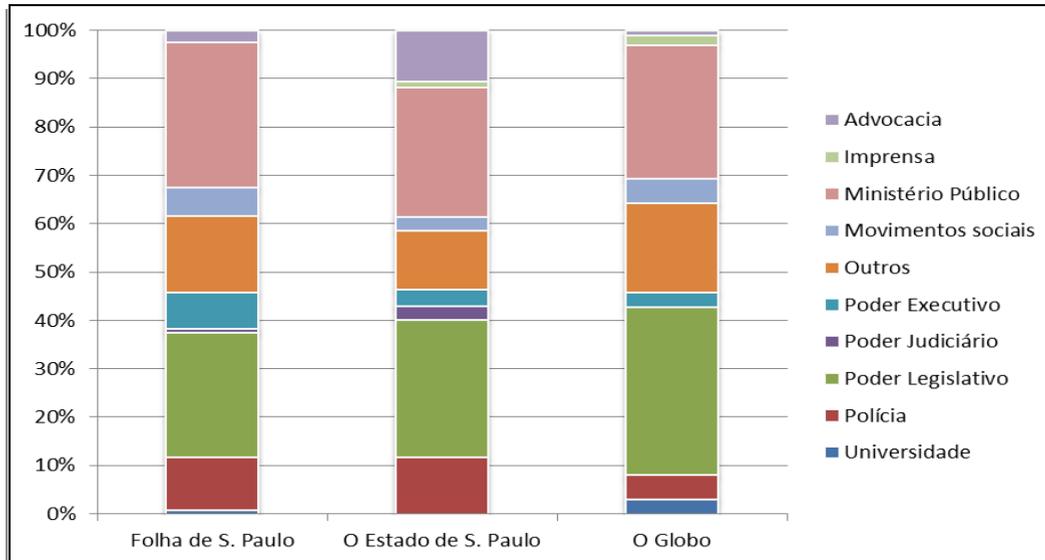
Ministério Público, policiais, juízes. Ainda assim, as fontes mais citadas pelos três jornais e pelas quatro revistas analisadas são as do Poder Legislativo (Gráficos 6 e 7).

Gráfico 5
Posição das fontes em notícias e reportagens publicadas em jornais sobre a PEC 37



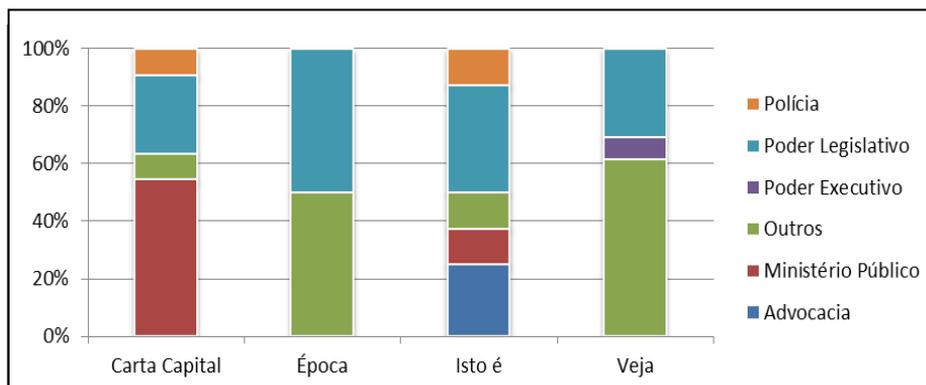
Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 6
Origem das fontes citadas em notícias e reportagens
publicadas sobre a PEC 37 – jornais



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 7
Origem das fontes citadas em notícias e reportagens publicadas
sobre a PEC 37 – revistas



Fonte: Dados da pesquisa.

A fonte mais citada é o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves. Em segundo lugar, na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*, vem o procurador-geral da República, Roberto Gurgel – em *O Estado de S. Paulo* ele é o terceiro, logo atrás do procurador-geral de Justiça do estado, Márcio Elias Rosa. Na *Folha de S. Paulo*, o terceiro

mais citado também é do Ministério Público – Alexandre Camanho, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. No caso das revistas, as fontes são dispersas, sem predominância, ou não são citadas. A exceção é *Carta Capital*, que cita duas vezes o autor da PEC, deputado Lourival Mendes, reforçando a predominância de fontes do Poder Legislativo. Aqui, confirmando estudos anteriores, verificamos que:

Uma análise dos atores a quem foi dada visibilidade confirma um achado de outras pesquisas na área da comunicação política: as cotas de visibilidade são distribuídas de forma desigual entre atores políticos e sociais e, principalmente, estão condicionadas às funções que os atores ocupam no centro do poder político (Gomes, 2008, apud Miola, 2011, p. 52).

Da mesma forma que as fontes são predominantemente ligadas ao Ministério Público, o enquadramento adotado é aquele conferido pelos defensores da instituição. As matérias citam argumentos como o de que apenas três países no mundo (Uganda, Quênia e Indonésia) proibiam o MP de investigar – dado retirado de uma nota técnica da ANPR e repetido à exaustão nas entrevistas e no material de divulgação produzido pelos procuradores e promotores. Ou têm títulos como “Projeto põe em risco 34 mil investigações” (*Folha de S. Paulo*, 2 mar. 2013). E, mais importante, adotam o apelido conferido pelo MP à PEC, como em “MP faz atos contra ‘PEC da impunidade’” (*O Globo*, 12 abr. 2013). E aqui não importa a alcunha ser colocada entre aspas, se ela foi reproduzida e os atos públicos contra a proposta noticiados.

A análise dos dados sobre as fontes requer o exame de dois aspectos. O primeiro diz respeito à rede discursiva que é configurada pelos veículos, os quais acionam vozes e perspectivas de julgamento de variados setores sociais, políticos e institucionais. No caso em exame, observa-se como a imprensa acionou e mobilizou argumentos de autoridade e vozes institucionais para compor seus pacotes de informação e de opinião. O segundo reitera a tendência da imprensa de personalização dos debates públicos, com a concentração na visão de determinadas personalidades, seja pela facilidade de acesso e disponibilidade delas para participar do *interplay midiático* (Wolf, 1995), seja pelo interesse da imprensa na opinião desses personagens-paradigmas (Kovács, 1979) como definidores primários da percepção dos fatos políticos (Pena, 2006). Esse viés da imprensa conduz ao fenômeno denominado de institucionalização por Durão e Coelho (2014), ou seja, a imprensa reduz o olhar dos debates à perspectiva dos representantes e dirigentes de certas instituições.

Também foi analisada a posição das cartas de leitores, majoritariamente contrárias à PEC em todos os jornais (Gráfico 8). Observa-se que elas somente aparecem no início de junho de 2013, um pouco antes das manifestações. Como ressalta Boltanski (2000), em texto no qual analisa as estratégias discursivas dos leitores que enviaram cartas a jornais, tais expedientes tanto servem aos próprios veículos, como aos leitores. Os veículos fazem um uso estratégico dessas cartas (hoje enviadas por e-mail), visto que há uma seleção

delas, devido à impossibilidade de publicação de todas. Os leitores por sua vez também utilizam manobras retóricas, tanto para sensibilizar os editores, a fim de que sua carta seja escolhida para publicação, quanto no uso de táticas para ressaltar a grandeza moral de seus argumentos. Um exemplo pode ser encontrado numa das primeiras cartas publicadas por *O Globo*, que critica o argumento favorável à PEC para adotar o ponto de vista da soma de esforços no combate à impunidade, utilizado pelo Ministério Público:

Impunidade

Muito se tem comentado sobre a PEC 37, e o que poderá ocorrer se for aprovada pelo Congresso. Os que são favoráveis às limitações do Ministério Público "acham" que o MP compromete a isenção e quebra o equilíbrio entre as partes. Se for considerado que a polícia não consegue investigar nem 50% dos casos, fica evidente que o país precisa de um esforço conjunto de CPIs, Tribunais de Conta, Controladoria Geral da União e corregedorias para que seja proposta a ação penal. No Brasil, onde desmandos acontecem quase diariamente, sem esforço de MP e Polícia Federal, será o caos, ou seja, menos investigação e mais impunidade, o que é preocupante (Edgard Gobbi, Campinas, SP – *O Globo*, 7 jun. 2013).

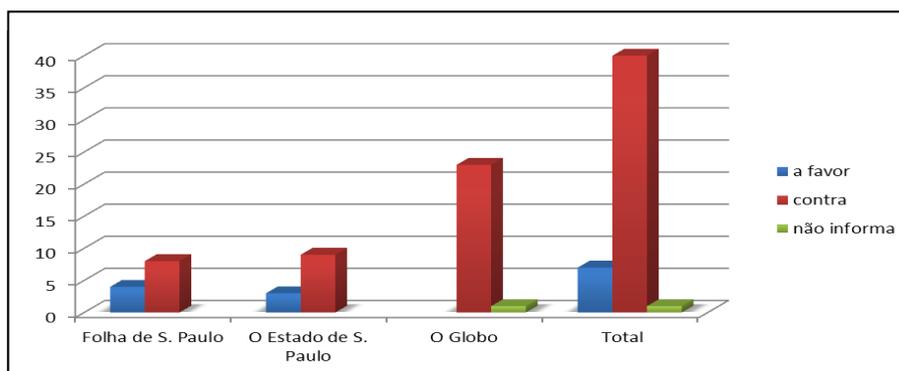
No caso da PEC 37, percebe-se um predomínio de opiniões do público contra a aprovação da matéria, mas isso não significa que esse dado seja fiel ao universo de cartas e *e-mails* efetivamente enviados e recebidos pelos jornais. Visto que passam por um processo de seleção, recorte e montagem, o que é publicado nem sempre é coerente com o universo das opiniões efetivamente manifestadas pelos leitores. Em suma, as cartas dos leitores são usadas estrategicamente pelos jornais a fim de reforçar o apoio da opinião pública nas lutas simbólicas envolvidas nas controvérsias sobre a PEC 37. Reforça esse argumento o fato de *O Globo*, que mais claramente se posicionou contra a PEC em editoriais, ser o jornal que publicou maior número de cartas de leitores e, mais importante, todas contrárias à proposta (27, do total de 51).

Vale registrar que das 51 cartas publicadas sobre o tema no período, apenas sete tinham profissão ou cargo de seus autores identificados: dois como presidente da OAB, um como presidente de associação do Ministério Público, um como deputado, dois como integrantes do Ministério Público aposentados e um na ativa. Nas outras 44, o autor era identificado apenas pelo nome completo (*Folha de S. Paulo*) ou pelo nome completo e cidade (*O Estado de S. Paulo* e *O Globo*). E ainda assim é possível perceber pelos argumentos e linguagem uma continuação do embate travado entre as corporações nos demais espaços das mídias e em outras arenas, com os defensores da PEC assumindo a postura de discutir atribuições e seus detratores ocupando a trincheira do ataque à impunidade:

Ministério Público - Não é por acaso que a propositura da PEC 37 entrou no rol de temas das manifestações lideradas por esses milhares de estudantes e não estudantes que tomaram as ruas. Ora, se é que se pode concluir que o principal foco desses protestos concentra-se no inconformismo com a impunidade e com o desmando na administração da coisa pública, tirar do Ministério Público a possibilidade de investigar, ainda que subsidiariamente, é um retrocesso, pois quem mais sofre com isso é o combate à corrupção e, conseqüentemente, a cidadania (José Carlos de Oliveira Robaldo, procurador de Justiça aposentado – Campo Grande, MS – *Folha de S. Paulo*, 21 jun. 2013, Painel do Leitor).

PEC 37 - A respeito do que foi dito pelo procurador aposentado José Carlos de Oliveira Robaldo (21/6), acho oportuno esclarecer que a PEC 37 não retira do Ministério Público qualquer poder, já que, de acordo com o artigo 129 da Constituição, não cabe ao mencionado órgão a investigação de infrações penais. Referidas investigações, de acordo com o artigo 144, competem às polícias. A matéria está definida claramente na Constituição. Ocorre que o Ministério Público vem usurpando a função da polícia. Esse é o objetivo da PEC 37: realçar o que já está na Lei Maior (Vanderley Pimenta – Indaiatuba, SP – *Folha de S. Paulo*, 21 e 23 jun. 2013).

Gráfico 8
Posição das cartas publicadas sobre a PEC 37 (junho de 2013)

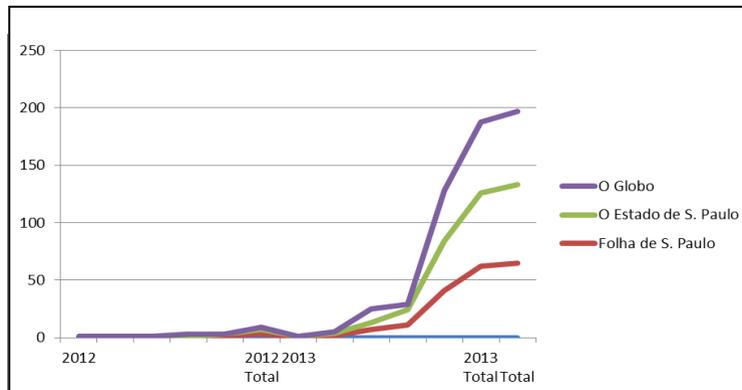


Fonte: Dados da pesquisa.

O número de matérias publicadas em todas as categorias atinge o máximo em junho de 2013, mas já vinha crescendo desde março de 2013 (Gráficos 9 e 10), o que permite concluir que não foram as manifestações que levaram a PEC 37 à imprensa, mas provavelmente o contrário. Pode-se concluir ainda que o ritmo da tramitação da proposta no Congresso e sua repercussão, em razão dos atores interessados na matéria, determinou

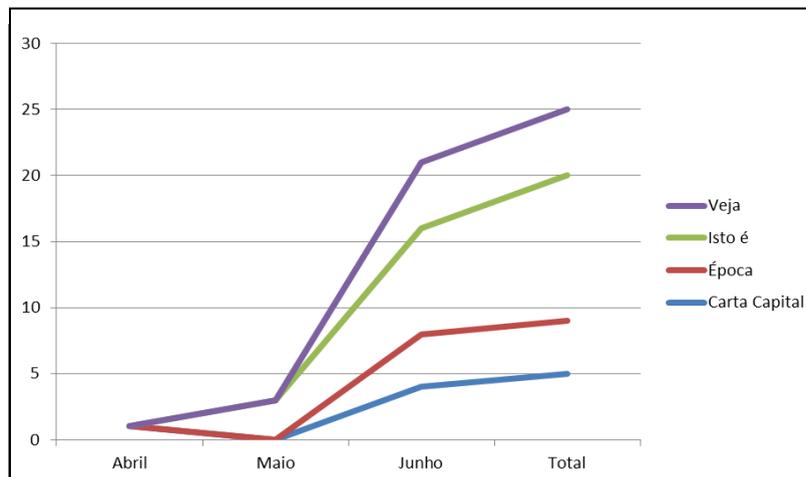
a cobertura feita pela imprensa. Mais uma vez observa-se o engajamento retórico diferenciado do jornal *O Globo*, o que exigiria uma avaliação qualitativa mais pormenorizada para aprofundar esse dado.

Gráfico 9
Matérias publicadas sobre a PEC 37 em jornais



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 10
Matérias publicadas sobre a PEC 37 em revistas (2013)

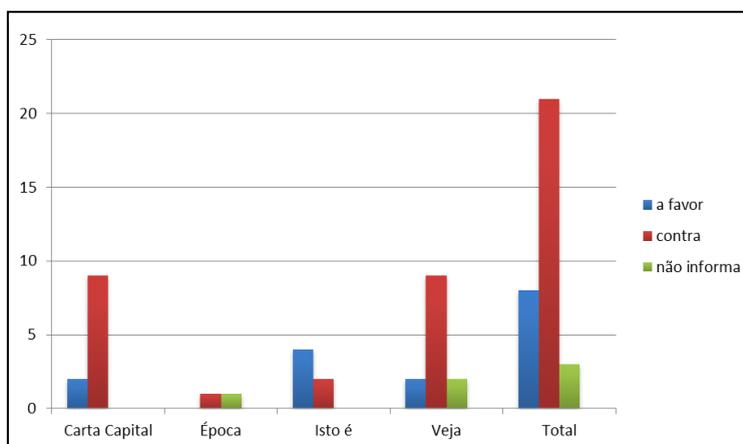


Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere às revistas semanais, a PEC 37 aparece a partir das edições de abril de 2013. A posição das revistas é mais variada que a dos jornais. Em *Época*, neutros e contrários se equilibram, sem fontes favoráveis à PEC, enquanto na *IstoÉ* as fontes

favoráveis predominam. Em *Veja* e *Carta Capital*, por outro lado, predominam fontes contrárias à PEC (Gráfico 11).

Gráfico 11
Posição das fontes de matérias publicadas sobre a PEC 37 em revistas



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à *performance* das revistas semanais, cabe destacar alguns dos diferenciais do jornalismo de revista (Tavares e Schwaab, 2013), a começar pela periodicidade semanal e o estilo de texto, uma vez que os jornais fazem quase uma espécie de prontuário do registro temporal dos acontecimentos (Bergamo, 2011), enquanto as revistas publicam um balanço semanal, geralmente com enfoque mais interpretativo e analítico. Uma análise comparativa das lógicas de cobertura sobre a PEC 37 pelos jornais e revistas também exigiria um esforço de aprofundamento que extrapola os limites de um artigo com uma perspectiva exploratória, como o que ora apresentamos.

Conclusões

Como vimos ao longo do texto, a pesquisa mostra como a arena midiática é relevante nos estudos sobre as lutas simbólicas e como a imprensa pode potencializar o poder de agência de determinados atores, como ocorreu no caso das controvérsias sobre a PEC 37, em que a imprensa aderiu ao ponto de vista do Ministério Público. Com isso, a perspectiva argumentativa do MP adquiriu ampla visibilidade e projeção, favorecendo a adesão dos grupos que protagonizaram as manifestações de junho de 2013. O resultado, como já foi demonstrado, foi a rejeição da PEC pela Câmara dos Deputados, em um cenário político em que, antes do ativismo midiático e da intensidade das manifestações, a

aprovação da matéria era dada como certa. A atuação da imprensa e a adesão dos manifestantes fortaleceu o enquadramento que enfatizava a conexão entre corrupção e política no debate sobre a PEC 37, sintoma da importância adquirida pelo tema no momento político brasileiro e, a rigor, na história política do país.

Constatou-se, na pesquisa, que o enquadramento conferido pelo Ministério Público, ao adotar o *slogan* “PEC da impunidade”, prevaleceu nos debates. A despeito das tentativas de contra-argumentação feitas pelos delegados de polícia e por parlamentares, a apresentação da PEC 37 como artifício para proteger corruptos foi acolhida pela imprensa e pela opinião pública, abrindo caminho para incluir a derrubada da PEC entre as reivindicações das manifestações de junho. Um exemplo da prevalência desse enquadramento é a referência à PEC no posfácio da edição brasileira do livro de Castells sobre movimentos sociais na internet:

Um Congresso grotesco, com burocratas partidários e chefetes locais corruptos que por vezes resolvem suas diferenças a tiros de pistola. Um Congresso que havia proposto um decreto (uma Proposta de Emenda à Constituição, PEC) para tirar do Ministério Público o direito de investigar a corrupção, e que, ante a pressão das ruas, se apressou a votar contra seu próprio projeto, quase por unanimidade. Obviamente esperando fazer o mesmo por outras vias, quando as coisas se acalmarem (Castells, 2013, p. 185).

O levantamento feito junto aos órgãos e associações do MP verificou que houve atuação extensa e intencional para evitar a aprovação da PEC. A totalidade dos órgãos que responderam ao questionário se envolveu na campanha realizada em conjunto com as associações do MP, numa parceria entre instituições de Estado e organizações corporativas que merece registro e levanta indagações. De início, seria relevante comparar a mobilização das associações e dos órgãos do MP com o envolvimento dos policiais e das polícias.

Há outras indagações trazidas pela pesquisa que merecem aprofundamento. Citam-se aqui algumas delas. No que se refere à mídia, a cobertura sobre a PEC 37 realizada pelas televisões certamente é de grande interesse para a análise que foi desenvolvida, tendo em vista o grande alcance desse meio. Seria ainda relevante verificar se a imprensa regional deu à PEC tratamento similar àquele conferido pela imprensa nacional, uma vez que o trabalho dos integrantes do MP foi intenso também nos estados. Além disso, entre os estudos que já abordaram o papel das mídias sociais nos eventos de junho de 2013, ainda não se identificou algum que tivesse tratado especificamente da PEC 37.

Por outro lado, é provável que os estudiosos interessados na evolução do Ministério Público no Brasil se detenham no caso da PEC 37, tanto pelo que representa de inédito quanto pelo que mostra de continuidade na história da instituição. Arantes (2000, 2013) demonstrou que coube aos membros do MP a iniciativa na reformulação da proposta e encaminhamento à instituição pelo Poder Legislativo, nas décadas de 1980 e 1990, e

também indicou como nos últimos 20 anos esse arranjo estava se alterando, com outras corporações assumindo posições de destaque no debate legislativo, entre elas os policiais. No debate sobre a PEC 37, o Ministério Público virou o jogo, dado como ganho pelos policiais, numa disputa corporativa que é, em si, tema de interesse.

A relação do MP com o parlamento – agindo como grupo de interesse em defesa de suas prerrogativas ou sendo ouvido a respeito de investigações ou fiscalizações –, com os políticos e com a política, quando atua, é outro ponto que tem merecido atenção. Para além do ativismo judicial, os críticos se referem à judicialização da política, num movimento em que o Ministério Público e o Poder Judiciário estariam assumindo um lugar que cabe aos políticos, com grave prejuízo para a democracia (Aragão, 2012; Moreira, 2012, 2013).

Por fim, ainda que as ações de comunicação do Ministério Público tenham sido objeto deste artigo, no caso específico da PEC 37, os dados obtidos indicam que o tema merece maior reflexão. Verifica-se que o Ministério Público tem ampliado a importância dada à comunicação, tanto no que se pode considerar um movimento de profissionalização comum a outras instituições, quanto como consequência de uma concepção específica de sua atuação (Barenboim, 2014). Ao utilizar estratégias adequadas de comunicação, o MP aumenta seu potencial de repercussão na arena midiática e fortalece seu papel de ator nas lutas simbólicas, ao ser reconhecido pela imprensa como uma fonte perita e credível. Além disso, como vimos anteriormente, a própria função de investigar crimes de corrupção favorece a simpatia da imprensa pelo trabalho do MP. O ato de denunciar, seja do MP, seja da imprensa, adquire relevância como objeto de estudo para os analistas sociais e políticos, devido ao regime de ação que orienta esse tipo de agenciamento moral, motivado por ideais de justiça e de expectativas de progresso moral, com a punição dos agentes da corrupção (Boltanski e Thévenot, 1991).

No caso em exame, as lutas simbólicas penderam para a atuação do MP, devido ao apoio e ativismo da mídia, que contribuiu para transformar o tema em uma causa pública de amplo apelo moral, devido à associação que o MP empreendeu ao cunhar a proposta de “PEC da impunidade”. Como o combate à corrupção é uma causa que encontra ampla ressonância na opinião pública, o tema adquiriu grande capilarização no debate público, com o agenciamento midiático, devido à inserção de uma pluralidade de vozes favoráveis à visão do MP nessa arena discursiva, com editoriais, artigos de opinião, entrevistas, opinião de colunistas, juristas e especialistas, além da divulgação de cartas de leitores. Isso ampliou a inserção social do tema, com a inclusão do enquadramento do Ministério Público nas redes sociais digitais e o acolhimento da campanha pela rejeição da PEC 37 pelos principais grupos que protagonizaram as manifestações de junho de 2013.

Além disso, parece correto dizer que, entre as diversas demandas transformadas em bandeiras naquele junho de 2013, governo e parlamentares-alvo das manifestações buscaram atender às que eram identificadas com reivindicações específicas. Assim, os

aumentos de passagens de ônibus em São Paulo e outras cidades foram revogados e a PEC 37 foi colocada em votação e derrubada em junho mesmo. Logo depois, em agosto, a destinação dos *royalties* do petróleo do pré-sal para a educação e saúde foi aprovada pelo Congresso e sancionada pela presidente da República²⁰.

Por todas essas razões, a Câmara dos Deputados mudou sua posição nas lutas simbólicas, ao rejeitar a proposta, mesmo contrariando os interesses de segmentos expressivos do Poder Legislativo, insatisfeitos com recomendações e investigações do MP que afetam os próprios deputados e senadores. Em uma postura de realinhamento ao clima de opinião que se tornou hegemônico, os parlamentares adotaram um novo regime de ação, ao abandonarem a lógica da *grandeza doméstica* (ancorada em interesses pessoais) e adotarem uma postura realinhada com princípios da *grandeza cívica* (fundamentada em interesses coletivos) –, sob pressão popular e midiática. Afinal, aprovar uma proposta cujo teor fora reconhecido por múltiplos atores sociais e políticos e pela própria opinião pública como “PEC da impunidade” resultaria em grande prejuízo para a reputação pública do parlamento, cuja imagem já é negativa perante a sociedade. Embora isso não signifique uma mudança substantiva na postura dos parlamentares, é emblemático do ponto de vista específico do caso em exame, apontando para as teorias utilizadas para fundamentar a análise, as quais reforçam a plasticidade da ação social, a força política das controvérsias e a influência da arena midiática que pode favorecer ou desfavorecer a *performance* de determinados atores, no dinamismo do *interplay midiático* envolvido nas lutas simbólicas da atualidade.

Cláudia Regina Fonseca Lemos - Doutora em Estudos Literários pela UFMG. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR). E-mail: <claudiarflemos@gmail.com>.

Antonio Teixeira de Barros - Doutor em Sociologia. Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados. E-mail: <antonibarros@gmail.com>.

Referências bibliográficas

ARAGÃO, E. J. G. “O Ministério Público na encruzilhada: parceiro entre sociedade e Estado ou adversário implacável da governabilidade?” In: LUCCA, N. *Homenagem ao professor Michel Temer*. São Paulo: Quartier Latin, 2012. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/o-ministerio-publico-na-encruzilhada-%E2%80%93-1%C2%AA-parte/>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

ARANTES, R. B. “Ministério Público e política no Brasil”. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

²⁰ Presidente sanciona sem vetos projeto que destina *royalties* do petróleo para educação e saúde. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/451500-PRESIDENTE-SANCIONA-SEM-VETOS-PROJETO-QUE-DESTINA-ROYALTIES-DO-PETROLEO-PARA-EDUCACAO-E-SAUDE.html>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

Humanas, Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política. São Paulo, USP, 2000.

ARANTES, R. B. "PEC 37: o que as ruas não perceberam". *Le Monde Diplomatique Brasil*, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1534>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

BARENBOÏM, D. "Por uma nova causa de legitimação para o Ministério Público". *Le Monde Diplomatique Brasil*, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3090&tipo=acervo>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

BARROS, A. T. "Editoriais jornalísticos sobre ecologia: opinião privada como opinião publicamente mediada". *Comunicação & Informação*, Goiânia, vol. 3, nº 1, p. 65-79, jan./jun. 2000.

BERGAMO, A. "Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro". *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 17, nº 2, ago., p. 233-269, 2011.

BERNARDES, C. B.; BARROS, A. T. "A credibilidade jornalística como instrumento para ampliação da confiança no parlamento". In: MESSENBURG, D., et al. *Estudos legislativos: 20 anos da Constituição brasileira*. Brasília: Senado Federal/Câmara dos Deputados/Tribunal de Contas da União/Universidade de Brasília, p. 164-192, 2010.

BIROLI, F. "Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do jornalismo moderno no Brasil". *História*, São Paulo, vol. 26, nº 2, p. 118-143, 2007.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. "A parte que me cabe nesse julgamento: a *Folha de S. Paulo* na cobertura ao processo do mensalão". *Opinião Pública*. Campinas, vol. 20, nº 2, p. 205-218, ago. 2014.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. "Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 28, nº 81, p. 77-96, fev. 2013.

BOLTANSKI, L. *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié, 1990.

_____. *El amor y la justicia como competencias*. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.

BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BOTELHO, J. S.; MAIA, R. C. M.; MUNDIM, P. S. "O debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras de 2001 a 2009: uma análise preliminar". *Revista Compólitica*, vol. 1, nº 2, set-out. 2011.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Razões práticas*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

BUCCI, E. *O Estado de Narciso*. A comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CONAMP. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. *Relatório de Gestão Conamp 2012-2014*. Brasília: Conamp, 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Nota técnica do Conselho Nacional do Ministério Público sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011*. Brasília: CNMP, 29 maio 2012. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Normas/notastecnicas/nota_tecnia_CNMP_-_poderes_investigatorios.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2015.

DUARTE, J. *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas,

2007.

DURÃO, S.; COELHO, M. C. "Morais do drama urbano: violência policial, discurso midiático e produção de contos morais". *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 29, nº 3, p. 921-940, dez. 2014.

ELMELUND-PRAESTEKAER, C.; WIEN, C. "What's the fuss about? The interplay of media hypes and politics". *The International Journal of Press*, vol. 13, nº 3, p.247-266, 2008.

ENTMAN, R. M. "Framing bias: media in the distribution of power". *Journal of Communication*, vol. 57, nº 1, p. 163-173, 2007.

ETTEMA, J. S.; GLASSER, T. L. *Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue*. Columbia: Columbia University Press, 1998.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIUMBELLI, E. "Para além do 'trabalho de campo': reflexões supostamente malinowskianas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 48, p. 91-107. 2002.

GOMES, W. "Capital social, democracia e televisão em Robert Putnam". In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. (orgs.). *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, p. 221-273, 2008.

KOVÁCS, A. "Coluna social: linguagem e montagem". *Comum*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 5, p. 38-90, jan.-mar. 1979.

KRIEGER, M. G. "Editoriais jornalísticos: discursos de representação do interesse coletivo". *Revista de Comunicação e Biblioteconomia*. Porto Alegre, nº 5, p. 158-164, dez. 1990.

LANÇA, I. B. *A configuração dos acontecimentos públicos*. Coimbra: Minerva, 2006.

MAIA, R. Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. In: KUNSCH, M. (org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

MAIA, R., et al. A teoria crítica nos estudos da Comunicação: uma agenda empírica para o programa de Jürgen Habermas e de Axel Honneth. In: FRANÇA, V. V. (org.). *Teorias da comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas*. Salvador/Brasília: Edufba/Compós, 2014.

MARICATO, E., et al. *Cidades rebeldes: passe livre a as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MIOLA, E. "Representações do jornalismo sobre a radiodifusão pública: o debate em torno da criação da Empresa Brasil de Comunicação na imprensa". *Revista Compólitica*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 2, set.-out. 2011.

MOREIRA, L. "Judicialização da política no Brasil". *Le Monde Diplomatique Brasil*, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1364>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

_____. (org.). *Judicialização da política*. São Paulo: 2Editorial, 2012.

NASCIMENTO, S. "Jornalismo sobre investigações: relações entre Ministério Público e a imprensa". Tese de Doutorado em Comunicação. Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6557>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

PENA, F. *Teorias do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2006.

PINTO, C. R. J. "O conceito de reconhecimento e os desafios da teoria democrática contemporânea ou O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre manifestações de rua no Brasil em 2013". *Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs*, de 27 a 31 out. 2014, Caxambu-MG.

SILVA, R. H. A. *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SILVA, T. "Comunicação e mobilização: o movimento 'Não Foi Acidente' e a campanha em torno de um problema público no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, vol.37, nº 2, p. 113-132, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2112/1820>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

TAVARES, F. M. B.; SCHWAAB, R. *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

UNANUA, F. J. T. "Infraestructuras, industria y movimientos sociales. Estrategias de comunicación ante el proyecto de Refinería Balboa en la Provincia de Badajoz". *Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital*, vol. 3, nº 2, Diciembre 2014. Disponível em: <<http://reuredc.uca.es/index.php/cayp/article/viewFile/682/653>>. Acesso em: 4 fev. 2015

Resumo

Lutas simbólicas na arena midiática: o poder de agência do Ministério Público e as controvérsias sobre a PEC 37

O artigo analisa, com base em referencial sociológico, as lutas simbólicas na arena midiática acerca das controvérsias relacionadas à Proposta de Emenda Constitucional que proíbe o Ministério Público (MP) de conduzir investigações criminais, a chamada PEC 37. O objetivo é compreender como os diversos atores interessados no assunto travaram o debate, levando o tema a chegar às manifestações de junho de 2013. O material empírico analisado inclui 351 textos jornalísticos, entrevistas e questionários com os representantes do MP dos estados e da União, além do Conselho Nacional do Ministério Público e das associações da categoria. As principais conclusões indicam que prevaleceu na imprensa o enquadramento conferido pelo MP, ao adotar o *slogan* "PEC da impunidade". A despeito da contra-argumentação de delegados de polícia e parlamentares, a visão do MP foi acolhida pela imprensa e pela opinião pública, abrindo caminho para incluir a derrubada da PEC entre as reivindicações das manifestações de junho de 2013.

Palavras-chave: sociologia política; discurso midiático; controvérsias políticas; Ministério Público; PEC 37

Abstract

Symbolic fights in the media arena: the power of agency of Brazilian public prosecution services and the controversies about PEC 37, the "Impunity Bill"

This article adopts a sociological perspective to analyze the symbolic fights in the media surrounding controversies related to the "PEC 37" constitutional amendment, which prohibits the Ministério Público (*Public Prosecution Office*) from directly conducting criminal investigations. The present work aims to understand how the different actors interested in the subject led the debate on the bill, bringing the matter to the demonstrations that emerged in Brazil in June 2013. The empirical data analyzed include 351 newspaper articles, questionnaires and interviews with members of the Public Prosecution Office at both the national and state levels, as well as with members of the Conselho Nacional do Ministério Público and its unions. The main conclusions indicate that the Public Prosecution's framing of the so-called "Impunity Bill" prevailed in the press. Despite the counter-arguments of police chiefs and congressional representatives, both the press and public opinion adopted the Prosecution's point of

view, leading to the rejection of the bill in Congress, after protesters in June 2013 included it among their grievances.

Keywords: Political Sociology. Media discourse. Political controversies. Public Prosecution Office. PEC37

Resumen

Combate simbólico en el campo de los medios: el poder de agencia del Ministerio Público y las controversias sobre la PEC 37, el proyecto de "Ley de Impunidad"

Este artículo analiza las disputas simbólicas en el campo de los medios acerca de las controversias relacionadas con la Propuesta de Enmienda Constitucional (PEC 37) que prohibía al Ministerio Público (MP) de llevar a cabo investigaciones criminales. El objetivo es comprender cómo los diversos actores interesados en el tema condujeron el debate, llevando el tema a las manifestaciones de junio de 2013. Los datos empíricos analizados incluyen 351 artículos de periódicos, entrevistas y cuestionarios con representantes del Ministerio Público de los estados y de la Unión, además de las asociaciones de los fiscales. Los principales resultados indican que prevaleció en la prensa el marco propuesto por el Ministerio Público, adoptando el lema "PEC de la impunidad". A pesar de los argumentos en contra de los jefes de policía y de miembros del Parlamento, la opinión del MP fue bien recibida por la prensa y la opinión pública, allanando el camino para incluir el derrocamiento de la PEC entre las reivindicaciones de las manifestaciones de junio de 2013.

Palabras clave: sociología política; discurso de los medios; disputas simbólicas; Ministerio Público; PEC 37

Résumé

Combat symbolique dans l'arène des médias : la puissance d'agir du Ministère Public et les controverses sur le PEC 37, le projet de "Loi de l'Impunité"

Cet article, fondé sur un référentiel sociologique, analyse les luttes symboliques dans les médias à propos de la controverse liée au Projet d'amendement de la Constitution brésilienne (PEC 37) qui restreignait la possibilité d'enquête criminelle par le Ministère Public. L'objectif est de comprendre comment les acteurs intéressés ont conduit le débat et ont inclut le sujet dans les manifestations de Juin 2013. Les données empiriques analysées comprennent 351 articles de journaux et de magazines, des interviews et des questionnaires auprès de représentants du Ministère public des états et de l'Union, outre le Conseil national du Ministère public et de ses associations. Les principaux résultats indiquent qu'a prévalu dans la presse le cadre construit par les procureurs, en adoptant le slogan "PEC de l'impunité". Malgré les contre-arguments des chefs de police et des députés, le point de vue du Ministère public a été bien accueilli par la presse et l'opinion publique, ouvrant la voie à l'inclusion du renversement du PEC parmi les revendications des manifestations de Juin 2013.

Mots-clés: sociologie politique; discours des médias; luttes symboliques; Ministère Public; PEC

Artigo submetido à publicação em dezembro de 2015.

Versão final aprovada em outubro de 2016.

OPINIÃO PÚBLICA

December 2016

Vol. 22, nº 3

ISSN 1807-0191

CONTENTS

	<i>Pág.</i>
Political culture, economic changes, and inertial democracy: a post-2014 elections analysis <i>Marcello Baquero</i> <i>Rodrigo Stumpf González</i>	492
The determinants of evaluation of the economy in the 2014 presidential election in Brazil <i>Luciana Fernandes Veiga</i> <i>Steven Dutt Ross</i>	524
Winners and losers in the presidential elections of 2014: the impact of defeat at the ballot box on satisfaction with and support for democracy in Brazil <i>Maria do Socorro Sousa Braga</i> <i>Gabriel Avila Casalecchi</i>	550
Party identification and the vote: the differences between supporters of the PT and supporters of the PSDB <i>Bruno Wilhelm Speck</i> <i>Elizabeth Balbachevsky</i>	569
Party feelings and <i>antipetismo</i> : constraints and covariates <i>Ednaldo Ribeiro</i> <i>Yan Carreirão</i> <i>Julian Borba</i>	603
The <i>antipetista</i> voter: partisanship and retrospective evaluation <i>Denise Paiva</i> <i>Silvana Krause</i> <i>Adriana Paz Lameirão</i>	638
How do Brazilians choose their governors? An attempt at understanding the electoral behavior in the gubernatorial elections in Brazil in 2014 <i>Oswaldo E. do Amaral</i> <i>Marcela Tanaka</i>	675
Symbolic fights in the media arena: the power of agency of Brazilian public prosecution services and the controversies about PEC 37, the "Impunity Bill" <i>Cláudia Regina Fonseca Lemos</i> <i>Antonio Teixeira de Barros</i>	702



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. 22, nº 3, p. 492-738
December 2016
ISSN 1807-0191



ISSN 1807-0191

